

[RE]HABITAR

**O Designer de Interiores na Reabilitação
Habitacional do Edifício Histórico do Porto**

**Cármem Sofia Martins de Castro | Mestrado em Design | Núcleo
de Espaço Urbano e Interiores | Orientador: Paulo Alexandre
Guimarães Coelho, Mestre em Arquitectura e Professor na
Escola Superior de Artes e Design | Co-orientador: José Manuel
Patrício Martins, Arquitecto Coordenador do Núcleo de
Dinamização de Quarteirões da Porto Vivo, Sociedade de
Reabilitação Urbana e Professor de Urbanismo no Mestrado
Integrado de Arquitectura da Escola Superior Artística do Porto**

Aos meus pais

RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre a necessidade vigente de se proceder à reabilitação do edificado habitacional, sobretudo dos núcleos históricos, e consequente papel que o Designer de Interiores poderá desempenhar neste processo.

Serão exploradas questões que actualmente marcam os processos de reabilitação, e que se apresentam como um desafio aos projectistas contemporâneos. Neste contexto, reflectir-se-á também acerca das alterações das formas de habitar e das habitações, e de como os edifícios habitacionais antigos têm a capacidade de se adaptar às necessidades e anseios dos indivíduos da actualidade.

O Centro Histórico e a Baixa Portuenses, serão o mote para um estudo mais direccionado e específico, para que não se fique por uma abordagem generalista. Explorar-se-á a evolução do edificado habitacional destas áreas, as problemáticas que as marcam na contemporaneidade, assim como a potencialidade de regeneração das mesmas.

Procura-se demonstrar que, para a concretização de um processo regenerador que, como no caso das áreas referidas, envolva a reabilitação do edificado habitacional e exija a reabilitação, é relevante a integração do Designer de Interiores. Neste sentido, será enfatizada a capacidade que este profissional tem para a resolução de problemas e de se integrar em equipas multidisciplinares, assim como a atitude ética implícita à sua actividade.

Palavras-chave:

Reabilitação; Design de Interiores; *Habitat*; Sustentável; Cidade do Porto.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the necessity of proceeding to the current rehabilitation of housing built, especially the historic cores, and subsequent role that Interior Designer may play in this process.

Will explore issues that currently mark the rehabilitation process, and that present a challenge to contemporary designers. In this context, it will reflect also about the changes in ways of living and housing, and how old housing buildings have the ability to adapt to the needs and desires of individuals of today.

The Oporto Historic Centre and Down Town will be the theme for a more focused and specific that will not stop at a generalist approach. It will explore the evolution of housing built in these areas, the problems that mark the contemporary, as well as the capability of regenerating them.

In search of demonstrate that for achieving a regenerative process, as in the mentioned areas, involves the rehabilitation of buildings and housing and demands a new dwell, is relevant to the integration of Interior Designer. In this sense, we will emphasize the capacity that this individual has to solve problems integrate into multidisciplinary teams, as well as the ethical attitude implicit in his activity.

Key-Words:

Rehabilitation; Interior Design; *Habitat*; Sustainable; Oporto City.

AGRADECIMENTOS

Ao arquitecto Paulo Coelho, orientador desta dissertação, pela disponibilidade manifestada e pelo auxílio na condução do trabalho.

Ao arquitecto Patrício Martins, Coordenador do Núcleo de Dinamização de Quarteirões da Porto Vivo, SRU, co-orientador desta dissertação, pela atenção e disponibilidade demonstradas.

Aos autores dos projectos analisados nos estudos de caso pela sua colaboração e pela disponibilização de informação, nomeadamente: arquitectos Hugo Neves e Joana Fernandes; elementos da Design Factory; e à designer Sheila Moura e Mário Azevedo.

A todos os que tornaram possível o estudo estatístico, desde os inquiridos, pela sua colaboração, ao professor Pedro Figueiredo e ao engenheiro Ricardo Sousa pela sua cooperação na realização do estudo.

Aos meus pais e à minha irmã pelo incentivo, compreensão e disponibilidade permanentes.

ÍNDICE

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO	página [14]
1.1. Relevância da Investigação	página [16]
1.2. Objectivos da Investigação	página [17]
1.3. Metodologia da investigação e organização estrutural	página [18]
 Capítulo 2 - A REABILITAÇÃO	 página [20]
2.1. A consciencialização do esgotamento de recursos	página [22]
2.2. Porquê e como intervir em edificado histórico	página [23]
2.3. A reabilitação do edificado habitacional como ponto fulcral da recuperação e revitalização do núcleo histórico	página [27]
 Capítulo 3 - O HABITAR	 página [30]
3.1. Os significados básicos e a evolução do habitar	página [31]
3.2. Novas formas de habitar	página [33]
3.3. A adaptação de edifícios habitacionais antigos a novos modos de habitar	página [36]
3.3.1. Exigências e necessidades actuais do habitar	página [38]
3.3.1.1. Qualidade e conforto	página [38]
3.3.1.2. Flexibilidade	página [39]
3.3.1.3. Sustentabilidade	página [42]
 Capítulo 4 - O CENTRO HISTÓRICO E A BAIXA DO PORTO	 página [44]
4.1. Evolução histórica do edificado	página [45]
4.1.1. A habitação burguesa no Porto mercantilista	página [45]
4.1.2. A habitação burguesa no Porto iluminista	página [47]
4.1.3. A habitação burguesa no Porto liberal	página [50]
4.1.4. Da habitação unifamiliar à habitação plurifamiliar	página [55]
4.1.5. A habitação burguesa, hoje	página [55]
4.2. Problemáticas relacionadas com o <i>habitat</i> antigo	página [56]
4.2.1. O Centro Histórico	página [57]
4.2.2. A Baixa	página [62]

4.3. A necessidade e oportunidade de revitalizar o Centro Histórico e a Baixa do Porto	página [66]
4.3.1. A Porto Vivo, SRU: O Porto em reabilitação	página [67]
4.3.1.1. A habitação como pilar fundamental para a revitalização do núcleo histórico da cidade	página [71]
4.4. [Re]habitar o Centro Histórico e a Baixa do Porto, hoje - estudo estatístico	página [73]
4.4.1. Metodologia	página [74]
4.4.2. Objectivos	página [75]
4.4.3. Apresentação dos resultados	página [75]
4.4.3.1. Análise descritiva	página [77]
4.4.3.1.1. Caracterização do edificado e a sua propriedade	página [77]
4.4.3.1.2. Caracterização dos residentes	página [80]
4.4.3.1.3. Motivações para habitar no Centro Histórico ou na Baixa do Porto e características procuradas	página [86]
4.4.3.1.4. Estado do edificado e alterações efectuadas	página [89]
4.4.3.2 Análise inferencial	página [91]
4.4.4. Conclusões do estudo	página [94]
5. O DESIGNER DE INTERIORES	página [96]
5.1. Em Portugal (o Estado do Design...)	página [97]
5.2. A sua actividade e áreas de intervenção	página [106]
5.3. A relação Designer cliente no projecto dos Interiores da habitação	página [108]
5.4. O seu papel na reabilitação da habitação	página [110]
5.4.1. A ética e a sustentabilidade	página [110]
5.4.1.1. Responsabilidade ética	página [110]
5.4.1.2. Sustentabilidade	página [112]
5.4.1.2.1. A questão ambiental	página [112]
5.4.1.2.2. A História e as memórias	página [115]
5.4.1.2.3. As questões sociais: o [re]habitar e o revitalizar dos núcleos históricos	página [117]
5.4.2. Casos de estudo	página [118]
5.4.2.1. Caso 1 - Habitação na Rua do Bonjardim, nº358/360	página [119]

5.4.2.1.1. Localização	página [119]
5.4.2.1.2. Enquadramento Histórico	página [120]
5.4.2.1.3. Caracterização do edificado	página [120]
5.4.2.1.4. Caracterização dos habitantes	página [120]
5.4.2.1.5. Programa	página [120]
5.4.2.1.6. Interiores (projecto de)	página [123]
5.4.2.2. Caso 2 - Habitação na Rua da Constituição, nº63	página [126]
5.4.2.2.1. Localização	página [126]
5.4.2.2.2. Enquadramento Histórico	página [127]
5.4.2.2.3. Caracterização do edificado	página [127]
5.4.2.2.4. Caracterização dos habitantes	página [127]
5.4.2.2.5. Programa	página [128]
5.4.2.2.6. Interiores (projecto de)	página [128]
5.4.2.3. Caso 3 - Habitação na Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoeiros, nº156/158	página [131]
5.4.2.3.1. Localização	página [131]
5.4.2.3.2. Enquadramento Histórico	página [132]
5.4.2.3.3. Caracterização do edificado	página [132]
5.4.2.3.4. Caracterização dos habitantes	página [132]
5.4.2.3.5. Programa	página [133]
5.4.2.3.6. Interiores (projecto de)	página [133]
6. CONCLUSÃO	página [138]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS

ANEXOS

Fig. 1 - Edifício em ruínas no Centro Histórico do Porto (registo da autora).



I. INTRODUÇÃO

Hoje é genericamente reconhecida a importância cultural e económica da conservação do património arquitectónico assim como da reabilitação do edificado nacional. Para a Europa então, que possui uma extraordinária cultura de cidades e esta constitui um dos seus mais importantes recursos, é actualmente um sector estratégico; é visível uma grande preocupação política com a sustentabilidade urbana e arquitectónica. Este sector representa já cerca de 60% da actividade da indústria da construção civil a nível Europeu, valor percentual bastante superior ao registado em Portugal.

Vivemos numa época em que as referências culturais são ameaçadas pelas transformações da sociedade. A sociedade actual parece querer acabar com a diferenciação no urbanismo e na arquitectura, reproduz modelos que procura aplicar em contextos geográficos e culturais completamente diferentes. Em parte consequência disto, nos últimos anos alterou-se completamente a forma e a imagem do território português, não havendo consideração pelos séculos de acção humana que esta forma e imagem representavam.

A conservação e valorização dos centros históricos é, nesse contexto, um vector que permite ainda manter o contacto com a memória e a história urbanas. Os centros históricos e outras áreas consolidadas das cidades antigas representam já pequenas percentagens da área urbana portuguesa, no entanto, é nestas zonas onde se encontram os valores e a poética da cidade tradicional. No entanto, estas encontram-se ameaçadas pela reconstrução e renovação urbana desenfreadas.

Em Portugal, excepto raras excepções, o estado geral dos edifícios nos núcleos históricos é mau: as fachadas e coberturas encontram-se degradadas; há uma inadequação de infra-estruturas; apresentam-se inúmeras falhas a nível das condições de conforto e salubridade. E aliadas a este problema surgem outras problemáticas como a desertificação, dificuldades de renovação da população, situações de vandalismo, entre outras.

Nos últimos anos, em Portugal, tem vindo a crescer o número de defensores da reabilitação urbana, no entanto, apesar de se registar uma crescente preocupação com o património existente, esta é relativamente recente e os modos de actuação nem sempre são os mais reflectidos e adequados.

Assim, tem-se assistido à perda, ou à profunda degeneração, de um dos aspectos mais importantes das cidades históricas: a sua identidade. Constata-se uma impressionante perda de identidade, provavelmente resultante do já referido processo de homogeneização dos espaços que se tem vindo a verificar. Torna-se necessário ter em atenção o facto de que o património edificado não é renovável nem reproduzível, e que se é danificado, ou destruído, perde-se um recurso insubstituível. É necessário deixar de se encarar o património, e aquilo que o caracteriza, como obstáculo, e passar a vê-lo e a utilizá-lo como fonte de riqueza e força propulsora.

Outra questão fundamental, e por isso de referir, é que para impulsionar a regeneração dos núcleos históricos não é suficiente que estes possuam espaços belos, poéticos e históricos, para atrair novas vidas e novos investimentos. Para que estes possam ser centros “vivos”, é necessário analisá-los, actualizá-los, e criar nestes uma oferta de espaços habitacionais, e respectivos serviços, que se adequem às necessidades e ambições contemporâneas. Isto porque, por todo o

país, se observa não só uma degradação dos núcleos históricos mas também, muitas vezes, a si associada, a desertificação dos mesmos. Facto este resultante de, na maioria das vezes, estas áreas serem deixadas apenas ao usufruto do turismo de massas e de não deixarem espaço para o rejuvenescimento dos seus naturais.

O Centro Histórico do Porto e a sua área envolvente, a Baixa, têm vivido esta realidade. Nestas áreas abundam edifícios históricos devolutos e abandonados, e os níveis de desertificação de população habitacional são consideráveis. As suas gentes parecem ter esquecido as riquezas e as potencialidades deste núcleo de características singulares da cidade do Porto, em detrimento das vantagens “teóricas” que lhes são prometidas pela periferia.

Assim, torna-se essencial atrair habitantes para a área em questão, para que esta se regenere e se revitalize, e que volte novamente a ser um local aprazível para Habitar.

1.1. Relevância da Investigação

A sustentabilidade, sendo uma das principais temáticas dominantes da contemporaneidade, tem assumido um papel de destaque no campo projectual. Os Designers, enquanto projectistas, são chamados a dar o seu contributo e a assumir a sua responsabilidade nesta matéria.

A responsabilidade ética actualmente inerente a estes profissionais, faz com que o seu papel se estenda para além da actividade projectual propriamente dita. O Designer deve contribuir para um processo de reeducação da sociedade, assim como os seus projectos devem reflectir respeito pelo meio ambiente e atentar à escassez de recursos.

Neste sentido, e focando-nos nas possíveis áreas de intervenção do Designer de Interiores, é de salientar que nos encontramos num período em que se torna urgente parar de construir novo, e procurar por alternativas viáveis e responsáveis. Visto isto, é fundamental que se active um “processo de retorno”, que inclua operações de recuperação, remodelação, reconstrução, reabilitação, redesenho, reutilização, reciclagem. É missão dos projectistas contemporâneos, e futuros, direccionar o seu olhar para os “cheios-vazios”, isto é, para o construído mas desaproveitado.

Estes “cheios-vazios”, por sua vez, abundam particularmente nos núcleos históricos das nossas cidades. Regra geral, estas áreas apresentam um sem número de edifícios antigos, de valor patrimonial, abandonados e degradados, e vão-se tornando zonas desertas a nível habitacional. Este problema requer uma intervenção rápida, responsável e sustentável, pois estes núcleos, apesar de extremamente ricos a nível histórico e cultural, se deixados ao abandono perderão toda a sua riqueza, e esta, uma vez perdida, é irrecuperável e insubstituível.

O designer enquanto “agente activo de construção cultural” (Bártolo, 2006), e incorporando o papel social implícito à sua actividade, tem a missão de alertar os indivíduos, a sociedade, para este problema, e incentivar e potenciar a sua solução.

Assim sendo, e dando um passo de cada vez, será na presente dissertação focado o caso do Centro Histórico do Porto e da sua zona envolvente, a Baixa.

Esta é uma área carenciada de intervenção, pois possui inúmeros edifícios habitacionais devolutos e abandonados, e apresenta um nível de desertificação considerável. A sua escolha como alvo de estudo prendeu-se essencialmente com facto de ser o núcleo histórico com mais significado para o investigador.

É essencial, para contrariar esta realidade, atrair habitantes para o centro para que este volte a ter o esplendor de outrora, para que volte a ser um ponto de vivências sociais, de encontro e um local onde se estabelecem sólidas relações de vizinhança, no fundo para que volte a ser Centro. É, para isto, necessário actuar sobre o físico, isto é, reabilitar e actualizar o edificado, torná-lo mais apelativo e competitivo, mas também ter em conta o intangível, preservando os saberes, as práticas e as características históricas destas áreas. As formas e o conceito de habitar têm vindo a sofrer progressivas alterações, e estas devem ser analisadas e contempladas nas premissas projectuais, não degenerando a identidade do edificado. É necessário encontrar um equilíbrio entre história e inovação, entre as características preexistentes e as novas exigências, para que se garanta o respeito pela identidade assim como a satisfação das necessidades dos utentes (Coelho, 2009).

Porém, ainda muito frequentemente, projectistas que levam a cabo intervenções de reabilitação seguem uma lógica equívoca e redutora, que não contempla um enquadramento específico, levando assim a uma profunda dilaceração da identidade do edificado, e a uma ausência de relação entre a realidade do edificado e a reconhecida pelos habitantes.

Urge a necessidade de uma análise cuidada e próxima destes problemas detectados e consequente procura de soluções viáveis, para que se torne possível e eficaz a reabilitação e a revitalização do Centro Histórico e da Baixa Portuenses. Análise para a qual se pretenderá contribuir com o presente trabalho de investigação.

A investigação, para além de contribuir para o alerta da necessidade de processos de reabilitação e revitalização dos núcleos históricos e respectivas exigências de actuação e cuidados necessários, constitui ainda uma oportunidade para expor a importância que o Designer de Interiores poderá ter nesses processos e o carácter sustentável do seu trabalho.

1.2. Objectivos da Investigação

- Promover o papel do Designer de Interiores nos processos de reabilitação, e sobretudo, a importância que este poderá ter no processo de reabilitação, de revitalização e de reabilitação dos núcleos históricos;
- Explorar pensamentos e modos de actuação sobre a reabilitação de edificado histórico na vertente do Designer de Interiores, enquanto esforço de recolha e sistematização de informação, assim como ponto de partida para a reflexão do tema;
- Potenciar intervenções que garantam a sustentabilidade nos seus diversos domínios, que respeitem a identidade dos locais, que projectem a mudança e apostem na criatividade e na inovação numa perspectiva de resolver os problemas de hoje assegurando a sua actualidade no futuro;
- Evidenciar a necessidade e a relevância da reabilitação de edificado como contributo sustentável;

- Salientar a importância da multidisciplinaridade nos processos de reabilitação;
- Focar a capacidade de adaptabilidade do edificado habitacional antigo aos novos modos de vida;
- Realçar o contributo fulcral da reabilitação do edificado habitacional para a recuperação e revitalização dos núcleos históricos;
- Analisar a evolução histórica do edificado habitacional do Porto;
- Demonstrar a necessidade de actualizar o edificado habitacional do núcleo histórico da cidade do Porto a novas realidades e necessidades contemporâneas para que este seja procurado e não se encontre em desvantagem ao competir com outras edificações da periferia da cidade;
- Realçar a prioridade de (re)utilização da cidade existente, promovendo a reabilitação habitacional na área consolidada da cidade do Porto.

1.3. Metodologia da investigação e organização estrutural

O presente projecto de investigação desenvolveu-se, em termos metodológicos, segundo duas componentes fundamentais e complementares: uma, de natureza teórica, que visa explorar as questões e problemáticas gerais inerentes à reabilitação de edificado, e mais especificamente aos processos de reabilitação e revitalização do Centro Histórico e da Baixa do Porto, desenvolvida no âmbito das disciplinas da Arquitectura e do Design de Interiores e da sua estreita relação com outras áreas do saber como a História e a Sociologia; outra, de carácter prático, decorrente do contacto com habitantes recentes do Centro Histórico e da Baixa Portuenses, assim como do acompanhamento de casos de intervenções em edificado habitacional localizado nestas áreas, e do posterior trabalho de interpretação e tratamento dos dados obtidos a partir de cada um destes.

Face à complexidade do objecto de estudo, à necessidade de o observar de perto e minuciosamente, de analisar e interpretar fenómenos, foram privilegiados métodos e técnicas de carácter qualitativo na recolha e análise de dados.

Em primeiro, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica aprofundada e focalizada em questões relevantes para o desenvolvimento do trabalho, seguida de uma análise, filtragem, sintetização e organização dos dados recolhidos.

Os estudos de carácter prático, dividiram-se em dois processos: realização de inquéritos por questionário a habitantes recentes do Centro Histórico e da Baixa Portuenses; e, estudo *in situ*, incluindo um levantamento métrico, fotográfico e histórico do edificado habitacional. Pretendendo-se, com o primeiro, perceber as motivações dos inquiridos para ali habitar, as suas necessidades e anseios, e, com o segundo, obter registos do edificado, da sua história, das alterações sobre ele efectuadas.

Durante o processo de desenvolvimento procurou-se contactar com profissionais e especialistas de diferentes áreas, e com responsáveis pelos projectos de reabilitação das habitações; proceder a registos dos seus depoimentos; e observar as suas formas de intervir neste tipo de edificado histórico.

Para se apresentar e materializar os resultados do projecto de investigação, recorre-se: à produção de texto, baseado em referências bibliográficas, para o desenvolvimento das temáticas a abordar; à apresentação de desenhos técnicos, imagens, fotografias e textos acerca dos edifícios estudados e abordados para

potenciar um melhor entendimento destes; e, a tabelas e gráficos para a sistematização e organização dos dados recolhidos através dos inquéritos.

A nível estrutural a dissertação encontra-se dividida em quatro partes principais: uma primeira dedicada à consciencialização do esgotamento dos recursos e à importância da reabilitação como contributo sustentável; uma segunda dirigida a questões que caracterizam e dominam a habitação e o habitar contemporâneos; uma terceira, onde se explora a evolução do edificado habitacional Portuense, assim como as problemáticas que o seu núcleo histórico tem vivido, e que necessitam ser ultrapassadas e solucionadas; e por fim, uma quarta que visa explorar o lugar do Designer de Interiores nos processos de reabilitação dos núcleos históricos.

Após esta síntese estrutural passa-se agora a uma apresentação mais completa das temáticas que constituem o trabalho de investigação.

Irá ser apresentada inicialmente, no capítulo 2, uma abordagem geral da importância da reabilitação de edificado nos dias de hoje. Explorar-se-ão as questões do esgotamento de recursos, dos modos de intervir ou como se tem vindo a intervir sobre o edificado preexistente, sobretudo de cariz histórico, assim como, se destacará a importância da reabilitação de edifícios habitacionais para a revitalização dos núcleos históricos. Este capítulo, funcionará como uma espécie de contexto introdutório e base do desenvolvimento do restante trabalho de investigação.

No capítulo 3, será apresentada uma breve nota sobre o significado do habitar, uma síntese das questões que dominam actualmente a habitação e o habitar, e serão evidenciadas a necessidade e as formas de adaptação de edifícios habitacionais antigos às identificadas demandas contemporâneas.

Em seguida, são alvos de destaque o Centro Histórico e a Baixa Portuenses. O capítulo 4 dirá respeito à evolução do edificado habitacional, do estado actual deste, assim como às problemáticas que hoje se encontram associadas a este núcleo histórico da cidade do Porto. Como não poderia deixar de ser, evidencia-se também neste capítulo a necessidade e oportunidade de revitalização destas áreas, e foca-se a importância fundamental que a reabilitação terá neste processo.

Por último, o capítulo 5, referente ao Designer de Interiores, é introduzido por uma sucinta análise do estado geral do Design em Portugal, onde é focada a evolução que este foi sofrendo, como é entendido pela sociedade portuguesa, como os profissionais têm vindo a ser encarados, entre outras questões. Procura-se ao longo do capítulo esclarecer quais as actividades e áreas de intervenção do Designer de Interiores, caracterizar ou fazer entender a complexidade e a importância da relação Designer de Interiores/Cliente no projecto de interiores habitacionais, e feito este enquadramento, perceber qual o seu papel e quais a mais-valias que este profissional poderá trazer aos processos de reabilitação da habitação, em particular nos núcleos históricos.



Fig. 2 - Obras de Reabilitação na Rua de S. João, no Centro Histórico do Porto (registo da autora).

2.A REABILITAÇÃO

Hoje, o conceito sustentabilidade surge ainda muitas vezes exclusivamente associado, de forma muito rudimentar, ao meio-ambiente, à ecologia. Mas esta ideia primitiva vigorava, e apenas fazia algum sentido, antes de Rachel Carson, publicar o seu livro “Silent Spring” (1962), no qual abriu os olhos da humanidade para a existência do Ser Humano como parte da natureza, do sistema e da teia da vida (Cafaro, 2008). Esta é a chave da compreensão do princípio da sustentabilidade mostrando que os seres vivos são, ao mesmo tempo, unidade e partes de unidades, e se organizam naturalmente em redes. Este princípio universal é o pilar do desenvolvimento sustentável, a escolha da humanidade como ser colectivo e as contribuições das escolhas individuais de cada pessoa, em todos os papéis que exercemos como seres sociais (Magalhães, 2008).

Dentro deste novo paradigma, o primeiro conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de 80 por Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch. Alguns anos depois, o Relatório Brundtland usou a mesma definição para apresentar a noção de sustentabilidade: a ideia de que a humanidade tem a capacidade de alcançar o desenvolvimento sustentável - de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (Magalhães, 2008).

A partir dos anos 90, com o panorama mundial dominado pelo aquecimento global e pela crise energética, expressões como: efeito estufa, emissão de CO₂, operações carbono zero, energia limpa e renovável, bio-combustíveis, era do pós-combustível fóssil passaram a fazer parte do quotidiano (Magalhães, 2008).

Actualmente, a base mais estável daquilo que se entende por sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável está no modelo de Triple Bottom Line (1997), que compreende três domínios: Económico, Social e Ambiental. Sugere-se a importância igualitária dos domínios referidos, bem como a importância das suas inter-relações, com diversas influências entre eles. Como resultado, todos os sectores da economia e da sociedade humana deverão contribuir para um movimento de retomada de identidade e responsabilidades. A procura de soluções para uma melhoria do panorama mundial anteriormente referido é a grande questão ética da nossa era (Magalhães, 2008).

As necessidades de renovação e revitalização foram mais fortemente sentidas, na Europa, a partir de meados dos anos 80, com a destruição causada pela guerra e com o envelhecimento das grandes áreas de construção do pós-guerra, com o declínio das velhas zonas industriais e portuárias, com a crescente degradação dos centros históricos de várias cidades europeias.

As experiências ao nível europeu de intervenção em áreas degradadas ou em degradação foram diversas, sendo de destacar, em especial, as mais recentes do Reino Unido (“Neighbourhood Renewal Strategic” ou o “Single Regeneration Budget Program”) e da França (a Lei Malraux de 1962, as diferentes fases da “Politique de la Ville” e mais recentemente a “Loi de Solidarité et Renouvellements Urbains – Loi SRU”).

O conceito de reabilitação implica o readaptar de tecido urbano degradado, salientando, sobretudo o seu carácter residencial, em que geralmente se realizam dois tipos de intervenção complementares: a do edificado - procurando melhorar a sua qualidade e conforto, e implicando, não só, a reabilitação dos edifícios habitacionais, como também a de outros edifícios, a demolição total ou parcial de

alguns ou até, a construção de novos; e a da paisagem urbana – intervindo-se nas fachadas, nos espaços públicos contíguos ao residencial, nas infra-estruturas (Matos, 2007).

“O objectivo último da reabilitação é reabitar” (Matos, 2007, p.36), é atrair para as áreas de intervenção: novas famílias; população mais jovem; novas actividades económicas; novos equipamentos de utilização colectiva de apoio à residência; actividades comerciais; e manter as actividades instaladas, recuperando-as e modernizando-as.

Outros dos objectivos presentes nas recentes intervenções de reabilitação, no cumprimento dos objectivos Europeus da Política de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, são a protecção e valorização ambiental, a racionalização dos consumos energéticos e a aposta na inovação tecnológica. Nesta mesma política, a reabilitação dos núcleos históricos assume uma importância capital, constituindo uma alternativa à urbanização excessiva e ao consumo desnecessário de um recurso não renovável fundamental - o solo (Matos, 2007).

A reabilitação é actualmente um tema incontornável quer se fale de conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentável ou de coesão social.

2.1. A consciencialização do esgotamento de recursos

As obras de aproveitamento, de transformação ou de alteração de um espaço já existente eram consideradas “menores” até se começar a ganhar alguma consciência do esgotamento de recursos. A construção de raiz era muito mais convidativa e valorizada no meio arquitectónico.

Hoje, a preocupação dos projectistas não deve recair sobre os vazios não construídos, mas sim sobre os “cheios-vazios” - o construído mas não utilizado -, se pretendem que a actualmente tão desejada sustentabilidade seja alcançada. Demolir um edifício antigo, para construir um novo, resulta sempre num enorme desperdício de energias, levantando problemas sobre os quais, apenas agora, começamos a reflectir: o tratamento dos resíduos sólidos, o gasto em recursos não renováveis necessários para fazer o novo edifício, entre outros. É urgente parar de construir, e de destruir para construir, e dar mais importância a processos de reabilitação (Gadanh, 2008).

A reabilitação “é um instrumento-chave na procura de um desenvolvimento sustentável. Não se trata só de proteger o que tem valor cultural, trata-se também de reutilizar o já construído, poupando recursos e energias” (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006, p.1). A reabilitação é diferente da construção de raiz, e deve hoje responder a um crescente número de objectivos, expectativas e solicitações específicas. Para além de defender e conservar o património construído, deve dotá-lo de capacidade de resposta à vida contemporânea, de integrar valores sociais, ambientais e de ser economicamente viável, isto é, deve assumir uma postura sustentável (Ramos, 2006).

Actualmente, é genericamente reconhecida a importância cultural e económica da conservação do património arquitectónico e urbano, assim como da reabilitação do edificado nacional. Este é hoje um sector estratégico para a Europa, que se preocupa com a sustentabilidade das políticas urbanas e da arquitectura, visto que possui uma extraordinária cultura de cidades, que constitui um dos seus mais importantes recursos no quadro da nova economia. O sector da reabilitação já representa aproximadamente 60% da actividade da indústria da construção civil

européia, um valor muito superior ao nacional (Biosfera, 2010).

Em Portugal, apesar de se registar uma crescente preocupação e vontade de salvar e preservar os núcleos históricos, esta é relativamente recente e as formas de actuar sobre o preexistente nem sempre são as mais reflectidas e cuidadas – “uma enorme percentagem de operações de reabilitação não é enquadrada por uma reflexão, diagnóstico ou projecto atento às especificidades de cada caso. Frequentemente os resultados são desastrosos” (Lopes, 2006, p.1).

Numa época em que as referências culturais são ameaçadas pelas transformações da sociedade, multiplicam-se as dúvidas acerca do modo como actuar sobre a herança cultural. Intervir sobre património histórico e cultural implica um conjunto de esforços para que se encontre um equilíbrio, para que se responda às exigências do mundo actual e não se degenere a evolução (Antunes, 2003).

2.2. Porquê e como intervir em edificado histórico

Muitas são as razões a favor da reabilitação dos edifícios situados nos centros mais antigos das cidades, umas vezes considerados centros históricos, outras, centros urbanos consolidados, outras, ainda, apenas zonas antigas.

Com raras excepções, o estado geral dos edifícios nestas zonas é mau: degradação das fachadas e coberturas, inadequação de infra-estruturas, deficientes condições de conforto e salubridade. Nalguns centros urbanos antigos há experiências bem sucedidas de reabilitação, embora raramente atinjam todo o edificado ou estejam ancoradas em projectos de sustentabilidade social e económica. Surgem angústias e hesitações que são transportadas para o nível do edifício como: Vale a pena reabilitar? Qual a profundidade da intervenção a fazer? Como conjugar materiais e técnicas de construção de épocas diferentes? Como garantir condições de conforto e salubridade? Como cumprir as exigências das novas regulamentações? Como renovar as infra-estruturas? (Mendes da Silva, 2009).

Mas o surgimento destas questões é positivo pois revela que proprietários, autarquias, administrações locais, projectistas e utentes se questionam sobre os edifícios, escapando a ideias pré-concebidas que, muitas vezes, não atendem ao tipo de edifício e ao seu contexto histórico, cultural e urbano.

Nos últimos anos, alterou-se completamente a forma e a imagem do território português sem qualquer consideração pelos séculos de acção humana que esta forma e imagem representavam. A salvaguarda e valorização dos centros históricos é, nesse contexto, um vector que permite manter ainda vivo o contacto com a memória e história urbanas, com a aprendizagem e reinterpretação do passado. Centros históricos e áreas consolidadas das antigas cidades, já pequenas percentagens da área urbana portuguesa, são, no entanto, zonas onde se encontram os valores e poética da cidade tradicional, ameaçados pela reconstrução e renovação urbana desenfreadas e selvagens (Garcia Lamas, 2006).

O património edificado é, por natureza, não renovável e não reproduzível. Cada objecto patrimonial pertence a um determinado ambiente geográfico, a uma cultura e sociedade específicas. As modificações nele introduzidas ao longo do tempo sedimentam novos testemunhos e novos valores, incorporando os conhecimentos, os hábitos e a experiência de vida dos seus criadores, ou dos

“Deve analisar-se o que na nossa época está de acordo com as anteriores e o que se diferencia, no sentido material e espiritual. Por isso também se devem estudar as construções do passado, dando-lhes uma visão vital. Não só para lhes extrair a grandeza da escala arquitectónica e significado, mas também pelos resultados criativos próprios, devido ao facto de estarem ligadas a uma situação histórica.”

Mies van der Rohe, 1965

seus utilizadores. Se um objecto destes é danificado, ou destruído, perde-se um recurso insubstituível (Aguiar, 2002).

A teoria da conservação diz-nos, hoje, que temos de preservar o físico, mas também o intangível - os saberes, as práticas culturais, as funções e as actividades históricas da cidade -, verificando-se uma grande ampliação no que actualmente se considera património.

Hoje aceita-se,

(...) cada vez com mais clareza, que esse património engloba, de forma marcante, não só os edifícios monumentais – palácios, igrejas, castelos, conventos -, mas também os edifícios habitacionais, industriais e comerciais que, isoladamente ou, ainda mais em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que o que sucede com os monumentos individualizados que, por vezes, não são mais do que expressões individuais de eventos singulares na época. Estes edifícios, que se identificam em tantas cidades e vilas com os chamados centros históricos, são geralmente mal conhecidos, já que até há bem pouco tempo a atenção de investidores, arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos, entre outros, se dirigia essencialmente para os já referidos edifícios especiais e monumentos, cujas intervenções se consideram mais marcantes e mais valiosas do ponto de vista curricular (Appleton, 2003, pp.1-2).

O conhecimento que se pode adquirir através de um cuidadoso processo de análise histórica, física e socio-antropológica do edificado histórico, e da descoberta e demonstração dos valores patrimoniais documentados com rigor histórico e científico, tem fundamental importância para a conservação do edificado (Aguiar, 1999).



Fig. 3 e 4 - Inspeções realizadas num edifício antigo na zona da Bainharia, no Centro Histórico do Porto (registo da autora).

Intervir em património histórico exige enquadramento específico para que se garanta a qualidade do projecto. Essa qualidade deve ser exigida, verificada e direccionada de acordo com as circunstâncias, dificilmente tolera tábuas rasas e implica dedicação, pesquisa, fundamentação (Coelho, 2009).

No processo de intervenção sobre o pré-edificado histórico deve ser sempre tido em conta o preexistente, pois cada espaço possui características próprias. A função do projectista “deve ser antes de mais valorizar o que existe, discretamente com humildade e respeito, aceitando que o que se possa fazer agora não pode ser nem será superior ao que foi produzido em séculos de trabalho e acumulação” (Garcia Lamas, 2006, p.33).

Por outro lado, com o passar do tempo surgem diferentes necessidades e expectativas. O projectista deve então procurar uma relação equilibrada e harmoniosa entre a preexistência e a nova intervenção (Gadanh, 2008). Uma das maiores complexidades do processo de reabilitação será, então, garantir a continuidade dos valores culturais e a conservação material dos edifícios, de forma a não impedir o desenvolvimento num momento marcado por complexas e constantes mudanças (Aguiar, 1999).

Tem-se assistido diariamente à perda, ou à profunda dilaceração, de um dos aspectos mais importantes na qualidade arquitectural das cidades históricas: a salvaguarda da sua identidade. E este é um dos principais pontos a ter em conta quando se discute as relações do projecto com a cidade histórica, segundo o arquitecto José Aguilar (1999).

Ao analisar intervenções em centros históricos portugueses constata-se uma impressionante perda de identidade, provavelmente resultante do processo de

homogeneização dos espaços que se tem vindo a evidenciar.

A sociedade moderna parece querer acabar com a diferenciação no urbanismo e na arquitectura pois busca por reproduções de modelos que procura aplicar em contextos geográficos e culturais fortemente diferenciados. Alguns dos fenómenos de perda de identidade podem relacionar-se

(...) com manifestações de um processo histórico desequilibrado, na excessiva rapidez das transformações do quadro construído (por exemplo, como sucedeu no período imediatamente posterior ao fim da II Guerra Mundial). Daqui decorre a hipótese, levantada por Lo Picollo, de que a identidade dos lugares urbanos depende directamente da frequência, do ritmo e da velocidade, mais ou menos acentuada, das mudanças. A manutenção ou a permanência de identidades reconhecíveis seria eventualmente impossível onde as mudanças são demasiado frequentes, onde as transformações se processam de forma demasiado rápida, onde a velocidade da mudança é excessiva (Aguiar, 1999, p.5).

Se as questões da identidade da cidade histórica estão, então, sobretudo ligadas ao factor tempo, de acordo com José Aguiar (1999), será possível concluir que variações demasiado rápidas ou frequentes na arquitectura da cidade histórica podem afectar o sentido de pertença a esse lugar. Mas se o papel da cidade muda no tempo, então a ideia de identidade é também a de um conceito evolutivo: “perceber a evolução da cidade e da sua identidade não significa abrir portas ao laxismo, ao consumismo mais despudorado da história: culturalmente importará sempre manter os elementos básicos de uma continuidade que se referenciam a uma identidade inalienável dos lugares” (Aguiar, 1999, p.5). Segundo o arquitecto, a fundamentação na cultura da construção local e o determinar das soluções de reparação a partir das próprias práticas ancestrais, é hoje vital para informar o restauro, a reparação, a resolução das lacunas e a possibilidade de proceder a reintegrações (Aguiar, 2002).

Para se proceder à reabilitação e à “actualização de construções antigas, compatibilizando-as com critérios mais modernos de conforto, segurança e desempenho, não há necessidade de se recorrer a intrusão de novos elementos estruturais nem de se abrir mão da utilização de materiais e sistemas construtivos tradicionais e próprios da Região” (Costa & Ripper, 2007, p.5). Podem, e deverão, contribuir para uma solução final responsável: “a coerência, o equilíbrio e a compatibilidade dos novos materiais e soluções construtivas com o edifício existente.” (Mendes da Silva, 2009, p.6).

“Todas as intervenções em construções existentes deixam sempre uma marca do tempo em que foram efectuadas” (Costa & Ripper, 2007, p.6), motivo pelo qual,

(...) qualquer intervenção em conjuntos arquitectónicos de interesse, por ter carácter único e insubstituível, deverá ser revestida de qualidade indiscutível. Haverá sempre que intervir com cuidado, consciência e saber, mas também com a humildade de deixar às gerações vindouras, quiçá com maiores capacidades, a hipótese de poderem alterar as nossas intervenções que, se forem pouco intrusivas e reversíveis, respeitarão o património original (Costa & Ripper, 2007, p.5).

Actualmente é consensualmente reconhecida a importância da reabilitação urbana tanto para a coesão como para a competitividade das cidades, sendo mesmo um dos recursos mais importantes para a Europa, visto que possui uma extraordinária cultura de cidades.

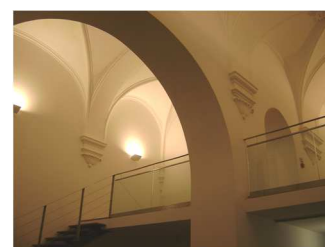


Fig. 5 e 6 - Palácio das Artes, no Porto, após obras de reabilitação (registo da autora).



Fig. 7, 8 e 9 - Operação de “fachadismo” (autor desconhecido, sem título in Jorge, 2010).

Nos últimos anos, também em Portugal se têm multiplicado as vozes que defendem a necessidade de apostar fortemente na reabilitação urbana. Técnicos, políticos, empresas, cidadãos – todos parecem concordar na sua urgência e importância. No entanto, nem sempre que o conceito de reabilitação urbana é evocado se está a aludir ao mesmo tipo de intervenção. Devido à sua rápida evolução e crescente complexidade, é frequente o conceito de reabilitação urbana ser usado de forma equívoca e redutora e os processos de intervenção não terem em conta os pressupostos que lhe estão subjacentes.

Em Portugal evidencia-se uma tendência quase generalizada de entender e encarar a intervenção na cidade ou edificado histórico dentro de duas possibilidades: oportunidade relativamente livre de renovar, que significa praticamente destruir e fazer algo novo, onde a obrigação objectiva de preservar é preterida pela afirmação idiossincrática do projecto de autor; ou camuflar intervenções profundamente transformadoras sob uma capa de aparente respeito patrimonial, demolindo a base da conservação urbana, procedendo a anexações cadastrais, e encobrindo tudo isto por detrás de um despudorado “fachadismo” (Aguilar, 1999).

Na década de 90, o “fachadismo” observou-se por toda a Europa, multiplicou-se rapidamente, sendo tomado por muitos operadores e por algumas administrações locais como a melhor solução para a resolução do problema da integração de novos programas no património edificado.

Retomando o caso de Portugal, “em cidades como Lisboa, o fachadismo tornou-se a “solução-tipo” de intervenção em zonas consolidadas, verificando-se a sua explosiva expansão sobretudo nos “boulevards” de inspiração haussmanniana que entre nós surgiram nos finais do século XIX. Arquitecturas de revivalismos e de ecletismos às quais a História da Arte e do Urbanismo, tardam a reconhecer o valor patrimonial e a decisiva contribuição urbanística” (Aguilar, 1999, p.12).

O “fachadismo”, enquanto obra,

(...) constitui uma estranha hipocrisia. Monta-se um estaleiro complexo, muito caro, baseado em importantes estruturas precárias, as quais irão suportar provisoriamente *in situ* a antiga fachada (assim como os edifícios envolventes), enquanto as suas entranhas são removidas, o interior demolido e substituído por uma nova edificação na qual a antiga fachada não tem funções estruturais (Aguilar, 1999, p.13).

O “fachadismo” é muitas vezes apresentado como uma hipótese de preservar a memória da cidade antiga, transportando-a para um futuro novo. Mas, na realidade, é uma falsificação da História e da própria memória, que encobre o aumento volumétrico despudorado, o roubo dos logradouros e que acaba por impedir a representação do nosso tempo.

Porém, os processos de reabilitação de edificado devem hoje ultrapassar esta falsidade tremenda, e para além disso, responder a um crescente número de objectivos. Isto é, para além de preservar, conservar e aproveitar os recursos disponibilizados pelo património construído, têm de conseguir dotá-lo de capacidade de resposta perante as exigências da vida contemporânea, têm de integrar objectivos e princípios sociais, ambientais, culturais e de sustentabilidade, e têm de conseguir impulsionar a dinamização económica das áreas urbanas em declínio.

Tendo surgido como uma intervenção técnica em edifícios, ao serviço de uma política sectorial, a reabilitação urbana tornou-se um processo de desenvolvi-

to urbano complexo, que aborda de forma integrada todas as políticas urbanas. Anteriormente domínio de técnicos e peritos, hoje a reabilitação urbana assume-se como uma empresa colectiva, para a qual todos são chamados a contribuir. Apresenta “novos desafios a toda a sociedade: aos decisores políticos, às empresas e técnicos da área, às associações e organizações não governamentais, e, em especial, a todos os cidadãos” (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006, p.IX).

Hoje, o património, em vez de ser considerado obstáculo, como o entendia a urbanística moderna, pode ser considerado e usado como propulsor. No entanto, não é suficiente possuir belos e históricos espaços urbanos ou velhas e poéticas arquitecturas para atrair novas vidas e novos investimentos. Para que os centros históricos se transformem em centros “vivos” é necessário analisá-los, actualizá-los, adequá-los às necessidades contemporâneas e criar nestes uma oferta de espaços habitacionais que se adapte

(...) às novas estruturas familiares que procuram os centros históricos, nas cidades contemporâneas – famílias pouco numerosas ou de base mono-parental, casais do mesmo sexo, celibatários que partilham espaços ou que usam a sua habitação para trabalho (atelier, consultório, escritório) ou residentes temporários (turistas informais, imigrantes, e estudantes Erasmus) – cujos hábitos acabam por contaminar o espírito dos próprios bairros, o tipo de comércio, de restauração, de vida nocturna, de festa local (Grande, 2009, pp. 20-21).

Estas actualizações originam, na sua maioria, resultados muito positivos, desde a recuperação de tecido urbano, passando pela canalização de fluxos turísticos, até à evolução económica. Assim, é paradoxal verificar-se ainda uma baixa percentagem a ocupar o sector da reabilitação, do restauro e da conservação patrimonial nas taxas de ocupação dos projectistas nacionais, quando na maioria dos países europeus este sector, já nos finais dos anos 90, se aproximava de 50% de toda a actividade arquitectónica desenvolvida (Aguiar, 1999).

As intervenções em património edificado apresentam-se hoje como oportunidades para se recuperarem as diversas relações e tradições que se foram dissipando. Intervir em património consiste em aproximar realidades divorciadas entre si, proporcionar o relacionamento de modelos recentes com os valores da memória colectiva. Assim sendo, “a conservação, restauro e reabilitação de edifícios históricos (...) dependerá cada vez mais do entendimento que deverá observar para com os contextos sócio culturais que formam a envolvente” (Mestre & Aleixo, 2007, p.1).

Em suma, “vale a pena reabilitar os edifícios dos centros urbanos antigos. Existem todas as razões históricas, culturais, arquitectónicas e sociais para esta afirmação ser verdade (...)” (Mendes da Silva, 2009, p.13).

2.3. A reabilitação do edificado habitacional como ponto fulcral da recuperação e revitalização do núcleo histórico

Por todo o País observa-se uma degradação, e muitas vezes uma desertificação, dos núcleos históricos as quais se devem, em grande parte, ao facto de estes serem deixados apenas ao usufruto do turismo de massas e de não deixarem espaço para o rejuvenescimento dos seus naturais, o que os leva mesmo, por vezes, à sua autodestruição.

Na maioria dos casos o grande erro é não se entender (ou não se querer entender) que não existe cidade patrimonial sem os seus mais directos

protagonistas, ou seja, os seus habitantes. E o que acontece é que os centros históricos transformam-se em zonas cenário, em “parques temáticos” artificiais, onde a exclusão social premeditada levará à falta de entendimento da população que habita “outras cidades” desligadas da cidade fundadora e que da cidade tradicional não sentirá falta, nem tão pouco admiração, por tender cada vez mais a não se identificar com ela (Mestre & Aleixo, 2007).

Se destruímos um modo de viver milenar, como podemos esperar o respeito o prazer por habitar a cidade tradicional? O retorno urgente à cidade tradicional será sem dúvida o maior desafio que teremos para a conservação e revitalização do património arquitectónico e paisagístico (Mestre & Aleixo, 2007, p.2).



Fig. 10 (esq.) - Habitação reabilitada em Sevilha, pelos arquitectos Juan Pedro Donaire Barbero e Mariana Gómez Ramírez - exterior (Alda, sem título in Neves, 2008, p.91).

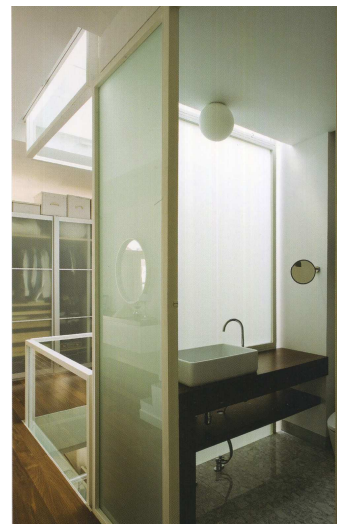


Fig. 11 (centro) e 12 (dir.) - Habitação reabilitada em Sevilha, pelos arquitectos Juan Pedro Donaire Barbero e Mariana Gómez Ramírez - interiores (Alda, sem título in Neves, 2008, p.96).

No repovoamento de zonas históricas é necessário reflectir profundamente acerca de como interagir com os futuros habitantes a instalar pois essas áreas possuem um grande significado sócio cultural, o qual é extremamente sensível à adulteração. É necessário elaborar estudos de impacto e de acompanhamento que reúnam especialistas de áreas como a sociologia, a antropologia, a história, a arquitectura, o restauro, a gestão, a animação cultural... - unir especialistas das áreas sociais e especialistas na área do património -, e a estes associar ainda uma política de reabilitação transparente (Mestre & Aleixo, 2007).

É de grande importância que, o habitar, seja cada vez mais visto e entendido

(...) numa perspectiva ampla, como entidade viva que contribua para a vida da vizinhança, do bairro e da cidade. Quando pensamos nas vizinhanças urbanas, que são as células de uma cidade, elas devem integrar, além das habitações, pequenos equipamentos adequados ao serviço das diversas necessidades dos habitantes e ao estímulo do convívio. Trata-se de pensar a cidade como uma verdadeira extensão do habitar para além das paredes da casa de cada um (Coelho, 2009, p.4).

Uma cidade de vizinhanças é caracterizada pela diversidade de soluções de habitar casa e rua, diversidade capaz de corresponder a necessidades e a gostos específicos e que, assim, cumpre diferentes objectivos domésticos e urbanos.

Importa não esquecer que o seu sentido lúdico poderá ser de grande importância para se poder gozar o espaço urbano. O qual poderá ser conquistado a partir da articulação dos acessos às habitações e aos equipamentos com o respectivo espaço urbano pormenorizado, sendo determinantes o predomínio estratégico do peão e a variação das formas de conjugação entre os vários elementos em presença. A introdução ou a reintrodução de espaços de residência deve estar

aliada à vitalização e à (re)qualificação urbana dos respectivos sítios de intervenção (Coelho, 2009).

A qualidade do habitar não se trata apenas com números ou receitas a repetir nem as soluções modelo estão associadas a uma qualquer satisfação garantida. O fazer da cidade e da casa do Homem liga-se, essencialmente, a aspectos qualitativos. Uma vida cidadina densa e animada é importante na oferta de ambientes socioculturais estimulantes para complementar a vida doméstica solitária de tantas pessoas, para proporcionar um suplemento de carácter, de convivialidade e de estímulos ao habitar urbano (Coelho, 2009).

De acordo com o arquitecto António Baptista Coelho (2009) a criação de muitos lugares bem interligados é fundamental para uma cidade coesa e humanizada, e o habitar deverá repartir-se entre o mundo doméstico e o da cidade, através de uma escala social e de vitalidade pública, de uma escala de vizinhança e de convívio e da marcação estratégica e cuidadosa da própria escala humana.



Fig. 13 (esq.) - Zona cultural requalificada, na Baixa do Porto (registo da autora).

Fig. 14 (dir.) - Obras de requalificação de infra-estruturas de apoio ao edificado, no Centro Histórico de Coimbra (autor desconhecido, sem título in Gestão Participada do Gabinete para o Centro Histórico - Município de Coimbra, 2010).



Fig. 15 (esq.) - Avenida dos Aliados, na Baixa do Porto, após obras de reabilitação (registo da autora).

Fig. 16 (dir.) - Praça Carlos Alberto, na Baixa do Porto, após obras de obras de reabilitação e de melhoramento de infra-estruturas de estacionamento (registo da autora).



Fig. 17 - Ponte D. Luís I, núcleo histórico do Porto - permite melhorar a acessibilidade tanto a nível pedonal, como de transporte automóvel e de metro (registo da autora).



Fig. 18 - Edifício habitacional no núcleo histórico do Porto (registo da autora).

3. O HABITAR

3.1. Os significados básicos e a evolução do habitar

A investigação sobre a habitação e o habitar sempre fizeram parte dos temas centrais da arquitectura e da cidade. Desde há muito, foram e continuam a ser alvo de estudo os espaços residenciais, domésticos, ou de habitação (Fernandes, 2007).

Como evidencia Francisco Barata Fernandes (1999, p.30)

(...) a habitação ocupou desde sempre o primeiro lugar no património construído, urbano ou não. Este é um facto que dispensa dados estatísticos para ser comprovado. O tema da habitação sempre foi privilegiado pela investigação arquitectónica. O conceito de habitar confunde-se em determinados períodos históricos ou em determinadas interpretações teóricas, com o próprio conceito de arquitectura.

No livro “O Homem e a Casa”, António Cabrita classifica o habitar como um conceito que será “sempre definido em cada lugar e em cada momento pela exploração pelo homem de um conjunto de objectivos, exigências e necessidades que, quando atingidos(as), desempenham em plenitude a acção pressuposta no verbo” (Reis Cabrita, 1995, p.12). No desenvolvimento do estudo deste conceito, o autor refere dois níveis distintos definidores do habitar: o do alojamento e o do ambiente próximo da vizinhança, sendo o primeiro o que possui maior relevância para a presente dissertação.

Segundo ele (Reis Cabrita, 1995), o habitar ao nível do alojamento é conseguido pela delimitação construída de um espaço que proporcione ao homem: segurança (abrigo e protecção); privacidade, intimidade, isolamento, independência, espaço pessoal; compensação pelas suas insatisfações (do trabalho, do meio ambiente...); o retorno a si; a possibilidade de estabelecer uma relação dialéctica com o “objecto”, de modo a que a habitação funcione como objecto de uso funcional, de valor social e de símbolo; a realização da imagem desejada de si, no seu espaço territorial; a expressão de uma territorialidade bem definida, física e psicologicamente delimitada, onde representa e sublima os seus desejos de apropriação; a afirmação, a apropriação não só do território mas também dos objectos que coloca nele e do modo como os dispõe; a garantia de uma libertação parcial mas efectiva, embora temporária, da norma social, contribuindo para a afirmação da autonomia; o estabelecimento de relações eficazes e criativas com a família; a definição de uma interioridade; e o desempenho das actividades com facilidade, flexibilidade e liberdade, individualmente, ou em grupo familiar, designadamente as tarefas quotidianas domésticas, no quadro das transformações individuais, familiares e sociais (sendo neste incluído as necessidades sanitárias e de higiene, a recuperação energética pessoal, pela alimentação e repouso, o estabelecimento de relações sociais selectivas e a garantia do aprovisionamento de bens e o seu consumo privado).

Muito ligados ao núcleo essencial da sociedade que é a família, o espaço ou a forma da casa, traduzem e denunciam, de um modo relativamente explícito e directo, as características sociais, culturais, as preferências correntes e a vivência do quotidiano desses núcleos humanos (Fernandes, 2007). A habitação pode constituir-se como um meio de documentação de um determinado período e “pode documentar, em cada momento histórico, o sentido mais profundo em que determinada comunidade evoluiu” (Barata Fernandes, 1999, p.30).



Fig. 19 - Unidade Habitacional projectada por Le Corbusier (autor desconhecido, Unité in Jenks, 2002, p.253).

Em seguida passa a apresentar-se mais especificamente as alterações registadas nos interiores da habitação. A habitação dotada de um conjunto de funções e espaços especializados, cada um destes com a sua designação - sala de estar, sala de jantar, cozinha, quarto, casa de banho - é uma invenção relativamente recente. Esta resulta de um processo evolutivo, iniciado no século XIX, que procura responder às exigências de higiene e conforto necessárias como garantia de reprodução da força de trabalho das sociedades proto-industriais. Este processo teve o seu auge, no século XX, com o Movimento Moderno, no qual se encarou a habitação como um invólucro abstracto e neutro, passível de ser habitado por qualquer indivíduo. Invólucro este, constituído por elementos industriais estandardizados, que permitiam poupar tempo e custos, e por um conjunto de divisões especializadas. A casa tornou-se, assim, numa máquina de habitar (Milano, 2009).

A sociedade evoluiu, contemporaneamente é cada vez mais “fluida”. Encontra-se organizada em função da mobilidade tanto física como virtual. Consequência deste facto, as actividades ou acções que se desenvolvem nos espaços tendem a tornar-se “mutáveis, dinâmicas e flexíveis” (Milano, 2009, p.490).

Ao observar-se a evolução das cidades percebe-se que

(...) existe uma relação de causa-efeito entre os modos de vida dos seus habitantes e as formas físicas da sua transformação. As cidades tornaram-se multicêntricas, e a especialização por áreas funcionais, o *zoning*, introduzido pelo Movimento Moderno, sofreu profundas transformações: a cidade contemporânea é uma cidade genérica, pode-se efectuar qualquer função em qualquer lugar – basta ter um dispositivo de conexão a uma *network* (Milano, 2009, p.490).

Contudo, e por outro lado, a evolução da casa é muito lenta e os valores de estabilidade que a esta se associam parecem não se conseguir desligar da sua origem, e prevalecem (Milano, 2009). Por exemplo,

(...) o loft, um modelo de habitat que surgiu nos anos 60 como acto de abuso e de reacção contra uma ordem social predeterminada e burguesa, só nos últimos anos está a ser novamente alvo de atenção e curiosidade por parte dos projectistas de todo o mundo. O que atrai arquitectos, designers e promotores imobiliários é a grande liberdade que este modelo proporciona, a sua capacidade de ser espaço flexível e disponível para ser “ocupado” segundo um gradual processo de apropriação individual. É um espaço onde o morador pode inventar uma representação de si próprio (Milano, 2009, pp.490-91).

Cada vez mais a casa é entendida como um organismo vivo, correspondente às exigências, necessidades, inquietações e desejos dos seus habitantes. Cada vez mais é mutável e adaptável às mudanças dos seus utilizadores e respectivos estilos de vida. É também, cada vez mais, um espaço tecnológico. Actualmente

(...) o desafio tecnológico mais importante é constituído pela procura da sustentabilidade ambiental, expressa na utilização de materiais ecológicos, na aplicação de sistemas e infra-estruturas de baixo impacto, na procura de uma estratégia que também visa considerar a habitação como um organismo passível de transformações e contínuas adaptações em função de uma fácil adequação a novas configurações e emergentes necessidades (Milano, 2009, p.491).

Pensar o habitar, na actualidade, implica uma reflexão sobre as alterações socioculturais registadas - novas tipologias familiares, novos ritmos de vida e de trabalho, novas relações interpessoais, novas relações entre o espaço e o tempo que originam modificações na forma de uso dos espaços (Milano, 2009) -, implica

contrariar o sucedido em grande parte das habitações em uso e nas oferecidas pelo mercado imobiliário, que são inadequadas por responderem a padrões genéricos e muitas vezes anacrónicos, não contemplando a diversidade das necessidades de ocupação, uso e organização que a sociedade hoje requer (Villà, s.d.).

O sector da habitação é fortemente influenciado pela transformação do contexto, pois a evolução tecnológica abre novas possibilidades na concepção de soluções, e simultaneamente, a evolução social coloca novas solicitações aos espaços habitacionais.

Face às tendências de evolução da sociedade e às características do sector habitacional, podem identificar-se três principais desafios que se colocam à produção de habitação: dotar a habitação de características que permitam responder à diversidade de modos de vida presentes e à sua transformação no futuro, o que implica a realização de estudos que prevejam a evolução dos usos, recorrer a tipologias mais diversificadas, investir na adaptabilidade e fomentar a apropriação; promover a redução dos impactos ambientais negativos decorrentes da construção, uso, manutenção e desconstrução da habitação, sendo necessário repensar o modelo de ocupação do solo, aumentar a eficiência energética, assegurar uma gestão eficiente da água e reduzir o volume de resíduos domésticos não tratados; aproveitar as novas tecnologias para aumentar a adequação entre os ambientes e os modos de vida e contribuir para a sustentabilidade ambiental sem diminuir os níveis de conforto, o que passa por uma integração das tecnologias actuais, encontrar formas que permitam a evolução das tecnologias e melhorar a interacção das pessoas com a tecnologia.

3.2. Novas formas de habitar

Sabendo que os modos de vida mudaram e se diversificaram, é necessário flexibilizar a oferta de soluções residenciais e urbanas. A habitação necessita adaptar-se à forma de vida e respectivas necessidades dos seus habitantes.

Desde há uns anos para cá o número de domésticas tem vindo a diminuir e o número de mulheres que trabalha fora de casa a aumentar. Também as diferenças entre o papel social dos homens e das mulheres foram atenuando tanto no trabalho como na habitação. Assim, a gestão e manutenção da habitação começou a estender-se a todos os elementos do agregado familiar. Por outro lado, é dada uma crescente importância ao lazer e aos tempos livres e os habitantes ambicionam realizar as actividades domésticas com conforto e eficiência. Resultado destas alterações dos modos de vida, os residentes procuram habitações que possibilitem a realização de actividades de lazer e que disponham de equipamentos facilitadores das actividades domésticas, que evitem esforço e tempo por parte dos habitantes na realização das respectivas actividades. No fundo, busca-se cada vez mais por habitações funcionais e eficientes (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Para a maioria dos indivíduos que desempenham uma actividade profissional num local externo à habitação, a casa é um lugar quotidiano de “retorno”, isto é, os indivíduos passam a maior parte do tempo diário fora da sua residência, estando quase sempre confinados aos tempos de trabalho e outras formas de vida social. A gestão de tempos pessoais diários condiciona, de forma rigorosa, a vivência e os tempos dedicados às possíveis actividades domésticas (Serra & Salvado, 2009).

Outra alteração prende-se com as dicotomias associadas ao espaço doméstico,



Fig. 20 - Variedade de grupos domésticos (autor desconhecido, sem título in Santiago, 2006a).

tais como a noção de público e privado. A casa assume um novo papel no jogo das relações dos sujeitos com os outros espaços. Tem um novo posicionamento face a determinadas dicotomias tradicionais (Serra & Salvado, 2009).

Decorrem actualmente profundas modificações nas estruturas sociais e familiares - diminuição do número de famílias nucleares; diminuição do número de pessoas por família; maior número de pessoas a viver sozinhas; maior diversidade de valores e culturas; imprevisibilidade dos ciclos de vida; e aumento da esperança média de vida – e também nas formas de uso da habitação, através do uso generalizado da tecnologia nas actividades desenvolvidas na habitação, do acesso a redes de comunicação (internet, telemóveis...), de uma maior mobilidade residencial e do aumento do trabalho profissional em casa.

Assim, torna-se necessário alterar as soluções tipo de resposta a uma família nuclear, de modo de vida estável, e adoptar soluções espaciais que permitam diversas formas de utilização e sua alteração ao longo do tempo (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006). Do ponto de vista de Joan Villà (s.d.), as soluções passarão pela descompartimentação, reduzindo o número de espaços de funções especializadas e substituindo-os por espaço adequado a uso multifuncional, e por uma clara operacionalização do conceito de flexibilidade.

A forma de como se analisa o espaço residencial deverá ter em conta estas alterações nas composições familiares e nos modos de vida, e deverá ser alvo de uma análise que contemple as relações sociais e as práticas que nele ocorrem em termos de uso e apropriação, “para que se possa perceber as afinidades e os significados inerentes ao modo como o indivíduo constrói condições de existência, identidades individuais e posicionamentos sociais” (Serra & Salvado, 2009, p.1).

A evolução demográfica ocorrida nas últimas décadas, na Europa, e em particular, em Portugal, tem vindo a implicar transformações na configuração das estruturas familiares e, conseqüentemente, nas formas de habitar. As alterações decorridas têm vindo a assumir uma importância fundamental na consciencialização de que o modelo tradicional de família já não se apresenta como uma realidade assim tão generalizada, e de que qualquer estudo que assente na procura de novas respostas para soluções habitacionais, não se pode reduzir a um único modelo residencial (Serra & Salvado, 2009.).

Na actual era da informação e da sociedade pós-industrial, os novos média trazem consigo a promessa de ampliar as facilidades de uma sociedade tecnocrata, além de determinar o redesenho do espaço doméstico e, em outra escala, os modos comportamentais nas áreas sob influência cultural metropolitana. À medida que estes se potencializam, conferem às habitações a liberdade de funcionar à distância, relacionando-se entre si numa esfera virtual, quase independentemente do espaço concreto.

A relevância dos média no estabelecimento de critérios para o redesenho do espaço doméstico pode ser verificada através da constatação e caracterização dos seus impactos - ou, da ausência deles - no comportamento e na vida quotidiana. Estes impactos são classificados, por Tramontano, Pratschke e Marchetti (2002), em duas instâncias: impactos directos e impactos induzidos.

Os impactos directos são aqueles que já se verificam no interior das habitações, como uma primeira manifestação das mudanças causadas pelos novos média e são revelados nos usos e funções dos espaços da habitação. Exemplo destes é o crescente tempo de permanência dos indivíduos no espaço doméstico, motivados pela possibilidade de executarem tarefas no espaço virtual – como trabalhar,

comprar... –, anteriormente apenas possíveis através do deslocamento físico ao espaço concreto. Ultrapassando os limites da residência, o uso de equipamentos móveis, como computadores portáteis e telemóveis, possibilita a realização de funções tradicionalmente ligadas aos interiores domésticos em todo o território urbano, recolocando a noção de habitar a cidade (Tramontano, Pratschke & Marchetti, 2002).

Os impactos induzidos relacionam-se com as transformações mais subliminares verificadas nos comportamentos. São alternativas e possibilidades que os novos média trazem consigo, tão amplas quanto incertas, como são exemplo os conceitos: de telepresença - que desperta no homem um desejo de estar virtualmente noutros lugares; e de não-linearidade - ponto de partida e de chegada de grande parte das novas linguagens utilizadas na produção do espaço virtual – que se reflecte cada vez mais na estrutura de espaços domésticos não hierarquizados – ex: os lofts -, e na alternância e redefinição de papéis por que têm passado os membros dos agregados familiares (Tramontano, Pratschke & Marchetti, 2002).

No que respeita, especificamente, às alterações identificáveis no espaço doméstico, os autores Tramontano, Pratschke e Marchetti (2002), julgam ser coerente identificá-las e agrupá-las segundo quatro níveis principais:

- A relação entre os membros do agregado familiar. A escolha entre convívio e reclusão faz-se em função da banalização da televisão por cabo e do conceito de home-theater, do micro-computador conectado à Internet, da presença destes equipamentos e de aparelhos telefónicos nos diversos compartimentos da habitação;
- A relação entre membros do grupo e os novos média. A possibilidade de interactividade que muitos destes novos média oferecem, deixa supor que a experiência mediatizada é concreta. Na verdade, ela é apenas uma representação da realidade concreta, ou, no máximo, uma simulação;
- A relação entre membros do grupo e pessoas extra-grupo. O isolamento pode passar a significar conexão – conexão com o mundo. A reclusão num quarto equipado, por exemplo, com um computador conectado à Internet, deixa de ser uma opção necessariamente solitária;
- A alteração da função dos compartimentos. Definida pela introdução dos equipamentos aqui mencionados, a função dos compartimentos da habitação convencional permanece em constante alteração. Este processo pode complicar-se com o desenvolvimento de novos equipamentos, concentrando, por exemplo, televisão, telefone e computador ligado à Internet. A sobreposição de funções não está prevista no modelo da habitação convencional.

De acordo com Tramontano, Pratschke e Marchetti (2002) é evidente a necessidade que o projecto da habitação contemporânea comece a considerar: possibilidades de flexibilização do espaço, tanto através da alternância como da sobreposição de funções, e as questões técnicas aí implicadas; a utilização de dispositivos garantindo privacidades, através de uma revisão da estrutura espacial convencional; possibilidades de flexibilização do uso de mobiliário e equipamentos.

Os modos de habitar o futuro remetem-nos por um lado para a afirmação e autonomia do sujeito no que concerne às práticas e escolhas residenciais, e por



Fig. 21 - Sobreposição de actividades na habitação (autor desconhecido, sem título in Santiago, 2006b).

outro para uma compreensão do meio residencial como um espaço articulado e não como um somatório de partes (Serra & Salvado, 2009).

Tem-se vindo a reflectir também, na edificação habitacional e, consequentemente, de certa forma nos modos de habitar, a tomada de consciência do esgotamento de recursos. Progressivamente encara-se a reabilitação de edifícios habitacionais antigos como uma alternativa sustentável à construção de raiz, procurando-se adaptar este tipo de edificado, desactualizado, às novas exigências, integrando-se neste, materiais ecológicos e infra-estruturas de baixo impacto.

3.3. A adaptação de edifícios habitacionais antigos a novos modos de habitar

Antigamente aceitava-se com naturalidade as dimensões reduzidas dos fogos e dos seus compartimentos, a sobreposição de funções num mesmo espaço e as reduzidas condições de conforto e privacidade. Muitas destas situações registadas hoje são consideradas insalubres, como são exemplo a sobreposição da função cozinhar com a higiene pessoal e a existência de quartos de dormir interiores e/ou sem aberturas para o exterior (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Por outro lado, algumas das habitações antigas possuem espaços que para os modos de vida contemporâneos são dispensáveis. O que pode ser explicado pelo facto de que ainda num passado recente nas habitações de maiores dimensões: ser quase indispensável a existência de uma grande sala de jantar, mesmo que com pouco uso mas com importantes funções representativas; existir um quarto e uma instalação sanitária junto à cozinha para a empregada doméstica; possuírem uma porta de entrada/saída principal com acesso a um vestíbulo, e outra de serviço dando acesso à cozinha (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Os modos de habitar referidos justificam que algumas habitações antigas, quando analisadas pelos padrões actuais, se encontrem desajustadas em dimensão e em organização.

Verificaram-se, nos últimos anos, mudanças estruturais na sociedade e, consequentemente, no habitar: alterações na dimensão e na composição dos agregados familiares; surgimento de novos hábitos de privacidade individual; transformações nas relações entre adultos e jovens; alterações no tempo de permanência na habitação e nas funções que se exercem no interior desta - por exemplo, trabalho a partir de casa; facilidade de acesso a novos electrodomésticos e equipamentos lúdicos - por exemplo, aparelhagem de som, leitor de DVD, computador pessoal; aumento do número e do volume dos objectos a guardar - por exemplo, para desporto, lazer - consequência de uma sociedade de consumo; níveis de exigência mais elevados quanto à salubridade, higiene e conforto ambiental (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Estas mutações vêm reflectir-se nas características das habitações que se ambiciona possuir, tais como: casas com espaços mais amplos; instalações sanitárias completas; espaços para tratamento de roupas; espaço privado para cada indivíduo adulto do agregado; uma grande sala de estar que permita o funcionamento dos equipamentos lúdicos e receber visitas; um vestíbulo que filtre e separe o interior privado do exterior público; amplos espaços exteriores privados; compartimentos sem uma atribuição funcional directa mas que servem de reserva para o futuro - por exemplo, escritório -, para usos esporádicos - por exemplo, quartos de visita - ou como zona de apoio ao resto da casa (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Em suma, as formas e o conceito de habitar têm sofrido profundas alterações, as quais deverão ser tidas em conta quando se desenvolve uma intervenção de reabilitação de edifícios de habitação. É necessário considerar as novas necessidades, o aumento dos níveis de exigência e a alteração dos modos de vida na habitação. Este é um “novo tema” de projecto que urge explorar.



Fig. 22 - Interiores de uma habitação na Encosta do Castelo, Lisboa - projecto do arquitecto Manuel Aires Mateus, 2003/2006 (Autor desconhecido, Sem título in Neves, 2009, p.23).

Fig. 23 - Interiores de uma habitação na Encosta do Castelo, Lisboa - projecto do arquitecto Manuel Aires Mateus, 2003/2006 (autor desconhecido, sem título in Neves, 2009, p.25).



Fig. 24 - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006 (autor desconhecido, sem título in Neves, 2009, p.33).



Fig. 25 (esq.) - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006 (autor desconhecido, sem título in Neves, 2009, p.34).

Fig. 26 (dir.) - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006 (autor desconhecido, sem título in Neves, 2009, p.31).

Quando se ambiciona elevar o nível de qualidade de habitações antigas para os padrões actuais, surgem uma série de problemas de uso que só podem ser resolvidos mediante a realização de adaptações dos seus espaços. Estas adaptações, segundo Paiva, Aguiar e Pinho (2006), podem ser reunidas em seis grupos principais de formas de intervenção: agrupar habitações num menor

número de unidades; subdividir habitações num maior número de fogos; subdividir os compartimentos existentes em cada habitação; conectar ou articular compartimentos existentes; introduzir novos espaços eliminando espaços anteriormente existentes; e melhorar as comunicações verticais e horizontais.

3.3.1. Exigências e necessidades actuais do habitar

3.3.1.1. Qualidade e conforto

“(…) por muito que se evolua, habitar continua a ser uma necessidade básica do Homem, e onde se manifestam outras necessidades mais secundárias que não ter um tecto, como a representação social. No entanto, as necessidades de conforto evoluem, a salubridade exigida é outra e, principalmente, o uso que se dá a cada uma das funções também diverge daquilo que era feito décadas passadas.”

Jorge, 2008, p.6

A habitação influencia em diferentes aspectos o dia-a-dia dos moradores, marcando profundamente a sua qualidade de vida, e as suas expectativas e possibilidades de desenvolvimento futuro. Uma vez que a qualidade habitacional tem uma influência directa na satisfação dos utentes, torna-se um importante objectivo de todos os intervenientes nos processos de concepção.

O conceito de qualidade, no âmbito da habitação, engloba não só, a sua qualidade construtiva e de conforto interior, mas também, as condições de conforto e qualidade da vizinhança, ou seja, do espaço público, espaço marcado pela vivência colectiva.

As preocupações com a qualidade da habitação têm vindo a evoluir ao longo dos tempos, acompanhando as evoluções técnicas, económicas, sociais e culturais da sociedade.

As exigências funcionais foram-se alterando conforme as alterações dos modos de vida. Hoje, existem normas técnicas legais relativas aos projectos habitacionais que têm de ser cumpridas – a nível do arranjo interno e funcional das habitações, da implantação dos edifícios, da salubridade, da segurança contra incêndios, do acesso a deficientes, das condições térmicas, das instalações de gás, entre outras. Estas normas técnicas explicitam os níveis mínimos de qualidade, constituem os padrões básicos a partir dos quais a qualidade da habitação deve ser avaliada e aperfeiçoada, atendendo à forma como os moradores avaliam e percebem essa qualidade (atractividade, objectiva e subjectiva de uma habitação), à integração de um bairro na malha urbana e à satisfação dos utilizadores.

Destacam-se como os três aspectos cada vez mais valorizados nos produtos imobiliários - a estética, a funcionalidade e o aproveitamento energético, adequados aos novos estilos de vida e ao desejo de conforto e bem-estar.

São considerados atributos mínimos da qualidade interior das habitações, tendo em conta a satisfação e as suas exigências de uso, os seguintes: a adequação da casa à dimensão da família, à estrutura familiar e instalação do mobiliário; segurança e facilidade de circulação - principalmente para as crianças, idosos e deficientes; conforto térmico, acústico, luminosidade, insolação e vistas; salubridade (instalações sanitárias, ventilação, abastecimento de água, energia e saneamento); funcionalidade - de cada compartimento conforme as necessidades biológicas e de funcionamento da vida quotidiana; existência de espaços, no interior e no exterior, adequados aos diferentes tipos de arrumação; durabilidade dos materiais utilizados e manutenção da casa.

A qualidade habitacional abre-se, hoje, a novos níveis sobretudo do foro psico-social, que em parte têm a ver com o alojamento, mas também com as características do espaço envolvente - a qualidade do *habitat* e da vida urbana. Procura-se, para além de melhorar o ambiente interno dos alojamentos, melhorar, projectar e construir os espaços exteriores públicos, para que este deixe de ser

apenas um espaço residual da edificação (Reis Cabrita, 1995).

A análise da qualidade residencial deve orientar-se, de acordo com um estudo realizado por António Baptista Coelho, em função de seis patamares que apresentam uma continuidade espacial funcional e simbólica interactiva: envolvente, vizinhança alargada, vizinhança próxima, edifício, alojamento, compartimento.

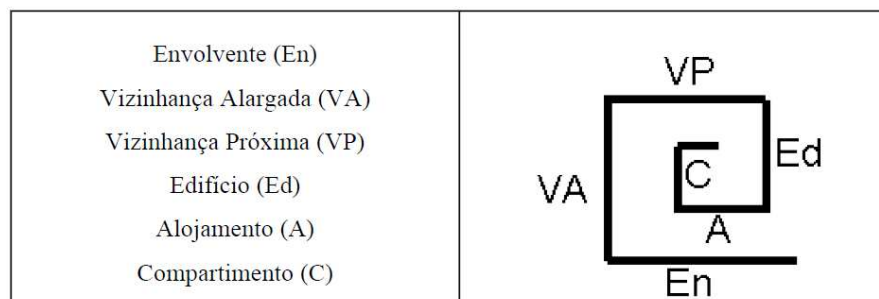


Fig. 27 - Patamares de Análise e Avaliação de Qualidade Residencial (Coelho, Patamares de Análise e Avaliação de Qualidade Residencial in Coelho 1993, p.6).

3.3.1.2. Flexibilidade

Como se refere no ponto anterior o conforto dos alojamentos, em geral, tem vindo a melhorar, a evoluir. No entanto, a nível da concepção do edificado habitacional é verificável um padrão constante, que já se encontra muitas vezes desadequado face às necessidades actuais.

Nas últimas décadas do século XX, e agora também no presente século, evidencia-se, cada vez mais uma grande diversificação de famílias, os grupos domésticos são cada vez mais distintos da família nuclear convencional, o que tem provocado discussões acerca da flexibilidade arquitectónica. Vários estudos identificam e analisam a flexibilidade nas suas várias formas, comprovando a sua importância tanto como mecanismo para atender à incerteza da primeira ocupação do imóvel como às modificações pretendidas ao longo de sua vida útil. É um componente do projecto habitacional já bastante discutido, tendo as suas propostas mais radicais surgido nos anos 60, e que ressurge nos anos 90, assumindo o conceito de flexibilidade leve (Galfertti, 1997).

A localização, a vizinhança, o preço, as condições de pagamento e financiamento - atributos gerais do imóvel, independentes do projecto em si - podem, por vezes, determinar a escolha e a decisão de compra. Deste ponto de vista, a riqueza espacial da habitação acaba por se tornar num factor de importância secundária. Porém, por outra perspectiva, o interior da habitação em si é o bem de consumo que é comprado e vendido. "O espaço interior, a célula doméstica, é o espaço por excelência. É o espaço que é construído; é o começo e é o fim da construção" (Galfertti, 1997).

É visível uma crescente necessidade de uma oferta mais diversificada de produtos ou de torná-los personalizados, que provém não apenas de aspectos conjunturais ligados à economia e à tecnologia, mas também, e sobretudo, da tendência inerente ao Homem de querer diferenciar-se do outro, procurando a sua identidade (Brandão, 2002).

Em geral, os projectos habitacionais oferecidos, são tradicionalmente baseados num esquema funcionalista rígido, são bem menos dinâmicos quando comparados às rápidas mudanças pelo lado da procura, de tal forma que o estado de obsolescência do ambiente construído se dá em tempos cada vez menores.

Conforme foi já referido, nas últimas décadas as mudanças socio-demográficas têm sido rápidas e significativas, destacando-se as modificações na estrutura da família patriarcal convencional, a redução do tamanho das famílias, o aumento do número de pessoas a viverem sozinhas, o aumento de separações e divórcios, os novos papéis desempenhados pela mulher. Isto é, foi surgindo um conjunto de factores geradores de uma maior diversidade de arranjos familiares. A estas mudanças foram-se juntando ainda outras, como, por exemplo, a tendência do trabalho em casa (*home-office*, teletrabalho), originando a necessidade de equipar espaços com instalações de comunicação, e o grande desenvolvimento tecnológico no campo dos electrodomésticos e equipamentos para a habitação, que vieram também ocupar o seu espaço (Tramontano, Pratschke & Marchetti, 2002).

Em suma, procura-se exercer dentro do espaço habitacional muito mais funções e actividades.

Será necessário, ou mesmo inevitável, reverter a tendência observada nos últimos anos, de ampliar os programas residenciais com espaços dedicados a novos usos originando plantas cada vez mais compartimentadas e, paradoxalmente, com áreas cada vez mais reduzidas.

Também o encarecimento do solo urbano tem contribuído para uma redução das áreas dos fogos, o que só vem reforçar a necessidade de flexibilizar o espaço habitacional, para que este se possa melhor adaptar às necessidades, ao modo de vida, ao quotidiano dos seus utilizadores.

As soluções para este problema poderão passar pela descompartimentação do fogo, reduzindo o número de espaços com funções especializadas e substituindo-os por espaço adequado para uso multifuncional.

Vários autores defendem a importância da flexibilidade, tanto na ocupação inicial dos espaços - flexibilidade inicial - como ao longo de sua utilização - flexibilidade contínua, funcional ou permanente – justificando-a, principalmente, pela necessidade contínua de novos serviços, instalações e equipamentos.

De acordo com Rosso (1980, p.9) “uma habitação polivalente é aquela que, dada a maneira como foram concebidos os seus espaços, permite alterar os usos dentro dela, ocupá-la de maneiras variadas, distribuindo as funções diferentemente”, aquela onde “se pode trabalhar, descansar ou dormir em qualquer quarto, pois cada quarto excita a imaginação do morador para que ele o use da maneira que quiser”.

A tendência do *home-office* é outro reflexo da relevância da flexibilidade e que justifica a sua integração no projecto habitacional. A mudança dos padrões do trabalho começaram a diluir a distinção entre actividades desenvolvidas nos escritórios e em casa, mudança esta que se encontra associada ao acelerado desenvolvimento tecnológico, sobretudo da informática e da comunicação (Brandão & Mählmann Heineck, 2003).

Galfertti (1997) enfatiza que a flexibilidade é um dos objectivos da modernidade. Entende a flexibilidade como o grau de liberdade que torna possível a diversidade de modos de vida actuais (Brandão & Mählmann Heineck, 2003, p.10).

Por Douglas Queiroz Brandão e Luiz Fernando Mählmann (2003), são sugeridas cinco principais formas distintas de conceber a flexibilidade espacial: a diversidade tipológica, a flexibilidade propriamente dita, a adaptabilidade, a ampliabilidade e as possibilidades de junção ou desmembramento, as quais são

por estes definidas, sucintamente, como:

- Diversidade tipológica: existência de uma diversa oferta de unidades-tipo num mesmo edifício, isto é, que este seja concebido com diferentes plantas, diferentes áreas privativas e número de quartos. A localização destas unidades é predefinida, e normalmente, não são deixadas alternativas de modificação dos seus interiores.
- Flexibilidade propriamente dita: existência de uma planta livre, que permite a possibilidade de se dar origem a uma multiplicidade de arranjos/organizações. Procura-se separar a área seca (e mais livre), da área molhada (normalmente fixa).
- Adaptabilidade: procura assegurar a polivalência consoante a descaracterização funcional das peças de uma edificação, de forma a dar-lhes alternativas de uso. As unidades são projectadas sem que sejam predeterminadas as condições de uso, deixando espaço de decisão aos usuários. Oferece a possibilidade de se proporcionarem funções simultâneas para o mesmo ambiente ou, ainda, a troca de função, com facilidade e rapidez, sem serviços de construção. Estão, neste princípio, incluídos conceitos como: neutralidade; agregação de funções; e ambientes multiuso. A integração ou isolamento dos ambientes pode ser feita através de divisórias e painéis móveis, e do uso de mobiliário também deste tipo.
- Ampliabilidade: possibilidade de se adicionar novos ambientes ou compartimentos. Nas habitações unifamiliares podem ser consideradas como representantes desta concepção a casa mínima ou habitação embrião. A aplicação deste princípio está vinculada às restrições de ocupação do solo, e a adição de mais quartos implica o estudo de uma disposição inicial que permita uma integração razoável no projecto final. Outra forma parte do conceito de dispor maior espaço interno que possa ser mais bem aproveitado em etapas posteriores. Existe ainda, a chamada ampliabilidade alternativa (ou flexibilidade de combinação), que consiste em dotar o projecto de condições que permitam agregar alternativamente uma peça de uma habitação a outra adjacente - o que se pode aplicar a apartamentos contíguos.
- Junção ou desmembramento: incluem-se aqui os casos de junção duas unidades residenciais (casas ou apartamentos) para que desta resulte uma habitação maior, e, o contrário, isto é, quando uma unidade é desmembrada ou dividida em duas (mais pequenas). A junção, difere da anteriormente referida, ampliabilidade alternativa, pois não absorve apenas uma parcela de um apartamento adjacente, mas sim todo o apartamento.

Estas cinco concepções podem ser utilizadas ou exploradas em projectos habitacionais, pois os seus princípios são independentes da área disponível ou padrão das unidades e podem ser utilizados isoladamente ou de forma combinada.

Segundo Brandão e Mählmann (2003) os significados da habitação e do habitar e suas dimensões culturais, sociais e psicológicas, as razões que levam o habitante a realizar modificações na sua residência, e o porquê da flexibilidade e da adaptabilidade serem defendidas como atributos essenciais, tornam possível afirmar que o factor mais elementar de diversificação habitacional reside na própria natureza do ser humano em ser diferente. A “diversidade habitacional

provém, com certeza, dessa característica inerente ao homem, que busca a personalização do seu *habitat* diante das várias razões básicas apontadas” (Brandão & Mählmann, 2003, p.11).

A tendência natural para personalização e individualização do habitar salienta a importância dos projectos flexíveis - a flexibilidade é uma componente que associada à tecnologia constitui um vasto campo de estudo no âmbito do projecto habitacional (Brandão & Mählmann Heineck, 2003).

3.3.1.3. Sustentabilidade

O bem-estar humano depende essencialmente da interacção com o *habitat*, percebendo, reconhecendo e valorizando a essência do acto de habitar, adquirindo uma consciência eco-ambiental individual e colectiva que articule o homem e o meio ambiente natural. É de grande necessidade proceder-se a uma reeducação ambiental, a fim de fortalecer a relação homem/meio ambiente, acompanhando-a de uma revisão de valores, de forma a constituir um mundo ético, guiado por princípios ecológicos, que visa alcançar a sustentabilidade do planeta e, conseqüentemente procura preservar a vida do próprio homem na Terra (Arrial & Calloni, 2007).

É necessária uma reeducação ambiental através de uma nova postura acompanhada de uma inversão de valores, constituindo um mundo no qual se reconheça a dimensão da existência do nosso *habitat* principal, ou seja, o nosso planeta, pois somos também natureza e habitamos a Terra como indivíduos integrantes de um *ethos* comum (Arrial & Calloni, 2007).

Os edifícios são fazedores do ambiente na vertente urbanística e de relação com o espaço envolvente, mas são também intervenientes no ambiente global e uma das grandes causas de degradação ambiental. Assim sendo, estes devem ser encarados, não apenas enquanto elementos de paisagem, mas como utilizadores de materiais e recursos ambientais naturais (paisagem, energia, água...) e causadores de disfunções ambientais (Reis Cabrita, 2005).

Tomada a consciência deste facto, começa-se a encarar a reabilitação de edifícios antigos como uma alternativa sustentável à construção de raiz, procurando-se adaptar este tipo de edificado, desactualizado, às novas exigências, e ainda deixar a possibilidade de adaptações a novas necessidades que possam vir a surgir (Milano, 2009).

A degradação dos edifícios habitacionais e as más condições de salubridade e higiene são aspectos preocupantes nos dias de hoje, em muitos núcleos antigos. São vários os prédios abandonados, em ruínas há vários anos, onde por vezes se abrigam toxicodependentes e sem abrigo, conferindo-lhes uma imagem desagradável e desoladora.

Os edifícios existentes são um recurso valioso. A sua reutilização reduz os custos e o tempo referentes a uma nova construção. A reutilização deste valor significa a melhoria de edifícios antigos e a sua adaptação a novos usos (Towers, 2005).

A questão da qualidade da habitação e os problemas a ela associados (consumo de energia e água, poluição do ambiente interior e exterior, desconforto, insalubridade, detritos, descargas, exclusão, violência, problemas de saúde, má qualidade dos espaços públicos, conflito com outros utilizadores do espaço, entre outros), obrigam-nos a reflectir sobre a organização do espaço urbano numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e a colocar os princípios em que este

se alicerça no centro das decisões da política habitacional, sendo esta vista não meramente como uma política sectorial, mas sim como parte de uma política integrada de cidade.

Fig. 28 - Vista do Centro Histórico e
Baixa do Porto (registo da autora).



4. O CENTRO HISTÓRICO E A BAIXA DO PORTO

4.1. Evolução histórica do edificado

No que se refere à habitação urbana corrente da cidade do Porto consideram-se, no presente trabalho, três grandes fases de desenvolvimento e expansão: a mercantilista, a iluminista e a liberal – as quais são abordadas pelo arquitecto Francisco Barata Fernandes (1999) no seu estudo sobre a habitação portuense. Embora no seu estudo se aprofunde a caracterização da matriz de organização interna dos edifícios, a relação destes com a cidade, e todo o processo de transformação que vai decorrendo, aqui, irão ser privilegiadas as questões com mais influência sobre os interiores e as que ilustram as mudanças dos modos de habitar.

4.1.1. A habitação burguesa no Porto mercantilista

As áreas históricas da cidade como as da Ribeira-Barredo, Sé, Vitória, Cimo de Vila e Miragaia são as de formação mais antiga e apresentam características muito particulares. O processo de formação do seu tecido urbano poderá ser situado, segundo Barata Fernandes (1999), na Idade Média, havendo documentos, artefactos e elementos arquitectónicos que garantem ocupações muito anteriores, em particular a ocupação romana.

No século XVI, com as descobertas e o reforço do comércio marítimo, a cidade densifica o seu património habitacional, aumenta significativamente o número de instituições religiosas e equipa-se no que interessa à navegação. Francisco Barata Fernandes deduz que este processo de desenvolvimento se mantém no século XVII pela observação de uma panorâmica geral do Porto sobre o rio, em 1669, da autoria de Piero Maria Baldi.

De acordo com a análise da cartografia efectuada pelo arquitecto Francisco Barata Fernandes (1999) existem essencialmente dois tipos de lotes nas áreas referidas: lotes de frentes estreitas ou muito estreitas, variando entre 3 e 6 metros, com profundidades entre os 20 e os 30 metros; e lotes de frentes igualmente estreitas mas com profundidades entre os 10 e os 15 metros. Mas estes valores são meramente indicativos pois não existem lotes com uma medida precisa e fixa que se repita. Os lotes apresentam perímetros rectangulares e irregulares. O dimensionamento traçado e a articulação dos arruamentos em que se apoiam estes lotes correspondem ao tradicional modelo orgânico da cidade medieval, não planeada urbanisticamente.

O edificado habitacional corrente no Porto considerado mais antigo apresenta-se com uma só frente que abre directamente sobre a rua, e a sua implantação ocupa a totalidade do lote não dispondo de logradouro, possui dois ou três pisos e a sua fachada é composta com base em duas aberturas por piso situadas junto às paredes de meiação, de forma a que o eixo central de composição da fachada corresponda a um elemento fechado. Existindo também uma variação desta tipologia, com três vãos separados por igual distância, sendo o eixo central de composição da fachada ocupado pelo eixo de uma abertura. O acesso aos pisos superiores era feito através de uma caixa de escadas localizada nas traseiras e transversalmente, quando existem mais de dois pisos. Com apenas dois pisos também se pode verificar a solução de escada lateral e de tiro entre o piso térreo e o primeiro andar.



Fig. 29 e 30 - Porto Mercantilista, Miragaia - fora de muralhas (Barata Fernandes, Porto Mercantilista (Miragaia) - fora de muralhas in Barata Fernandes, 1999, p.100).



Fig. 31 - Porto Mercantilista, Praça da Ribeira - dentro de muralhas (Barata Fernandes, Porto Mercantilista (Praça da Ribeira) - dentro de muralhas in Barata Fernandes, 1999, p.104).

A tipologia de habitação a que nos referimos expressa já uma ideia de cidade baseada num conceito de rua urbana, com possibilidades estéticas alargadas à noção de conjunto de pequenas parcelas, que ultrapassam o simples controlo da composição individual da fachada. Estas construções à face da rua adequam-se tanto a relevos de fortes pendentes como a terrenos predominantemente planos.

Os materiais utilizados nestas construções são fundamentalmente o granito, a madeira e a argila. Conforme Barata Fernandes descreve:

As paredes do piso térreo são sempre construídas em granito. Normalmente, as fachadas, quando apresentam até dois ou três pisos, também se erguem em alvenaria de granito. A estrutura dos dois pavimentos bem como a da cobertura é em madeira. As divisórias interiores no piso térreo são muitas vezes em granito, mas nos pisos superiores usa-se a taipa, e posteriormente o tabique. No enchimento da estrutura de madeira da taipa, emprega-se a argila em pequenos tijolos maciços fabricados para o efeito. As taipas portuguesas eram recobertas integralmente por uma argamassa de cal, saibro e sebo, ao contrário das nórdicas que evidenciam a estrutura de madeira. Os aumentos de dois e mais pisos erguidos durante todos os séculos XVIII e XIX, sobre construções preexistentes de um e dois pisos construídos em granito, eram integralmente fabricados em madeira e taipa. No entanto, quer o edifício fosse construído num só material e sistema construtivo, quer associasse dois, as regras de composição e as proporções mantinham-se. Variava em pormenor aquilo que tinha que variar em função da própria natureza dos materiais (Barata Fernandes, 1999, pp.123-124).

Será agora abordada a tipologia com duas frentes, aquela que se verifica nos quarteirões fronteiros ao Douro nas áreas Ribeira-Barredo e Miragaia, e nos quarteirões mais regulares e extensos das áreas da Sé e da Vitória.

São edifícios de habitação que parecem decorrer, segundo o estudo de Barata Fernandes, da duplicação da primeira tipologia descrita - se repetirmos o mesmo desenho dos dois lados da escada de dois lanços obteremos um edifício de duas frentes e escada central. No que respeita à relação do lote com o relevo verifica-se a necessidade de pendentes pouco acentuadas surgindo a possibilidade de se desenvolverem acessos em duas frentes, e a necessidade de mais área, o que implica um maior investimento.

A matriz de organização interna altera-se profundamente. Nesta tipologia muda-se a localização da caixa de escadas - a qual passa a ser colocada numa posição de destaque e a desempenhar um papel estruturado na caracterização formal do espaço interior -, a fachada das traseiras para o centro da construção, e dispõe-se de mais áreas e mais compartimentos, introduzindo-se, assim, uma nova concepção de casa. Nesta época surge a noção de privacidade no uso da casa, a relação público/privado passa a manifestar-se não só na progressão do piso térreo para os pisos superiores (verticalmente), mas também na passagem dos compartimento da frente para os compartimentos de trás (horizontalmente). Porém, no que se relaciona com a distribuição de usos e funções da habitação nesta nova tipologia, não se referem alterações. O piso térreo continua como parte independente da casa, podendo ser ocupado com uma pequena oficina, como armazém ou loja e os restantes pisos são destinados à habitação.

A possibilidade de integração de logradouro, resultante da introdução de uma segunda fachada, apresenta-se como a principal novidade desta tipologia. O dimensionamento do lote não se altera significativamente no que respeita à largura da parcela, mas duplica em profundidade com a introdução de logradouro.

Os materiais de construção e os principais elementos de composição arquitectónica, não se alteram de uma tipologia para a outra. Regista-se a criação de um novo tema de construção e de arquitectura, com o surgimento da fachada das traseiras, mais económica e elementar.

No século XVII ainda persistirá a ideia medieval de habitar havendo pouca ou nenhuma especialização na divisão dos espaços da casa. O conceito de privacidade, associado à casa, só a partir do século XVIII começa a encontrar uma tradução formal sistematizada e divulgável. Até então a casa é fundamentalmente um espaço onde tudo se passa: come-se, dorme-se, executam-se trabalhos domésticos no mesmo aposento. São os móveis que identificam as funções e o próprio mobiliário é também móvel - arma-se, desmonta-se, arruma-se. O piso térreo está destinado ao trabalho ou a servir de arrumos, mas os negócios do dono da casa já serão discutidos no aposento principal. Conforme a família aumenta ou alberga vários serviçais, teremos casas de dois, três e quatro pisos. O conceito de corredor distribuidor ainda não faz parte do léxico da residência transitando-se de uns compartimentos para os outros. Nas casas nobres, passa-se igualmente de uns aposentos para os outros tirando-se partido do enfiamento de portas sobre portas ao longo do percurso. Nestas casas não existe um lugar chamado quarto de banho pois os nobres acham grosseiro dirigirem-se a um tal local. Inventou-se então o sanitário móvel, que era uma caixa fechada de madeira que os criados traziam quando alguém chamava, retirando-a de seguida. A cozinha, por motivos de segurança, situava-se no último piso junto aos telhados.

No Porto domina nesta época a habitação burguesa unifamiliar. Deste período concluiremos que a habitação burguesa poderá ser descrita de duas tipologias que diferem: no número de frentes; na localização da caixa de escadas; no dimensionamento da profundidade do lote; na existência ou não de logradouro; e que, por outro lado, se assemelham: no dimensionamento da frente do lote; na composição da fachada sobre a rua; na entrada independente para o piso térreo e para a habitação; na relação com o espaço público; na localização da cozinha.

4.1.2. A habitação burguesa no Porto iluminista

Existia desde D. Afonso IV/ D. Fernando, no Porto, uma muralha que assinalava fisicamente o território, a diferença entre quem estava dentro e quem estava fora do burgo, e a quem pertencia à cidade. A cidade do Porto foi-se sobrepovoando dentro de muralhas ao longo de três séculos, com intervenções pontuais, e foi-se expandindo em clara relação formal com as vias de comunicação, com a localização das portas e postigos das muralhas, bem como dos Rossios e Conventos.

Fig. 32 (abaixo) - Muralha Fernandina, Porto (autor desconhecido, sem título in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008b, p.69).



Os planos de acção urbanística desenvolvidos pelos Almadás (pai e filho), e postos em prática sobretudo através da Junta das Obras Públicas, manifestaram a capacidade destes de compreenderem o fenómeno urbano como um todo, como um facto uno e complexo, e tiveram uma fundamental importância na expansão radial da cidade do Porto de Seiscentos.

Até à criação da Junta das Obras Públicas, a cidade mantém o limite defensivo e estrutura-se em função deste. Com a acção urbanística lançada, a cidade ultrapassa o modelo medieval e desenvolve-se em função de um novo conceito de estrutura urbana. A cidade abandona progressivamente o seu carácter castrense, investindo em áreas do comércio, da saúde, da instrução e, fundamentalmente, na arquitectura urbana corrente.

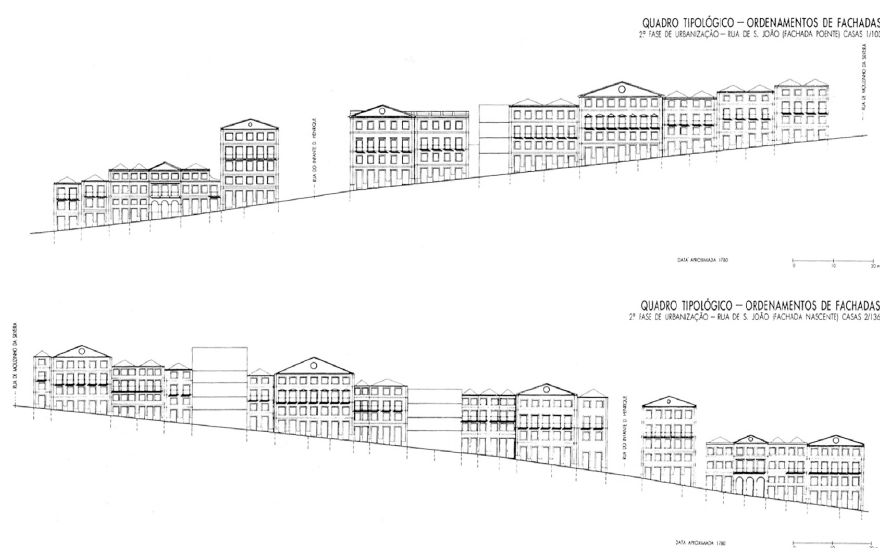


Fig. 33 - Projecto de alçado de conjunto de John Whitehead (Whitehead, Projecto de alçado de conjunto atribuído a J. Whitehead in Barata Fernandes, 1999, p.92).

Introduz-se uma nova questão, em relação ao período anterior, decorrente da criação da Junta das Obras Públicas: a existência de um organismo encarregado do planeamento e da gestão urbanística. O trabalho produzido por engenheiros e arquitectos que integraram este organismo contém conceitos de cidade e de arquitectura que deram origem a uma mudança qualitativa no modo de se fazer cidade.

Nos desenhos desta época é visível um esforço de adaptação dos alçados de conjunto, tentando-se compatibilizar cadastros com regras de composição arquitectónica e urbanística. Os desenhos de alçados de conjunto das novas ruas do Porto revelam que Pombal propõem à burguesia portuense habitar em construções que se assemelham, em escala urbana e composição, aos novos palácios da nobreza iluminada.

Prosseguindo com o objecto principal de estudo - o do edificado corrente de habitação burguesa - serão seguidamente enunciadas algumas das consequências formais da política de Pombal na cidade do Porto.

O burguês do Porto, em geral, sempre se demonstrou orgulhoso da sua classe, o que poderia ser influência dos povos do Norte - em particular dos flamengos, holandeses e dos ingleses. Este sempre preferiu manter a tradicional habitação unifamiliar com independência de acessos, privacidade e ligação à terra.

Os edifícios de habitação que se constroem nas áreas indicadas no início deste ponto - 4.1.2. - mantêm os mesmos princípios de relação com o lote e com a rua que se definiram para o segundo tipo de habitação do período mercantilista. Todavia, as frentes são sistematicamente maiores, as construções mais



Fig. 34 - Porto iluminista, Rua de S. João - dentro de muralhas (Barata Fernandes, Porto iluminista (Rua de S. João) - dentro de muralhas in Barata Fernandes, 1999, p. 104).

profundas e os lotes têm sempre uma área livre destinada a logradouro.

As edificações deste período têm frentes que variam entre os 5 e os 7 metros e profundidades que variam entre dois subgrupos: próximas dos 12 metros, e próximas dos 22 metros. O logradouro, por sua vez, não tem uma dimensão tipificável em profundidade, apresentando grandes variações, e chegando a assumir o papel de saguão ou pequeno pátio, quando o lote se implanta contra um terreno muito acidentado. Este facto declara que o principal elemento deste planeamento é a rua e não o quarteirão.

A matriz de organização interna também se assemelha bastante ao segundo tipo do período anterior: duas frentes; caixa de escadas central; piso térreo com acesso independente e destinado a comércio, oficina, armazém ou arrumos complementares da habitação. No entanto, esta aumenta em número de pisos – dados históricos afirmam que no século XVIII existem casas com três, quatro e até cinco pisos. O interior da habitação demonstra também um aumento de complexidade: a caixa de escadas passa a dispor de iluminação superior através de clarabóia, e no caso das construções mais profundas, que dispõem de alcovas, estas podem receber luz da caixa de escadas através de janelas abertas nas paredes interiores. De acordo com os escritos do arquitecto Barata Fernandes (1999), o modelo descrito irá tornar-se numa solução arquitectónica das casas do Porto, não só da segunda metade de Setecentos como de todo o século XIX.

Os materiais de construção são os mesmos das tipologias anteriores, havendo um maior uso do ferro nas guardas das varandas e sacadas. Na primeira metade de Setecentos, ainda se usavam as madeiras nas guardas. Do ponto de vista dos elementos básicos de composição arquitectónica, eles são na sua essência idênticos aos do período anterior, o que reforça a imagem de continuidade associada à edificação de habitação corrente no Porto. Contudo, verifica-se que a altura do vão é sensivelmente superior, que o número de vãos por frente de lote é quase fatalmente o três, que existem soluções mais variadas para as padieiras, nomeadamente em arco. Verifica-se, igualmente, o surgimento de pequenas janelas quadradas sobre as portas do piso térreo, que correspondem a um entrepiso muitas vezes complementar do comércio. Este novo elemento e a generalização das varandas corridas de uma parede de meação à outra também ajudam a distinguir estes edifícios dos anteriores.

Do ponto de vista funcional, a divisão do primeiro piso voltada à rua é normalmente organizada como sala pronta a receber um visitante, continuando as restantes dependências a seguir a tradição de uma não especialização, exceptuando a cozinha, que se situa nas traseiras do último piso, junto à cobertura.

Mantém-se uma matriz da habitação unifamiliar organizada em altura, com entrada independente e a caixa de escadas central, com piso térreo comercial ou arrumos da própria habitação, e com a cozinha no último piso, embora os modelos aumentem em complexidade e área. Existe um sentido de progressão do público para o privado, do representativo para o funcional, na medida em que se sobe de piso. Para o exterior estes princípios podem ser expressos através do uso de uma varanda, sacadas, associação de cantarias, hierarquização do dimensionamento de janelas, sempre no eixo de composição vertical.

Este tipo de edificado habitacional corresponde à existência de famílias numerosas, com diversas criadas e criados, que muitas vezes eram parentes afastados que emigravam do campo para a cidade.



Fig. 35 - Porto iluminista, Rua das Flores - dentro de muralhas (Barata Fernandes, Porto iluminista (Rua das Flores) - dentro de muralhas in Barata Fernandes, 1999, p.104).



Fig. 36 - Porto iluminista, Rua de St.ª Catarina - fora de muralhas (Barata Fernandes, Porto iluminista (Rua de St.ª Catarina) - fora de muralhas in Barata Fernandes, 1999, p.106).

Estas edificações que se multiplicaram por toda a cidade,

(...) apresentam uma notável capacidade de adaptação a novos usos, a novos aumentos em altura, a novos aumentos em profundidade ao nível do piso térreo e inclusivamente à pura substituição parcial de materiais e sistemas construtivos. Referimo-nos a todo o processo de substituição arquitectónica correspondente à terciarização e autonomização dos pisos térreos e, posteriormente, dos restantes pisos de toda a Baixa Portuense. Este processo revela uma vitalidade no que respeita à sua adaptabilidade a usos mistos, que o posterior modelo de habitação do período liberal não comporta (Barata Fernandes, 1999, p.146).

As características deste tipo de edifício consolidado a partir do período almadino como habitação unifamiliar da burguesia portuense

(...) permite, e permitiu mais tarde, a reconversão em edifício de habitação plurifamiliar, com áreas mínimas e com as mais diversas soluções organizativas. Esta capacidade de adaptação aumenta o seu leque de resposta quando se associam dois lotes contíguos, conseguindo-se assim satisfazer programas de habitação com áreas mais elevadas (Barata Fernandes, 1999, p.146).

As características referidas vieram a revelar-se de extrema importância e até fundamentais, na sobrevivência destes edifícios ao longo de várias épocas e décadas.

4.1.3. A habitação burguesa no Porto liberal

Ao longo de toda a primeira metade do século XIX, do ponto de vista da análise tipo-morfológica, prevaleciam os edifícios que apresentavam características idênticas às daqueles que se foram delineando através do trabalho da Junta das Obras Públicas apresentados no ponto anterior (4.1.2.). Permaneceu o modo de pensar e de construir a habitação urbana corrente e o de fazer cidade.

A expansão da cidade para fora de muralhas, no sentido Norte, Oeste e Leste, não significou apenas o seu crescimento radial a partir do núcleo medieval e o aumento da construção de rede viária e de rede urbana, mas também “a concretização de uma nova estratégia urbanística de produção de espaço urbano que prefigurava já uma primeira divisão moderna, funcional e social da cidade” (Barata Fernandes, 1999, p.169).

Neste seguimento, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram novos tipos de habitação burguesa e operária, bem como os principais equipamentos modernos de serviço público, vias de comunicação e infra-estruturas.

No entanto, a dinâmica de crescimento e de reestruturação urbana não correspondeu a um processo vigoroso de industrialização dos meios de produção na cidade do Porto ou da Região Norte, durante o século XIX, tal como aconteceu em cidades britânicas, germânicas, flamengas, lombardas e piemontesas, catalãs e bascas, e francesas.

Pelo contrário, a economia da região Norte, polarizada no Porto, continuava a ser de base mercantil, funcionando como entreposto das matérias-primas das colónias e dos vinhos do Douro com a Europa. Era uma economia muito

apoiada nas remessas de emigrantes e dependente de acordos político-comerciais com as potências da época, nomeadamente a Grã-Bretanha imperial. O seu reduzido número e significado urbano não permitem que se fale de revolução industrial portuense ou portuguesa, mas antes de um surto de industrialização.

A componente doméstica do trabalho fabril ressalta tanto em quantidade como em natureza. O que irá ter consequência na readaptação dos usos dos edifícios de habitação existentes, na criação de novos tipos de habitação burguesa e na caracterização do modelo de transformação urbana.

No período oitocentista os edifícios de habitação corrente da burguesia portuense, distinguem-se dois grandes grupos: o da continuidade com a tipologia polifuncional almadina e o da casa burguesa monofuncional.

O primeiro grupo apresenta as características da tipologia almadina, acrescidas da introdução de rudimentares instalações sanitárias nas traseiras dos edifícios, do aumento da altura do pé-direito de cada piso, do aumento de áreas de arrecadação e armazenagem, e da organização dos logradouros com jardins e hortas.

O segundo grupo corresponde à especialização da edificação habitacional urbana a uma função só: a de habitar. Esta nova tipologia surge na área da cidade que pode ser definida por uma coroa semicircular polarizada no centro muralhado e nos dois extremos opostos da cidade: Foz do Douro e Campanhã. São edifícios exclusivamente destinados a habitação com capacidade para satisfazer programas residenciais de maior complexidade do que os anteriores. São casas urbanas de dois, três ou quatro pisos, com duas frentes e paredes de meação. Existe também, neste período, uma versão mais grandiosa, clássica e palladiana com quatro frentes, localizada em lotes mais amplos. Estas eram casas pertencentes à média e alta burguesia e implantavam-se à face da rua, apesar dos grandes lotes, de forma a seguir a tradição dos palácios urbanos.

O primeiro tipo referido, que se repetirá e caracterizará a habitação urbana portuense desde as últimas quatro décadas do século XIX até às quatro primeiras décadas do século XX, apresenta uma só frente, podendo assim adaptar-se a terrenos com alguma pendente. Estes lotes mantêm sensivelmente as dimensões da frente dos anteriores, de aproximadamente 6 metros, raramente inferiores a 5,5 metros, bem como a profundidade ajustável - entre dois valores de referência: o dos 15 e o dos 20 metros. A edificação é sempre erguida na extremidade do lote adjacente à rua e o logradouro desempenha um papel essencial na caracterização da tipologia.

A matriz de organização interna do edifício e o seu uso apresentam profundas alterações em relação a todas as tipologias antecedentes. Destaca-se a existência de uma casa sobrelevada com aberturas para a rua e destinada ao uso da habitação, onde se instalam programas específicos da habitação como as zonas de serviço e de armazenagem. Em situações particulares com arruamentos ou logradouros de forte pendente, a cave pode servir, também, de elemento de concordância entre plataformas desniveladas, apresentando-se assim com uma frente, para a rua ou para as traseiras, de acordo com a inclinação do terreno. Do facto de a cave não ser completamente subterrânea em relação à cota da rua, e de consequentemente não existir um piso térreo, resulta um corte radical com as tipologias almadinas.

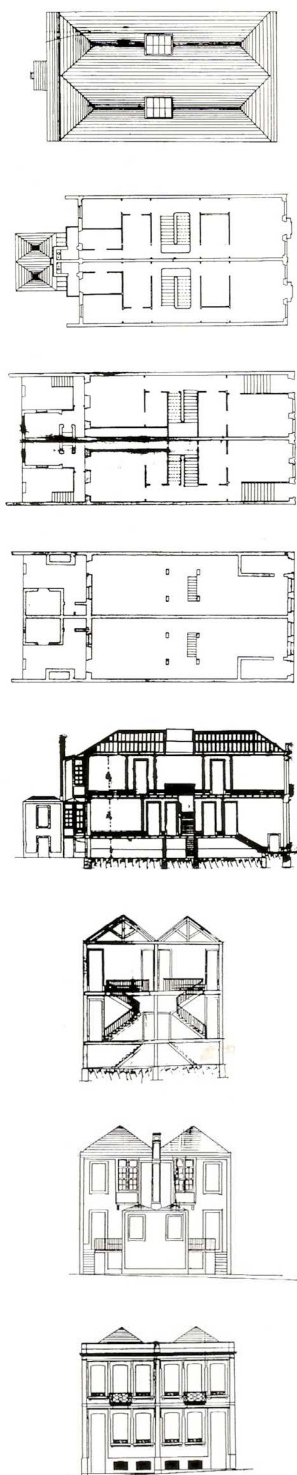


Fig. 37 - Projecto de casa unifamiliar com R/C sobreelevado - Porto Liberal (autor desconhecido, Porto liberal, projecto de casa unifamiliar, com rés-do-chão sobreelevado in Barata Fernandes, 1999, p.115).

A organização do espaço interior destas habitações apoiava-se numa caixa de escadas de dois lanços, central e transversal em relação à profundidade da construção, através do qual se articulava o primeiro piso com o segundo, muitas vezes com o terceiro, definindo-se um espaço central de pé-direito duplo ou triplo, zenitalmente iluminado por uma ampla clarabóia cônica. O acesso à cave poderia estabelecer-se através da continuação da vertical da escada referida, mas devidamente separado através de uma pequena porta bem integrada sob o patamar, e com um desenvolvimento mais abrupto, próprio das escadas de serviço. Existe ainda um outro acesso à cave por um único lanço extremamente íngreme, a partir de uma porta de dimensões muito reduzidas situada imediatamente a seguir à entrada. Determinados modelos mais complexos apresentam uma estreita caixa de escadas de serviço, localizada entre a caixa de escadas principal e a cozinha, articulando todos os pisos - da cave ao sótão. A porta de entrada destas habitações situa-se, normalmente, junto a uma das paredes de meação, embora existam variantes, com entrada central.

Cada um dos pisos, destas habitações, é organizado de modo simétrico em relação à caixa de escadas, tendo uma sala com alcova ou com um pequeno compartimento associado de cada um dos lados.

Os sanitários localizam-se a um canto das varandas das traseiras (não existindo, em muitos casos), sendo uma divisão equipada com todos os elementos de uma casa de banho.

A cozinha, neste tipo de habitação, passa para o primeiro piso, mas mantém-se nas traseiras do edifício. Mudança esta que marca o fim de um ciclo de tipologias de habitação e o início de um outro.

A partir desta época, concebe-se a habitação segundo uma complexa hierarquização funcional e social, que anteriormente não se registava. Esta tipologia apresenta uma clara especialização dos espaços revelando conceitos de habitar distintos dos precedentes.

A cave encontra-se agora exclusivamente destinada a arrecadações ou a saletes de serviço doméstico. Os combustíveis mais usados na cozinha e no aquecimento continuam a ser o carvão e a lenha, implicando áreas próprias e de fácil acesso do exterior. As áreas destinadas a arrecadações, dispensas, arrumos e serviço tinham ainda uma maior importância nas casas da média e alta burguesia urbana de Oitocentos - a economia e a organização doméstica da burguesia requer também áreas de armazenagem para os géneros alimentares não deterioráveis, que chegam das quintas ou que se comprem por grosso.

Embora nem todas as habitações apresentassem exactamente o mesmo programa de usos, de acordo com Francisco Barata Fernandes (1999) é possível definir a estrutura-base do programa do edifício. Na principal distribuição por pisos, é constante: a existência de uma sala imediatamente contígua à entrada para receber as visitas, que permite preservar a privacidade do resto da casa; a localização da sala de jantar nas traseiras do primeiro piso e na proximidade da cozinha; os quartos ocuparem os pisos superiores; e o sótão, as águas-furtadas ou mesmo a cave os espaços serem destinados a quartos de criados.

Na matriz de organização interna existem, também, variantes como: a existência de uma ligação entre as salas da frente e as de trás, através de uma estreita passagem independente da caixa de escadas, que funciona como alternativa à ligação do patamar; ou a existência de habitações com as salas da frente e das traseiras subdivididas em dois compartimentos desiguais, quando a largura do lote é igual ou superior a 6 metros.

Esta tipologia, com as respectivas variantes, é a que está na base da habitação da burguesia urbana da segunda metade de Oitocentos.

No que respeita aos sistemas e materiais de construção, e aos principais elementos de identidade arquitectónica, não se registam alterações significativas em relação à tipologia anterior. Predominam os mesmos materiais e sistemas construtivos: o granito, a madeira e o ferro. Surge como novidade a aplicação de um novo modelo de azulejo de formato rectangular e biselado, com as dimensões aproximadas de um tijolo, sendo as paredes exteriores destas habitações revestidas com estes azulejos, em substituição da tradicional caiação. Os vãos de portas e janelas exteriores mantêm sensivelmente as mesmas larguras das anteriores tipologias, isto é entre 1,10 e 1,20 metros, assim como as suas molduras de cantaria que se mantêm entre os 0,15 e 0,20 metros. Inversamente, aumentam de forma considerável as alturas dos pisos e a porta da entrada surge com uma proporção completamente nova - abertura extremamente alta porque a distância entre a soleira e a padieira inclui o desnível do primeiro piso sobrelevado. Como princípio de composição de fachada mantém-se a base dos três vãos, com reforço do eixo ao nível do primeiro piso, traduzido na transformação da janela central em varanda ou sacada. A esguia porta de entrada respeita a altura das padieiras das janelas do primeiro piso, para não prejudicar a continuidade do plano horizontal das cantarias dos referidos vãos da fachada principal.

Existe uma variante desta tipologia importante de salientar pela sua relação com o lote. São habitações mais raras, com 8 a 10 metros de frente, de entrada central e, com acesso directo da rua ao logradouro através de uma passagem lateral que permite a entrada de um veículo. O acesso lateral terá sido influenciado pelos *Mews* da Londres Georgiana.

A casa da burguesia liberal revela, uma opção inequívoca pela monofuncionalidade. Esta corresponde às necessidades de ascensão social de uma classe que tinha começado a separar o local de trabalho do local de habitar, na medida em que ia exercendo profissões liberais, ou ocupando cargos em serviços públicos e privados, ou engrandecendo e especializando a sua actividade comercial e industrial.

Este tipo de habitação pressupunha a associação em banda e partilhava as paredes de meação, e levou ao surgimento de novas situações, sendo uma das mais importantes a exclusão de usos mistos evidenciada pela existência de uma única porta de contacto directo com o espaço público.

Como já referido anteriormente, passa a existir uma especialização dos programas da habitação, da qual emerge a passagem da cozinha para o rés-do-chão, ou para a cave, a revalorização do jardim e logradouro, uma evidente hierarquização no dimensionamento de quartos e salas, e a progressiva integração do quarto de banho na solução global da habitação.

De forma sucinta, a matriz de organização espacial é constituída por três ou quatro pisos (cave, rés-do-chão, primeiro e segundo andares), com uma distribuição de funções, por piso, bem delineada: serviço e arrumos, salas e cozinha, e quartos.

Este tipo de casa, que apresenta regras arquitectónicas elementares muito definidas e perceptíveis, bem como uma extrema regularidade na relação com o espaço público e com a cidade, permitia soluções alternativas no revestimento de fachadas, no desenho de padieiras, platibandas e cantarias, nos motivos decorativos dos gradeamentos, etc.

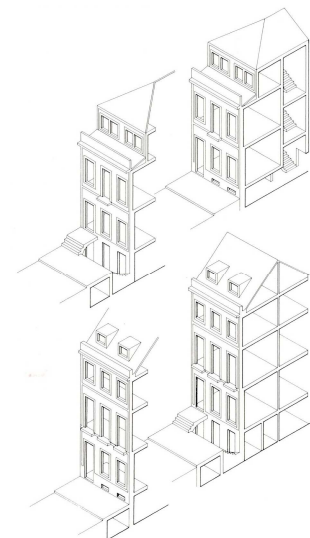


Fig. 38 - Exemplificação da relação entre espaço público e privado nas tipologias georgiana e portuense (Barata Fernandes, Exemplificação gráfica da relação entre espaço público e privado nas tipologias georgiana e portuense in Barata Fernandes, 1999, p.224).

O surgimento deste novo tipo de habitação, que estabelece uma ruptura tipológica com o do passado, será resultado de um processo conceptual e experimental desenvolvido através de consecutivas adaptações realizadas em determinado tipo de habitações existentes na cidade, e sugerida nos desenhos dos arquitectos dos Almadás. Por outro lado, a influência da arquitectura britânica neopalladiana na história urbana da cidade do Porto, a partir da administração almadina, é um facto constatável e assumido pela maioria dos estudiosos da cidade.

A casa burguesa do Porto liberal é aquela que apresenta um programa de habitação clara e exclusivamente unifamiliar. Mas verificam-se, em certas zonas da cidade, formando uma espécie de coroa semicircular à volta da cidade dentro de muralhas, novas situações de habitação burguesa que surgem também a partir da segunda metade do século XIX.

Estes edifícios de habitação, que se localizam na proximidade de áreas ocupadas pela indústria, como Bonfim, Antas, Campo 24 de Agosto, Fontainhas, Alegria, Fradelos, Boavista, Largo da Maternidade, Carvalhido, “apresentam uma solução intermédia entre as casas anteriormente descritas como unifamiliares e unifuncionais e as do século XVIII consideradas unifamiliares e plurifuncionais” (Barata Fernandes, 1999, p.177). Sendo uma construção inserida num lote com as características dos acima mencionados, em idênticas relações com logradouro e arruamento, e com um processo de formação do lote muito semelhante. Existe, também, uma clara analogia do ponto de vista dos materiais e sistemas construtivos, das formas dos principais elementos de composição arquitectónica e dos próprios princípios de composição, das alturas dos pavimentos, dos materiais de revestimento.

Existe, todavia, uma variante tipológica que estabelece condições completamente distintas para a adaptação destas construções a novos e diversificados programas - a variante com um piso sobrelevado das habitações oitocentistas da média e alta burguesia liberal. O primeiro piso é térreo e comunica-se directamente com o arruamento. Este facto, permite de novo estabelecer diferentes soluções de contacto do rés-do-chão com a rua. Permite abrir duas portas independentes para a rua, e é nesta possibilidade que reside toda a capacidade de adaptação destas tipologias.

Teremos, assim, um conjunto de soluções arquitectónicas possíveis conforme a variação dos vãos do piso térreo:

- Uma porta e duas janelas: edifício de habitação unifamiliar;
- Duas portas e uma janela: edifício de habitação bifamiliar, eventualmente, com o logradouro transformado em “ilha”;
- Três portas: edifício de habitação unifamiliar, com comércio no rés-do-chão e, eventualmente, com o logradouro transformado em “ilha”;
- Nas situações em que o logradouro pode ser transformado em “ilha”, também se verifica a sua transformação em oficina ou pequena fábrica, podendo o rés-do-chão desempenhar as funções de pequeno escritório.

Em todos estes casos deparamos com a possibilidade de agregar usos distintos e, inclusivamente, de fazer coexistir habitações de diferentes níveis económicos e sociais. À tipologia de matriz burguesa associa-se uma outra destinada à classe operária denominada “ilha” (Barata Fernandes, 1999).

O tipo de habitação corrente da burguesia urbana do Porto liberal que domina “é uma construção pragmática e homogénea, que se realiza urbanisticamente mais na repetição do que na excepção, que se mantém intimamente ligada aos materiais locais – o granito e a madeira -, a um saber tecnológico tradicional e a uma decidida opção pela tipologia unifamiliar” (Barata Fernandes, 1999, p.178).

4.1.4. Da habitação unifamiliar à habitação plurifamiliar

Francisco Barata Fernandes (1999, p.181), define a habitação plurifamiliar como “aquela construção que é projectada prevendo a sua utilização por mais de uma família, e cuja concepção reflecte simultaneamente a existência de espaços autónomos para a habitação de cada família e espaços comuns e colectivos essenciais ao desempenho do programa do edifício”. Contudo, os primeiros exemplares de habitação plurifamiliar no Porto, fogem um pouco à “regra”, surgindo de uma forma espontânea, não programada, não projectada.

O processo setecentista portuense de formação do tipo de habitação plurifamiliar resulta de uma escassez de alojamento, que se traduz na sobreocupação das casas unifamiliares burguesas. A casa burguesa, em profundidade e de frente estreita, revela, aquando deste processo, a sua capacidade de adaptação.

Mas este processo de transformação leva a que na maioria destes alojamentos, agora plurifamiliares, se vivesse em condições precárias de conforto e privacidade. No entanto, esta ocupação dos edifícios por vários inquilinos foi a forma encontrada por muitos indivíduos e famílias para conseguirem ter um local para viver no Porto, visto que existiam grandes carências de habitação a partir dos finais de Setecentos e na segunda metade de Oitocentos.

No Porto o edificado que responde aos fluxos populacionais provenientes da deslocação da mão-de-obra rural para a cidade é então a casa burguesa - é a construção com duas frentes estreitas, com número variável de pisos e uma caixa de escadas central.

A permanência da localização da caixa de escadas no centro dos tipos de construção mercantilista e iluminista, “documenta um processo de transformação tipológica original e rico de ensinamentos para a própria produção arquitectónica e urbanística”. (Barata Fernandes, 1999, pp.228)

O edifício de habitação plurifamiliar só já muito tardiamente se inseriu na encomenda quotidiana de construção habitacional. A tipologia habitacional unifamiliar domina no Porto até à década de 40 do século XX, e é a partir da sua transformação e densificação que se criam soluções plurifamiliares. Estas soluções decorrem de um processo lento, que se vai adaptando ao mercado, e criando alternativas duradouras.

4.1.5. A habitação burguesa, hoje

Hoje, o edifício habitacional tipicamente burguês tem estado em crise, pois o próprio conceito de espaço público, em que este se apoiava, entrou em crise. As opções arquitectónicas e urbanísticas oferecidas pelos blocos de torres que compõem a habitação na periferia do Porto, mais acessíveis a nível económico e com características – dimensionais, paisagísticas... - “mais atractivas”, retiraram protagonismo ao centro da cidade, registando-se, consequentemente, uma grande ausência de investimento na reabilitação do edificado habitacional

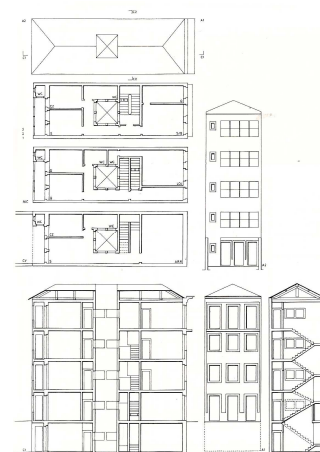


Fig. 39 - Edifício na Rua de St.ª Catarina - transformação de habitação plurifamiliar da primeira metade do século XX (autor desconhecido, Edifício na R. de St.ª Catarina in Barata Fernandes, 1999, p.235).

do centro da cidade.

Assim, como resultado, e como se falará mais aprofundadamente nos pontos seguintes, o edificado habitacional antigo e de características históricas existente no “coração” da cidade do Porto encontra-se, em grande parte, degradado e abandonado.

No entanto, têm surgido alguns esforços individuais (indivíduos interessados) e colectivos (por parte de instituições, como é exemplo a Porto Vivo, SRU) que procuram inverter esta situação e demonstrar que é possível reabilitar o edificado habitacional com sucesso, e obter resultados de acordo com as necessidades actuais.

A flexibilidade da matriz das habitações burguesas portuenses, a capacidade de adaptação dos seus modelos garantiu-lhe longevidade, capacidade de renovação e de recuperação.



Fig. 40 - Edifícios habitacionais abandonados no Centro Histórico do Porto (registo da autora).

4.2. Problemáticas relacionadas com o *habitat* antigo

Os tecidos antigos e históricos, especialmente os que se localizam nas áreas centrais das cidades, têm a si associadas problemáticas a diversos níveis.

A nível socio-demográfico a população residente é quase sempre envelhecida, normalmente é de grande dificuldade a renovação da população, os níveis de escolaridade e de qualificação profissional são baixos e o desemprego é elevado. O que acaba por se reflectir ao nível das dinâmicas habitacionais, registando-se condições precárias de degradação e deficiências funcionais, ambientais e de conforto.

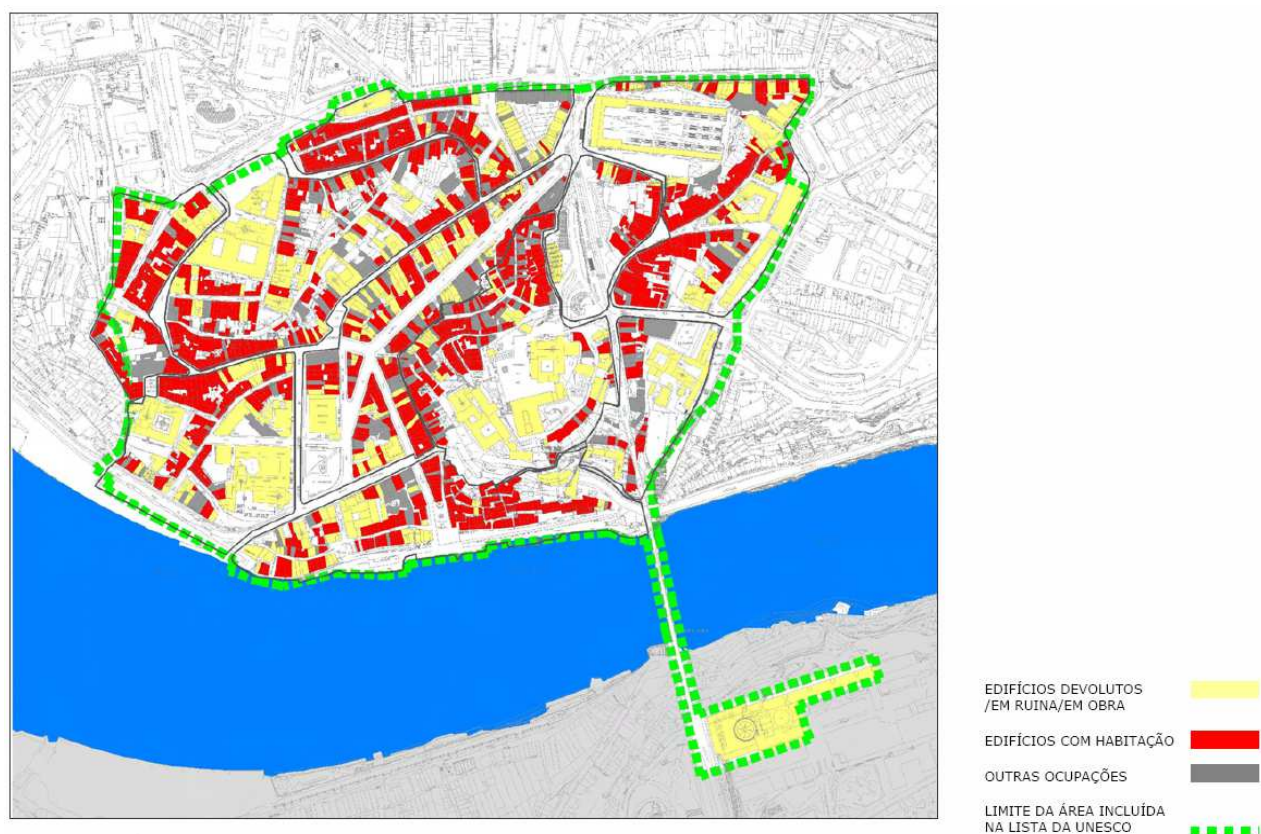
Quanto ao edificado habitacional são frequentes os casos de inadequação dos fogos à sua lotação – fogos de dimensões exíguas ou indivíduos sozinhos/ famílias monoparentais a viverem em fogos de áreas superiores às suas necessidades -, registam-se problemas de acessibilidade ao/no fogo, causada pelas características tipológicas dos edifícios e situações de risco face à

degradação do edificado, muitas vezes em estado de ruína eminente (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

A estas problemáticas associam-se ainda, na maioria dos casos, situações de marginalidade, e de vandalismo do tecido edificado.

4.2.1. O Centro Histórico

O Centro Histórico do Porto, “cujo coração está no Cais da Ribeira, confina-se à cerca medieval e estende-se ao longo do Rio Douro, sendo caracterizável pela classificação como Património da Humanidade” (Porto Vivo, SRU, 2005, p.6).



A avaliação do estado de conservação do património edificado do Centro Histórico do Porto que se segue orienta-se pelos critérios adoptados no Volume I do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto a Património Mundial (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a):

- Bom: edifício em bom estado de conservação e utilização;
- Médio: edifício com necessidade de obras de manutenção, nomeadamente pinturas, pequenas reparações e/ou limpeza em fachadas, empenas e coberturas;
- Mau: edifício com sinais de degradação ao nível das infra-estruturas, alvenarias e coberturas;
- Ruína: edifício que não pode ser utilizado por questões de segurança e salubridade.

Fig. 41 - Estado de conservação do edificado habitacional do Centro Histórico do Porto (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Planta 6 - Edifícios Habitacionais in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.55).

Segundo a análise realizada por parte da Porto Vivo, SRU e a Câmara Municipal do Porto (2008a) este local é constituído por 1.796 edifícios, dos quais 443 se apresentam em bom estado de conservação, sem necessidade de intervenção; 649 em estado médio; 575 em mau estado; 78 em ruína; e 51 edifícios com obra em decurso (Fig. 42).

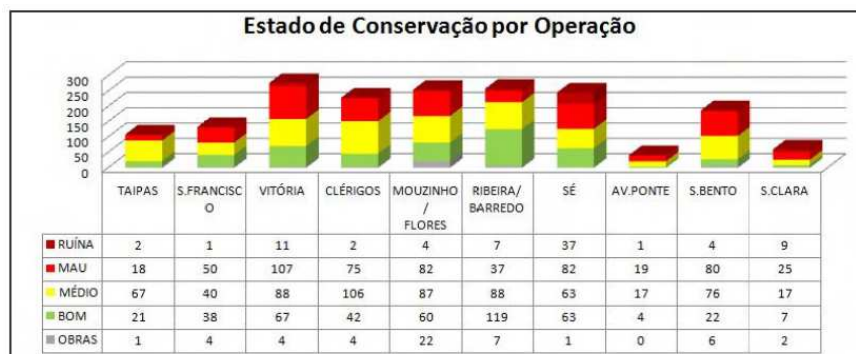
Em termos de distribuição geográfica, o gráfico (Fig. 43) permite-nos visualizar de uma forma mais clara quais são as áreas em melhor e pior estado.

Estado de Conservação do CHPPM



Fig. 42 (esq.) - Estado de conservação do edificado do Centro Histórico do Porto (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Estado de Conservação do CHPPM in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.49).

Fig. 43 (dir.) - Estado de conservação do edificado do Centro Histórico do Porto, por áreas (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Estado de Conservação por Operação in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.50).



A área da Ribeira-Barredo é a que apresenta um maior número de edifícios em bom estado, sendo tal facto consequência do processo de reabilitação de que esta zona foi alvo nas décadas de 70, 80 e 90, pelo antigo CRUARB.

A Vitória e a Sé são as localizações que requerem mais preocupações dado o elevado número de edifícios em mau estado e ruína.

No que se refere ao estado da ocupação, no Centro Histórico do Porto, 17% do edificado está devoluto, encontrando-se totalmente ocupado em praticamente metade dos seus edifícios (Fig. 44) .

Em termos de distribuição da taxa de ocupação por localidade, a condição é relativamente heterogénea, como mostra o gráfico (Fig. 45).

Estado de Ocupação do CHPPM

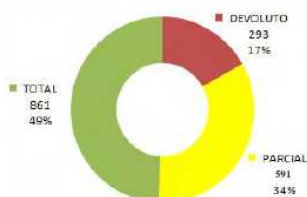
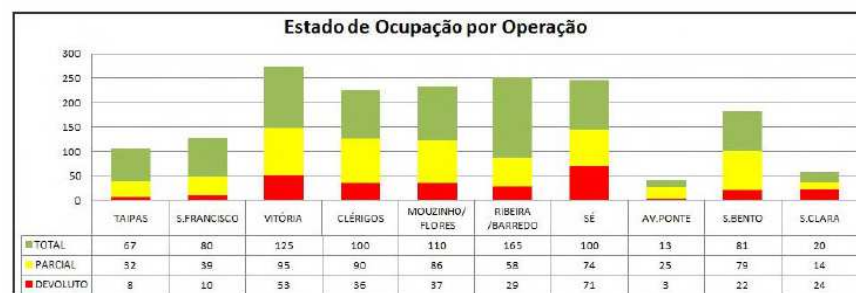


Fig. 44 (esq.) - Estado de ocupação do edificado do Centro Histórico do Porto (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Estado de Ocupação do CHPPM in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.52).

Fig. 45 (dir.) - Estado de ocupação do edificado do Centro Histórico do Porto, por áreas (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Estado de Ocupação do CHPPM in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.52).



Embora em nenhum dos casos o número de edifícios desocupados seja igual ou superior aos habitados, a Sé detém um maior número de edifícios desabitados e as zonas da Ribeira-Barredo e da Vitória são as mais ocupadas.

No Centro Histórico, embora se registre um aumento progressivo de despovoamento, destacam-se, por outro lado, elevados níveis de sobrelotação (Matos, 2007). A sobrelotação, foi um processo, que se iniciou na segunda metade do século XIX, sobretudo nas áreas de Ribeira-Barredo e da Sé, com a transformação das habitações burguesas em somatórios de pequenos compartimentos onde viviam dezenas de famílias em condições precárias.

O processo de despovoamento que tem vindo a atingir o Centro Histórico, caracteriza-se por uma perda de população jovem. Esta perda fez com que nesta área apenas ficasse uma população mais envelhecida, sem capacidade de renovação, e que vai decrescendo devido às perdas por mortalidade. Esta situação de declínio demográfico vem-se delineando, na área referida, desde os anos 70.

As figuras seguintes - 46 e 47 - ilustram, respectivamente, a evolução da população jovem e idosa, e os índices de envelhecimento em diferentes freguesias da cidade do Porto entre 1991 e 2001, permitindo-nos ter uma melhor percepção da evolução dos valores que se têm vindo a registar.

	População dos 0 aos 14 anos					População com 65 e + anos				
	1991	2001	1991	2001	Var. 1991- 2001	1991	2001	1991	2001	Var. 1991- 2001
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Porto	51269	34584	100	100	-32,5	44780	51003	100	100	13,9
Bonfim	4940	3130	9,6	9,1	-36,6	6102	6670	13,6	13,1	9,3
Cedofeita	4717	2548	9,2	7,4	-46,0	5104	5365	11,4	10,5	5,1
Massarelos	1515	922	3,0	2,7	-39,1	1386	1535	3,1	3,0	10,8
Miragaia	797	314	1,6	0,9	-60,6	771	638	1,7	1,3	-17,3
Santo Ildefonso	1993	918	3,9	2,7	-53,9	2960	2759	6,6	5,4	-6,8
São Nicolau	817	421	1,6	1,2	-48,5	621	617	1,4	1,2	-0,6
Sé	1407	662	2,7	1,9	-52,9	1331	1140	3,0	2,2	-14,4
Vitória	663	301	1,3	0,9	-54,6	889	770	2,0	1,5	-13,4

Fig. 46 - Registos da evolução da percentagem da população jovem (dos 0-14 anos) e da população idosa (≥ 65 anos) da cidade do Porto, de 1991 a 2001 (INE, Variação da população jovem e idosa, 1991/2001 in Matos, 2007, p.42).

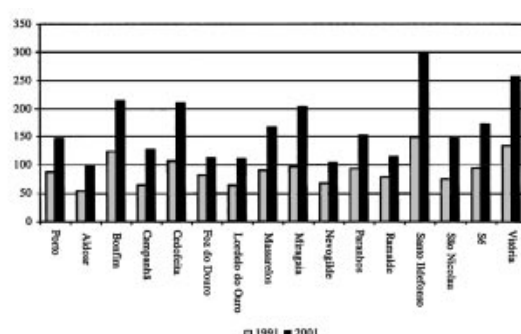


Fig. 47 - Registos dos índices de envelhecimento da população da cidade do Porto, por freguesias, em 1991 e 2001 (autor desconhecido, Índices de envelhecimento da população, da cidade do Porto, por freguesias, em 1991 e 2001 in Matos, 2007, p.51).

A concentração de populações idosas no Centro Histórico do Porto não pode deixar de estar associada, como causa e efeito, da sua degradação física, desvitalização e estigmatização social.

“O abandono é o maior risco presente no Centro Histórico do Porto” (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.124). É classificado pela Porto Vivo, SRU e a Câmara Municipal do Porto (2008a) como o mais preocupante pelo facto de este ser extenso, prolongado e envolvido por circunstâncias que dificultam o seu controlo, nomeadamente pelos efeitos que produziu - o congelamento de rendas durante décadas e o consequente empobrecimento dos proprietários, que foram perdendo a capacidade de proceder regularmente à manutenção dos imóveis.

Parte dos edifícios de valor patrimonial que entraram na lista da UNESCO “desapareceram” pois foram desmontados preventivamente ou ruíram como consequência do abandono por parte dos seus proprietários.

Edifícios habitados, desabitados ou até parcialmente ocupados, largados durante vários anos às intempéries acabam por se transformar em ruínas onde só se aproveitam parcialmente as paredes de cantaria ou de boa alvenaria de granito.



Fig. 48 - Edifício degradado no Centro Histórico do Porto - Muro dos Bacalhoeiros (registo da autora).



Fig. 49 (esq.) - Edifício degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Reboleira (registo da autora).



Fig. 50 (dir.) - Edifício degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores (registo da autora).



Fig. 51 (esq.) - Edifício degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores (registo da autora).



Fig. 52 (dir.) - Edifício degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores (registo a autora).



Fig. 53 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - vista do Largo do Colégio (registo da autora).



Fig. 54 (esq.) - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia (registo da autora).



Fig. 55 (dir.) - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia (registo da autora).



Fig. 56 (esq.) - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia (registo da autora).



Fig. 57 (dir.) - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia (registo da autora).

Mesmo sendo, em princípio, a maior parte dos edifícios do Centro Histórico do Porto, dotados de estruturas verticais predominantemente pétreas, não estão ainda assim isentos da necessidade de obras de recuperação e conservação.

4.2.2. A Baixa

A área identificada como Baixa do Porto corresponde essencialmente à da expansão da urbe medieval projectada no final do século XVIII. A comumente denominada de “época dos Almadás”, ficou marcada por um conjunto de transformações conformadoras de uma imagem ainda hoje característica de uma parte da cidade. Nos séculos seguintes, o papel da Baixa foi-se instituindo e reafirmando-se como centro direccional, tal como o clarificou a proposta de Barry Parker, em 1915, para a Avenida dos Aliados, e como foram reconhecendo os planos urbanísticos que se elaboraram para a cidade ao longo do século XX (Sucena, s.d.).

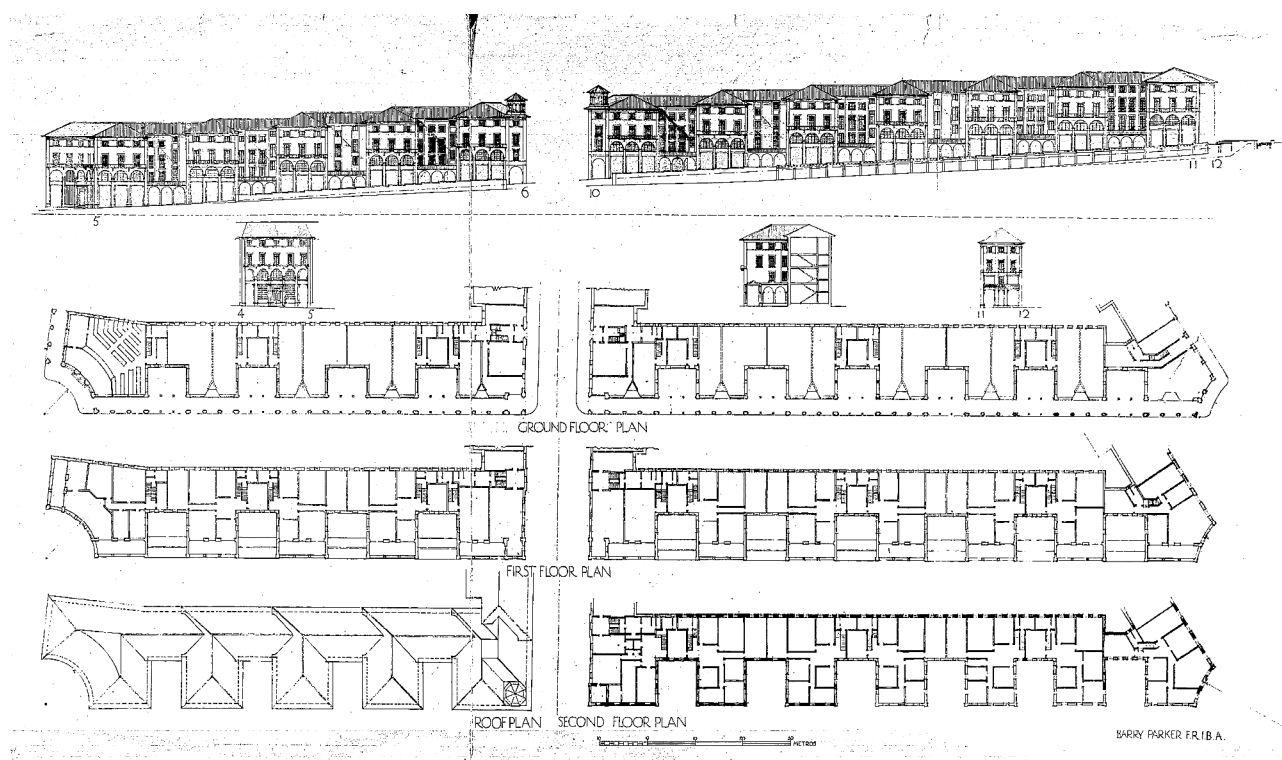


Fig. 58 - Projecto para a Avenida dos Aliados, 1915, Barry Parker (Barry Parker, Projecto para a Avenida dos Aliados, 1915, Barry Parker in Arquivo Histórico Municipal do Porto).

A Baixa do Porto, “coroa envolvente da zona histórica da cidade classificada como património da Humanidade pela UNESCO, centro da actividade da cidade do Porto e da região, encontra-se num acelerado processo de deterioração urbana que urge contrariar” (Sarmiento & Cunha, 2000, p.11).

A Baixa portuense é constituída por uma estrutura urbana consolidada, com uma grande riqueza patrimonial, e que acolhe uma intensa actividade comercial e de serviços.

Porém, actualmente, esta actividade está a perder terreno face aos novos modelos de comércio que se têm vindo a localizar nas áreas periféricas da cidade. O património edificado, desta zona da cidade do Porto, apresenta sinais de envelhecimento generalizado e um grande número de edifícios ou fracções devolutas. Verifica-se também, nesta zona, uma diminuição progressiva do número de residentes e um envelhecimento generalizado da população. Facto pelo qual, no período nocturno se verifica um elevado grau de desertificação, e

onde proliferam casos de marginalidade (Sarmiento & Cunha, 2000).

O crescente declínio da população no centro da cidade e os riscos de uma desintegração social são uma realidade da Baixa do Porto, que parece estar associada ao próprio processo de despovoamento e a uma forte alteração da estrutura etária da população residente.

O edificado habitacional actual apresenta-se degradado e, em parte, abandonado, carecendo de uma intervenção de conservação e reabilitação. Facto para o qual não contribuem os entraves e dificuldades para o investimento no sector habitacional e para o investimento imobiliário em geral nesta área da cidade, que até aqui, muitas vezes, têm sido colocados.

Na Baixa, em 2001, cerca de 73% dos imóveis necessitavam de reparações nas coberturas, 70% nas estruturas e 75% nas paredes e caixilharias exteriores. Os níveis de conforto e as condições de habitabilidade ainda não se encontravam aceitáveis num número significativo de alojamentos (Fig. 59), sendo os motivos de insuficiência, na sua maioria, a ausência de sanitários, instalações de banho e aquecimento (Matos, 2007).

	Sem electrici- dade	Sem água	Sem sanita- ria	Sem esgotos	Sem banho	Sem aqueci- mento	Sem cozinha	Fam. em aloj. superlotado
Bonfim	27	152	671	99	749	2806	54	2473
Cedofeita	14	107	561	47	572	2292	37	1898
Massarelos	7	40	132	29	188	722	6	582
Sto. Ildefonso	26	40	280	27	322	1214	23	1014
Baixa	74	339	1644	202	1831	7034	120	5967
Porto	249	865	4425	571	5760	25778	315	20222

Fig. 59 - Níveis de conforto e condições de habitabilidade dos alojamentos, na cidade do Porto, em 2001 (INE, Níveis de conforto e habitabilidade dos alojamentos, em 2001 in Matos, 2007, p.41).

A população residente decresceu 12%, entre 1991 e 1996, depois de já ter diminuído 14,5% na década de oitenta. Isto significa que, em 1981, residiam nesta área mais de cem mil pessoas e que no ano 2000 o número de habitantes já não chegava a 80 000. A degradação do edificado, conjugada com uma grande oferta de habitação a preços competitivos nas periferias, contribuiu fortemente para que este fenómeno se verificasse. O envelhecimento da população, o aumento constante do número de pessoas a viverem sozinhas e a diminuição do número de pessoas por família exercem uma forte influência nas tipologias de alojamento procuradas e nos níveis de subocupação destes. Por outro lado, a degradação física do património edificado, como já anteriormente foi referido, determina a fraca atractividade desta área, assim como o nível muito significativo de edifícios desocupados e muitas vezes já em ruínas (Sarmiento & Cunha, 2000).

No centro da cidade o edificado degrada-se, a população envelhece, e os mais jovens, independentemente dos seus estratos sociais, estão afastados e não são (ou não eram, até à bem pouco tempo) motivados por uma opção residencial na Baixa.

Registou-se nos últimos anos, como dito anteriormente, uma diminuição populacional significativa na Baixa do Porto - tendência esta já manifestada nas décadas anteriores, fruto de processos de alteração dos usos do solo associados ao fenómeno de terciarização crescente da cidade, do aumento dos preços do solo e imobiliários do centro da cidade, da degradação do edificado habitacional e da qualidade ambiental, e da melhoria da acessibilidade intrametropolitana (Matos, 2007).

Fig. 60 - Edifícios degradados e vandalizados na Baixa do Porto - Largo do Moinho de Vento (registo da autora).



Fig. 61 - Edifício degradado na Baixa do Porto - Rua da Fábrica (registo da autora).



Fig. 62 - Edifício degradado na Baixa do Porto - Rua de Sá de Noronha (registo da autora).



Fig. 63 - Edifício degradado na Baixa do Porto - Rua da Fábrica (registo da autora).





Fig. 64 - Zona de cariz comercial na Baixa do Porto - Rua de Santa Catarina (registo da autora).



Fig. 65 - Zona de cariz cultural e comercial na Baixa do Porto - Rua de Sá da Bandeira (registo da autora).



Fig. 66 - Zona de lazer e divertimento na Baixa do Porto - Praça de Parada Leitão (registo da autora).

Na Baixa do Porto existe um predomínio da função residencial, no entanto verifica-se um aumento da não ocupação dos alojamentos. O despovoamento e o envelhecimento da população, a atractividade exercida pelas periferias, a descentralização residencial dos activos do sector terciário envolvendo diferentes estratos sociais e a saída de jovens da Baixa, são alguns dos motivos que estão a afectar o centro da cidade.

A Baixa é um dos principais centros vitais de toda a Área Metropolitana do Porto, e com esta dimensão e força estratégica deve ser questionada a necessidade de fortalecer a procura habitacional nesta área. Assim, é fundamental atrair para a Baixa mais população, sobretudo jovem, activa e com maiores níveis de qualificação (Matos, 2007).

4.3. A necessidade e oportunidade de revitalizar o Centro Histórico e a Baixa do Porto

A reabilitação dos núcleos históricos degradados tem sido alvo de políticas nacionais e de iniciativas autárquicas. No entanto, apesar dos esforços realizados, há ainda um grande atraso na reabilitação dos grandes núcleos históricos como o do Porto, pois devido à sua extensão e complexidade são necessários recursos e ferramentas poderosos (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a).

A reabilitação do núcleo histórico da cidade do Porto constitui um imperativo de salvaguarda da herança urbana nacional e mundial e constitui um importante contributo para a valorização da dinâmica metropolitana. O processo de degradação e desvitalização deste, transformou-o numa área crítica com carência de recuperação e reconversão urbanística.

Muitas vezes, a reabilitação urbana, é referida como sendo uma opção ideológica que opõe a recuperação e a revitalização da cidade existente por oposição à especulação imobiliária do crescimento das periferias. Outras vezes é colocada a questão como se tratasse de uma mera vontade dos responsáveis de fazer ou não fazer a revitalização das cidades antigas. É frequente também assistir-se à condenação dos inquilinos, dos senhorios, ou das autarquias, como se cada um deles fosse o único "malfeitor" do sistema.

Importa, como é dito por Rui Loza (2005), "parar as afirmações, acabar com as condenações e sair das soluções "slogan", porque fundamentalmente o que precisamos é de uma nova cultura na geração de oferta urbanística e de uma nova cultura na geração de procura urbanística". O que é realmente necessário é que investidores, agentes imobiliários, proprietários, construtores e municípios invistam no centro das cidades, local este onde se concentram as áreas mais ricas e melhor servidas do edificado, e que compradores, moradores, comerciantes, hoteleiros invistam na compra e aluguer de habitações, escritórios, lojas, e outros edifícios no centro das cidades; pois é a ausência desta oferta e desta procura que dá origem à desvitalização e ao abandono (Loza, 2005).

Não há oferta porque não há procura, e assim se instala um ciclo vicioso - não havendo procura a oferta não se dispõe a aparecer.

O Papel das Sociedades de Reabilitação Urbana será o de romper com esse ciclo, despoletando iniciativas de oferta e canalizando manifestações de procura. Com as operações das SRU pretende-se que o edificado resultante - habitações, escritórios e espaços comerciais - tenha um valor de venda capaz de competir no mercado imobiliário.

Trata-se, portanto, de aceitar o desafio de comprar e construir um produto exclusivo, diferenciado e artesanal, contra uma concorrência que, geralmente, compra o terreno e a construção mais baratos. Mas, só haverá habitantes se aí se encontrarem vantagens.

Se a reabilitação urbana não for viabilizada como um movimento sustentável de produção de espaços atractivos, capazes de competir com a restante oferta urbana, então não haverá reabilitação, e poderemos, desde já dizer adeus aos centros das nossas cidades. De facto, o que está em causa é a procura do equilíbrio entre a salvaguarda do interesse público com o património e os valores tangíveis e intangíveis da cidade, e a defesa do interesse do investidor, do proprietário ou do morador, que só regressará se puder transformar a cidade que temos numa cidade melhor (Loza, 2005).

4.3.1. A Porto Vivo, SRU: O Porto em reabilitação

Nos finais dos anos 80, em Portugal, a reabilitação urbana começa a desenvolver-se de forma mais consistente, embora já se tivessem realizado intervenções anteriores, nos meados dos anos 60, nomeadamente, na zona ribeirinha do Porto.

A nova política de intervenção que a partir daqui se desenvolve é dirigida por duas ideias fundamentais: a preocupação com o património histórico-arquitectónico; e com a manutenção da população nos centros das cidades, como são exemplos o projecto Ribeira-Barredo, no Porto, e a recuperação dos centros históricos de Guimarães e Évora.

As operações de reabilitação realizadas ao longo das últimas cinco décadas a nível europeu, foram fundamentais para se criar um conjunto de princípios básicos orientadores dos programas de reabilitação, entre os quais se destacam (Matos, 2007):

- a integração – integrar dimensões de intervenção, funções urbanas, parceiros e recursos;
- a implementação de um processo de planeamento estratégico – procurando-se garantir uma operação sustentável, a diversos e distintos níveis - como a viabilidade económica e financeira, a sustentabilidade física e ambiental e a coesão social e cultural -, mas em interdependência.

Em Portugal, o D.L. 104/2004 de 7 de Maio, procura dar resposta a estas preocupações, ao proceder à regulamentação do regime jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, sendo consagrada a possibilidade dos municípios constituírem Sociedades de Reabilitação Urbanas (SRUs). Estas entidades passam a ter poderes de autoridade e polícia administrativa, tais como, expropriações, licenciamento, realojamentos, fiscalização das obras de reabilitação, entre outras, dentro das zonas de intervenção delimitadas, pelas respectivas SRUs, sendo a intervenção acompanhada de um documento estratégico.

No caso da cidade do Porto, foi constituída a 27 de Novembro de 2004 “A Porto Vivo SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A.”, a qual delimitou uma Zona de Intervenção Prioritária e a respectiva estratégia de intervenção.



Fig. 67 (esq.) - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Morro da Sé (registro da autora).



Fig. 68 (centro) - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Morro da Sé (registro da autora).



Fig. 69 (dir.) - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Rua das Flores (registro da autora).

A Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A., é uma empresa de capitais públicos, do Estado (IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e da Câmara Municipal do Porto, que tem como missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, à luz do Decreto -Lei 104/2004 de 7 de Maio. A esta cabe o papel de orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediador entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais que lhe foram conferidos.

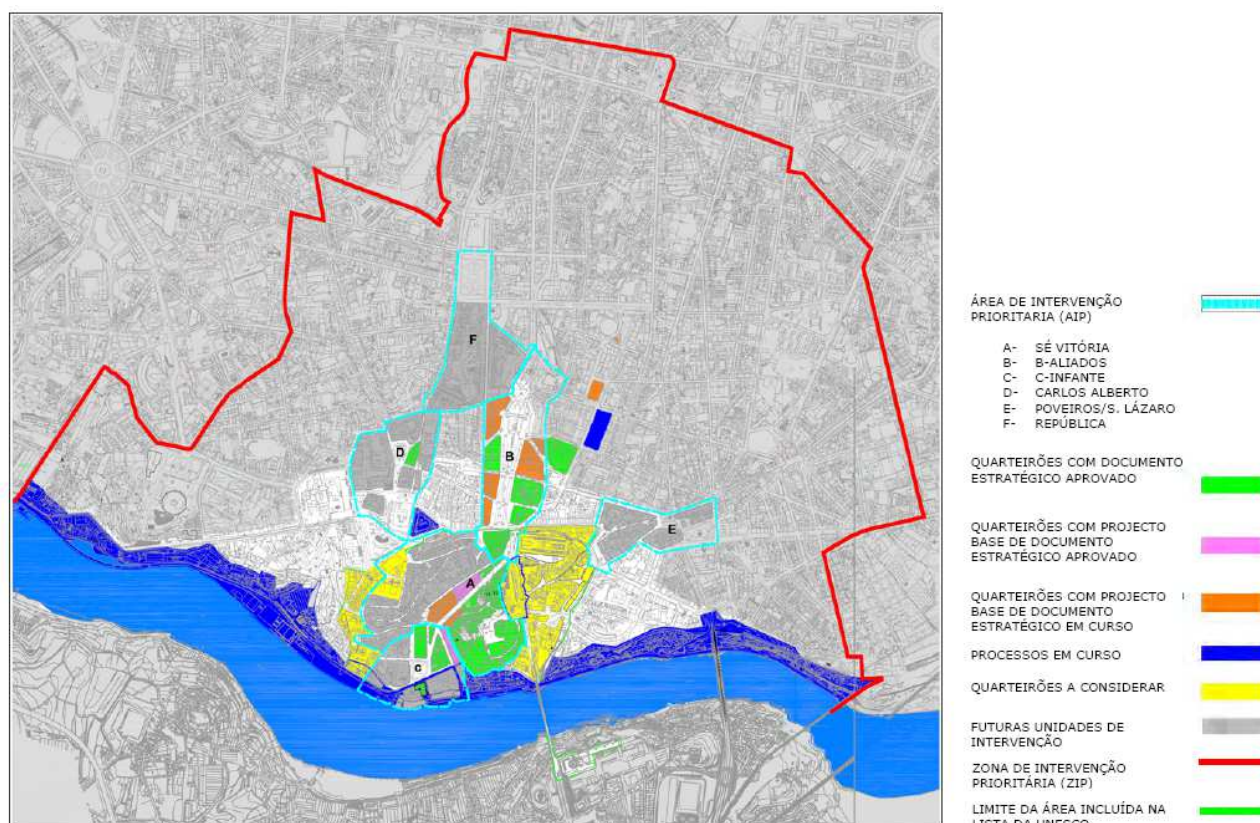
Na escritura pública de constituição, pode ler-se "Sociedade anónima denominada, "Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A." e que tem como objectivo promover a reabilitação e reconversão do património degradado da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) do concelho do Porto, conforme deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

A ACRRU compreende cerca de um quarto do concelho do Porto, sendo, por razões operacionais, delimitada uma área menor, denominada Zona de Intervenção Prioritária (Z.I.P.), onde será concentrado o esforço de reabilitação urbana.

A Zona de Intervenção Prioritária compreende uma área com cerca de 500 hectares, cujos limites extremos são, em linhas gerais, a Sul, o rio Douro, a Norte, a Praça do Marquês/Constituição, a Oeste, a Rua da Restauração/Carvalhosa e, a Leste, o Bonfim. Englobando, portanto, o Centro Histórico do Porto, classificado como Património Mundial e respectiva área de Protecção.

Depois da realização de diversos estudos sobre a caracterização do edificado, da população e do tecido económico da Baixa Portuense e do seu Centro Histórico, a Porto Vivo, SRU/Câmara Municipal do Porto (2008a), definiu 5 grandes objectivos a pôr em acção:

- A re-habitação da Baixa do Porto;
- O desenvolvimento e promoção do negócio na Baixa do Porto;
- A revitalização do comércio;
- A dinamização do turismo, cultura e lazer;
- A qualificação do domínio público.



O modelo de actuação da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, está definido juridicamente no Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio.

As SRU dirigem-se pelo regime de empresas municipais ou pelo regime do sector empresarial do Estado, consoante a maioria do capital social seja detido pelo município ou pelo Estado. E entre outras competências, as SRU podem: licenciar e autorizar operações urbanísticas; expropriar os bens imóveis e os direitos a eles inerentes destinados à reabilitação urbana, bem como constituir servidões administrativas para os mesmos fins; proceder a operações de realojamento; fiscalizar as obras de reabilitação urbana, exercendo, nomeadamente, as competências previstas na secção V do capítulo III do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção em vigor, com excepção da competência para aplicação de sanções administrativas por infracção contra-ordenacional, a qual se mantém como competência do município; exercer as competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º, no n.º 2 do artigo 44.º e no artigo 46.º, todos da Lei dos Solos.

A acção da Porto Vivo, SRU assenta ainda na elaboração do "Masterplan" - documento de enquadramento e de orientação do processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, no qual se definem os objectivos e as metas a atingir, a estratégia e os instrumentos operativos.

O Masterplan é também um instrumento de comunicação com a opinião pública, com as populações envolvidas e as instituições, com os investidores e, de um modo geral, com os agentes da transformação. Em consequência, este, não é um instrumento típico de planeamento, com normas rígidas e impositivas, em vez disso, contém orientações e procedimentos que se destinam a transformar a realidade actual, baseando-se na sua capacidade de influenciar e ganhar os agentes da transformação.

Fig. 70 - Intervenções da Porto Vivo, SRU (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Planta 10 - Intervenções da Porto Vivo SRU in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.55).

De acordo com a Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto Vivo (2005), os princípios fundamentais que deverão balizar as propostas de intervenção no âmbito da reabilitação urbana da Baixa do Porto serão: a sustentabilidade, a identidade, a criatividade e a integração.

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável no sentido de satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas, como é enunciado em 1987, pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, no Relatório Brundtland (Porto Vivo, SRU, 2005), e de compreender os domínios: Económico, Social e Ambiental, tal como indica a base do modelo “Triple Bottom Line”. Sendo neste último, sugerida a importância igualitária dos domínios referidos, bem como a importância das suas inter-relações (Porto Vivo, SRU, 2005).

O sentido de identidade que a Porto Vivo, SRU pretende impor a um processo de re-urbanização, centra-se na percepção da História e das histórias que a zona de intervenção contém. A identidade de um território resulta da articulação do formato da ocupação do “sítio”, da sua lógica de crescimento físico, das características da sua imagem construída, do perfil e da dinâmica económica que sedimentaram o desenvolvimento, e idiossincrasia das suas gentes (Porto Vivo, SRU, 2005).

Com a criatividade, no seu sentido lato de manifestação de originalidade e capacidade inventiva, a Porto Vivo (2005) vê a possibilidade de se abrirem novas frentes de operação e de exploração de projectos e actividades e de se proporcionarem maiores condições de sucesso.

Segundo esta será de fundamental importância interligar e articular entre si os diversos princípios anteriormente enunciados e integrá-los também com os objectivos estratégicos da cidade e com todos os seus agentes - num processo em que se pretende recuperar património e memórias, incentivar o investimento e a colaboração, inovar e recriar a cidade (Porto Vivo, SRU, 2005).

Hoje, a área metropolitana do Porto é o centro económico de uma região que influencia o grande noroeste peninsular português e galego. No entanto, nos últimos 25 anos, os parâmetros socioeconómicos do Porto apresentam tendências negativas: a população mais jovem procurou concelhos vizinhos e mais em conta para residir; o comércio perdeu clientes que viram nos shoppings um diferente e eficiente modo de comprar; as empresas mudaram as suas sedes – o Porto perdeu força e liderança.

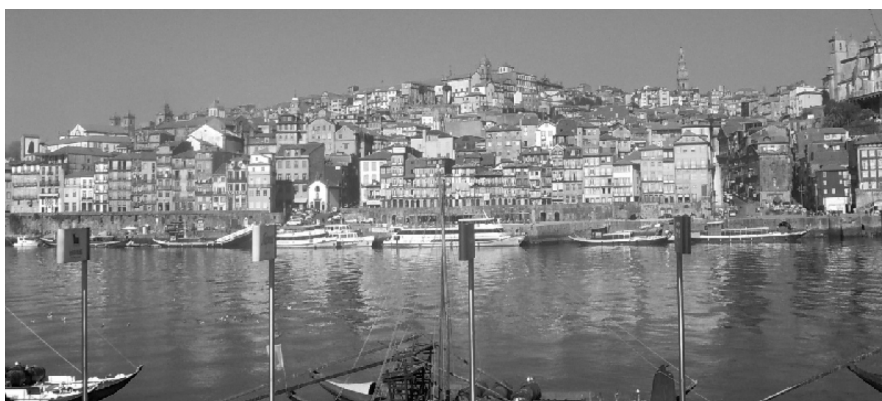


Fig. 71 - Vista do Centro Histórico do Porto a partir do Cais de Gaia (Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, Sem Título in Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p.29).

Mas o Porto é, desde sempre, ponto de confluência e ponto de partida, entidade viva que reage às adversidades. Por isso, o centro do Porto que importa

reabilitar e revitalizar, assume-se como espaço territorial regenerável e embrionário de uma mudança de que a cidade e a própria região estão carentes e expectantes - este necessita de se transformar, e detém em si a oportunidade para o fazer.

Menos animado hoje que outrora, é ainda, um local de polarização à escala europeia, ponto de encontro de gentes, de negócios e produtos, espaço de comércio e cultura. Mas, para impulsionar estas suas forças, importa criar condições para que se verifiquem os processos de mudança necessários e demonstrar que, definindo objectivos adequados e estruturando mecanismos eficientes, há oportunidades de intervenção (Porto Vivo, SRU, 2005).

Uma nova cultura urbanística terá de encontrar novos processos de gestão, de protecção e valorização da arquitectura, arqueologia e sociologia, respeitando a preexistência de valor e o carácter sedimentado da cidade histórica, tenha ela séculos (Centro Histórico) ou apenas décadas (algumas ruas da Baixa).

Uma cidade com história, equilibrada, competitiva, socialmente justa, culturalmente surpreendente, moderna e viva, necessita de edificado habitacional reabilitado e de estruturas de apoio variadas de resposta às diferentes solicitações, anseios e aspirações.

Reabilitar e revitalizar o centro do Porto, implica respeitar o que caracteriza o seu território, os seus edifícios, as suas gentes e o seu modelo de desenvolvimento, não ficando aquém da transformação necessária do processo urbano.

4.3.1.1. A habitação como pilar fundamental para a revitalização do núcleo histórico da cidade

A habitação e a necessidade de re-habitar a Baixa foram eleitas como prioridades da intervenção da Porto Vivo, SRU. E são, por esta, consideradas ponto de partida e de chegada de toda a intervenção de revitalização urbana e social da Baixa do Porto. De acordo com esta instituição é indispensável uma nova política de habitação, criando condições preferenciais no apoio aos proprietários e aos moradores, de modo a promover a instalação de famílias no centro da cidade (Porto Vivo, SRU, 2005).

A mobilização dos programas existentes de apoio à recuperação de habitação são fundamentais, mas, para as áreas críticas justificam-se outras medidas de política, nomeadamente a alteração à lei das rendas, a revisão da legislação sobre solos e expropriações e a continuidade e longevidade das políticas definidas.

O conhecimento da realidade existente e a definição de públicos-alvo, permitiram à Porto Vivo, SRU (2005) definir o seguinte quadro:

- Captação de população, sobretudo jovem, passa por uma visão de conjunto das opções de cidade pretendidas. A população - instalada e a instalar - necessita de equipamentos e serviços, públicos e privados, que dêem resposta às necessidades do agregado familiar como:

- . serviços à primeira infância;

- . qualidade ambiental e física dos equipamentos escolares do 1º e 2º ciclos;

- . equipamentos e serviços desportivos dedicados a actividades de manutenção;
- . rede de serviços e equipamentos culturais;
- . espaços públicos de qualidade, que comportem uma estrutura verde e de lazer;
- . rede de serviços de manutenção dos espaços públicos e ambiente urbano;
- . condições de estacionamento para residentes;
- . comércio de proximidade e diversificado, assegurando o mix necessário ao suporte à habitação (criação de novas actividades comerciais/melhoria das existentes).

- Públicos-alvo:

- . jovens licenciados;
- . casais em início de vida familiar;
- . população de meia-idade, com apetência para se reinstalar no centro da cidade.

Na organização da estratégia de captação de novos residentes, foi pela Porto Vivo (2005) definido que, os segmentos tipológicos obedecerão aos seguintes critérios estabelecidos:

- para um público-alvo constituído por solteiros, recém licenciados ou em início de carreira e estudantes, com elevado poder económico a médio prazo, e que faz uma utilização maioritariamente nocturna da habitação, considera-se preferencial reabilitar e disponibilizar tipologias T0 e T1;
- para um público constituído por casais sem filhos ou com um filho e casais de meia idade que querem reinstalar-se na Baixa, com uma maior tendência para a participação e inserção social e económica nas áreas de residência e, tendo em conta o potencial económico de que dispõe, imprimir novos graus de exigência e qualidade nos serviços, na procura e na resposta, será mais adequada a reabilitação de tipologias T2 e T3;
- para um público-alvo constituído por casais com dois ou mais filhos, caracterizado por ter tendência a acentuar a criação de raízes numa perspectiva de vida a longo prazo, proporcionando um uso intenso e a apropriação do espaço público, e da rede de serviços e equipamentos existentes na zona, e factor de rejuvenescimento populacional cuja necessidade de uma rede de equipamentos e serviços de suporte à vida familiar e à sua integração social e cultural na cidade é maior, com especial atenção às solicitações das faixas etárias infantil e juvenil, serão mais apropriadas tipologias T4 e superior;

Para além destes, procura angariar outros públicos para os quais é necessário direccionar a atenção como: a terceira idade; o segmento das unidades residenciais de serviços complementares; a população de instalação sazonal; e a população estrangeira à procura de segunda residência em ambiente histórico.

A população residente e enraizada representa um atributo e uma valorização para a área urbana de que faz parte, sendo parte integrante da sua história e do seu imaginário, logo, deve necessariamente ser também tida em conta para que se alcance uma política de habitação sustentável.

A segmentação em públicos-alvo exige, no entanto, uma articulação das tipologias habitacionais às lógicas de planeamento do território, ao edificado preexistente, e às apostas de disponibilização de facilidades ao nível dos equipamentos e serviços de proximidade e do espaço público.

“Uma cidade equilibrada, competitiva, socialmente justa, inquietante, culturalmente surpreendente, moderna e viva, necessita de uma rede e estruturas de apoio variadas, ecléticas, de resposta às diferentes solicitações, aos anseios e aspirações, mas também à procura e à diversificação da oferta” (Porto Vivo, SRU, 2005, p.10). Assim, a população, instalada e a instalar, necessita de equipamentos e serviços, públicos e privados, que dêem uma resposta adequada às suas solicitações, como:

- serviços e equipamentos para a primeira infância;
- boa qualidade ambiental e física dos equipamentos escolares do 1º e 2º ciclos;
- equipamentos e serviços desportivos dedicados preferencialmente às actividades de manutenção;
- funcionamento em rede de serviços e equipamentos culturais;
- espaços públicos de qualidade;
- estrutura verde e de lazer;
- rede de serviços de manutenção dos espaços públicos e do ambiente urbano;
- estacionamento residencial próprio ou de proximidade;
- comércio de proximidade e diversificado;
- rede de transportes eficientes e de qualidade;
- património cuidado, reabilitado e valorizado;
- variedade de escolha e alternativas de lazer, diversão e socialização.

4.4. [Re]habitar o Centro Histórico e a Baixa do Porto, hoje - estudo estatístico

No centro do Porto é possível conseguir encontrar uma habitação (ou transformar de forma a) que corresponda às necessidades e modos de vida actuais, é disponibilizada uma vasta rede de transportes públicos (autocarros, eléctricos, metro) que garante aos habitantes mobilidade e acessibilidade, e contribui para inverter a dependência em relação ao veículo próprio e ao estacionamento privado. São também oferecidos aos moradores diversos serviços – desde a restauração, à saúde, à educação... -, que evitam grandes deslocações, e comércio local e tradicional, que para além de evitar também deslocações, disponibiliza produtos de qualidade, tradicionais e que a sua venda contribui para o desenvolvimento local. Para este processo são também relevantes as actividades, eventos e animações culturais crescentes que têm

prosperado e trazido animação e movimento ao núcleo histórico da cidade.

Havendo uma necessidade de captar novos residentes para reocupar espaços habitacionais devolutos e reabilitá-los, é necessário atrair um maior número de pessoas a tomar essa iniciativa, mas por sua vez, para isso, é necessário explorar e identificar necessidades.

É partindo das referências anteriormente expostas, a partir do ponto 4.2., de planos estratégicos, estudos estatísticos efectuados, entre outros documentos, referentes ao estado do edificado habitacional, às características sociodemográficas e à necessidade de contrariar processos de despovoamento, envelhecimento e degeneração do Centro Histórico e da Baixa do Porto, que se avança para o estudo que se passa a apresentar.

É preciso saber aproveitar a oportunidade para recuperar da apatia e inércia que se foi desenvolvendo na área central e histórica da cidade do Porto, e os novos moradores, embora não em grande número, provam que é hoje possível habitar, num edifício com qualidade e bem-estar, e desfrutar de um ambiente urbano agradável, dinâmico e cultural, no núcleo histórico do Porto.

4.4.1. Metodologia

O estudo desenvolvido partiu da informação recolhida através de um inquérito por questionário, cujo principal propósito é o de identificar quem actualmente procura o Centro Histórico ou a Baixa do Porto afim de aí habitar; porque razões; o que procura; e se, e de que modo, procura intervir sobre o edificado - para que se reúnam dados que possam vir a contribuir como referência para uma capacidade de resposta mais direccionada às necessidades habitacionais, e assim, possibilitar um maior despertar de interesse, e atrair mais habitantes.

A fim de contextualizar o leitor, será de referir que: o termo “inquérito” é utilizado “para designar a recolha de respostas a um conjunto de questões junto de uma amostra de pessoas, de tal modo que se possa daí inferir quais seriam os resultados obtidos caso se tivesse inquirido todas as pessoas que constituem a população-alvo” (Moreira, 2004, pp.115-116), “(...) designa, na maior parte dos casos, todo o processo, desde a definição das questões a estudar, da população-alvo e da constituição da amostra, até à recolha dos dados e ao seu tratamento” (Moreira, 2004, pp.115-116); e, por sua vez, o termo “questionário” se refere a “(...) tal como o próprio nome indica, um conjunto de questões, ou seja, de itens que, por qualquer razão, se decidiu apresentar associados numa mesma folha ou caderno” (Moreira, 2004, p.115).

Neste caso, o inquérito por questionário, do qual o documento poderá ser consultado nos anexos (ANEXO I) do presente projecto de investigação, foi realizado em várias artérias do Centro Histórico e Baixa Portuenses, pela autora da presente tese.

A recolha de dados, isto é, a aplicação dos questionários, foi desenvolvida em cerca de dois meses, de 31 de Março a 7 de Junho de 2010, período no qual foi possível obter respostas a 35 questionários – constituindo estes 35 a dimensão da amostra.

Visto que o principal propósito era explorar as motivações, desejos e necessidades de um “novo” grupo de habitantes que vem procurar esta área histórica da cidade para estabelecer a sua habitação, apenas fazem parte da amostra indivíduos que aqui residem, no máximo há 10 anos.

No processo prévio de elaboração do questionário foram vistas como a melhor opção a dar aos inquiridos as respostas fechadas. Estas foram eleitas em detrimento das respostas abertas visto que, a utilização destas poderia levar à exaustão dos inquiridos, e também, posteriormente do investigador, pois o facto do indivíduo se exprimir nas suas próprias palavras pode ser uma causa de problemas, uma vez que coloca o investigador perante a necessidade de desempenhar um papel essencial na interpretação e confrontação das respostas das diferentes pessoas. Assim, foi feita a opção pelas respostas fechadas para que, tal como é referido por João Manuel Moreira (2004) no livro “Questionários: Teoria e Prática”, não fosse tomado muito tempo ao inquirido, e também, por outro lado, o tratamento dos dados não fosse demasiado extenso e complexo, o que facilita o posterior tratamento das respostas.

Outra questão tida em conta na formulação do questionário foi a sua extensão, pois este é um outro motivo que leva à exaustão dos inquiridos, um questionário demasiado longo pode levar ao desgaste da sua motivação.

Visto que foram colocadas questões referentes a diferentes aspectos ou subtemas optou-se por estruturar o questionário em quatro partes, a fim de facilitar a sua compreensão, por parte inquirido, e também de se encontrar uma organização que facilitasse o tratamento dos dados. Estes quatro subtemas encontram-se especificados na análise descritiva que mais à frente se apresenta.

Após a verificação dos inquéritos respondidos, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados através do programa informático SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

4.4.2. Objectivos

Contribuir, através da recolha, sintetização e exposição de dados, para:

- Caracterizar a “nova população” que procura habitação no Centro Histórico e Baixa do Porto;
- Identificar as principais razões que levam os indivíduos a optar por vir a habitar no Centro Histórico e na Baixa do Porto actualmente;
- Perceber quais as qualidades e características que foram procuradas pelos inquiridos aquando da escolha das suas actuais habitações;
- Procurar identificar potenciais interessados em residir nestas áreas, a partir das informações obtidas.

4.4.3. Apresentação dos resultados

Em primeiro lugar, e antes de se passar à apresentação dos resultados propriamente dita, será de referir que foram realizados a partir dos dados obtidos através dos inquéritos por questionário dois tipos de análise: em primeiro, uma análise descritiva, e em segundo uma análise inferencial.

A análise descritiva encontra-se subdividida em 4 partes: numa primeira, em que se procura fazer uma caracterização do edificado habitacional e das suas condições de propriedade; numa segunda, em que se procede à caracterização do grupo de residentes inquiridos; numa terceira, onde se ambiciona perceber quais as motivações que levaram, os actuais residentes, a habitar na Baixa ou no Centro Histórico do Porto e as características que estes procuravam numa

habitação; e, por último, numa quarta, procura-se obter uma caracterização do estado do edificado habitacional, perceber quais as alterações efectuadas pelos habitantes, de que forma o fizeram, e perceber as suas atitudes face ao projecto de reabilitação, inclusive a nível dos interiores.

Em cada uma das quatro partes são apresentados os resultados obtidos através de tabelas e gráficos que os apresentam de forma objectiva, acompanhados de textos descritivos e explicativos.

Com o objectivo de tentar encontrar uma relação de associação e de dependência entre as variáveis efectuou-se uma análise inferencial recorrendo a métodos de Estatística Aplicada. O método utilizado no estudo baseou-se nos seguintes passos:

- Testes de dependência - verificar se existe dependência entre as variáveis;
- Medidas de associação e concordância - verificação da força de associação e de concordância;
- Análise de padrão de associação - interpretação intuitiva dos resultados.

Na análise utilizou-se o Teste do Chi-Quadrado para se verificar a dependência entre as variáveis (Guimarães & Sarsfield Cabral, 1999). Considerando o uso de tabelas de contingência de dimensões 2x2, recorreu-se à Correção de Yates e, no caso do Teste de Chi-Quadrado ser inválido, recorreu-se ao uso do Teste Exacto de Fisher (Guimarães & Sarsfield Cabral, 1999). No teste do Chi-Quadrado (e no de Fisher) foi considerada uma significância de 5% que permite considerar como variáveis independentes se $p > 0,05$ e dependentes no caso de $p \leq 0,05$. A análise inferencial foi reforçada usando os Coeficientes Lambda e Kappa para verificar o nível de associação e de concordância entre as variáveis (SPSS Inc., 2007). Na análise do Lambda considerou-se que os valores entre 0 e 0,25 correspondem a uma associação fraca, os valores entre 0,25 e 0,75 a uma associação moderada e os de 0,75 a 1 a uma associação forte (considerações assumidas devido ao facto de não existir uma escala padronizada). Na análise do Kappa considerou-se dois cenários: um de valores positivos (concordância) e outro de valores negativos (discordância). No caso negativo, os valores de -1 a -0,75 consideram-se como discordância fraca e os de -0,75 a -0,25 como discordância moderada. Os valores entre -0,25 e 0,25 podem ser lidos de duas formas: como não havendo nenhuma tendência, isto é, nem para concordância nem para discordância; ou, se negativos (-0,25 a 0), como uma discordância fraca, e se positivos (0 a 0,25), como uma concordância fraca. No caso positivo considerou-se uma concordância moderada se os valores se encontrarem entre 0,25 e 0,75 e como concordância forte entre 0,75 e 1 (considerações assumidas devido ao facto de não existir uma escala padronizada). Os testes realizados - Exacto de Fisher, Lambda e Kappa - são adequados para amostras de dimensão baixa ($N=20$).

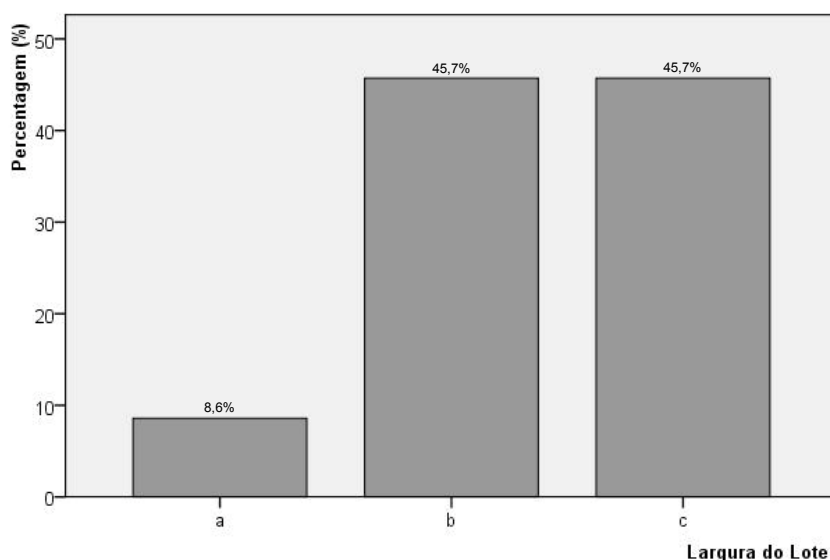
A fim de se proporcionar uma mais objectiva leitura recorreu-se ao uso de tabelas de contingência para expor os resultados dos testes, não se tendo dispensado a apresentação de uma interpretação textual dos mesmos.

4.4.3.1. Análise Descritiva

4.4.3.1.1. Caracterização do edificado e a sua propriedade

Na tabela 1 e no gráfico 1 são expressos os resultados relativos à largura do lote habitacional do inquirido, obtidos através das respostas à questão 1..

Gráfico 1 - Q1. Largura do Lote



Tab. 1 - Q1. Largura do Lote

Largura do lote	Freq. Abs.	Percent. (%)
a	3	8,6
b	16	45,7
c	16	45,7
Total	35	100,0

Legenda Tab. 1 e Gráf. 1:

a - estreita (até 4m)

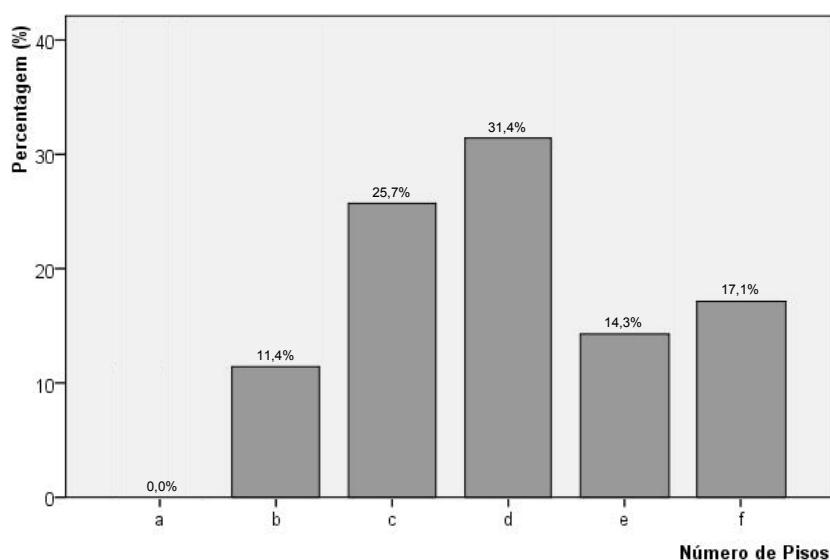
b - média (entre 4 e 7m)

c - larga (superior a 7m)

A maioria dos inquiridos (91,4%, n=32) reside num lote de largura superior a 4 metros, sendo que nestes estão incluídos os que residem em lotes de dimensão média e larga. Apenas 8,6% dos inquiridos reside em lotes de largura considerada estreita, isto é, inferior a 4m.

O número de pisos do edifício em que reside cada inquirido - questão 2. - é apresentado na tabela 2 e no gráfico 2.

Gráfico 2 - Q2. Número de Pisos do Edifício



Tab. 2 - Q2. Número de Pisos

Nº de Pisos	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	0	0,0
b	4	11,4
c	9	25,7
d	11	31,4
e	5	14,3
f	6	17,1
Total	35	100,0

Legenda Tab. 2 e Gráf. 2:

a - 1 piso

b - 2 pisos

c - 3 pisos

d - 4 pisos

e - 5 pisos

f - + de 5 pisos

A partir das respostas obtidas é possível observar uma maior dispersão de resultados, e a inexistência de qualquer caso cujo edifício possua apenas 1 piso.

Os valores encontram-se mais concentrados nas alíneas c (25,7%, n=9) e d (31,4%, n=11), sendo a cada uma destas correspondentes valores superiores a 25%. Isto corresponde a dizer que os dois números de pisos dos edifícios com percentagens mais significativas, são os de 3 e 4 pisos, embora os de 4 pisos possuam um valor mais elevado e que, assim, se constituam a moda.

A tabela e o gráfico que se seguem, tabela e gráfico 3, expressam qual o tipo de edifício em que residem os inquiridos. Isto é, quais as funções por estes desempenhadas, se apenas a habitacional ou outras para além desta.

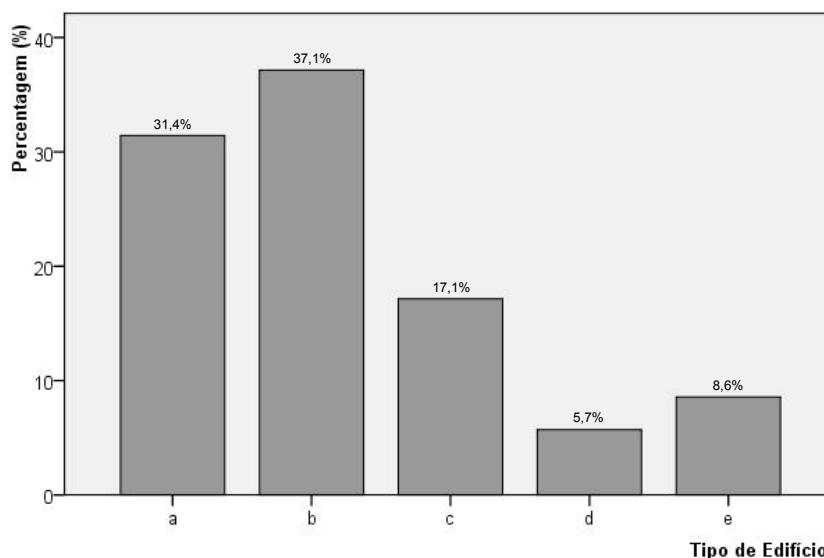
Tab. 3 - Q3. Tipo de Edifício

Tipo de Edifício	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	11	31,4
b	13	37,1
c	6	17,1
d	2	5,7
e	3	8,6
Total	35	100,0

Legenda Tab. 3 e Gráf. 3:

- a - apenas habitação
- b - de habitação + comércio
- c - de habitação + serviço
- d - de habitação + atelier
- e - de habitação + outro

Gráfico 3 - Q3. Tipo de Edifício

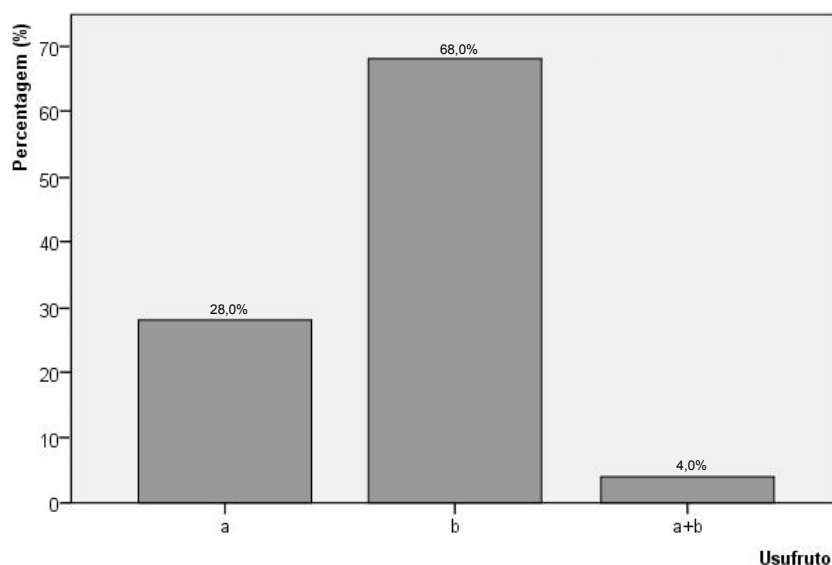


Da amostra analisada, o tipo de edifício mais frequente é aquele que conjuga a função habitacional com a comercial, representando 37,1% (n=13) dos edifícios cujos inquiridos habitam, imediatamente seguido pelos edifícios exclusivamente habitacionais que representam 31,4% da percentagem total (n=11). Os restantes 31,5% encontram-se distribuídos por edifícios de habitação e serviço (17,1%, n=6), por edifícios de habitação e atelier (5,7%, n=2) e ainda, com uma percentagem de 8,6%, que corresponde a 3 casos, em que se registam outras situações (alínea e), em que os edifícios possuem três funções diferentes como: habitação, comércio e serviço; e habitação, comércio e atelier.

A questão 3.1., cujos resultados se encontram visíveis na tabela e gráfico 4, na página seguinte, apenas se dirigiu aos inquiridos que residem num edifício com uma função para além da habitacional, pelo que, 10 (ou 28,6%) destes estarão excluídos da análise dos resultados.

Partindo então das 25 respostas obtidas, é possível verificar que a maioria das funções de que os edifícios dispõem para além da habitacional (68,0%, n=17), encontra-se ao usufruto de outros que não os habitantes. Surgiu também uma situação isolada, e não prevista, em que o usufruto era feito tanto pelos habitantes como por terceiros.

Gráfico 4 - Q3.1. Usufruto das Outras Funções



Tab. 4 - Q3.1. Usufruto

Usufruto	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	7	28,0
b	17	68,0
a+b	1	4,0
Total	25	100,0

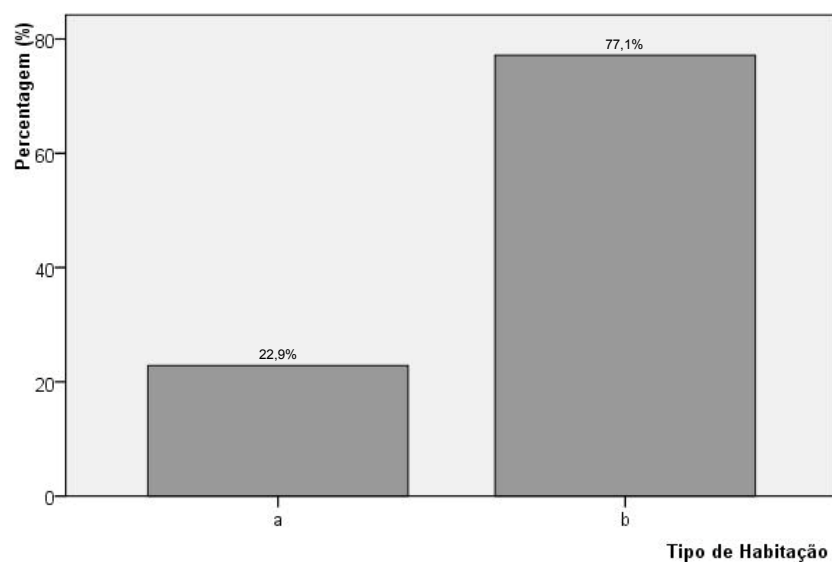
Legenda Tab. 4 e Gráf.4:

a - para usufruto dos habitantes
b - para usufruto de outros
a+b - para o usufruto dos habitantes e de outros

Na questão 4 do questionário pretendia-se saber se os inquiridos residem numa habitação unifamiliar ou plurifamiliar.

Como é visível na tabela e gráfico 5 o tipo de habitação predominante, com uma percentagem bastante expressiva - 77,1% -, é a plurifamiliar. O que quer dizer que 27 dos 35 inquiridos residem em edifícios de habitação plurifamiliares e apenas 8 residem em habitações unifamiliares.

Gráfico 5 - Q4. Tipo de Habitação



Tab. 5 - Q4. Tipo de Habitação

Tipo de Habitação	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	8	22,9
b	27	77,1
Total	35	100,0

Legenda Tab. 5 e Gráf. 5:

a - unifamiliar
b - plurifamiliar

Na análise da questão 5., em que se avalia as posses de propriedade, apenas serão considerados 33 dos 35 questionários, visto que 2 dos inquiridos não responderam.

Posto isto, contam-se (ver na página seguinte: tabela 6 e gráfico 6) um igual número de respostas (n=16) para alínea a – proprietário da habitação - e para a alínea b – arrendatário da habitação -, cada uma delas com uma percentagem correspondente de 48,5 (n=8). Apenas um dos inquiridos se encontra na situação de usufrutuário da habitação.

Tab. 6 - Q5. Prop. da Habitação

Prop. da Habitação	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	16	48,5
b	16	48,5
c	1	3,0
Total	33	100,0

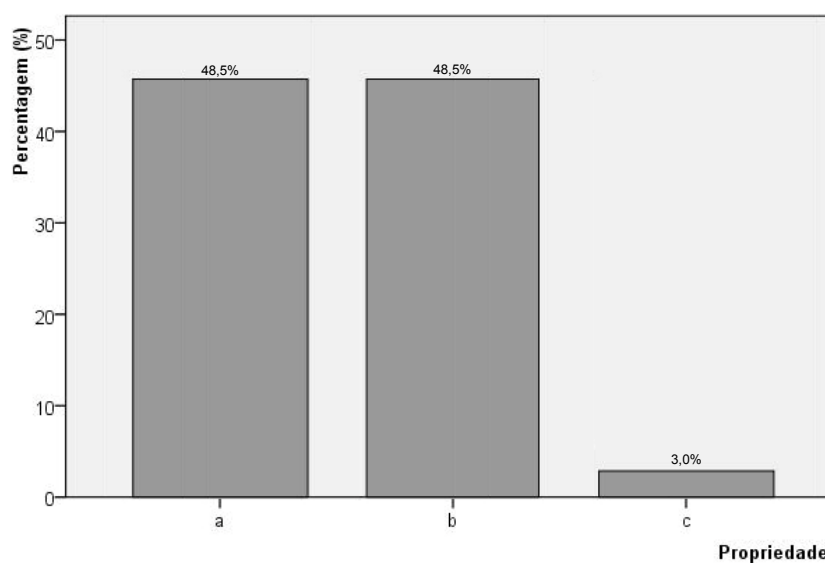
Legenda Tab. 6 e Gráf. 6:

a - proprietário da habitação

b - arrendatário da habitação

c - usufrutuário da habitação

Gráfico 6 - Q5. Propriedade da Habitação

**4.4.3.1.2. Caracterização dos residentes**

O número de residentes será a primeira questão (Q6.) a ser avaliada nesta caracterização e os resultados obtidos encontram-se registados na tabela 7 e no gráfico 7.

Tab. 7 - Q6. Número de Residentes

Nº de Resid.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	9	25,7
b	10	28,6
c	10	28,6
d	3	8,6
e	2	5,7
f	1	2,9
Total	35	100,0

Legenda Tab. 7 e Gráf. 7:

a - 1 pessoa

d - 4 pessoas

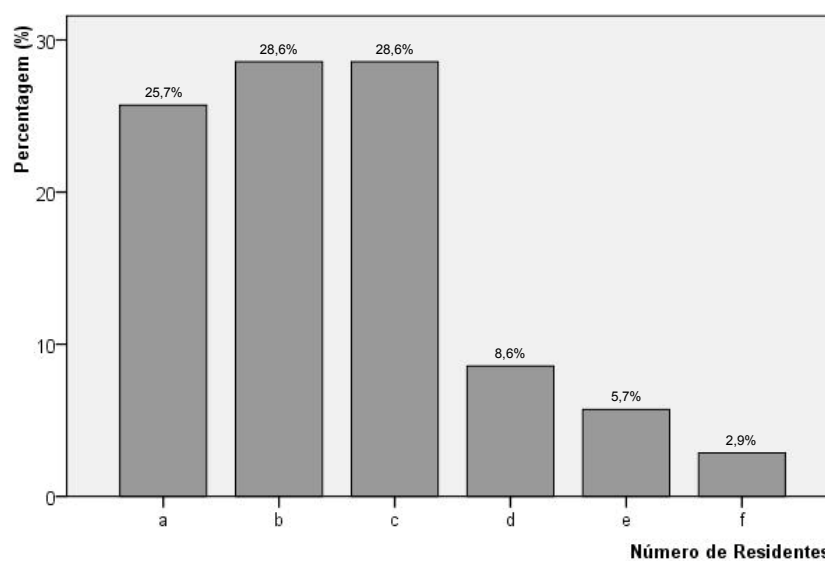
b - 2 pessoas

e - 5 pessoas

c - 3 pessoas

f - + de 5 pessoas

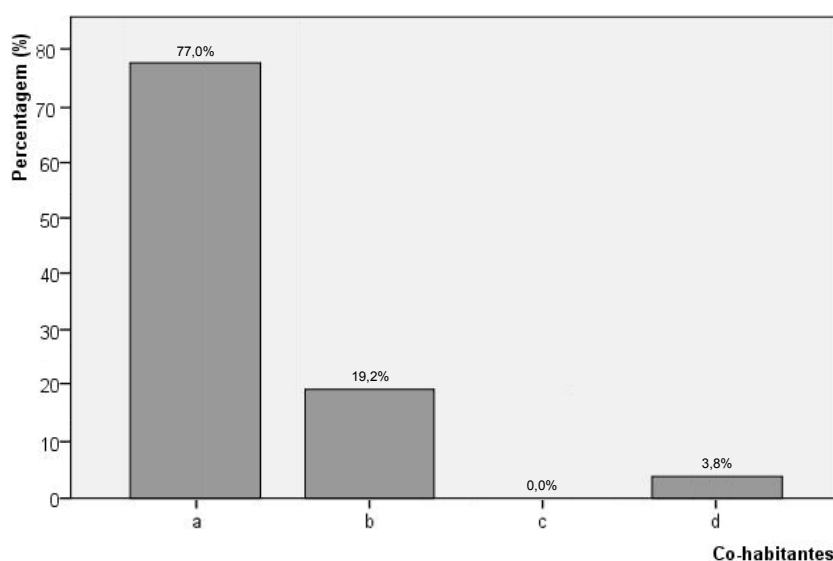
Gráfico 7 - Q6. Número de Residentes



As três respostas que apresentam valores mais significativos, quanto ao número de pessoas residentes no fogo do inquirido, são a a), a b) e a c), o que corresponde a um número de 1, 2 e 3 pessoas a residir por fogo, sendo mesmo igual o número de casos de 2 e de 3 residentes – $n=10$ (28,6%). Os casos com um número de residentes igual a 4, 5 ou mais, apresentam valores reduzidos, registando-se mesmo apenas um único caso com um número superior a 5 residentes.

Através dos resultados expostos na tabela e gráfico 8 (página seguinte) afere-se com quem residem os inquiridos. Dos 35 inquiridos, 9 habitam sozinhos, logo não farão parte da análise da questão 6.1..

Gráfico 8 - Q6.1. Com Quem Habita



Tab. 8 - Q6.1. Com Quem Habita

Com Quem Habita	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	20	77,0
b	5	19,2
c	0	0,0
d	1	3,8
Total	26	100,0

Legenda Tab. 8 e Gráf. 8:

- a - apenas com familiares
- b - apenas com arrendatários
- c - com familiares e arrendatários
- d - outra situação não prevista

Assim sendo, dos 26 que entram nesta análise, a grande maioria – 20 inquiridos (77,0%) -, reside apenas com familiares. Dos restantes 6, 5 (19,2%) habitam com outros arrendatários e 1 (3,8%) com amigos, sendo este último um caso não previsto. Não se registou qualquer situação em que o inquirido residisse com familiares e arrendatários simultaneamente.

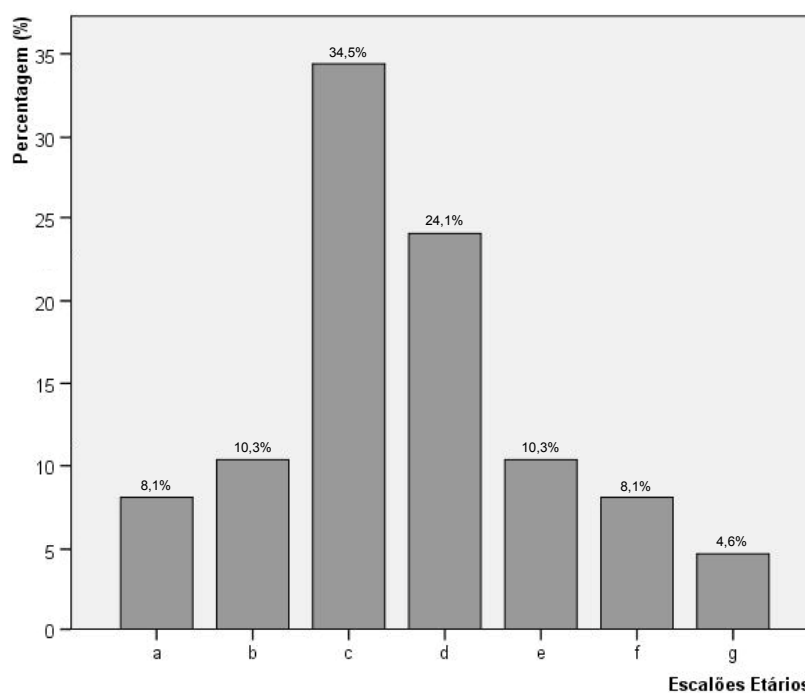
Os resultados dos escalões etários dos residentes representados na tabela 9, abaixo, e no gráfico 9 (página seguinte), partem dos dados obtidos a partir da questão 7..

A questão 7., permitiu fazer uma análise dos escalões etários de todos os residentes pertencentes ao agregado habitacional de cada inquirido e não apenas do próprio, visto que a este foi solicitado, no questionário, que indicasse o escalão etário em que se inserem os habitantes do fogo, e que preenchesse com algarismos (por exemplo: b) [2] 0 – 5 anos). O número de residentes total é 87, dos quais um maior número se concentra no escalão 19 a 30 anos de idade – 30 indivíduos (34,5%). Este maior resultado é seguido pelo número de 21 indivíduos (24,1%) com uma idade compreendida entre os 31 e os 40 anos. Os restantes indivíduos encontram-se distribuídos entre os escalões dos 0 aos 5 anos, dos 6 aos 18 anos, dos 51 aos 60, e o superior a 60 anos, tendo curiosamente os mesmos valores os escalões: dos 0 aos 5 e dos 51 aos 60 anos, com 7 indivíduos (8,1%); e dos 6 aos 18, e dos 41 aos 51 anos, com 9 indivíduos (10,3%). Resta afirmar que apenas 4 dos 87 habitantes (4,6%) têm uma idade superior a 60 anos.

Tabela 9 - Q7. Escalões Etários dos Habitantes

Escalões Etários	0-5 anos	6-18 anos	19-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	mais de 60 anos
Freq. Absoluta	7	9	30	21	9	7	4
Percent. (%)	8,1	10,3	34,5	24,1	10,3	8,1	4,6

Gráfico 9 - Q7. Escalões Etários dos Habitantes

**Legenda Gráf. 9:**

- a - 0 aos 5 anos
- b - 6 aos 18 anos
- c - 19 aos 30 anos
- d - 31 aos 40 anos
- e - 41 aos 50 anos
- f - 51 aos 60 anos
- g - mais de 60 anos

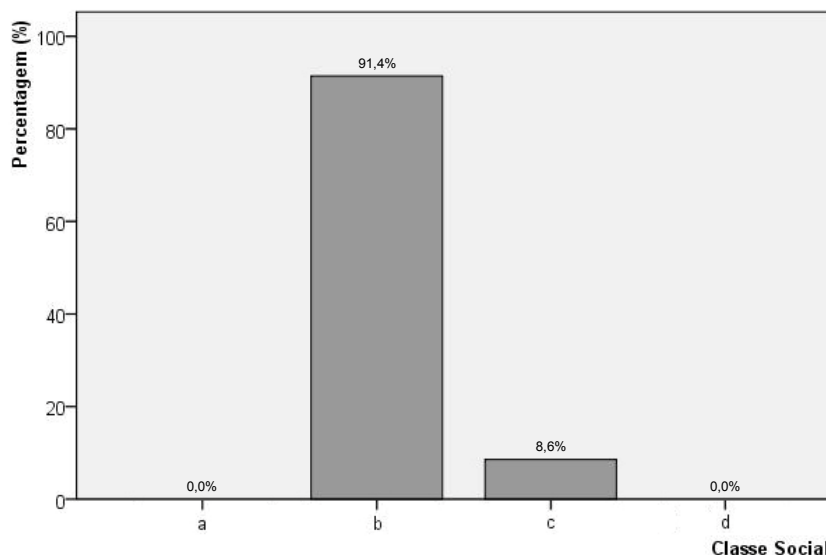
Os resultados obtidos quanto à classe social dos habitantes encontram-se descritos de seguida e são ilustrados na tabela e gráfico 10.

Da análise à classe social do grupo de habitantes inquiridos, conclui-se que a esmagadora maioria – 91,4%, n=32 -, considera pertencer à classe média, e os restantes 8,6% (n=3) à classe média alta. Nenhum dos inquiridos considera que o seu agregado pertença à classe baixa ou à classe alta.

Tab. 10 - Q8. Classe Social

Classe Social	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	0	0,0
b	32	91,4
c	3	8,6
d	0	0,0
Total	35	100,0

Gráfico 10 - Q8. Classe Social dos Habitantes

**Legenda Tab. 10 e Gráf. 10:**

- a - classe baixa
- b - classe média
- c - classe média alta
- d - classe alta

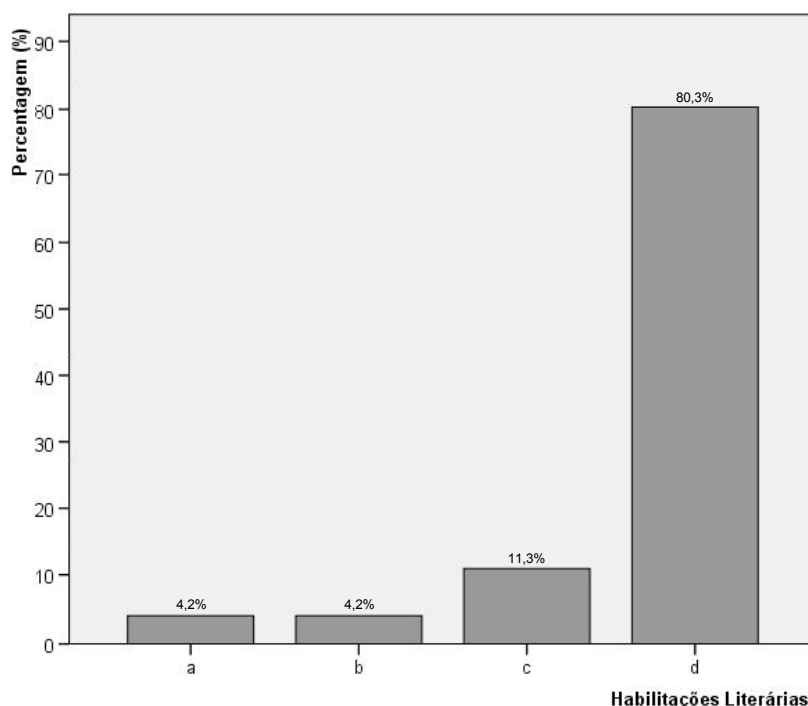
Nas questões 9. e 10., referentes respectivamente às habilitações literárias e às áreas de actividade profissional dos residentes, mais uma vez, tal como na questão 7., foram considerados todos os residentes pertencentes ao agregado do inquirido e não apenas o próprio, mas, neste caso, apenas foram tidos em conta aqueles com uma idade superior a 18 anos. Assim, nestas questões a amostra é de 71 indivíduos.

Em primeiro lugar, e de seguida, apresentam-se os resultados apurados quanto às habilitações literárias.

Tabela 11 - Q9. Habilitações Literárias dos Residentes

Habilitações Literárias	<9ºano	9ºano	12ºano	Ensino Superior
Frequência Absoluta	3	3	8	57
Percentagem (%)	4,2	4,2	11,3	80,3

Gráfico 11 - Q9. Habilitações Literárias dos Residentes



Legenda Gráf. 11:

- a - menos de 9º ano
- b - 9º ano
- c - 12º ano
- d - ensino superior

É visível através dos resultados expostos na tabela e gráfico 11 que grande parte dos indivíduos tem uma formação superior, 57 dos 71 (80,3%). Dos restantes 14: 8 (11,3%) possuem o 12ºano, 3 (4,2%) o 9ºano e outros 3 (4,2%) uma formação inferior ao 9ºano.

Na tabela 12 (abaixo) e no gráfico 12 (página seguinte) apresentam-se os resultados referentes às actividades profissionais dos habitantes.

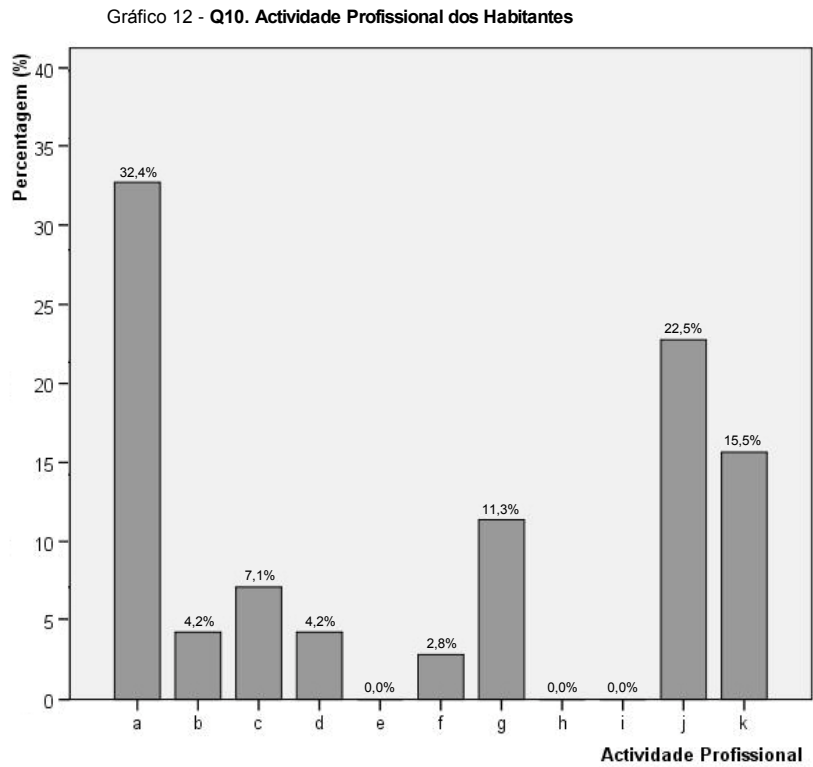
Tabela 12 - Q10. Actividade Profissional dos Habitantes

Actividade Profissional	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k
Frequência Absoluta	23	3	5	3	0	2	8	0	0	16	11
Percentagem (%)	32,4	4,2	7,1	4,2	0,0	2,8	11,3	0,0	0,0	22,5	15,5

Destaca-se um grande número de indivíduos concentrado na área das Artes (n=23, 32,4%), distinguindo-se da área seguinte – os estudantes (n=16, 22,5%) - por 7 indivíduos. Ainda relativamente relevante é o número de indivíduos concentrados na área do comércio (n=8, 11,3%). Os restantes indivíduos distribuem-se por diversas áreas, como saúde, ciências, economia, engenharia (k), educação (k), direito (k) e investigação (k). É relevante ainda referir que nenhum dos indivíduos se encontra desempregado ou reformado.

Legenda Tab. 12 e Gráf. 12:

- a - Artes
- b - Humanidades
- c - Saúde
- d - Ciências
- e - Desporto
- f - Economia
- g - Comércio
- h - Desempregado
- i - Reformado
- j - Estudante
- k - Outra



Com a questão 11. pretendia-se saber se algum dos residentes desempenha uma actividade profissional em sua casa.

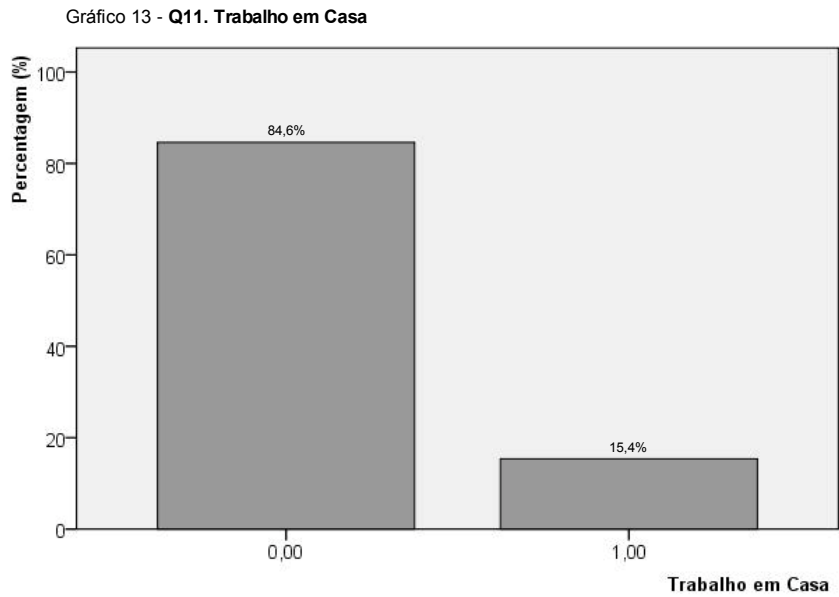
Nove dos trinta e cinco inquiridos não respondeu a esta questão -, pelo que, os resultados expressos na tabela 13 e gráfico 13 partem das 26 respostas obtidas. Do total de 26 respostas, 22 (84,6%) correspondem ao não, isto é, os residentes não trabalham profissionalmente em casa, e apenas 4 (15,4%) correspondem ao sim – os residentes (ou algum dos residentes) trabalham em casa.

Tab. 13 - Q11. Trabalho em Casa

Trabalho em Casa	Freq. Absoluta	Percent. (%)
0,00	22	84,6
0,01	4	15,4
Total	26	100,0

Legenda Tab. 13 e Gráf. 13:

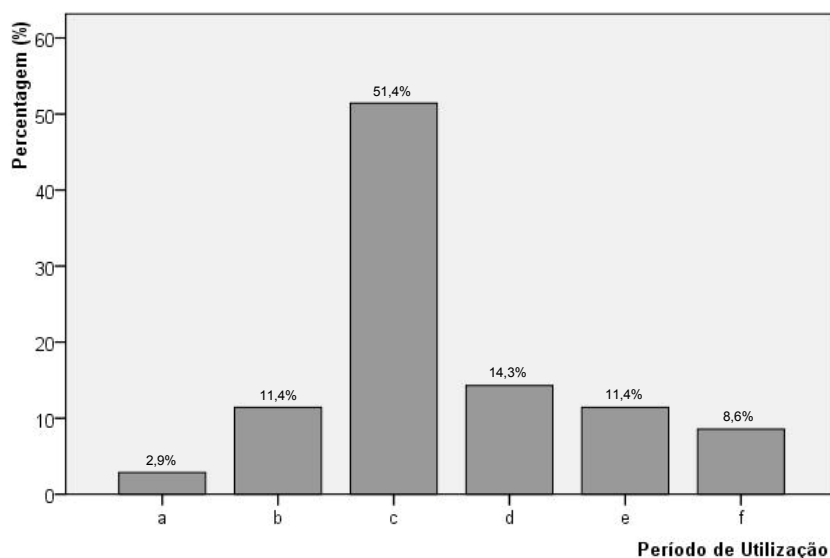
- 0,00 - não
- 0,01 - sim



Através das respostas à questão 11.1. foi possível verificar que, destes 4 casos em que habitantes trabalham profissionalmente em casa, apenas num deles esta actividade é desenvolvida a tempo inteiro; e das respostas à 11.2., que dos 4 casos, em 3 é necessário um espaço próprio, dedicado ao trabalho, na habitação.

O período de utilização diária da habitação é analisado seguidamente, e os resultados são expressos na tabela e gráfico 14.

Gráfico 14 - Q12. Período de Utilização Geral da Habitação



Tab. 14 - Q12. Utilização da Hab.

Utilização da Hab.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	1	2,9
b	4	11,4
c	18	51,4
d	5	14,3
e	4	11,4
f	3	8,6
Total	35	100,0

Legenda Tab. 14 e Gráf. 14:

a - menos de 8h d - cerca de 16h
 b - cerca de 8h e - cerca de 18h
 c - cerca de 12h f - mais de 18h

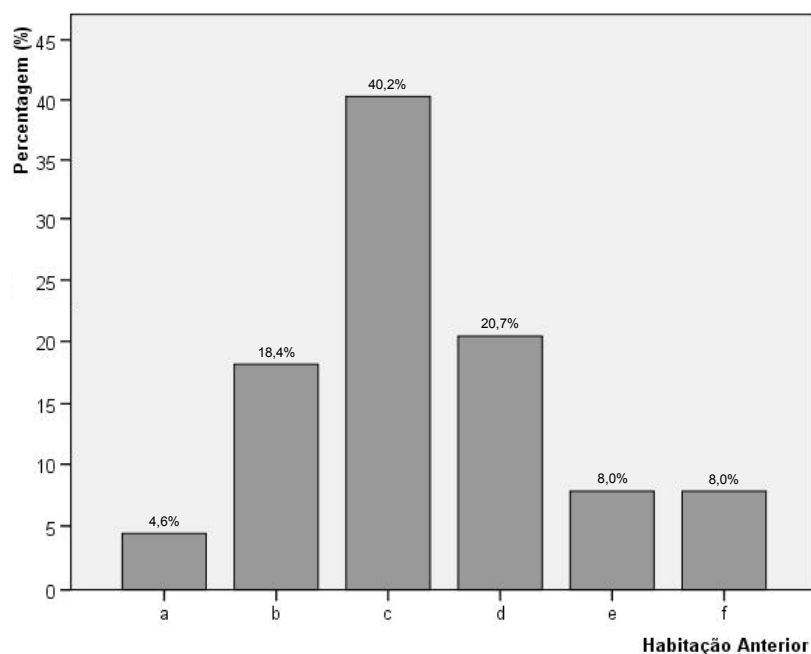
A maioria dos inquiridos, 18 dos 35 (51,4%), afirmam que a sua habitação é utilizada cerca de 12 horas por dia. Os outros 17 indivíduos dispersam-se entre outras opções, sendo que apenas 1 (2,9%), afirma que a sua habitação é usada menos de 8 horas por dia.

A questão 13. do questionário efectuado ambicionava avaliar de onde são oriundos os residentes que procuram a Baixa e o Centro Histórico do Porto para habitar.

Tabela 15 - Q13. Habitação Anterior

Habitação Anterior	a	b	c	d	e	f
Frequência Absoluta	4	16	35	18	7	7
Percent. (%)	4,6	18,4	40,2	20,7	8,0	8,0

Gráfico 15 - Q13. Habitação Anterior



Legenda Tab. 15 e Gráf. 15:

a - Centro Histórico do Porto
 b - Baixa do porto
 c - Concelho do Porto, fora do Centro Histórico e da Baixa do Porto
 d - Distrito do Porto, fora do concelho do Porto
 e - Fora do distrito do Porto, em Portugal

Foi apurado, como é visível na tabela 15 e no gráfico 15, que dos 87 indivíduos, que residem nas habitações dos 35 inquiridos: a maioria, 35 indivíduos (40,2%), residia anteriormente no Concelho do Porto, fora do Centro Histórico e da Baixa; 18 indivíduos (20,7%) no Distrito do Porto, fora do Concelho do Porto; um conjunto de 16 pessoas (18,4%) que já residia anteriormente na Baixa do Porto; um número reduzido de 4 indivíduos (4,6%) que residia já no Centro Histórico; e ainda, dois conjuntos de 7 pessoas (8,0%), que vinham, um de fora do Distrito do Porto, em Portugal, e outro do Estrangeiro.

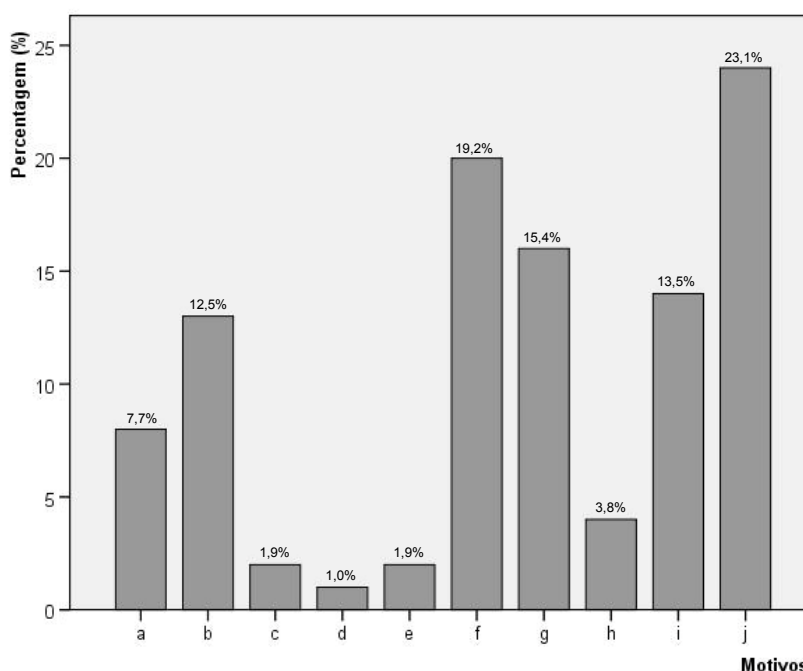
4.4.3.1.3. Motivações para habitar no Centro Histórico ou na Baixa do Porto e características procuradas

Na questão 14. era solicitado ao inquirido que seleccionasse três motivos que o levaram a querer habitar no Centro Histórico ou na Baixa do Porto. É relevante referir que um dos indivíduos apenas seleccionou dois motivos, alegando não ter sido motivado por um terceiro, dos indicados, tendo-se registado assim um total de 104 selecções e não 105, como previsto.

Tabela 16 - Q14. Motivos para Habitar no Centro Histórico/ Baixa do Porto

Motivos	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
Frequência Absoluta	8	13	2	1	2	20	16	4	14	24
Percent. (%)	7,7	12,5	1,9	1,0	1,9	19,2	15,4	3,8	13,5	23,1

Gráfico 16 - Q14. Motivos para Habitar no Centro Histórico/Baixa do Porto



Legenda Tab. 16 e Gráf. 16:

- a - o facto de ser uma zona histórica
- b - o facto de ser um centro cultural
- c - responsabilidade social
- d - sentido de vizinhança
- e - herança de prédio de família
- f - afectividade pelo Centro Histórico/Baixa do Porto
- g - proximidade de comércio tradicional
- h - proximidade de bons equipamentos
- i - proximidade de serviços
- j - acessibilidade/mobilidade

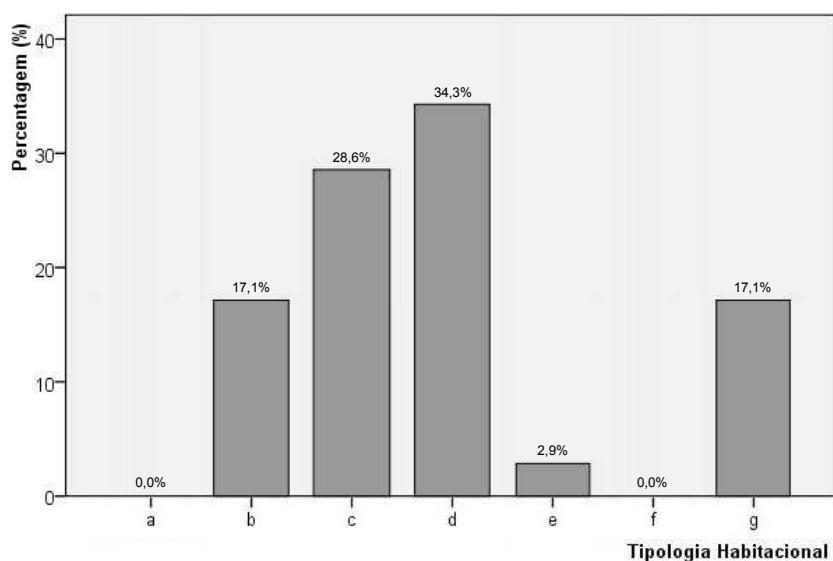
Conforme nos mostram a tabela 16 e o gráfico 16, isoladamente o motivo mais vezes seleccionado, com 24 selecções (23,1%), foi o j) acessibilidade/mobilidade, fazendo-se seguir do f) afectividade pelo Centro Histórico/Baixa do Porto, com 20 votos (19,2%). Outros dos motivos com um número de selecções relevantes foram o g) proximidade de comércio tradicional, o i) proximidade de serviços, e o b) o facto de ser um centro cultural – correspondendo a uma selecção de respectivamente, 16 (15,4%), 14 (13,5%) e 13 indivíduos (12,5%) dos 35 inquiridos.

Analisando as combinações de 3 escolhas foi possível encontrar dois resultados significativos: um conjunto de 5 indivíduos dos 35 inquiridos, que elegeu a combinação f) afectividade pelo Centro Histórico/ Baixa do Porto, g) proximidade de comércio tradicional e j) acessibilidade/ mobilidade; e outro de 4 indivíduos, que escolheu as opções g) proximidade de comércio tradicional, i) proximidade de serviços e j) acessibilidade/ mobilidade, sendo importante registar que nas duas combinações mais seleccionadas estão presentes as opções g) e j).

Com a questão 15., subdividida em sete pontos, pretendia-se avaliar quais as características gerais que, os agora habitantes, procuraram durante o processo de escolha da sua habitação no Centro Histórico/ Baixa do Porto, a diferentes níveis (não correspondendo estas necessariamente às que existem actualmente nas suas habitações).

O primeiro (15.1.) ambicionava identificar as tipologias procuradas, e verificou-se (ver tabela e gráfico 17) que a mais procurada pelos indivíduos que constituem a amostra, é a T3 - tendo sido expressamente a pretendida por parte de 12 dos inquiridos (34,3%), logo seguida pela T2, por 10 destes (28,6%). A tipologia T1 foi claramente procurada por parte de 6 dos inquiridos (17,1%). Registe-se ainda que apenas 1 dos inquiridos (2,9%) demonstrou preferência directa por T4 e nenhum dos inquiridos procurava directamente por um T0 ou um T5. Directamente, visto que nas respostas dadas como g) encontram-se como opções T0 ou T1, T2 ou T3, T3 ou T4. Para além destas opções surgiram ainda na alínea g outras situações: procura por um quarto; procura por uma área de reabilitação; e, nenhuma tipologia específica procurada.

Gráfico 17 - Q15.1. Tipologia Habitacional



Tab. 17 - Q15.1. Tipologia Hab.

Tipologia Hab.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	0	0,0
b	6	17,1
c	10	28,6
d	12	34,3
e	1	2,9
f	0	0,0
g	6	17,1
Total	35	100,0

Legenda Tab. 17 e Gráf. 17:

a - T0
b - T1
c - T2
d - T3
e - T4
f - T5
g - outra

Com a questão 15.2. pretendia-se apurar quais as funções procuradas, isto é, se apenas a habitacional ou mais alguma/s aliada/s a esta. Pelas respostas a esta questão foi possível verificar (ver tabela e gráfico 18) que a grande maioria (85,7%, n=30) procurou a função habitacional isoladamente. Apenas em 5 dos casos analisados (14,3%) os habitantes procuraram uma habitação com outra função agregada à residencial, sendo a mais relevante a de atelier, e a de comércio um caso isolado.

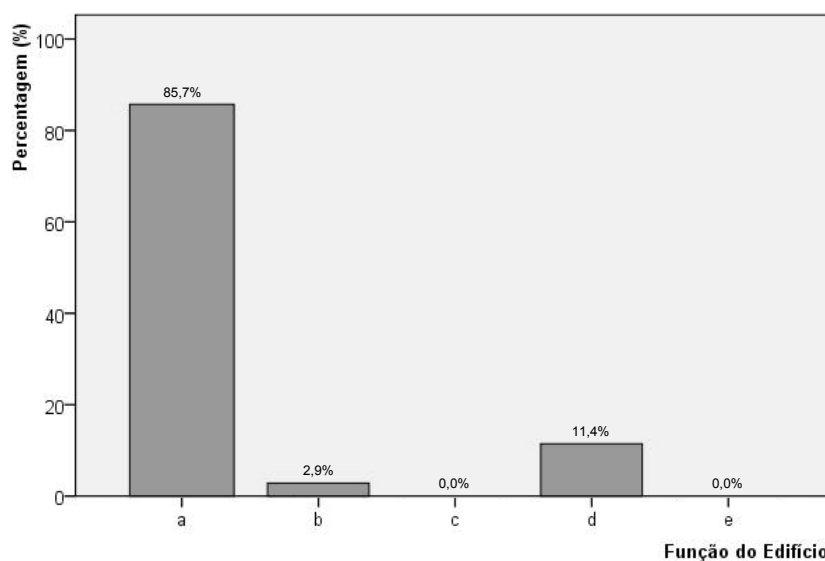
Tab. 18 - Q15.2. Função do Edifício

Função Edifício	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	30	85,7
b	1	2,9
c	0	0,0
d	4	11,4
e	0	0,0
Total	35	100,0

Legenda Tab. 18 e Gráf. 18:

- a - habitacional
- b - habitação + comércio
- c - habitação + serviço
- d - habitação + atelier
- e - habitação + outro

Gráfico 18 - Q15.2. Função do Edifício



A qualidade arquitectónica da habitação pode ser, de acordo com os dados obtidos resultantes da questão 15.3., considerado um factor que é tido em conta pela maioria dos futuros habitantes, visto que foi considerado por 80% (n=28) dos inquiridos como um item procurado aquando do processo de escolha da sua habitação.

Por outro lado, já a existência de logradouro (Q15.4.) não se distingue como um critério relevante, para a maioria dos inquiridos – 22 dos 35 (62,9%) não tomou a existência de logradouro como um requisito de procura.

A existência de garagem (Q15.5.), como critério do processo de procura de uma habitação já se distribui de uma forma mais uniforme: 19 dos inquiridos (54,3%) não vêem a existência de garagem como uma característica a ter em conta no processo de escolha; mas os outros 16 (45,7%) pensam o contrário, sendo para estes uma característica significativa.

O ponto 15.6., que questiona se a existência de elevador é uma característica procurada, divide os inquiridos quase igualmente, distinguindo-se o sim, isto é, como característica procurada, apenas por mais uma selecção.

Os resultados do último ponto da questão 15., isto é, o 15.7., mostram que o carácter da zona é tido em conta pela maioria - 80,0% - no processo de procura da habitação, apenas 7 dos inquiridos (20,0%) não o tiveram em conta.

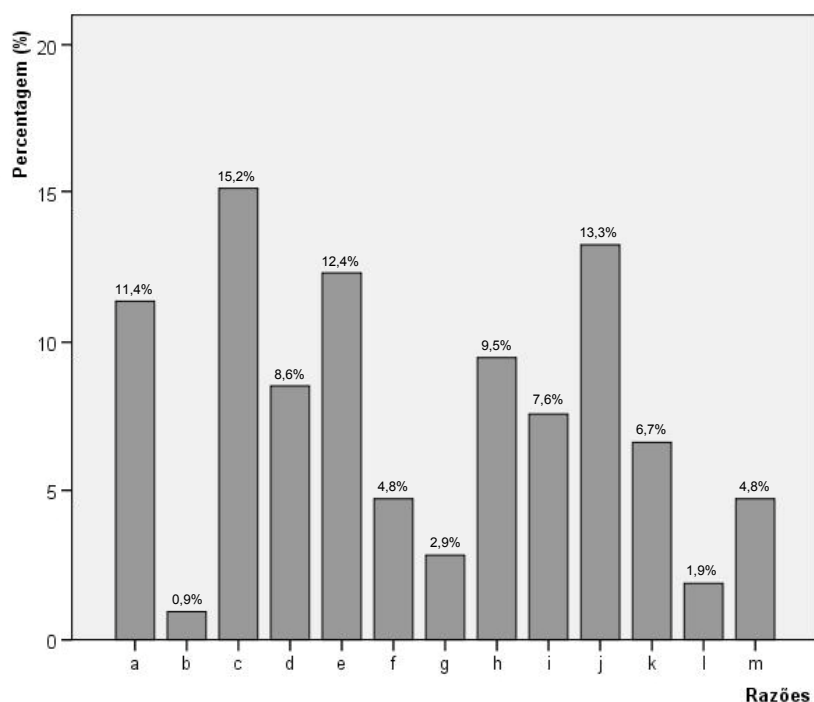
A questão 16. solicitava aos inquiridos a selecção de três razões que os tenham seduzido a escolher a sua habitação em particular.

Tabela 19 - Q16. Razões de Escolha da Habitação

Razões	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m
Freq. Absoluta	12	1	16	9	13	5	3	10	8	14	7	2	5
Percent. (%)	11,4	0,9	15,2	8,6	12,4	4,8	2,9	9,5	7,6	13,3	6,7	1,9	4,8

Como se evidencia acima, na tabela 19 (acima), e no gráfico 19, na página seguinte, a razão eleita um maior número de vezes – 16 vezes -, foi a c) preço, seguindo-se com resultados também elevados a j) acessibilidade com 14 selecções, a e) estado físico do edifício com 13, e a a) oportunidade com 12.

Gráfico 19 - Q16. Razões de Escolha da Habitação



Legenda Tab. 19 e Gráf. 19:

- a - oportunidade
- b - herança de prédio de família
- c - preço
- d - afectividade (pessoal)
- e - estado físico do edifício
- f - localização tranquila
- g - localização movimentada
- h - proximidade de serviços
- i - proximidade de comércio tradicional
- j - acessibilidade
- k - proximidade do local de trabalho
- l - proximidade da escola dos filhos
- m - outros

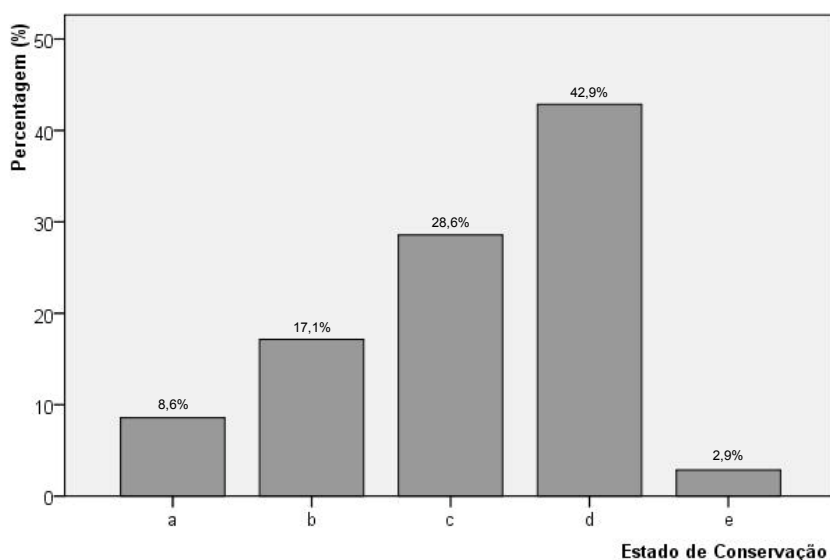
As que se demonstraram menos significantes foram a b) herança de prédio de família, a g) localização movimentada e a l) proximidade da escola dos filhos. Outras razões, apresentadas por alguns dos inquiridos, na alínea m, embora sejam casos isolados, serão de referir: proximidade da faculdade; vista para o rio; prédio reabilitado; e estética do edifício.

Neste caso, embora tenha sido feita uma análise cruzando os conjuntos de três razões eleitas por cada inquirido, não foi encontrada nenhuma relação relevante – não se registaram combinações de 3 escolhas comuns entre os inquiridos.

4.4.3.1.4. Estado do edificado e alterações efectuadas

A partir das respostas à questão 17. é possível fazer uma avaliação do estado de conservação do edificado habitacional, aquando da sua aquisição por parte dos inquiridos.

Gráfico 20 - Q17. Estado de Conservação da Habitação



Tab. 20 - Q17. Estado de Cons.

Estado de Cons.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	3	8,6
b	6	17,1
c	10	28,6
d	15	42,9
e	1	2,9
Total	35	100,0

Legenda Tab. 20 e Gráf. 20:

- a - muito mau estado/ruínas
- b - estado deficiente
- c - estado razoável/habitável
- d - bom estado
- e - construção nova

Quanto ao estado de conservação das habitações foi apurado (consultar tabela e gráfico 20, na página anterior) que a maioria se encontrava em bom estado ou em estado razoável. Em 15 dos casos (42,9%) encontrava-se em bom estado, não sendo necessário proceder a obras – estavam prontas a habitar, e em 10 (28,6%), em estado razoável – implicando apenas obras ligeiras, mas não a saída dos residentes. Registaram-se também 6 casos (17,1%) em que a habitação se encontrava em estado deficiente (não habitável – exigindo obras médias: de telhado; novas infra-estruturas; conserto de pavimentos, de caixilharias; etc.) e 3 (8,6%) em ruínas (exigindo reconstrução completa ou obras de reconstrução profundas). Apenas 1 dos 35 casos (2,9%) se reporta a uma construção nova.

A questão 18. visava apurar se os inquiridos que procederam a obras de reabilitação da habitação recorreram a técnicos qualificados.

Tab. 21 - Q18. Técnicos Qualif.

Técnicos Qualif.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
não	3	15,8
sim	16	84,2
Total	19	100,0

Dos 19 casos em que os habitantes tiveram que proceder a obras, como é expresso na tabela 21, 16 (84,2%) recorreram a técnicos qualificados (de especialidades), e apenas 3 (15,8%) optaram por outras soluções alternativas. O critério de escolha dos técnicos é que se diferencia, sendo que a maioria segue a indicação de outrem para proceder à escolha.

A partir das respostas à questão 19., apurou-se que, no que diz respeito à contratação de um projectista para a realização de obras os resultados são mais aproximados: em 8 (42,1%) dos casos os habitantes recorreram aos serviços de projectistas; e em 11 (57,9%) não. Partindo então dos 8 casos, em que os inquiridos recorreram a projectistas, verificou-se que, em apenas 1 dos casos, este era designer de interiores.

Tab. 22 - Q19. Recurso a Project.

Recurso a Project.	Freq. Absoluta	Percent. (%)
não	11	57,9
sim	8	42,1
Total	19	100,0

Através dos resultados expressos na tabela 22, referentes à questão 19, pode ver-se que apenas em 8 (42,1%) dos casos se recorreu a projectistas.

Nas questões seguintes (20. à 22.), pelo seu conteúdo, apenas estes foram tidos em conta. Assim sendo, a amostra é bastante reduzida, pelo que não faz sentido a apresentação de tabelas e gráficos ilustrativos, mas opta-se por apresentar sucintamente os resultados.

A escolha do projectista (Q20.) dispersa-se por quatro diferentes critérios – reconhecimento profissional, conhecimento pessoal, indicação de outrem, e o próprio (o habitante) enquanto projectista (este último na opção e) outro).

Na análise da questão 21. e 22. apenas foram considerados 7 dos 8 questionários, isto porque num destes não se registam respostas a estas questões.

Através da questão 21. foi possível verificar que, nos 7 casos analisados, o tempo correspondente à elaboração do projecto, por parte de um projectista, reporta-se sempre a um período inferior a 12 meses, sendo que destes, 4 dizem respeito a uma duração inferior a 6 meses. No que diz respeito ao tempo de aprovação do projecto, por uma entidade responsável, registam-se: 4 casos em que este processo foi inferior a 6 meses; 1 caso com uma duração entre 6 a 12 meses; e 2 em que se prolongou por mais de 12 meses. Os períodos de execução de obras em dois dos casos foram inferiores a 6 meses, mas nos outros 5 em análise, foram superiores a 12 meses.

A opinião dos inquiridos quanto a estes períodos, isto é, se consideravam ser adequados a cada um dos processos, foram analisados na questão 22.. Relativamente ao tempo de elaboração do projecto, apenas 1 dos inquiridos o

considerou desadequado, relativamente ao de aprovação, em 2 dos casos foi visto como desadequado, e por último, no tempo de execução da obra, as opiniões são mais divergentes, visto que 3 dos inquiridos não vêm o tempo como adequado, mas 4 sim.

Na questão 23. procura-se obter a opinião dos 19 inquiridos que procederam a obras, independentemente destas terem sido efectuadas ou não com o auxílio de um projectista, quanto ao total dispendido para as obras efectuadas, se este correspondeu às suas expectativas ou se o considerou muito elevado.

Da análise dos resultados obtidos (ver tabela 23) foi possível concluir que apenas uma minoria – 5 inquiridos (26,3%) – considerou o valor elevado.

Na questão 24. procura-se perceber se do orçamento total dedicado às obras, por partes dos inquiridos, uma parte significativa se reporta ao tratamento dos espaços e ambientes interiores.

Verificou-se (ver tabela 24) que a maioria - 11 inquiridos (57,9%) -, embora conseguida apenas por 3 valores, não lhe dedicou um orçamento significativo.

Procurou-se, a partir da questão 25., apurar o modo através do qual os inquiridos, que procederam a obras de reabilitação, optaram por intervir sobre a organização dos espaços interiores preexistentes.

Como é exposto na tabela 25, no que respeita à organização interior da habitação, os 19 inquiridos que procederam a obras, optaram por diferentes soluções, embora a maioria, que corresponde a 10 (52,7%), tenha mantido todos os compartimentos originais da casa. Dos restantes 9 inquiridos, 7 (36,8%) optaram por manter apenas parte dos compartimentos originais, e apenas 2 (10,5%), por alterar por completo a compartimentação.

Com as respostas obtidas na questão 26., apura-se que a grande maioria - 88,8%, que corresponde a 31 do total de 35 inquiridos -, considera que o trabalho do designer de interiores é relevante no projecto de habitações e nos processos de reabilitação da habitação.

A nível dos espaços interiores verifica-se que a maioria dos inquiridos (n=22, 62,9%) não possui na sua habitação espaços flexíveis (Q27.), que permitam aos habitantes realizar diferentes actividades, adequar os espaços a diferentes situações e necessidades, mas 60% (n=21) dos inquiridos possui espaços ou compartimentos sem uma atribuição funcional directa mas que servem para outras funções (Q28.) como: reserva para o futuro; uso esporádico; ou zonas de apoio.

4.4.3.2. Análise Inferencial

Conforme inicialmente explicitado no ponto 4.4.3., através da análise que se segue procura-se encontrar dependência, associação e concordância entre variáveis, isto é, procura-se encontrar relações entre diferentes variáveis.

De forma a proporcionar uma melhor leitura e interpretação das tabelas que irão ser apresentadas será de referir que estas têm a seguinte leitura: se o par de valores absolutos e percentuais da diagonal cima-esquerda/baixo-direita forem superiores aos da outra diagonal (baixo-esquerda/cima-direita) será provável que existam uma dependência, uma associação e uma concordância, que depois poderão ser ou não confirmadas pelos Testes e Medidas (Teste de Fisher; Coeficiente Lambda; Coeficiente Kappa).

Tab. 23 - Q23. Orçamento Elevado

Orçam. Elevado	Freq. Absoluta	Percent. (%)
não	14	73,7
sim	5	26,3
Total	19	100,0

Tab. 24 - Q24. Orçam. Interiores

Orçam. Interiores	Freq. Absoluta	Percent. (%)
não	11	57,9
sim	8	42,1
Total	19	100,0

Tab. 25 - Q25. Organização Interior

Org. Interior	Freq. Absoluta	Percent. (%)
a	10	52,7
b	7	36,8
c	2	10,5
Total	35	100,0

Legenda Tab. 25:

- a - manter todos os compartimentos originais da casa
- b - manter parte dos compartimentos originais da casa
- c - alterar por completo a compartimentação

No estudo da relação entre os escalões etários e a procura por logradouro (em que se considerou, por fogo, apenas a existência/não existência de indivíduos de cada um dos escalões etários e não o número de indivíduos) verifica-se que não existe uma relação entre elas - os testes de dependência mostraram que esta não existe ($p>0,05$). No entanto, há dois resultados dos testes de dependência que se destacam: as variáveis escalões etários dos 19 aos 30 anos (Teste do Chi-Quadrado, $p=0,311$) e mais de 60 anos (Teste Exacto de Fisher, $p=0,279$) apresentam valores muito mais próximos da dependência ($p\leq 0,05$) do que as restantes variáveis, mostrando que existe uma tendência que sobressai relativamente às restantes, embora pouco significativa. As medidas de associação (Lambda e Kappa), por sua vez, não contribuem para que estes dois resultados dos testes de dependência se destaquem, uma vez que estes foram negativos, ou seja, mostraram independência.

Escalões etários	Procura por logradouro (N=35)		Valor p (Teste Exacto de Fisher)	λ (Simétrico)	κ
	não procurou	procurou			
0 - 5 anos					
não existe	19 (54,29%)	11 (31,43%)	1,000	0,000	0,020
existe	3 (8,57%)	2 (5,71%)			
6 - 18 anos					
não existe	17 (48,57%)	11 (31,43%)	0,689	0,000	-0,081
existe	5 (14,29%)	2 (5,71%)			
19 - 30 anos					
não existe	10 (28,57%)	9 (25,71%)	0,311*	0,069	-0,227
existe	12 (34,29%)	4 (11,43%)			
31 - 40 anos					
não existe	14 (40,00%)	7 (20%)	0,724	0,000	0,096
existe	8 (22,86%)	6 (17,14%)			
41 - 50 anos					
não existe	18 (51,43%)	11 (31,43%)	1,000	0,000	-0,031
existe	4 (11,43%)	2 (5,71%)			
51 - 60 anos					
não existe	19 (54,29%)	12 (34,29%)	1,000	0,000	0,069
existe	3 (8,57%)	1 (2,86%)			
+ de 60 anos					
não existe	19 (54,29%)	13 (37,14%)	0,279	0,000	-0,162
existe	3 (8,57%)	0 (0,00%)			

* Teste do Chi-Quadrado com Correção de Yates para tabela 2x2.

Tab. 26 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre o Escalão Etário (Q7.) e a Procura por Logradouro (Q15.4.).

Através da análise dos resultados expostos na tabela 26 apenas foi possível concluir que apesar de não existir uma forte influência da idade na procura por uma habitação com logradouro, existe uma tendência para uma menor procura por parte de agregados que incluam indivíduos pertencentes ao escalão dos 19 aos 30 anos e dos que integram pessoas com uma idade superior a 60 anos.

Quanto ao estudo que se segue, isto é, o de procura de relações entre as áreas de actividade profissional (Q10.) e o recurso a projectistas (Q19.) será de salientar que apenas se teve em consideração o facto de existirem indivíduos de determinada área profissional, e não o número destes por fogo, e para além disso, que a amostra se reduz aos 19 casos em que se procedeu a obras e que se interrogou, por isto, os inquiridos quanto ao recurso a projectistas.

Verificou-se através do estudo dos dados apresentados na tabela 27 (página seguinte) que existe uma relação entre os profissionais da área das Artes e o facto de se recorrer a projectista na medida em que o Teste de Fisher é independente mas muito próximo do valor limite que separa a independência da dependência (0,05). No entanto, os Coeficientes Lambda e Kappa mostram uma relação moderada com significado (Lambda=0,412 e Kappa=0,469). Os restantes mostraram uma independência mais forte e uma associação e concordância fracas.

Áreas de Atividade Profissional	Recurso a projectista (N=19)		Valor p (Teste Exacto de Fisher)	λ (Simétrico)	κ
	não recorreu	recorreu			
Artes					
não existe	8 (42,11%)	2 (10,53%)	0,070	0,412	0,469
existe	3 (15,79%)	6 (31,58%)			
Humanidades					
não existe	10 (52,63%)	8 (42,11%)	1,000	0,000	-0,103
existe	1 (5,26%)	0 (0,00%)			
Saúde					
não existe	8 (42,11%)	7 (36,84%)	0,603	0,000	-0,159
existe	3 (15,79%)	1 (5,26%)			
Ciências					
não existe	9 (47,37%)	8 (42,11%)	0,485	0,000	-0,203
existe	2 (10,53%)	0 (0,00%)			
Desporto					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Economia					
não existe	10 (52,63%)	7 (36,84%)	1,000	0,000	0,038
existe	1 (5,26%)	1 (5,26%)			
Comércio					
não existe	10 (52,63%)	7 (36,84%)	1,000	0,000	0,038
existe	1 (5,26%)	1 (5,26%)			
Desempregado					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Reformado					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Estudante					
não existe	8 (42,11%)	7 (36,84%)	0,603	0,000	-0,159
existe	3 (15,79%)	1 (5,26%)			
Outra					
não existe	8 (42,11%)	7 (36,84%)	0,603	0,000	-0,159
existe	3 (15,79%)	1 (5,26%)			

* Teste inválido por falta de amostras.

Tab. 27 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Recurso a Projectista (Q19.).

Do estudo realizado quanto às possíveis relações entre as respostas à questão 9 e à questão 18, cujos resultados do Teste Exacto de Fisher e dos Coeficientes Lambda e Kappa se apresentam na tabela 27, averiguou-se que os agregados com indivíduos de actividade profissional na área das Artes têm uma maior tendência a contratar projectistas do que os que não integram profissionais desta área de actividade.

Para além dos dois casos anteriormente apresentados testou-se também a relação entre a Área de Actividade Profissional (Q10.) e o Recurso a Técnicos Qualificados (Q18.) e entre a Área de Actividade Profissional (Q10.) e o Orçamento Dedicado aos Interiores (Q24) - ver ANEXO II. Porém verificou-se que não existe uma dependência entre eles ($p > 0,05$) e não se encontraram valores significativos de Lambda e Kappa. Isto é, destes testes não se obtiveram resultados significativos que mostrem a existência de alguma relação entre as variáveis analisadas.

4.4.4. Conclusões do estudo

Serão neste texto apresentados os resultados dos inquéritos por questionário de uma forma sucinta, de modo a fazer uma caracterização geral da amostra.

Os indivíduos inquiridos, assim como os seus respectivos agregados habitacionais, que procuraram recentemente (nos últimos 10 anos) por uma solução habitacional no Centro Histórico ou na Baixa do Porto, poderão ser considerados, de acordo com o inquérito realizado, como pertencentes a um escalão etário jovem, um número bastante superior a metade dos residentes de idade adulta apresenta idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos, e que existe um número muito reduzido de idosos (mais de 60 anos).

Os habitantes são indivíduos que se caracterizam, genericamente, por anteriormente residirem, sobretudo, no Concelho ou Distrito do Porto, por possuírem estudos de nível superior e por exercerem uma actividade profissional fora de casa. Por fogo, em média, habitam entre uma e três pessoas, e a maioria dos indivíduos, quando não residem sozinhos, co-habitam sobretudo com familiares. Será de destacar ainda, que a esmagadora maioria pertence à classe média, o que vai contra o preconceito de que é quem tem maiores possibilidades económicas - a classe alta -, que investe na habitação nas referidas áreas.

Destes “novos habitantes” inquiridos, uma percentagem bastante considerável reside em edifícios de função apenas habitacional ou habitacional e comercial, do tipo plurifamiliar, e optam tanto por comprar, como por alugar casa. Foi ainda apurado que os lotes habitacionais são utilizados pelos seus residentes (ou parte destes), na maioria dos casos, por uma média de doze horas por dia.

Da análise foi possível concluir que a maioria dos habitantes em questão foram atraídos e motivados sobretudo pela acessibilidade destes locais e a mobilidade por eles disponibilizada, pela proximidade do comércio local e pela afectividade nutrida por este núcleo central da cidade do Porto.

Foi verificado, com o estudo, que a nível das características na procura de um espaço residencial no Centro Histórico ou na Baixa do Porto, se destacam: uma maior demanda pelas tipologias T2 e T3; a procura por uma função exclusivamente habitacional; e uma preocupação com a qualidade arquitectónica do edificado e com o carácter da zona em que a habitação se encontra inserida.

No entanto, apesar de certas características e preferências se repetirem um maior número de vezes, há uma grande dispersão da procura. Por parte destes indivíduos são desejados e procurados, diferentes tipos de modelos habitacionais, aos quais é necessário dar resposta.

Da amostra em questão os principais pontos que fizeram os actuais residentes optarem pela sua habitação actual, foram sobretudo as questões de preço, oportunidade, acessibilidade e do estado do edificado.

O estado do edificado dos residentes inquiridos, apresentava-se quando adquirido, na maioria dos casos, como habitável (implicando apenas obras ligeiras) ou bom estado – pronto a habitar.

Focando-nos especificamente nos actuais habitantes que procederam a obras de melhoramento do edificado, é notável uma aceitação quanto aos orçamentos a despendar, e é verificável que a maioria opta por reabilitar mantendo

totalmente ou parcialmente os compartimentos preexistentes, e que quase sempre recorre a técnicos qualificados de especialidades, mas apenas uma pequena parte opta por recorrer a um projectista.

Quanto às questões dos interiores e do projecto ou do projectista é de assinalar que a esmagadora maioria dos inquiridos afirma considerar importante o trabalho do designer de interiores no projecto da habitação e nos processos de reabilitação, mas, no entanto, apenas um recorreu aos seus serviços e grande parte não dedicou um orçamento significativo ao tratamento dos espaços interiores da sua habitação.

Fig. 72 - Clarabóia de um edifício habitacional do século XIX, no Centro Histórico do Porto (registo da autora).

"A experiência de qualquer de nós, no dia-a-dia da vida profissional ou da simples situação de consumidor de bens e serviços, pode permitir-nos enunciar milhares e milhares de "cenários" diferentes em que se revelam casos de carências ou de insatisfação que exigem respostas que nem sempre podem ser obtidas através de cálculo aritmético ou de "receitas" pré-elaboradas...

As intervenções de Design situam-se nestes territórios. As respostas podem ser: projetos-objectos, mensagens, sistemas...

Numa Sociedade Utópica, em que todos os problemas estivessem resolvidos, em que não se observassem quaisquer situações de carência ou de insatisfação... o Design e os Designers não teriam razão de existir!

Em "O Lugar do Design", folheto / manifesto da APD em 1976" (Associação Portuguesa de Designers, s.d.3).

"A abordagem do designer tem um efeito aglutinador relativamente às outras disciplinas envolvidas, o que conduz a uma perspectiva global do problema, cuja solução sairá certamente valorizada.

Em "Design & Designers , Portugal " Directório 1 da APD por altura da exposição Mundial de Design, Nagoya '89, onde a APD esteve representada no stand de Portugal" (Associação Portuguesa de Designers, s.d.3).

"O design é, na sua essência, uma prática interdisciplinar.

Ele é uma das chamadas artes do projecto, porque o seu processo criativo se constitui numa série articulada de procedimentos controlados, tendo em vista a dialéctica entre a ideia e a forma, através da produção de um "desenho" que descreve o objecto a construir.

Mas é também inerente ao design o situar-se no cruzamento das artes visuais tradicionais, com as ciências sociais e humanas, os mecanismos do Mercado e as técnicas de reprodução.

Excerto de "Os Dias do Design", em (DI'ZAIN) Boletim da Associação Portuguesa de Designers, autor Aurelindo Ceia, Março de 1995" (Associação Portuguesa de Designers, s.d.3).

5. O DESIGNER DE INTERIORES

5.1. Em Portugal (o Estado do Design...)

Agora, como nunca, o design tem oportunidade de intervir - a crise financeira, ambiental e social que vivemos exige soluções diferentes. O Design pode e deve integrar todas as competências para alcançar as melhores soluções.

Mas o público em geral tem uma enorme dificuldade em compreender a actividade do designer e os seus benefícios. Mesmo quando há uma compreensão, geralmente, esta é ainda restrita, já que a maioria dos benefícios percebidos são superficiais, ligados à beleza e à comunicação comercial, “ver o design como algo fútil e limitado ao campo da estética é provavelmente um dos maiores problemas da disciplina e justificação para o baixo recurso ao design em benefício da sociedade” (Raposo, s.d., p.1).

O Design, muitas vezes associado a algo cultural, bonito ou apetecível, “deve ser considerado como disciplina criadora de retorno, geradora ou potencializadora de melhorias na prática de valores intrínsecos, na funcionalidade ou acessibilidade de produtos e serviços” (Centro Português Design, s.d.5).

Em Portugal, é ainda necessário juntar peças para consolidar o Design como um campo disciplinar autónomo – com a sua história, com as suas marcas, com as suas dinâmicas teórico-práticas, os seus espaços e os seus agentes (Bártolo, 2006).

Embora não muito reconhecidas pelo público em geral, mas mais pela comunidade de designers, existem algumas personalidades que marcaram já a História do Design Português pelo seu percurso e contributo de destaque. Entre elas são de referir Sena da Silva, Daciano da Costa e Sebastião Rodrigues.

António Sena da Silva [1926-2001] foi arquitecto, artista plástico, fotógrafo, cronista, pedagogo, empresário e designer, e em todas estas áreas foi reconhecido e premiado.

Para Sena da Silva o Design deveria estar na base de tudo. Uma das suas lutas foi procurar levar o Design aos industriais e através dele, ao utilizador final. Com a frase “Portugal precisa de Design” caracterizou de forma sábia e pertinente as inquietações, desejos e necessidades de entendimento e aplicação da disciplina.

Enquanto professor leccionou na Escola António Arroio, na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, na Árvore no Porto, em variadas áreas ligadas ao Design e à Arquitectura.

Entre 1989 e 1994 assumiu o cargo de presidente do Centro Português de Design, e a ele se deve a construção do edifício sede, a publicação dos Cadernos de Design e a realização de eventos, colóquios e conferências que procuraram levar o Design a vários públicos. O Troféu Sena da Silva, desenhado pelo próprio, foi instituído em 1991 pelo CPD para as edições bi-anuais dos Prémios Nacionais de Design, dirigidos a empresas, instituições e Designers, e os Prémios Carreira, atribuídos a profissionais cujos percursos são referência no Design Português (Centro Português de Design, s.d.1).

Daciano da Costa [1930-2005] foi designer de produtos e de interiores, e também professor e mestre, marcando com o seu trabalho várias gerações de profissionais. Iniciou a sua carreira profissional no atelier de Frederico George –



Fig. 73 - Sena da Silva (autor desconhecido, sem título in Centro Português de Design, s.d.1).

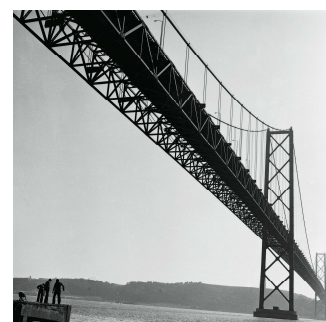


Fig. 74 - Ponte 25 de Abril, por António Sena da Silva, cerca de 1980 (Sena da Silva, sem título in Fundação Calouste Gulbenkian, 2009).

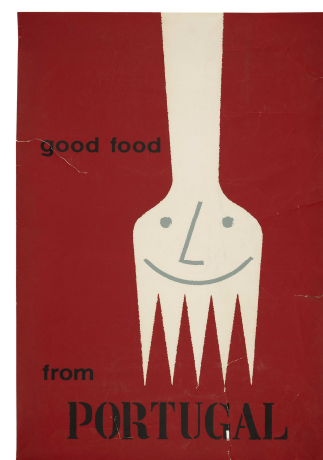


Fig. 75 - good food from PORTUGAL, por António Sena da Silva, 1958 (Sena da Silva, Cartaz publicitário Good Food from Portugal in Fundação Calouste Gulbenkian, 2009).



Fig. 76 - Daciano da Costa (autor desconhecido, sem título in Centro Português de Design, s.d.2).



Fig. 77 - Teatro Villaret, 1964 -1965, por Daciano da Costa (Ramos & Castro, Plateia in Martins, 2001, p.116).



Fig. 78 - Linha "Mitnova", 1975, por Daciano da Costa (autor desconhecido in Martins, 2001, p.271).



Fig. 79 - Banco Fradique, 1993 - 1995, por Daciano da Costa (Ramos & Castro, Banco Fradique in Martins, 2001, p.209).

pintor e arquitecto -, que considerava o seu mestre, e em 1959 criou o seu próprio atelier. Ao longo de 23 anos desenvolveu projectos nas áreas da arquitectura, e do design de exposições e industrial, que marcaram a indústria, a cultura e a identidade nacionais.

Sócio fundador da APD, Associação Portuguesa de Designers, redigiu vários artigos de reflexão e crítica sobre a disciplina, a sua evolução e o ensino, envolveu-se profundamente com a actividade docente através da qual exprimia as inquietações e conclusões da sua prática profissional multidisciplinar. Promovia o trabalho em equipa, e assim sempre trabalhou, assumindo a importância da participação dos seus colaboradores.

É extenso e notável o património deixado por Daciano da Costa, o que o tornou uma referência incontornável do Design Português, desde os objectos, aos interiores, passando pelo importante papel que desempenhou no universo industrial e empresarial português através da criação de novas culturas empresariais, integrando o Design num diálogo entre todos os intervenientes (Centro Português de Design, s.d.2).

Sebastião Rodrigues [1929 – 1997], designer gráfico de profissão, entre 1940-41 estuda na Escola Industrial Marquês de Pombal, tendo como professores o arquitecto e pintor Frederico George e o pintor Calvet Magalhães, mas dificuldades económicas obrigam-no a abandonar os estudos.

Começou então a trabalhar produzindo alguns trabalhos gráficos para o jornal 'A Voz', mais tarde, em 1945, começa a trabalhar na Agência de Publicidade Artística, sendo notória a influência do neo-realismo de Víctor Palla, e em 1948, no atelier de Manuel Rodrigues.

Em 1954 partiu para o Brasil, onde permaneceu um ano. De regresso a Portugal, realizou inúmeros trabalhos para diferentes Publicações portuguesas, participou na revista "Almanaque", entre outros.

Os seus trabalhos nasciam da investigação - a pesquisa e o aprofundamento das raízes da cultura popular portuguesa constituem-se como uma das principais causas responsáveis pela qualidade do seu trabalho.

Participou em inúmeras exposições, foi distinguido com o 'Diploma de Honra' no cartaz para as Olimpíadas Helsínquia 1952 e com o 'Award of Excellence 1991' pelo International Council of Graphic Associations, e em 1995 foi condecorado com a medalha de Grande Oficial da Ordem de Mérito pelo Presidente da República.

Sebastião Rodrigues foi ainda sócio fundador da Associação Portuguesa de Designers, em 1976, e autor do respectivo logótipo, e autor da imagem gráfica de prestígio que tem, ainda hoje, a Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Português de Design, s.d.4).

O contexto do Design Português, como refere José Bártolo (2010), "foi e é peculiar", e "talvez por isso, os pioneiros (no sentido daquele que desbrava território inóspito e frequentemente hostil) não estão circunscritos a um momento histórico". Estes vão sendo encontrados ao longo do tempo, como são exemplos os profissionais anteriormente referidos e que fazem já parte da História do Design Português, e encontram-se também na contemporaneidade, como são exemplos: Guta Moura Guedes, responsável pela Experimenta Design (evento de repercursão mundial); José Bártolo e Mário Moura, pioneiros na exploração de novos meios para a produção de crítica do design; e Dino dos Santos, na

aceleração de tempos de resposta na criação de famílias tipográficas. Fazer Design em Portugal, sempre envolveu pioneirismo, sempre envolveu inovação e persistência (Bártolo, 2010).

No seu texto “O Estado do Design. Reflexões sobre teoria do design em Portugal.”, José Bártolo (2006), sugere que a introdução do Design em Portugal e a sua gradual consolidação faz-se “a *pretexto de outra coisa*, isto é, o design não é afirmado como disciplina autónoma, como território definido mas como um meio de afirmação de uma outra coisa”, e refere, a propósito, António Sena da Silva, que afirmava que o esforço de afirmação do design nos anos 60 foi desenvolvido assumindo-se o design como “pretexto de interdisciplinaridade”.

Um campo interdisciplinar não é uma disciplina, é uma zona de trocas, e por tal, é importante ter em conta que é “uma prática flutuante, ela só poderá ser garantida a partir da sólida definição dos campos disciplinares autónomos que, tal prática, irá percorrer” (Bártolo, 2006).

Esta ausência de uma definição sólida, o facto de não ter sido encarado logo à partida enquanto disciplina, e a flexibilidade de conceitos que o envolvem, foram elementos condicionadores da sua clara definição enquanto campo disciplinar, trazendo-lhe fragilidade.

Direccionando-nos especificamente para a área do ensino, a introdução dos cursos superiores de Design do ensino público em Portugal, aconteceu em 1975/76 na então Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), tendo sido lançados no mercado de trabalho os primeiros profissionais licenciados cinco anos mais tarde.

Mas é apenas no início dos anos 90 que começam a proliferar diversas instituições, particulares e públicas, que criam cursos na área do Design, incluindo o de Interiores – este último não existente em Portugal até ao início da década assinalada.

Embora, nos anos 90, o Design tenha começado “a estar na moda” – os cursos multiplicavam-se e as empresas reagiam –, em relação à exposição, divulgação e reflexão sobre o Design quase nada de significativo surgiu, registando-se assim um grande desequilíbrio entre o crescimento da prática e da teoria. A proliferação no mercado não se fez, de modo algum, acompanhar por um desenvolvimento de meios de divulgação e exposição, de discussão e de produção teórica sobre a disciplina (Bártolo, 2006).

A Associação Portuguesa de Designers (APD), fundada em Maio de 1974, por um grupo de Designers, e com o objectivo principal de desenvolver o Design ao serviço da colectividade (Associação Portuguesa de Designers, s.d.2), é uma das poucas excepções.

Esta associação surge da necessidade de discussão de problemas relacionados com o exercício da profissão e com a actividade do Design em Portugal, como a consciencialização do papel social do designer e o reconhecimento da profissão, tendo em atenção a situação já instituída noutros países e sua necessária equiparação em relação a níveis já reconhecidos noutras profissões paralelas (Associação Portuguesa de Designers, s.d.1).

Em 1976, a APD lança o seu próprio manifesto, onde clarifica num conjunto de diferentes cenários de intervenção “O Lugar do Design”, com textos do conceituado Sena da Silva (Associação Portuguesa de Designers, s.d.1).



Fig. 80 - Sebastião Rodrigues (autor desconhecido, sem título in Centro Português de Design, s.d.3).



Fig. 81 - Capa Revista Almanaque, Agosto 1960, por Sebastião Rodrigues (Rodrigues, sem título in Centro Português de Design, s.d.3).

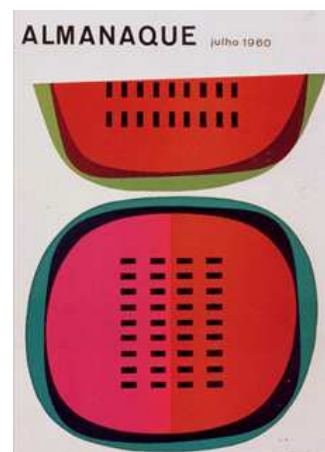


Fig. 82 - Capa Revista Almanaque, Julho 1960, por Sebastião Rodrigues (Rodrigues, sem título in Centro Português de Design, s.d.3).

Quase 30 anos mais tarde, e num contexto um pouco diferente, surge a Associação Nacional de Designers (AND), com o intuito de inverter o lento reconhecimento da disciplina e dos profissionais de Design.

Após cerca de três décadas passadas seria de supor “que os designers tivessem reflectido e analisado exaustivamente os condicionalismos próprios da sua actividade. No entanto, o que se constata após cerca de três décadas é que os designers possuem uma mão cheia de nada” (Associação Nacional de Designers, s.d.).

Foi no sentido de inverter esta situação que um grupo de trabalho sediado na Guarda, decidiu proceder à criação da Associação Nacional de Designers, em de Março de 2003. Esta associação tem como principais objectivos: a defesa do design e dos profissionais de design; o reconhecimento e institucionalização da profissão; e a defesa e orientação dos profissionais de design, junto das instituições públicas ou privadas, no âmbito da legislação aplicável (Associação Nacional de Designers, s.d.).

Apesar de estes serem esforços de considerar, e de grande importância para a comunidade de Designers portugueses, são um pouco restritos, no sentido de se darem a conhecer, chegam pouco à sociedade e às empresas em geral.

Existe ainda pouca informação e divulgação acerca desta actividade profissional, e também, por vezes, pouca vontade e disponibilidade para se descobrir, perceber e reconhecer os seus objectivos, resultados e vantagens, tanto a nível do indivíduo comum assim como por parte das empresas.

Mas existem actualmente três núcleos relevantes no combate a esta situação, que são o Centro Português de Design (CPD), a Experimenta Design e o Museu do Design e da Moda (MUDE). Todas estas lutam por uma maior divulgação do Design e pelo reconhecimento do Design Português.

O CPD, desde a sua fundação em 1985, tem desempenhado um papel significativo na promoção do Design, no seu entendimento como factor decisivo na estratégia empresarial e como disciplina agregadora dos interesses de produtores e consumidores. É uma entidade promotora e de interface entre as práticas, os praticantes e os destinatários. Procura levar o Design, através das melhores práticas, aos agentes económicos, culturais e sociais, a todos os que, produzindo ou consumindo, justificam a existência da disciplina (Centro Português de Design, s.d.5).

Os principais objectivos do Centro Português de Design são, como é no seu site enunciado (Centro Português de Design, s.d.3): promover o design e sensibilizar os agentes económicos para as vantagens e benefícios da sua utilização; incentivar boas práticas profissionais, designers e instituições de ensino e formação; divulgar o design junto dos média e do grande público consumidor.

E as suas actividades e iniciativas, destinam-se: a empresas e restantes agentes económicos; a autarquias e outros organismos públicos; a associações empresariais e sectoriais; a Designers; a escolas e entidades de formação profissional; ao grande público; e aos meios de comunicação social (Centro Português de Design, s.d.3).

Este Centro trabalha para mudar práticas e atitudes, desenvolvendo a sua acção através: da prestação de serviços a empresas e instituições; do desenvolvimento de projectos sectoriais integrados; de acções de formação, qualificação e especialização; da organização dos Prémios Nacionais de Design; da organização de seminários, exposições, eventos e outras acções de promoção e

sensibilização; da criação de canais próprios de divulgação do design - *site*, *newsletter* e *mailing list*; e da actividade editorial própria (Cadernos de Design, Directório de Design e outras publicações).

Organizado pela Associação Experimenta, a Experimenta Design 99 foi o primeiro grande evento dedicado à cultura do Design, realizado em Portugal. Este reuniu em Lisboa entre 12 de Setembro e 16 de Outubro de 1999 mais de 150 participantes nacionais e estrangeiros. As exposições, conferências, workshops, o ciclo de cinema e o evento mixmídia criaram uma nova plataforma de reflexão sobre a Cultura do Design (Experimenta Design, 1999).

Depois desta, foram já realizadas várias edições, tendo estas diferentes temas actuais: a Experimenta Design 2001 – Modus Operandi; a Experimenta Design 2003 – Para além do consumo; a Experimenta Design 2005 – O meio é a matéria; a Experimenta Design Amesterdam 2008 – Space and Place; e a Warm-Up Experimenta Design Lisboa 2009.

A Experimenta “é uma unidade de produção de conhecimentos e um pólo difusor de conteúdos nas áreas do design, arquitectura e cultura de projecto. A sua matéria-prima prioritária é a criatividade e o seu campo de inserção é a cultura e a sua permanente transformação, numa perspectiva contemporânea, integradora e multidisciplinar” (Experimenta Design, s.d.). Dedica-se à exploração de vários campos de intervenção artística e de produção cultural, através da conjugação de diferentes áreas, experiências e saberes, cruzando-os transversalmente, assumindo o design como disciplina operativa e metodologia de trabalho (Experimenta Design, s.d.).

O Museu do Design e da Moda (MUDE) é outra das actuais forças impulsionadoras do Design em Portugal, visto que se apresenta como um pólo que procura dar a conhecer a todo o público – jovens, famílias, professores, públicos especializados, turistas, comunidade cibernauta - a evolução do Design do século XX até aos dias de hoje, e ser um espaço aberto e dinâmico, para além da exposição, isto é, um espaço de observação, divulgação, investigação, formação, criação e conservação (Museu do Design e da Moda, 2009a).

Este museu procura desenvolver uma programação “onde estejam presentes as diferentes perspectivas, sensibilidades e linguagens do design, colocando-as em diálogo com as outras áreas da criação contemporânea”, contribuir para a consciencialização da responsabilidade social do design e da importância da cultura de projecto na sociedade contemporânea, e envolver ao máximo a comunidade de designers, arquitectos, artistas no desenvolvimento de projectos e na discussão de linhas de trabalho (Museu do Design e da Moda, 2009a).

Outros importantes contributos do MUDE são, o facto de neste se privilegiar a investigação, apresentação, incorporação e conservação do design português, e de este se encontrar sediado estrategicamente no centro histórico de Lisboa, contribuindo para a afirmação desta cidade enquanto capital europeia, e para o desenvolvimento e reanimação do seu núcleo histórico (Museu do Design e da Moda, 2009a).

Desviando, ou até não, um pouco o assunto, será de enfatizar, pela índole do presente trabalho, a localização do Museu do Design e da Moda. Pela sua localização central na Baixa de Lisboa, mais especificamente na Rua Augusta, o MUDE apresenta-se como um equipamento novo e dinâmico, numa zona outrora com um forte carácter comercial e cultural, mas onde actualmente o comércio de qualidade escasseia e a banca é dominante. Para além disso, o facto de ter sido fruto da reabilitação de um edifício antigo e emblemático (antiga sede do Banco



Fig. 83 - Museu do Design e da Moda, Lisboa - exterior (autor desconhecido, sem título in Município de Lisboa, 2009).

Fig. 84 (abaixo) - Museu do Design e da Moda, Lisboa - interior (autor desconhecido, sem título in Município de Lisboa, 2009).

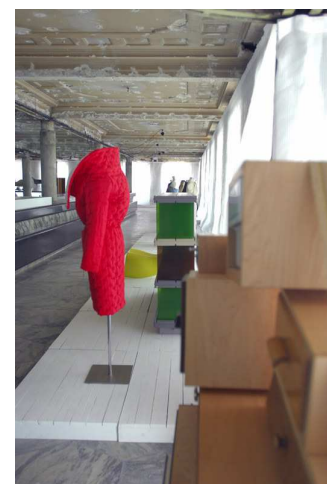


Fig. 85 - Projecto para a fachada do Edifício BNU, Lisboa, 1998, arq. Luís Cristino da Silva (Cristino da Silva, Projecto para a fachada do Edifício BNU in Museu do Design e da Moda, 2009b).



Nacional Ultramarino, e posteriormente, transferido para o património da Caixa Geral de Depósitos), é um importante incentivo e também uma prova de que é possível reabilitar o edificado antigo, torná-lo actual e fazê-lo corresponder às necessidades contemporâneas. Apresenta-se como um exemplo, como uma forma de atrair a população em geral a proceder à reabilitação de edifícios no centro de Lisboa, propondo uma inversão do processo de degradação e de desertificação.

Contudo, e agora regressando ao papel dos núcleos referidos, apesar do seu crescimento contínuo, e da luta que travam pelo Design e a sua divulgação, há ainda um longo percurso a percorrer. É necessária mais divulgação, uma maior dedicação por parte dos média a este tipo de organizações e eventos, e também, talvez, uma maior predisposição por parte dos indivíduos em geral para o compreenderem e o encararem com maior respeito.

Especificamente na área do Design de Interiores a situação não melhora. O Design de Interiores, em Portugal, tem ainda pouca expressão, e a maioria dos indivíduos não sabe quais as competências dos profissionais, e é ainda muitas vezes confundido com outras áreas. Aos olhos do público em geral é compreendido como o mesmo que arquitectura, o que não corresponde à realidade, embora as duas áreas tenham algumas referências comuns; ou ainda como decoração, que nem sequer é uma área de conhecimento, mas apenas uma actividade intuitiva.

“A Arquitectura como disciplina de charneira desloca-se transversalmente dentro do campo da Cultura do Desenho: Planeamento numa fronteira, Design na outra” (Monteiro da Costa, 1998, p.88). O campo do projecto de edificado é extenso e nele estão incluídos desde o Urbanismo ao Design, o que os distingue é uma questão de escala e saberes específicos. São áreas complementares, embora por vezes, naturalmente, existam zonas de sobreposição de competências.

O português começa a ganhar consciência, e a ter necessidade, de recorrer ao Designer de Comunicação, pois sabe que a imagem é fundamental nos dias que correm – preocupa-se, por exemplo, com a imagem gráfica corporativa da sua empresa. Mas esquece-se que, por outro lado, o “espaço habitado empresa” é

também fundamental não só para a imagem desta, assim como para quem nesta trabalha, é como uma segunda casa dos funcionários pois passam neste local grande parte do seu dia.

O Design de Comunicação tem já um maior caminho percorrido no contexto português, encontra-se mais consolidado a nível de divulgação, publicações e mesmo de análise crítica. Na pesquisa realizada para o desenvolvimento da presente tese foi visível esta questão, a maioria dos textos críticos, expositivos e publicações sobre Design, reportam-se essencialmente à área da Comunicação – o que não quer dizer necessariamente que seja já completamente compreendida por parte de todos.

O Design de Produto e de Moda têm também já um destaque relevante, embora não tanto a nível de produção teórica como acontece na área do Design de Comunicação. No caso do Design de Produto, pela procura e integração dos seus profissionais por parte de empresas, o que resulta do reconhecimento por parte destas da necessidade de desenvolver produtos diferenciados, e no caso do Design de Moda, sobretudo a nível publicitário, a nível de divulgação de eventos que é feita geralmente através dos meios de comunicação mais abrangentes, como a televisão, os jornais e as revistas, em parte também devida à obsessão pela imagem pessoal que se regista hoje em dia, e pela procura por parte de um nicho específico, por um mercado próprio, que ambiciona por Design de autor.

Voltando aos Interiores, falemos agora de profissionais de Design de Interiores portugueses que se destacam na contemporaneidade.

Nini Andrade Silva, já considerada como a “diva do design”, é uma designer de interiores portuguesa, natural da Madeira, reconhecida internacionalmente sobretudo pelas suas intervenções em hotéis.

Esta profissional formou-se em Design, no Instituto de Artes Visuais Design e Marketing (IADE), em Lisboa, tendo prosseguido com um percurso académico e profissional no estrangeiro.

Ao longo dos anos, e agarrada à sua paixão pelo Design, Nini tem vindo a “explorar o mundo”, tendo passado nos últimos 15 anos pela China, Filipinas, Japão, Indonésia, Índia, Arábia Saudita, Tailândia, entre outros. Nestes, conheceu novos povos e culturas, os quais vieram influenciar e inspirar o seu trabalho, trazendo-lhe multiculturalidade e transversalidade, e atribuindo-lhe características únicas que têm contribuído para a sua distinção.

O seu trabalho tornou-se distinto e inconfundível tendo sido já denominado de “nínimalista”, visto que, como a própria refere no site do seu atelier, e parafraseando-a: “Não sigo tendências, procuro criá-las!” (Andrade Silva, s.d.1).

O seu curriculum conta já com um número considerável de projectos, e com inúmeras publicações tanto a nível da imprensa nacional, nas revistas Attitude, Casa Cláudia, Imobiliária, e jornais, como o Jornal da Madeira, Diário de Notícias, Público, etc., como internacional: New York Times; “World Leading Guides; Wallpaper; Sleeper Magazine; Condé Nast Travel Guide; Harrolds; Financial Times; Hinge, entre outros (Andrade Silva, s.d.5). Para além disso, conta já também com várias distinções: o seu atelier venceu a categoria “Best Interior Design for suites”, na segunda edição dos European Hotel Design Awards 2009, em Londres, com a apresentação do projecto realizado para o Hotel The Vine; venceu também a categoria de Best Interior Design, com o projecto para o Hotel Teatro, na Baixa Portuense, numa das mais prestigiantes

Fig. 86 (abaixo) - Nini Andrade Silva
(autor desconhecido, sem título in
Andrade Silva, s.d.1).



competições mundiais - The Europe & Africa Property Awards 2010; e à designer foi atribuído o prémio carreira 2010 do IADE; entre outras. O reconhecimento do seu trabalho tem feito com que esta seja convidada a fazer várias participações entre as quais: no evento Hidesign EMEA 2009, mais propriamente no seminário “A Fresh View of Emerging Trends in European Hospitality Design”, enquanto oradora; com o mesmo propósito, no ciclo de conferências sobre design de interiores intitulada Design Forward, organizada pela Mostra Design 2010; no Interiors 2010 UAE, um dos maiores encontros mundiais na área do design de interiores, que decorreu em Abu Dhabi, nos Emiratos Árabes Unidos, onde apresentou um dos seus projectos e proferiu duas conferências (Andrade Silva, s.d.2).

Quanto aos seus projectos iremos aqui apresentar dois dos exemplares de grande destaque: o Hotel Teatro e o Hotel The Vine.



Fig. 87 (esq.) - Hotel Teatro, Porto - entrada (autor desconhecido, Lobby in Andrade Silva, s.d.3).

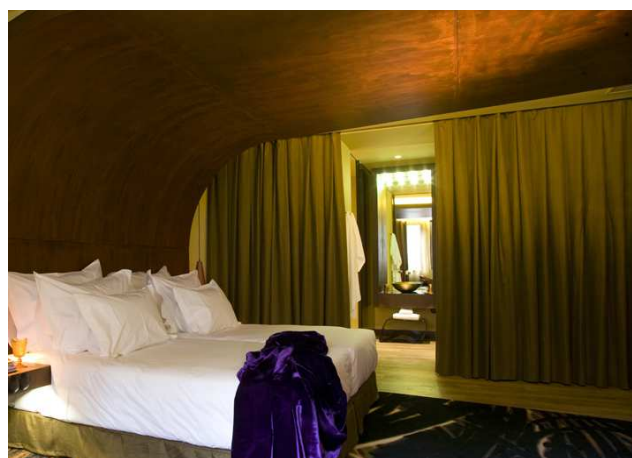


Fig. 88 (dir.) - Hotel Teatro, Porto - quarto (autor desconhecido, Room in Andrade Silva, s.d.3).

O Hotel Teatro situa-se em plena Baixa da cidade do Porto, e é uma homenagem ao cariz artístico, cultural e ambiente único do coração da cidade. Os seus interiores respiram teatro, todo o hotel partiu de uma inspiração no ambiente teatral, e leva os seus utilizadores a sentirem-se protagonistas de uma produção de prestígio e elegância.



Fig. 89 (esq.) - Hotel The Vine, Madeira - escada principal (Seruca, Escada principal in Andrade Silva, s.d.4).



Fig. 90 (centro) - Hotel The Vine, Madeira - hall (Mollemans, Hall in Andrade Silva, s.d.4).

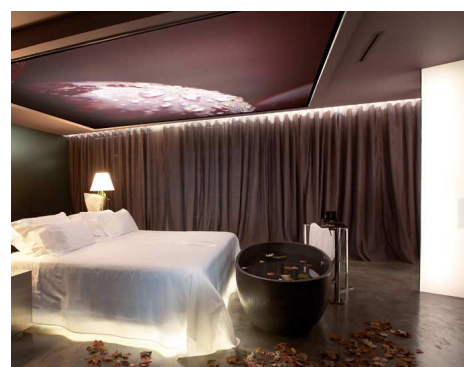


Fig. 91 (dir.) - Hotel The Vine, Madeira - quarto (Seruca, Quarto in Andrade Silva, s.d.4).

No Funchal, encontra-se sediado o Hotel The Vine. Este é um hotel cinco estrelas, que parte do conceito “the vine”, num duplo significado: no de vinha e no de divino. É um ícone de exuberância e conforto na Madeira, ideal para lazer e negócios. Em cada piso do Hotel somos surpreendidos com uma estação do ano, a qual se encontra expressa por elucidativas imagens, cores e texturas referentes ao imaginário das uvas e da vindima.

Miguel Câncio Martins, é outro português que na actualidade se destaca no mundo do Design de Interiores.

A sua formação superior, em arquitectura, realizou-se em Versalhes e Bruxelas, entre 1985 e 1991, e foi já acompanhada por uma actividade profissional desde 1987. Entre esta data e 2001 passa por várias empresas, sendo que, em 2002, cria o seu próprio atelier MCM Design, em Paris (Martins, s.d.1).

Actualmente a MCM Design encontra-se espalhada pelo mundo, existindo ateliers em quatro dos continentes. A MCM Design dedica-se essencialmente ao projecto de interiores de espaços públicos como hotéis, lojas, restaurantes, bares, sendo a maioria destes de marcas e nomes de prestígio mundial.

O profissional português realizou já várias conferências e palestras: na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Lisboa – 2002; na Equip'hôtel, Paris – 2006; a “Think Nomics, technological forum”, em Lisboa – 2007; e a “Nova Imagem de Portugal”, em Lisboa; e recebeu prémios, tanto a nível nacional como internacional: 1º Prémio no Concurso para Lisboa 1 na Expo 98, Lisboa, Portugal - 1992; 1º Prémio Studio Equip'hôtel, Paris, França - 2006; Prémio Talento para as Artes, Lisboa, Portugal - 2006; Medalha de Ouro de Ordem de Mérito, Paris, França - 2006.



Fig. 92 - Miguel Câncio Martins (autor desconhecido, sem título in Martins, s.d.1).



Iremos aqui destacar dois dos seus trabalhos, de diferente cariz e localização geográfica: o restaurante/bar Cavalli, em Montreal e o Hotel Heritage, em Lisboa.

O restaurante/bar Cavalli localiza-se na Baixa de Montreal, e tem ao dispor dos seus clientes uma culinária sofisticada. O ambiente criado é marcado pelo glamour e sofisticação, e o espaço por contrastes entre materiais tradicionais e contemporâneos, entre iluminação integrada e candelabros, entre cores sóbrias e vibrantes.



Fig. 93 (esq.) - Restaurante Cavalli, Montreal, 2004 (autor desconhecido, Cavalli Montreal 2004 in Martins, s.d.2).

Fig. 94 (dir.) - Restaurante Cavalli, Montreal, 2004 (autor desconhecido, Cavalli Montreal 2004 in Martins, s.d.2).



Fig. 95 (esq.) - Hotel Heritage, Lisboa, 2006 - quarto (autor desconhecido, Hotel Heritage Lisbon 2006 in Martins, s.d.3).

Fig. 96 (dir.) - Hotel Heritage, Lisboa, 2006 - piscina (autor desconhecido, Hotel Heritage Lisbon 2006 in Martins, s.d.3).

Localizado em pleno centro de Lisboa, o actual Hotel Heritage Avenida da Liberdade, partiu da reabilitação e readaptação de um edifício antigo, datado do século XVIII. Neste foi estabelecida uma ponte entre o passado e o presente, são combinadas tradições e estilo de vida contemporâneo.

O trabalho de Nini Andrade Silva, assim como o de Miguel Cância Martins, é meritório de destaque não só pelos projectos em si, mas também pelo seu contributo, prático e teórico, e pela divulgação do Design de Interiores Português. No entanto, apesar do seu reconhecimento, a nível dos seus pares, e a nível internacional, estes são para a esmagadora maioria dos portugueses meros desconhecidos e o seu trabalho passa despercebido.

O Design de Interiores, apesar de pouco reconhecido pelo público português em geral e de quase nada sobre este existir a nível teórico, tem dado alguns passos sobretudo em espaços públicos como hotéis, cafés, lojas... que acabam até por ser conhecidos pelas características do seu espaço físico, e dos quais são feitas publicações nas revistas da área, no entanto a nível doméstico, embora iniciado, ainda é longo o percurso a percorrer.

As pessoas ainda vêem muitas vezes o Design de Interiores das habitações como algo acessório, como algo a anexar, e assim também como um elemento dispensável, e não como uma mais-valia para o seu dia-a-dia. O trabalho dos Designers de Interiores, sobretudo na área residencial, é muitas vezes menosprezado e incompreendido por parte dos indivíduos em geral, e para além disso, ou como propulsor disso, existe ainda o mito de que o arquitecto é o único profissional criativo capaz de realizar uma boa intervenção projectual.

Não se quer com isto dizer que não exista ou que não seja de todo solicitado, até porque, embora lento, tem-se registado um aumento da procura. O que acontece também, muitas vezes, é que para além das intervenções a nível de habitação privada não serem muito solicitadas, existe um certo receio por parte dos proprietários quanto à visibilidade e publicação dos projectos, o que acaba por prejudicar a divulgação desta área de intervenção do Designer de Interiores.

A nível da relação do Designer de Interiores com outros profissionais de áreas ligadas à edificação, que pelo menos teoricamente deveriam ser “companheiros de equipa” dos Designers de Interiores, nem sempre é a melhor. Muitas vezes são considerados como alguém que quer “roubar” o papel de outrem, que quer apropriar-se de funções de outros, e mais uma vez é visto como um elemento acessório, dispensável. Embora gradualmente se vão encontrando excepções, e alguns profissionais de outras áreas ligadas ao projecto vão reconhecendo o lugar importante que o Designer de Interiores ocupa, e a contribuição que pode dar ao sucesso do projecto.

O Design de Interiores continua envolto em equívocos, e assim sendo, é urgente esclarecer a sociedade do que dele pode esperar, quais as suas responsabilidades e qual o seu papel.

5.2. A sua actividade e áreas de intervenção

O Designer de Interiores é um profissional do projecto. É seu papel entender o espaço do habitar, os seus condicionantes, os seus problemas, as suas mais-valias e também perceber, tanto a nível físico como sensorial e relacional, o indivíduo que o habita.

O Designer de Interiores é um profissional que estuda, projecta e orienta a execução de espaços domésticos, de lazer, comerciais, culturais, industriais, religiosos, desportivos... - resumindo, todo e qualquer espaço -, de intervenções de preservação e requalificação de edificado, de equipamentos urbanos e objectos reportando-se à sua concepção formal e funcional e à sua integração harmoniosa com o meio circundante, à supressão de barreiras arquitectónicas

“The beauty of design is all about transforming the restrictions and the difficulties of the project into creativity.”

Grcic, 2005, p.111

ou outras assegurando a acessibilidade de todos os indivíduos, à defesa do meio ambiente e à segurança dos utilizadores (Associação Nacional de Designers, s.d.).

O Design de Interiores é uma área profissional multifacetada em que a criatividade e as soluções técnicas são aplicadas a um invólucro ou espaço previamente definido. O processo de trabalho desenvolvido pelo Designer de Interiores deverá seguir uma metodologia sistemática e coordenada, que inclua pesquisa, análise e integração do conhecimento, que responda de modo satisfatório às necessidades e desejos do cliente, e que preencha os objectivos do projecto (National Council for Interior Design Qualification, 2004).

Um projecto de interiores procura soluções criativas e técnicas que proporcionem qualidade de vida aos seus usuários. O Designer de Interiores intervém no espaço através de instrumentos comuns aos da arquitectura, que lhe permitem modificar o próprio invólucro arquitectónico, mas também através de outros instrumentos como o mobiliário, a iluminação, o design gráfico (Milano, 2009). Dos primeiros pontos que o Designer tem a analisar é a natureza da utilização do espaço – trabalho, lazer, tratamento, estudo... -, e a atmosfera que se pretende atribuir a esse espaço: segurança, divertimento, tranquilidade, sobriedade, harmonia... Estando estes definidos, é necessário definir os factores determinantes para conferir uma identidade, ou um determinado ambiente a um espaço: a iluminação; os materiais; as formas; as texturas; a organização espacial; os equipamentos; as cores... A estas questões é de fundamental importância acrescentar, ainda, outras associadas à saúde, ao conforto, à segurança, à durabilidade e a certas necessidades especiais inerentes a cada cliente.

O Designer de Interiores, parte quase sempre de uma preexistência, a ao intervir sobre esta deverá ser capaz de aproveitar ao máximo os seus elementos expressivos, a sua capacidade de se tornar noutro espaço, com outra função e com outra capacidade de comunicar e permitir o desenrolar de vida (Milano, 2009). Os espaços projectados deverão dar resposta a, e serem coordenados com, o preexistente construído, a localização física e o contexto social em que o projecto se insere. O Designer de Interiores é, neste contexto, um “reutilizador” do tecido urbano, do edificado, que utiliza as marcas anteriormente deixadas para desenvolver os seus projectos.

Num mundo em permanente mudança, o Designer é chamado a antecipar problemas, a definir estratégias, a gerar oportunidades, a integrar projectos multidisciplinares. Numa época de progressiva degradação ambiental, de escassez de recursos e da iniquidade na sua distribuição, o Designer deve ser capaz de usar a tecnologia de modo a que seja socialmente útil. Deve entender que, hoje, as tecnologias realmente avançadas são aquelas capazes de dar resposta eficaz aos problemas da sociedade. É também fundamental que este profissional esteja ciente do seu papel social, das implicações que o seu trabalho traz à vida dos destinatários, e que não se feche no seu mundo, na sua “concha”, deve encarar o projecto como um serviço para os outros (Deganello, 2009).

O Designer de Interiores deve procurar reunir conhecimentos de áreas distintas e dispersas, “tem que saber roubar conhecimentos antropológicos, económicos, sociais, políticos e usá-los como ingredientes úteis ao projecto, juntamente com a arte e a tecnologia” (Deganello, 2009, p.487).

O Design, e por consequência o Designer, deve abrir-se “às acções das disciplinas sociais e humanas estruturantes: Psicologia, História e Antropologia, esclarecidas pela Semiologia/Linguística, pela Estética, Sociologia, Geografia e

Economia” (Monteiro da Costa, 1997, p.97), este “faz ponte entre estas e as tecnologias alimentadas pelas ciências duras, que não desconhece, e finalmente treina-se nas Técnicas próprias do Inquérito, do Desenho de Representação, de Análise e de Comunicação, para alcançar o Exercício de Síntese, que é o escopo da sua Metodologia” (Monteiro da Costa, 1997, p.98).

“O acto do Projecto é a transposição dum “objecto mental” para um “objecto real” vivencial, pela sua sucessiva superação dos obstáculos representados pelos meios técnicos, pelos modos e pelas relações de produção” (Monteiro da Costa, 1997, p.98). Posto isto, para ser bem sucedido, um Designer de Interiores, enquanto projectista que é, deverá também dominar a técnica de projectar um espaço e apresentar essa criação de forma visualmente compreensível para o cliente, antes deste se tornar “real”. É fundamental que este profissional acumule informações e conhecimentos sobre produtos, sistemas e materiais, bem como texturas, cores, iluminação, ergonomia, hidráulica e outros aspectos técnicos.

A capacidade de se relacionar com diferentes tipos de pessoas exige do Designer de Interiores um alto nível de comunicabilidade, trabalho cooperativo e habilidade de negociação diante de problemas inerentes à execução de um projecto.

5.3. A relação Designer | cliente no projecto dos interiores da habitação

O Designer de Interiores projecta para indivíduos, os quais, transportam consigo, diferentes projectos de vida, e têm diferentes aspirações, expectativas, desejos e necessidades. Posto isto, é de extrema importância, que o desenvolvimento projectual se inicie ouvindo o cliente. De acordo com o arquitecto e designer Paolo Deganello (2009, p.487) “ouvir, compreender e descrever o “outro” para o qual estamos a projectar”, é uma das condições fundamentais para se alcançar a qualidade de projecto, segundo este, “saber conhecê-lo é a condição do saber projectar”.

O panorama actual da edificação habitacional é dominado sobretudo pela habitação colectiva ou individual concebida na ausência do seu futuro habitante. A habitação é oferecida ao habitante sem que este possa intervir nas escolhas. É previamente desenvolvida tendo em conta os critérios gerais de uso do espaço doméstico e as necessidades supostamente dominantes, mas muitas vezes regem-se por padrões completamente anacrónicos (Cruz, 2006).

Embora esta situação seja relativamente indiferente a parte da população, para alguns indivíduos ou famílias esta indiferenciação torna-se desconfortável, e por isso, procuram por soluções mais adequadas ao seu modo de vida, às suas necessidades e expectativas. Os indivíduos em questão encontram diferentes modos de alcançar as soluções que procuram através: da construção de uma habitação unifamiliar (muitas vezes “projectada” por si próprio – o que acontece sobretudo no mundo rural); da encomenda de uma nova habitação a um projectista; da escolha de uma habitação numa cooperativa habitacional que oferece diferentes possibilidades, embora limitadas; da transformação de uma habitação preexistente (Cruz, 2006).

Como já referido, na procura por algo diferente, o futuro habitante busca por algo que vá de encontro aos seus desejos e necessidades. Mas, geralmente, encontra uma grande dificuldade em expressar as qualidades e características do espaço que deseja, principalmente as que são mais difíceis de verbalizar ou de quantificar, - como são exemplo: as questões e níveis de intimidade e

“a habitação deve ser sensível às necessidades e desejos, às aspirações razoáveis e aos sonhos realizáveis do usuário.”

Herbert, 1979



Fig. 97 - Standard (Crawfordian, sem título in Wang, s.d., p.2).

privacidade, a sensação de conforto ou a segurança. A sua experiência enquanto utilizador de espaço, apenas lhe permite distinguir/analisar se os espaços são ou não agradáveis, ou se correspondem àquilo a que aspira, quando os vivencia, não lhe permite compreender os elementos que produzem as qualidades espaciais que deseja. Ao constatar e reconhecer a dificuldade de definir e criar um espaço em conformidade com as suas aspirações é que o habitante se torna um encomendante e recorre ao projectista (Cruz, 2006).

No projecto do espaço habitacional parte-se do programa enunciado pelo cliente, mas os seus conteúdos vão sendo progressivamente trabalhados e interpretados durante o seu desenvolvimento para que possam ser completados e especificados, ou, quando necessário, reformulados.

Tornando-se possível participar na idealização e concepção de uma “nova” habitação, os habitantes passam por uma experiência particular. É um momento forte de introspecção individual, e/ou de grupo ou de família, no qual se procura mobilizar gostos, referências, ambições para se conseguir alcançar o modo de habitar desejado para o futuro espaço habitacional (Cruz, 2006).

Durante o processo de idealização e “formulação” da habitação, “(...) o futuro habitante procura uma forte identificação com a casa, que passa, entre outros aspectos, pela possibilidade de decidir no sentido da particularização, adaptação ou negação de um modelo espacial dominante em termos de habitação” (Cruz, 2006, p.232).

O estabelecimento de uma boa “relação projectual” entre o cliente(s) e o Designer poderá auxiliar e trazer benefícios a este processo de procura pela “sua casa”, poderá trazer à habitação excepcionalidade, “personalidade”, e ao habitante uma completa satisfação e identificação com a casa.

Regra geral, os arquitectos demonstram pouco interesse relativamente ao modo como os seus clientes organizam e vivem o quotidiano, considerando mesmo este assunto como exterior ao projecto arquitectónico (Cruz, 2006). Para o arquitecto, a forma como o habitante utiliza e se apropria do espaço doméstico relaciona-se com a habitação de que dispõe. A seu ver o modo como vivem as pessoas é o resultado de um certo espaço e não um dado estável ou permanente. “O cliente vive de determinada maneira no presente, mas no futuro e em função de uma nova habitação o seu modo de vida será alterado” (Cruz, 2006, p.240). Do ponto de vista do arquitecto, o projecto, concebido a partir do programa, proporcionará um quotidiano mais interessante e mais facilitado aos seus clientes, e é construído não de acordo com (ou não tendo em conta) o modo de vida descrito de alguma forma pelos habitantes mas como alternativa à situação actual.

Por outro lado, apesar de o Designer, ao projectar, dever estar consciente e ter em conta os hábitos, desejos e ambições dos clientes, não quer dizer que deva aceitar tudo o que é solicitado pelo cliente sem, pelo menos, ser crítico ou sugerir alternativas. Se no início ou no decorrer do projecto se fizer sentir a necessidade de corrigir comportamentos, atitudes ou exigências do cliente, o projectista deverá actuar – pois, muitas vezes, para o habitante é difícil entender um espaço do qual não tem a experiência directa, pelo que, recusa, logo à partida, soluções de alguma forma afastadas do seu quadro cultural, há uma grande resistência à experimentação.

Os hábitos e as rotinas são a memorização de uma determinada cultura - são incorporadas por cada um como uma parte de si próprio. Por outro lado, mudar de hábitos é natural quando mudam as circunstâncias que os perpetuam. Mas o

“Design is always a two-way process, the result of a dialogue between the designer and the person commissioning the work. It’s like a game of ping-pong: an exchange of knowledge, ideas and arguments, which only becomes exciting when both parties are equally strong players.”

Grcic, 2005, p.88

habitante deve consciencializar-se (ou deve ser alertado pelo Designer) que essa mudança pode trazer vantagens ou desvantagens, pode ser positiva ou negativa, logo, deve esforçar-se por visualizar um modo de vida antes que uma situação física exista para condicionar e favorecer essa mudança (Cruz, 2006).

A concepção de espaços habitacionais não se refere apenas, ou nem sempre se refere, a hábitos, mas também aos desejos e às ambições de cada um. O cliente não procura o projectista para conceber um espaço para a sua vida actual, mas para a vida que ambiciona. O cliente deste tipo de projecto, personalizado, não procura a continuidade, mas a ruptura relativamente a um modo de vida e a uma casa que já não servem as suas aspirações. O que não quer dizer que o seu modo de vida, hábitos e rotinas não sejam contemplados na concepção do espaço (Cruz, 2006).

É imprescindível que o cliente se reconheça na solução projectual desenvolvida pelo Designer, uma vez que essa identificação com o espaço doméstico constitui o motivo principal que leva o indivíduo/s a recorrer a um projectista. No entanto, os instrumentos de representação projectuais como desenhos técnicos, esboços, maquetas, representações computacionais tridimensionais não são, em geral, suficientes para uma compreensão por parte do cliente da solução projectual. Muitas vezes, é o discurso do Designer - o seu trabalho de explicação, de explicitação e de demonstração - que acaba por conquistar os clientes e fazê-los aderir ao projecto. Sem esta “tradução” dos elementos gráficos do projecto, o futuro habitante, na maioria dos casos, não tem a certeza de que aquele projecto habitacional corresponde ao seu pedido.

5.4. O seu papel na reabilitação da habitação

5.4.1. A ética e a sustentabilidade

5.4.1.1. Responsabilidade ética

A percepção da responsabilidade ética no Design passou por diversas fases ao longo do século XX. O Design, tendo-se iniciado centrado no resgate das estruturas sociais tradicionais abaladas pela Revolução Industrial, acabou por assumir um papel activo na construção de uma nova sociedade, de acordo com as reformulações que os avanços tecnológicos exigiam. Mais tarde, desligando-se de uma vertente mais social, passou a centrar-se ora na estética, ora na racionalidade, desenvolvendo-se segundo as exigências de uma expansão do consumo e da noção de bem estar nele baseada. O consumismo descontrolado conduziu a extremos que acabaram por despertar uma nova consciência social – a qual inicialmente se voltou para a questão ambiental e mais tarde também para questões como justiça e equidade.

As novas orientações éticas que passaram a reger o Design exigem, no século XXI, que este tenha implícita uma responsabilidade social além do campo da produção: deve contribuir para a condução de um processo de reeducação da sociedade, baseado em novas formas de bem-estar, que possam atingir uma parcela maior da população, e, ao mesmo tempo, respeitar o meio-ambiente e atentar aos limites dos recursos do planeta.

O Designer não é apenas um profissional que projecta e produz coisas. “O designer é um revolucionário em potencial” (Goulart, 2009), é alguém que entende e sistematiza processos, que otimiza meios e métodos, por vezes pela produção, mas quando necessário, como actualmente, pela desaceleração, pela tomada de consciência, pela mudança.

Cada vez é mais necessário o Designer apresentar novos pontos de vista e ferramentas para a busca de soluções para a nossa cidade, para o nosso país, para o nosso planeta e para a construção de uma sociedade mais virtuosa e plural (Goulart, 2009). “Cada vez mais, os designers encontram lugar dentro de equipas multidisciplinares, e são chamados a responder problemas de pertinência global, de redesign de atitudes e paradigmas, muito para lá dos objectos e das mensagens” (Bértholo, 2007). No entanto, “(...) ainda se discutem as consequências e competências sociais do Design como se fosse qualquer coisa a integrar, a anexar, ao processo. Como se não fosse algo de intrínseco à actividade de qualquer Designer: quer ele esteja consciente disso ou não” (Bértholo, 2007).

Actualmente, encontramos-nos ainda longe de um consenso no que se refere ao papel do Designer como agente social. Muitos profissionais desta área nem sequer ponderam este papel, ou transferem esta ideia de agenda social para um plano teórico ou utópico.

Joana Bértholo, não acredita num papel “milagroso” do Designer, mas considera, que a este deverá estar intrínseco, um papel que lhe possa caber: iniciador; promotor; catalisador; mediador - entre uma lógica de consumo e uma lógica de informação. Considera que este terá de saber dar as mãos às pessoas certas e saber trabalhar em equipa, fazendo com que exista cooperação, colaboração e multidisciplinaridade.

O Design, ao incorporar códigos éticos e morais, pode seguir condutas socialmente responsáveis e ajudar a transformar situações existentes em outras mais desejáveis.

“O designer é um agente activo de construção cultural” (Bártolo, 2006), assim sendo não há neutralidade nas suas acções e decisões. As escolhas que fazem e as mensagens que passam têm uma dimensão pública, influenciam opiniões, veiculam valores, que condicionam, directa ou indirectamente, comportamentos e mentalidades.

O papel social implícito à actividade do Designer confere-lhe a missão de alertar os indivíduos para o efectuar de escolhas informadas, ponderadas e assertivas, para que estes não se deixem levar pelo consumismo cego, por questões de moda, ou mesmo económicas ou políticas. Os Designers, enquanto agentes culturais, devem reagir à banalização cultural, a qual está ligada à transformação da cultura em espectáculo e em mercadoria, em algo feito para entreter e consumir.

O processo de Design é influenciado por alterações sociais, económicas, tecnológicas, pela vida das empresas e pessoas, bem como pela cultura. O design não é uma actividade isolada, logo pode ser influenciada, cabendo assim ao designer apelar ao profissionalismo.

- Quando nos tornamos os mercenários de empresas movidas pela ganância, somos levados a **conformar-nos**.
- Se criamos uma situação de pseudo-arte para uma elite enfasiada, e nos damos ao luxo de nos tornarmos celebridades dos media, **desempenhamos**.
- Quando alteramos os produtos em função da teoria narcisista da investigação de mercado, **deformamos**.
- Se os nossos produtos se distanciam do aspecto e das funções – o

telefone que parece um pato e grasna em vez de tocar, um rádio-despertador que parece uma perna feminina, **desinformamos**.

- Quando as nossas criações são afirmações sucintas de intenção, fáceis de compreender, usar, conservar e consertar, duradouras, recicláveis e benignas para o ambiente, **informamos**.

- Se criamos tendo em mente a harmonia e o equilíbrio, trabalhando para o bem dos membros mais fracos da sociedade, **reformamos**.

- Estando dispostos a enfrentar as consequências das nossas intervenções no design, e aceitando as nossas responsabilidades sociais e morais, **damos forma** (Papanek, 1997, p.57).

O Designer de Interiores, neste caso, deve estar consciente que com o seu conhecimento e criatividade, deverá propor inovações que interfiram de forma positiva na vida do indivíduo destinatário, no edifício em que ocorre a intervenção, na cultura do local, no meio ambiente. “Uma acção cultural positiva, proactiva, é aquela em que a acção funciona como catalisador, reflectindo criticamente sobre os valores e as estruturas existentes” (Bártolo, 2006). Deve cada vez mais valorizar e alertar para os benefícios de uma atitude ecológica, e reflectir preocupações de ordem social, cultural e ambiental. Tem a responsabilidade de prever implicações e usos antes de passar à execução projectual, e fazendo referência ao tema desenvolvido na presente tese, de fazer ver a capacidade de adaptação e actualização de edifícios antigos às novas necessidades e alertar para as potenciais vantagens de viver num núcleo Histórico (como o sentido de vizinhança, a proximidade de comércio e serviços, os acontecimentos culturais...), fazendo assim reduzir o desejo por algo novo.

5.4.1.2. Sustentabilidade

5.4.1.2.1. A questão ambiental

A história da humanidade é marcada pela evolução tecnológica, mas também pela devastação por esta causada no meio ambiente. Ao longo de séculos devastamos, extinguímos, derretimos, poluímos e contaminamos a Terra. Resultado disto, hoje enfrentamos problemas ambientais mundiais e locais.

Existem poucas dúvidas de que o ambiente e o equilíbrio ecológico do planeta se tornaram insustentáveis, posto isto, a menos que aprendamos a preservar e conservar os recursos da Terra, podemos não ter futuro.

Estamos todos, tanto a nível colectivo como individual, implicados nas questões ecológicas e, perante estas, podemos optar por uma forma de encarar os problemas levantados. Geralmente estas questões são por nós encaradas por uma de duas formas que vemos como únicas: a primeira é a de tentar fazer algo ao nível individual ou familiar, como reduzir o gasto de água, separar e reciclar o lixo, comprar carros de baixo consumo, instalar fontes de energia solar e, de um modo geral, conservar e preservar o planeta; a segunda opção é encolher os ombros e optar por deixar esses assuntos ao encargo de peritos na área - o que passa por reportar as responsabilidades éticas que nos são inerentes para um grupo de cientistas e activistas (Papanek, 1997).

Victor Papanek (1997), no seu livro “Arquitectura e Design” sugere que se acrescente uma terceira forma de se encarar as questões ecológicas e ambientais, a qual passa por cada indivíduo examinar qual o contributo que pode dar em função da sua actividade na sociedade.

Até há poucos anos as questões ambientais eram do foro quase exclusivo da biologia/ecologia, hoje em dia existe uma necessidade de envolvimento das mais diversas áreas do saber e do fazer humanos, técnicas e científicas – economia, sociologia, psicologia, antropologia, direito, engenharia, arquitectura, design. Nas últimas décadas tem-se assistido a um crescente debate, investimento e esforço aos mais variados níveis (ex: científico, tecnológico, económico, industrial, político), no sentido de considerar os impactos ambientais das actividades humanas, minimizar os seus efeitos negativos e viabilizar a vida nas suas diversas formas e a qualidade de vida humana no planeta.

A área do Design, nos seus diversos domínios e escalas, tem sido também cada vez mais chamada a dar o seu contributo e assumir a sua responsabilidade nesta matéria.

As pesquisas sobre a relação sustentabilidade-design avançam, tomando diferentes rumos, que passam tanto pelo redesign do existente, pela utilização de novos materiais e processos produtivos, pela análise do ciclo de vida de produtos, pelo projecto de sistemas de produtos e/ou serviços, como pela chamada “desmaterialização” do design.

Os estudos que reflectem sobre mudanças de comportamento e cultura do consumo e estilos de vida são, neste contexto, os que buscam por transformações mais profundas e expressivas. Ao propor certas transformações e rupturas com actuais estilos de vida, presumivelmente “insustentáveis”, da forma como se apresentam, o Design poderá auxiliar no projecto de mudanças sistémicas voltadas para um futuro sustentável.

Em Design, pensar no termo sustentabilidade implica considerar um panorama intrinsecamente vinculado ao social, transformando certos padrões até então dominantes, e, a partir do contexto presente e da história, encontrar novos rumos voltados a uma condição sistémica de sustentabilidade.

Projectar de forma sustentável é um dos grandes desafios, actuais e futuros, dos projectistas, nomeadamente dos Designers. Os seus projectos devem cada vez mais valorizar e propiciar o agir ecológico, e reflectir preocupações sociais, culturais e ambientais. Pensar nas implicações e usos antes de passar à prática do projecto, proteger e desenvolver a diversidade biológica, sociocultural e tecnológica, dando maior importância aos produtos e técnicas locais, e reduzindo a necessidade do novo, são exemplos de princípios de actuação que delineiam um processo de design sustentável (Mendes, Medeiros & Ono, 2009).

Os Designers são, até certo ponto, culpados ou cúmplices do estado do planeta, pelo facto de, muitas vezes, não alertarem insistentemente os seus clientes, sejam estes governos, empresas privadas ou indivíduos. Um Designer é também um professor, pode, e deve, informar e influenciar o cliente. Papanek (1997) sugere que o ideal talvez fosse não existir uma categoria chamada “design sustentável”, mas sim, uma atitude sustentável em todo o Design.

O Designer exerce uma actividade projectual, que incorpora e produz inovação, na qual deve ser tida em atenção a sua interacção com o homem e ser considerado um ciclo de vida completo do “objecto” – da produção à utilização, e eventual extinção. Este deve demonstrar uma crescente responsabilidade pelos produtos/espacos que desenvolve, pelos materiais e técnicas a que recorre, e aprender a ser mais responsável pela sociedade em que se insere. É fundamental que o Designer entenda que quando trabalha de forma sustentável, o resultado não é só um produto, mas também uma influência. A partir das decisões que este profissional toma no seu escritório, o meio-ambiente e a vida

das pessoas são modificados. É tendo em conta este princípio que a sustentabilidade deverá ser aplicada ao sector de Construção Civil, Arquitectura e Design de Interiores – deve buscar-se por uma conexão e interacção entre as pessoas, o meio ambiente e o ambiente construído (Magalhães, 2008).

Os edifícios existentes são um recurso precioso, pois a sua reutilização reduz os custos e o tempo requeridos para uma nova construção. A reutilização deste recurso valioso possibilita a melhoria de edifícios antigos e a sua adaptação a novos usos (Towers, 2005).

Dada a ameaça ao ambiente global, de acordo com a Green Agenda, existem cinco questões principais que grande parte do edificado deverá cumprir: a conservação de energia – a garantia de que o edificado consome menos energia; o desenvolvimento de produção de energia proveniente de fontes renováveis; a gestão da água; a conservação de recursos escassos; e a protecção do ambiente em geral (Towers, 2005).

No projecto de interiores, o Designer poderá tornar o edificado mais sustentável: fazendo um estudo prévio do ambiente externo seguido de um planeamento de iluminação adequado à orientação solar, podendo evitar horas de gastos energéticos desnecessários; planeando bons isolamentos que evitem um maior consumo de energia para compensar perdas e melhorando a eficiência da ventilação; utilizando equipamentos de baixo impacto energético e/ou recorrendo a energias alternativas, como a solar e a eólica; recorrendo a meios (como por exemplo: aplicações nas torneiras, sistemas exteriores de recolha de água) e apelando ao cliente para a necessidade de redução do consumo de água e da sua recolha e reciclagem ou reutilização; fazendo uma análise prévia e uma selecção dos materiais e equipamentos a usar, tendo em atenção os processos de produção, distribuição e comercialização garantindo a promoção de um ambiente saudável; entre outras coisas.

Uma das palavras-chave de um desenvolvimento sustentável da edificação é a eficiência. Neste sentido, as inovações tecnológicas devem garantir um melhor aproveitamento dos recursos naturais diminuindo os efeitos nocivos das actividades produtoras.

O papel dos Designers passa por contribuir para a visualização e criação de cenários alternativos, viáveis e aliciantes, para que nos possamos (re)ver neles, diversificar escolhas e caminhar em direcção a um novo paradigma eco-social, desejavelmente sustentável. “A questão da ecologia como prioridade de base social requer que o design e o planeamento considerem a sustentabilidade e a justiça social como condições recíprocas, ou seja que a salvação do planeta e a salvação da comunidade se tornem unas e inseparáveis” (Papanek, 1997, p.52).

Não faz sentido, nem é uma atitude desejada ou sustentável construir novos edifícios enquanto existem inúmeros outros abandonados e degradados, sobretudo quando estes predominam nas zonas históricas. Este tipo de edificado possui uma extrema riqueza patrimonial, histórica e social, a qual uma vez destruída é irrecuperável.

Em Portugal existe, neste sentido, uma grande potencialidade. A nossa identidade e riqueza culturais, ainda relativamente ligadas às raízes, tradições e saberes populares, constituem um manancial de inspiração para o ecodesign – a pequena escala, a diversidade de modos e meios de fazer tradicionais, o artesanato, as técnicas/materiais tradicionais que fazem aproveitamento sábio de uma ecologia e economia de recursos e usos locais. Hoje em dia, em qualquer parte do mundo, estes são recursos inestimáveis a manter e explorar com

espírito inovador.

5.4.1.2.2. A História e as memórias

“Conscientes ou não, assumidas ou por assumir, aplicadas de forma directa ou dissimulada, as fontes constituem a base a partir da qual todo o trabalho evolui, porque o Homem não é uma entidade autista e resulta do cruzamento das suas características inatas e circunstanciais” (Jorge, 2008, p.4).

A Fonte, segundo Pedro Fonseca Jorge (2008, p.4), “é um conjunto de valores que são válidos para o observador, que consequentemente fará uso delas na sua própria produção, seja para responder a questões concretas, seja para resolver matérias menos corpóreas”.

Na arquitectura contemporânea, a História é quase que exclusivamente aceite como fazendo parte de um conjunto de fontes cuja aplicação se destina a satisfazer uma necessidade que nada tem de prático ou fundamental (Jorge, 2008).

A vontade que se tem vindo a verificar de simplificar e esquematizar o diálogo com o “objecto” reflectiu-se num abreviar do esquema conceptual que dá origem à obra arquitectónica - no seu conceito, forma e uso. “A fonte restringe-se àquilo que é observável dentro do espectro temporal do observador, com a profundidade que a vista alcança” (Jorge, 2008, p.4).

Assim, conclui Pedro Fonseca Jorge (2008), a História assume um papel de circunstância, de casualidade. É encarada, muitas vezes, como um mal necessário que é “obrigatório” respeitar pela imposição social e legal.

A usar, “a História é uma fonte como outra qualquer” (Jorge, 2008, p.4), é uma base que, adequadamente estudada é capaz de dar resposta a problemas actuais. “A História não é só forma, não são datas, tão pouco imagem” (Jorge, 2008, p.4), é um extenso percurso que se vai desenrolando ao longo de um grande período de tempo, e em que soluções vão sendo procuradas, testadas, apresentadas, reinventadas, reutilizadas e abandonadas à medida que as necessidades assim o imponham. “A fonte, seja ela qual for, pode influenciar a forma, o espaço, o processo criativo, o método de apropriação do espaço, e a História pode resolver problemas concretos e não meramente estéticos” (Jorge, 2008, p.6).

Mas a reabilitação de edifícios de habitação antigos carregados de História e memórias é um processo que exige pesquisa, conhecimento e qualidade, pois o ideal será alcançar um equilíbrio entre a História e a inovação, entre as características do edificado e as características e necessidades do habitar contemporâneo.

Tratar de edifícios antigos implica ter disponibilidade para entender uma realidade histórica em movimento, visto que estes se destinam, em geral, “a instalações vivas, dedicadas às pessoas, constituindo por isso um precioso manancial de informação acerca da cultura e da tradição dos povos” (Appleton, 2003, pp. 261-262), implica ver o passado não como um obstáculo mas como um propulsor, como uma fonte de riqueza.

Os edifícios

contam a sua história, através das suas doenças actuais e das suas cicatrizes reveladoras de maleitas passadas; a sua aparência revela o cuidado ou a

ausência de conservação periódica, nas fendas pode ler-se o efeito de assentamentos de fundações ou de deformações estruturais, pela observação cuidada pode determinar-se se essas fendas são antigas ou recentes, se são superficiais ou profundas, revelando anomalias irrelevantes ou renunciando uma morte próxima (Appleton, 2003, p. 262).

A magia que uma casa cheia de História e de histórias contém, em cada elemento por que é constituída, e o sentimento que pode despoletar no seu utilizador vai de encontro aos conceitos de berço, de abrigo protector, de essência íntima que Gaston Bachelard (2000) considera fundamentais numa habitação, no habitar. Esta deve ser aproveitada e valorizada pelo Designer de Interiores na reabilitação da habitação histórica. Este tipo de habitação tem um passado marcado, tem várias histórias a contar, e o projectista não deve destruí-las mas procurar ao máximo preservá-las para que estas dialoguem com o habitante.

No livro “A Poética do Espaço”, Bachelard (2000), procura mostrar que a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica os seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Antes de ser “jogado no mundo”, o homem é colocado no berço da casa. A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa.

O projectista deverá contribuir para que o habitante sinta a casa desta forma - como um refúgio protector, como agasalho. É fundamental estabelecer-se empatia com a casa, para a sentirmos como tal, para não ser apenas mais um espaço que utilizamos. É importante que o Designer perceba que uma casa para além de funcional deve ser de certa forma emocional, deve apelar ao imaginário.

Se (re)pensada pelo Designer, numa vertente fenomenológica, a reabilitação da habitação histórica, poderá contribuir para que a casa se torne, para o habitante, um cofre de histórias, de tesouros, de lembranças. Na verdade estas casas são as mais ricas em significados, nelas estão contidas as imagens dos diferentes tempos. Com o passar do tempo, cada uma destas casas acumula factos, intervenções, significados, os quais, se tidos em conta pelo projectistas, poderão activar memórias.

A reabilitação da habitação dos núcleos históricos é uma necessidade vigente e urgente. Regra geral, parte do edificado habitacional possui um valor histórico inquestionável mas apresenta-se degradado e abandonado, urgindo assim ser aproveitado e recuperado por projectistas. O que se constata, na maioria dos casos, é uma perda da identidade, quando (re)projectados, que resulta, muito provavelmente, do processo de homogeneização dos espaços que se tem vindo a evidenciar: “A arquitectura – e o nosso tempo – é, quase sempre, demasiado real, demasiado brutal, para admitir a sofisticada inocência do olhar fenomenológico” (Ábalos, 2003, p.108).

A evolução da teoria da conservação alerta-nos actualmente para a necessidade de preservar não só o físico, mas também o intangível. No processo de reabilitação de edifícios antigos, é essencial atentar às questões da memória, dos valores, das tradições, das características da habitação, para que esta preserve o seu valor e a sua História; procurar saber mais sobre o edificado e o habitante, conhecer as histórias, as narrativas destes; procurar apelar, através das suas intervenções, às lembranças do habitante. É fundamental que o projectista se liberte das convenções e que lance um novo olhar sobre a habitação, que repense o habitar e o seu significado.

5.4.1.2.3. As questões sociais: o [re]habitar e o revitalizar dos núcleos históricos

Observa-se, por todo o nosso país, uma desertificação dos núcleos históricos, fenómeno que resulta, na maioria dos casos, do facto de estes serem deixados ao usufruto do turismo de massas e de não existir uma preocupação para com os seus naturais. Os seus habitantes diários, e não os temporários – os turistas, os visitantes – são os seus protagonistas, são eles que podem fazer com que estes núcleos se mantenham vivos.

Os núcleos históricos, sem os habitantes, não resistem e acabam por se tornar zonas cenário, sem vida própria, e nas quais, muitas vezes, surgem associadas outras problemáticas como a degradação, os casos de marginalidade, o envelhecimento populacional - daí que um dos grandes desafios actuais seja o retorno dos habitantes à cidade tradicional (Mestre & Aleixo, 2007).

Para que estas áreas se revitalizem é necessário: melhorar as condições do edificado habitado, para que os residentes não se vejam obrigados a sair por falta de condições; e promover a actualização dos edifícios devolutos para atrair novos habitantes.

Conseguindo-se manter a população já residente e atrair mais habitantes, estas áreas tornar-se-ão mais movimentadas, mais vividas, e acabarão por se revitalizar quase que naturalmente. Mas para que esta intenção de reabilitação, e consequente revitalização, se torne realidade é necessário criar motivação e reflectir seriamente acerca das alterações socioculturais que se têm vindo a manifestar como as novas tipologias familiares, as novas relações interpessoais, as novas relações espaço/tempo, os novos ritmos de vida e de trabalho, ou seja, é necessário adaptar o edificado às “condições” contemporâneas, fazê-lo responder à actual diversidade de necessidades.

O Designer de Interiores, pela sua capacidade de entender o espaço do habitar, os seus condicionantes, problemas e mais-valias, assim como as necessidades e desejos dos indivíduos que o habitam, poderá contribuir para que os espaços habitacionais se adequem às questões descritas no parágrafo anterior, potenciando uma maior procura e colocando este edificado num patamar semelhante, ou mesmo superior, ao do edificado oferecido pela periferia, evitando que a população residente ou que potenciais novos moradores optem pela periferia em detrimento dos núcleos históricos por falta de condições, por falta de compatibilidade com necessidades e ambições contemporâneas.

O processo de reabilitação e actualização do edificado habitacional é um ponto fulcral para a reabilitação dos núcleos em questão, pois só assim se poderá motivar um maior número de indivíduos a nestes desejar residir, no entanto, este processo implica também complementos urbanísticos, culturais e sociais. É necessário, complementarmente, activar dinâmicas, criar espaços públicos aprazíveis, activar serviços de manutenção dos espaços comuns, no fundo expandir o espaço habitacional e proporcionar um *habitat* agradável e confortável a uma maior escala, à escala da vizinhança, da envolvente, de forma a que se proporcione uma vida urbana. É fundamental para manter uma cidade habitada, uma cidade viva ter, ao dispor de quem nela reside um conjunto de serviços e equipamentos urbanos que suprimam as suas necessidades e que estimulem o convívio, a interacção.

Este é um processo no qual o Designer de Interiores, como é óbvio, não pode actuar sozinho, mas integrando-se em equipas multidisciplinares - das quais fazem parte desde arquitectos, urbanistas, especialistas em História, a

“A conservação, restauro e reabilitação de edifícios históricos classificados ou simplesmente com estima colectiva, na actualidade, dependerá cada vez mais do entendimento que deverá observar para com os contextos sócio culturais que formam a envolvente.”

Mestre & Aleixo, 2007, p.1

sociólogos e animadores culturais, entre outros –, e nas quais poderá desempenhar o seu papel, procurando responder às demandas dos interiores habitacionais, readaptando-os e actualizando-os de forma a torná-los desejados.

5.4.2. Casos de Estudo

Após ter sido apresentada, no capítulo anterior – capítulo 4 –, a necessidade de reabilitação do edificado habitacional do núcleo histórico do Porto, e, no decorrer do presente capítulo, o papel do Designer de Interiores neste processo, serão agora apresentados casos práticos de intervenções de reabilitação.

O estudo de casos de intervenções de reabilitação de edificado habitacional no núcleo histórico da cidade do Porto, decorre da necessidade de complementar a componente teórica do trabalho de investigação, sendo os seus principais objectivos os seguintes:

- Complementar a componente teórica da tese, mostrando exemplos práticos de intervenções em edificado do núcleo histórico do Porto, que contemplem o Design dos interiores habitacionais;
- Demonstrar a capacidade de readaptação dos edifícios antigos às exigências, necessidades e programas contemporâneos;
- Salientar a mais-valia do Design dos interiores para uma mais direccionada satisfação do utilizador.

Foram então analisados casos em que o Design dos interiores da habitação foi visto como relevante no processo de reabilitação, os quais se apresentam sucintamente no quadro que se segue.

	Rua do Bonjardim, nº358/360	Rua da Constituição, nº63	Rua Cimo do Muro dos Bacalhoiros, nº156/158
Proprietário/s	Hugo Neves e Joana Fernandes	Emanuel Nunes	RAR Imobiliária
Equipa projectista	Hugo Neves e Joana Fernandes	Sheila M. Azevedo	Design Factory
Colaboradores	M. M. trabalhos de Engenharia Civil, Lda.	Mário Azevedo	---
Empresa/s Construtora/s	M. M. trabalhos de Engenharia Civil, Lda.	Glamour'arte, Lda.	---
Início do projecto	Set. 2007	2007	Mai. 2010
Início da obra	Mar. 2008	Out. 2007	---
Conclusão da obra	Mai. 2009	Jun. 2008	---

A selecção dos casos a analisar partiu de uma pesquisa prévia por intervenções de reabilitação de edificado habitacional no núcleo histórico do Porto, realizada primeiramente através dos inquéritos por questionário realizados, que interrogam os habitantes quanto ao recurso a projectistas, à valorização dos interiores da sua habitação e ao recurso ao Designer de Interiores, e em segundo plano, através de contactos com empresas e profissionais de Design de Interiores.

De cada caso em estudo foi feita a identificação do proprietário, da equipa projectista e do edifício em questão, assim como do período em que decorreu a intervenção. Procedeu-se também à elaboração de um enquadramento físico assim como histórico de cada um deles.

Após a caracterização da preexistência foi alvo de análise a intervenção levada a cabo pelos projectistas. A propósito desta foi examinado o programa funcional,

tanto o solicitado pelos clientes como o proposto pelo projectista responsável, e todo o projecto de interiores – contemplando-se desde o conceito projectual, às preocupações ambientais, à integração de novas infra-estruturas, entre outras especificidades –, apresentado a partir de textos, desenhos técnicos, representações tridimensionais e fotografias. A fim de complementar o estudo considerou-se relevante fazer também uma breve caracterização dos habitantes e das suas exigências, necessidades e motivações.

Devido à escassez de exemplos encontrados segundo os moldes pretendidos analisaram-se: duas intervenções de designers de interiores, uma executada e outra, como proposta projectual, e uma intervenção efectuada por arquitectos, mas na qual estes reconheceram a necessidade de atentar aos espaços interiores, e acabaram por levar o seu trabalho à “escala” do Designer de Interiores.

As habitações seleccionadas localizam-se em diferentes pontos do núcleo histórico do Porto e possuem diferentes características, contextos e intervenções.

Os casos serão seguidamente apresentados por uma ordem de “profundidade” da intervenção, isto é, primeiro será apresentada a intervenção efectuada pelos arquitectos, que contemplou tanto a reabilitação do invólucro arquitectónico como dos espaços interiores, em segundo lugar a intervenção de reabilitação e de actualização dos interiores de um apartamento, e por último, a proposta projectual de reabilitação dos interiores de um prédio habitacional, como iniciativa de incentivo e motivação para a reabilitação de edificado habitacional no núcleo histórico.

5.4.2.1. Caso 1 - Habitação na Rua do Bonjardim, nº358/360

Proprietário/s: Joana Fernandes e Hugo Neves

Equipa projectista: Joana Fernandes e Hugo Neves

Colaboradores: M. M. trabalhos de Engenharia Civil, Lda. – especialidades

Empresa/s Construtora/s: M. M. trabalhos de Engenharia Civil, Lda.; Contornobra, Lda

Início do Projecto: Setembro de 2007

Início da Obra: Março de 2008

Conclusão da Obra: Maio de 2009

5.4.2.1.1. Localização



Fig. 98 (esq.) - Mapa com a localização da habitação da Rua do Bonjardim, nº358/360 (GeoEye & Tele Atlas, Rua do Bonjardim, Porto in Google maps, 2010).

Fig. 99 (dir.) - Habitação nº358/360 na Rua do Bonjardim, Porto (registo da autora).



Fig. 100 - Preexistente - tardoz
(Hugo Neves, 2007).

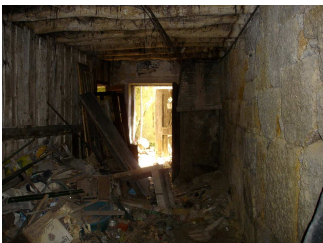


Fig. 101 - Preexistente - interiores
(Hugo Neves, 2007).

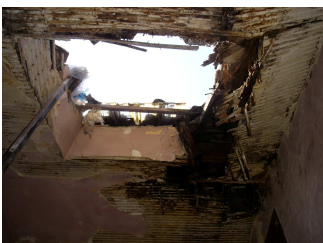


Fig. 102 - Preexistente - clarabóia
(Hugo Neves, 2007).



Fig. 103 - Preexistente - logradouro
(Hugo Neves, 2007).

A habitação em estudo localizada na Rua do Bonjardim, nº358/360, sedia-se num edifício tipicamente burguês na Baixa do Porto, e encontra-se próxima da Avenida dos Aliados, uma das maiores e mais emblemáticas avenidas do centro da cidade do Porto. É uma zona movimentada e que reúne um número considerável de espaços comerciais e de serviços.

5.4.2.1.2. Enquadramento Histórico

Esta habitação que data do final do século XVIII, enquadrando-se assim no período do Porto Iluminista (época dos Almadás). Pelos vestígios encontrados durante as inspecções efectuadas antes da intervenção de reabilitação julga-se que este edifício terá albergado várias famílias, uma família por piso (3 famílias), e que estabelecia ligações com o edifício adjacente (nº354/356), e por escritos sabe-se que no rés-do-chão funcionou uma barbearia.

5.4.2.1.3. Caracterização do edifício

O lote caracteriza-se pela sua frente estreita, com cerca de 4 metros, e possui uma profundidade de aproximadamente 43 metros, que inclui logradouro de dimensões generosas (23m de comprimento por toda a largura do lote), tendo o lote no total uma área coberta de 75m² e uma área descoberta de 100m².

Antes das operações de reabilitação efectuadas este encontrava-se em estado de ruína: a caixilharia encontrava-se destruída, já não existia clarabóia - no lugar desta apenas se encontrava um grande orifício que permitia entrada de águas e resíduos, e que contribuía assim para a deterioração dos interiores -, o logradouro encontrava-se repleto de plantas selvagens, as quais também já trepavam pelo tardoz do edifício.

5.4.2.1.4. Caracterização dos habitantes

Nesta habitação reside um casal de arquitectos, na casa dos 30 anos de idade, de classe média. Casal que se sentiu motivado a habitar nesta área pela afectividade que mantinham pelo núcleo histórico do Porto e pelo seu interesse histórico, pela proximidade do comércio local e tradicional, pelo sentido de vizinhança que, embora se tenha esmorecido um pouco, ainda se nutria nesta área, e também pela acessibilidade e capacidade de mobilidade oferecidas.

A sua escolha específica pelo edifício em questão para sediar a sua habitação, prendeu-se com a possibilidade por este oferecida de albergar um T3 assim como um atelier de trabalho, e pela existência de um logradouro de dimensões generosas.

5.4.2.1.5. Programa

Os habitantes, neste caso, são também os projectistas, pelo que, o programa funcional foi por estes unanimemente definido e mantido. A nível geral era pretendido, pelos habitantes, um espaço habitacional assim como um espaço de trabalho e prestação de serviços.

Este casal de arquitectos ansiava pela existência de um espaço de garagem, de uma cozinha com zona de jantar, de uma sala de estar, de três quartos, de três casas de banho, e de áreas de arrumação e dispensa de apoio aos espaços definidos. Para além disso era também necessária a existência de



Habitação da Rua do Bonjardim, nº 358/360
Projecto : Arq.^a Joana Fernandes e Arq.^o Hugo Neves
Desenhos cedidos por: Arq.^a Joana Fernandes e Arq.^o Hugo Neves
Legendagem e formatação: Cármen Castro, D.er de Interiores

Desenho técnico - Plantas (esc. 1:200): R/C, Piso 1,
Piso 2, Piso 3, Cobertura; Cortes (esc. 1:200):
Longitudinal e Transversal; Alçados (esc. 1:400):
Anterior e Posterior.

2007
Esc.: 1:200 e 1:400
Fig. 104 - Desenho
técnico, Caso 1

uma área de biblioteca, assim como um espaço de trabalho para funcionar o seu próprio atelier de arquitectura que deveria conseguir albergar uma área para recepção de clientes e uma área de escritório para duas pessoas.

5.4.2.5.1.6. Interiores (projecto de)

Os projectistas optaram por fazer uma intervenção pouco invasiva, que não fosse contra os princípios organizacionais e construtivos originais do edifício. Foi mantida a caixa de escadas central, perpendicular ao comprimento do lote, e esta continuou a fazer de divisão entre as áreas da frente e das traseiras, mantendo assim a existência de duas grandes divisões, por piso.

Começando agora a particularizar, por função, o primeiro espaço ao qual se tem acesso ao entrar na habitação é actualmente um espaço vazio, sem uma função directa, visto que será a futura garagem, ainda em processo de licenciamento.

Depois, somos confrontados com uma nova porta de entrada, a seguir à qual surge um pequeno hall/corredor de entrada que nos oferece a opção de subir as escadas para aceder à habitação propriamente dita, ou seguir em frente e aceder ao atelier de arquitectura.

O atelier foi implementado neste local precisamente por uma questão de privacidade para que os eventuais clientes não tenham contacto com a zona habitacional, mais privada.

No primeiro piso, encontram-se as zonas semi-privadas da habitação: a sala de estar e a cozinha. A de sala de estar, na frente do edifício, apresenta-se como um espaço amplo e luminoso, que apresenta uma particularidade – a existência de um conjunto de vigas de madeira deixadas à vista e que dá origem a uma zona de pé direito duplo. A cozinha, localizada nas traseiras, e com acesso para o exterior, possui uma área de copa, que incorpora um balcão que funciona também como zona para refeições rápidas para o dia-a-dia, e uma zona de jantar, junto às portas traseiras que permitem contemplar o logradouro.

No segundo piso, a biblioteca ocupa a parte da frente, e o quarto de hóspedes, fica virado para as traseiras. A biblioteca, sobre a sala de estar, é uma mezzanine com um volume/estante contínuo em L, que funciona também como resguardo para os seus utilizadores.

No terceiro e último piso situam-se mais dois quartos, o do casal, nas traseiras, e outro, de reserva, na frente de rua, que por enquanto é utilizado como uma espécie de escritório/arrumos, ambos marcados pela inclinação das águas da cobertura.

As áreas de casas de banho e de dispensa/arrumos situam-se sempre junto à caixa de escadas, e sobrepõem-se verticalmente, aumentando um pouco o espaço de distribuição, não o deixando claustrofóbico, e optimizando os espaços e usos.

Serão de enfatizar algumas questões tidas em conta pelos projectistas quanto ao cuidado e ênfase da preexistência que revelaram. Como referido inicialmente, este era um edifício plurifamiliar e com ligações com o edifício com que partilha a parede de meação, os projectistas utilizaram as zonas destas passagens incorporando aqui equipamento técnico (quadro eléctrico), escondendo-o com uma porta, e assinalando assim a preexistência de uma forma curiosa. Outros pontos de destaque de elementos preexistentes são as vigas de madeira deixadas a descoberto, já referidas aquando da descrição da

Fig. 105 (esq.) - Entrada, R/C (registo da autora).



Fig. 106 (dir.) - Hall de entrada/corredor, R/C (registo da autora).



Fig. 107 (esq.) - Escadas (registo da autora).



Fig. 108 (dir.) - Clarabóia (registo da autora).



Fig. 109 - Atelier - área de recepção de clientes, R/C (registo da autora).



Fig. 110 - Atelier - área de trabalho, R/C (registo da autora).



Fig. 111 - Antiga passagem para o edifício adjacente convertida numa área técnica (Hugo Neves, 2010).



Fig. 112 - Sala de estar, piso 1 (registo da autora).



Fig. 113 - Sala de estar - pormenor das vigas (registo da autora).





Fig. 114 - Cozinha - copa e zona de jantar (registo da autora).



Fig. 115 - Biblioteca - mezzanine (registo da autora).



Fig. 116 - Quarto, piso 2 (registo da autora).



Fig. 117 - Quarto, piso 3 (registo da autora).



Fig. 118 - Quarto do casal, piso 3 (registo da autora).



Fig. 119 - Quarto de banho, piso 0 (registo da autora).



Fig. 120 - Logradouro (registo da autora).



Fig. 121 - Imagem 3D do projecto para a futura garagem (Hugo Neves, 2007).

sala de estar, e a preservação da parede de pedra partilhada com o prédio adjacente, dando-se assim a ver e a conhecer os elementos estruturais e que fazem parte da história do edifício. Também é significativo focar que o compartimento situado nas traseiras, e elemento marcante do tardo do edifício, antigamente utilizado como casas de banho, foi mantido e reutilizado pelos projectistas como espaço de arrumos e tratamento de roupas. A propósito de reutilizações e preexistências, as escadas e as casas de banho são outros elementos a destacar: as escadas foram mantidas exactamente no mesmo local, tendo sido mesmo a sua estrutura aproveitada e apenas revestidas com nova madeira; e a utilização da ardósia nas casas de banho, que foi uma ideia resultante dos vestígios destes material encontrados na fase inicial do projecto, que antecedeu a execução da obra. Por outro lado, a clarabóia foi um dos elementos que se encontravam completamente destruídos, motivo pelo qual os projectistas a substituíram por uma de desenho contemporâneo.

Para terminar, é de referir o extenso e aprazível logradouro que se encontra nas traseiras do edifício. Neste, os arquitectos optaram por criar uma ponte para que se fizesse uma passagem para este através da cozinha, e uma plataforma em deck que pode ser usada como espaço de lazer e de refeições exterior, e um pequeno pátio a uma cota inferior, nivelado pelo atelier (piso 0) e com possibilidade de acesso a partir deste, que possui umas escadas de acesso ao restante terreno. Após esta área, temos um terreno relvado pontuado com algumas árvores de fruta, e que possui um poço preexistente.

5.4.2.2. Caso 2 - Habitação na Rua da Constituição, nº63

Proprietário/s: Emanuel Nunes

Equipa projectista: Sheila Moura Azevedo

Colaboradores: Mário Azevedo

Empresas Construtoras: Glamour'arte, Lda

Início do Projecto: 2007

Início da Obra: Outubro de 2007

Conclusão da Obra: Junho de 2008

5.4.2.2.1. Localização

Fig. 122 (esq.) - Mapa com a localização da habitação da Rua da Constituição, nº63 (GeoEye & Tele Atlas, Rua da Constituição, Porto in Google maps, 2010).



Fig. 123 (dir.) - Habitação nº63 na Rua da Constituição, Porto (registo da autora).



A habitação encontra-se integrada num edifício de habitação plurifamiliar, localizado na Rua da Constituição. A abertura da actual Rua da Constituição é posterior a 1840, e fez-se muito lentamente no decorrer dos anos. Esta é uma rua que se encontra no limite da área considerada como Baixa do Porto, caracterizada sobretudo pelo seu movimento e por possuir maioritariamente edifícios de habitação plurifamiliar com as funções de comércio e serviços associadas.

5.4.2.2.2. Enquadramento Histórico

O edifício habitacional em estudo é já uma obra do século XX. O projecto de arquitectura original data de 1952, e foi desenvolvido pelo conceituado arquitecto portuense Arménio Loza. Apesar de não ter séculos de História o edifício foi projectado por um arquitecto que marcou a História do Modernismo em Portugal, sobretudo no Porto.

Tal como Le Corbusier, encarou e pôs em prática a arquitectura como “uma missão que exige dos seus servidores vocação. Que, consagrada ao bem da habitação [habitação que abriga os homens, o trabalho, as coisas, as instituições, os pensamentos], a arquitectura é um acto de amar, e não uma encenação” (Le Corbusier, s.d).

A partir de 1939, data em que funda um gabinete de arquitectura, juntamente com Cassiano Barbosa, desenvolve uma obra pioneira em Portugal com influências de Le Corbusier e introdutora do Movimento Moderno em Portugal, com maior repercussão no Norte do país.

5.4.2.2.3. Caracterização do edificado

A habitação, de aproximadamente 120m², foi encontrada pela projectista num estado inabitável, sobretudo pela ausência de algumas condições de salubridade e conforto. As canalizações de água assim como as instalações eléctricas encontravam-se num estado inutilizável, e a caixilharia original apresentava-se muito degradada, já não desempenhando correctamente as suas funções.

Contudo esta era uma casa que apresentava um desenho admirável, com uma sublaje, que percorria o seu meio, na zona do corredor, da sala e parte dos quartos, que servia de arrumos.

Possuía duas entradas, uma principal e outra, mesmo ao lado em ângulo recto, de serviço, com ligação que dá para um corredor interior, paralelo ao principal, que distribui para o quarto da empregada, WC de serviço e cozinha de dimensões extremamente reduzidas.

A sala de estar e a sala de jantar, cada uma por si já de dimensões generosas, encontravam-se divididas por uma parede com uma porta de correr em três folhas. Os outros três quartos existentes possuíam grandes áreas e um ambiente agradável.

5.4.2.2.4. Caracterização dos habitantes

Os habitantes deste apartamento habitacional são apenas dois: um casal jovem, em início de vida, de classe média alta, que herda este apartamento de um dos avós, e que, reconhecendo o seu valor, parte para a reabilitação do imóvel.



Fig. 124 - Preexistente - hall/corredor de entrada (Mário Azevedo, 2007).



Fig. 125 - Preexistente - sala de estar e sala de jantar (Mário Azevedo, 2007).



Fig. 126 - Preexistente - cozinha (Mário Azevedo, 2007).



Fig. 127 - Preexistente - quarto de banho (Mário Azevedo, 2007).

São indivíduos com uma vida social activa, pelo que gostam de receber amigos, servir jantares em casa, enfim, de viver de forma dinâmica e animada sempre rodeados por outras pessoas. Quanto à actividade profissional, desempenham diferentes actividades embora ambas se enquadrem no âmbito das ciências, ele é farmacêutico e ela bióloga. Nutrem um gosto pelo contemporâneo, embora valorizem as tradições e o tradicional. Será de referir também que ela revelou um especial gosto por plantas, e pela presença destas nas habitações.

5.4.2.2.5. Programa

Por parte dos clientes foi apontado um desejo geral de reformulação, de reabilitação e actualização do apartamento, do qual pensariam ser pertinente fazer parte a eliminação de um dos quartos (passando assim a T3), para possibilitar a criação de uma maior área de cozinha à medida das suas necessidades.

Para além do desejo da existência de uma cozinha de dimensões generosas, de forma a integrar todos os equipamentos necessários a uma cozinha contemporânea assim como uma área de refeições não só para o casal como também para as suas visitas, foi manifestada a vontade de possuir uma área de sala de estar e de jantar, manter os (outros) 3 quartos, manter as duas casas de banho, e de existir uma lavandaria para o tratamento de roupas.

A Designer de Interiores tendo em conta as necessidades espaciais e funcionais explicitadas pelos clientes e analisando-as, como é seu dever, propôs uma solução um pouco diferente da por eles indicada. Proposta que passava por manter todas as outras funções solicitadas, mas não eliminar um quarto para ter uma maior área de cozinha, mantendo-se assim o apartamento com o valor comercial de um T4.

5.4.2.2.6. Interiores (projecto de)

O grande desafio deste projecto de interiores passava, segundo a designer, por não desvirtuar um desenho fantástico e, no entanto, adequar este T4 a uma habitação contemporânea adaptada a um casal jovem.

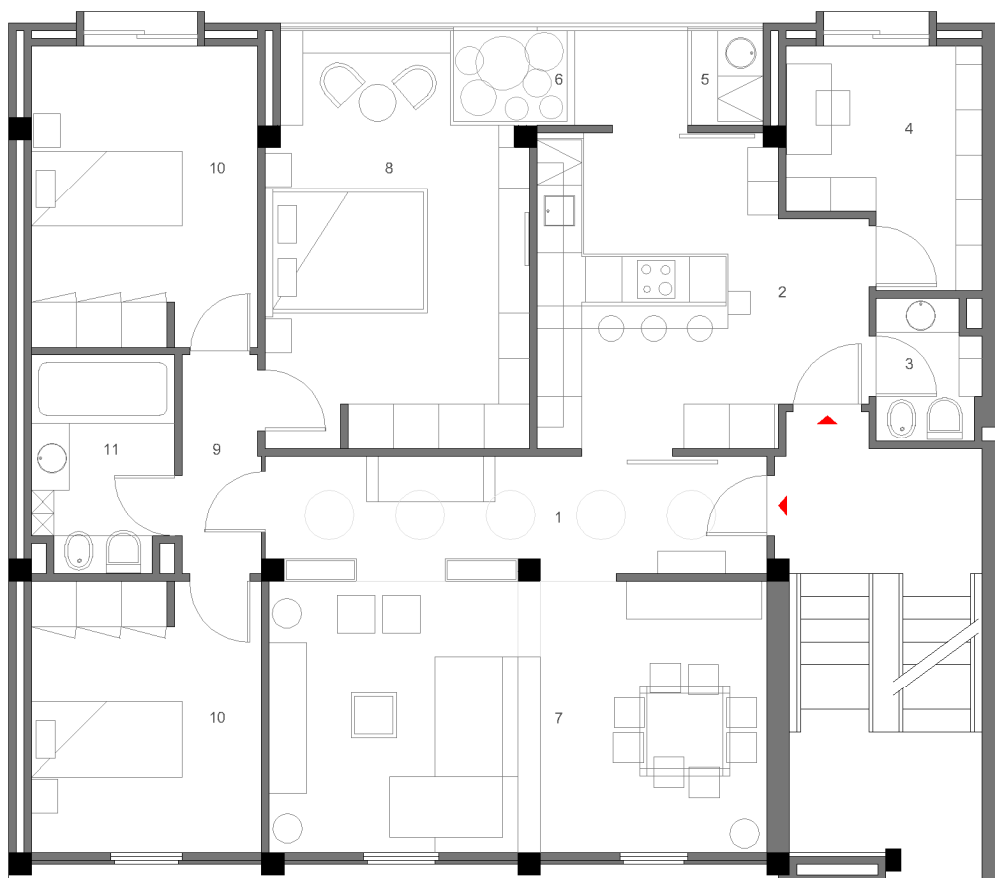
Assim, esta partiu para uma intervenção cuidada e reflectida, de modo a não afectar de forma cadastral o preexistente, e o mote propulsor do desenvolvimento projectual foram os gostos e o modo de vida dos clientes: a flexibilidade, o convívio e a afectividade por plantas naturais.

A nível de alterações na compartimentação foi efectuada uma reorganização e um aumento da área da cozinha, que implicou também mudanças no antigo quarto de empregada e o desaparecimento do pequeno hall e corredor de serviço, e foi eliminada a divisória entre o espaço da sala de estar e de jantar, obtendo-se uma sala comum.

Na sala, agora um espaço único, foi feita uma manutenção das sublares e foram criados pontos de arrumação e iluminação integrados, obtendo-se assim não só uma área mais ampla, mas também capaz de albergar o equipamento e as funções desejadas pelos clientes.



Planta do Existente



Planta do Proposto

- Legenda:
- 1 - hall/corredor principal
 - 2 - cozinha
 - 3 - wc de serviço
 - 4 - escritório
 - 5 - lavandaria
 - 6 - jardim
 - 7 - sala de estar e jantar
 - 8 - quarto principal
 - 9 - hall privado
 - 10 - quarto
 - 11 - wc privado

Habitação da Rua da Constituição, nº63

Projecto : D.ª Sheila Moura Azevedo

Desenhos cedidos por: D.ª Sheila Moura Azevedo

Legenda e formatação: Cármen Castro, D.ª de Interiores

Desenho técnico do Existente: Planta.

Desenho técnico do Proposto: Planta.

2007

Esc.: 1:100

Fig. 128 - Desenho
técnico, Caso 2

Tal como sugerido pela projectista, mantiveram-se quatro quartos, para que o valor comercial não diminuísse do de um T4 para um T3, e o qual será transformado em escritório de modo a se tornar mais útil aos habitantes. Nos actuais 3 quartos foram instalados roupeiros fixos, novas infra-estruturas eléctricas, e foi feita uma redefinição dos pontos de luz.

A cozinha é ampliada para mais do dobro com o desaparecimento do hall e do corredor de serviço e com a alteração da forma de entrada no antigo quarto de empregada. Procedeu-se, nesta, a uma completa alteração das infra-estruturas técnicas, mantendo-se a chaminé no mesmo local devido à sua localização nos restantes fogos, o que acabou por condicionar a disposição do restante equipamento de cozinha. Foi nesta área ainda colocado um tecto falso com o objectivo de ocultar toda a canalização, e de integrar pontos de luz e tomadas.

As duas casas de banho mantêm uma área e disposição semelhantes, sendo que a maior continua a servir os quartos, e a mais pequena, junto à cozinha, é agora a de serviço.

A nível dos espaços distributivos, ao corredor preexistente que se estendia da porta principal de entrada até aos quartos principais, apenas foi acrescentada uma divisória a fim de criar uma pequena área de distribuição mais privada, dedicada apenas aos quartos e à casa de banho completa de serviço a estes. É de distinguir ainda, quanto ao corredor principal, o modo como foi feita a sua iluminação: com uma cota preexistente de apenas 2,10 metros e pontuado por um conjunto de orifícios na laje do tecto, de função meramente estética, a projectista optou por uma solução de iluminação integrada nestas reentrâncias circulares.

A casa, como enunciado na sua caracterização, possuía uma sublaje que servia para arrumos, e que é mantida, mas optimizada. Alguns dos espaços por esta criados são encerrados por portas de correr, mantendo a função original de arrumos, mas possibilitando a ocultação do seu conteúdo, outros adaptaram-se a espaços de integração de iluminação, ou áreas técnicas de manutenção.

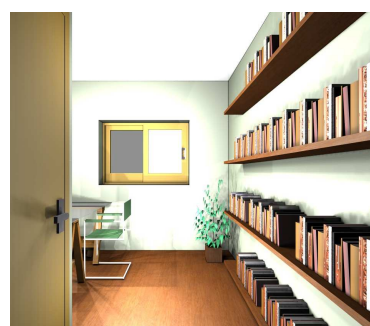
Na antiga varanda, virada para as traseiras e demasiado resguardada do sol, e por isso fria e ventosa, criou-se uma lavandaria (área em falta anteriormente e essencial actualmente) e um espaço verde, e avançou-se com a janela do quarto do casal, criando neste uma nova zona, de leitura e contemplação. O pequeno jardim, sugestão da designer, pensando no gosto por plantas expresso pela cliente, atribui ao quarto do casal uma característica muito particular, a possibilidade de contemplar uma “vitrina” de plantas naturais.

Concluindo a apresentação deste projecto, é de referir que esta habitação foi projectada segundo o lema seguido pela designer: “O habitat de cada um deve ser a continuação intrínseca do habitante”.

Fig.129 (abaixo esq.) - Imagem 3D do hall/corredor de entrada (Sheila Moura, 2007).

Fig.130 (abaixo centro) - Imagem 3D da zona de sala de estar (Sheila Moura, 2007).

Fig.131 (abaixo dir.) - Imagem 3D do escritório (Sheila Moura, 2007).



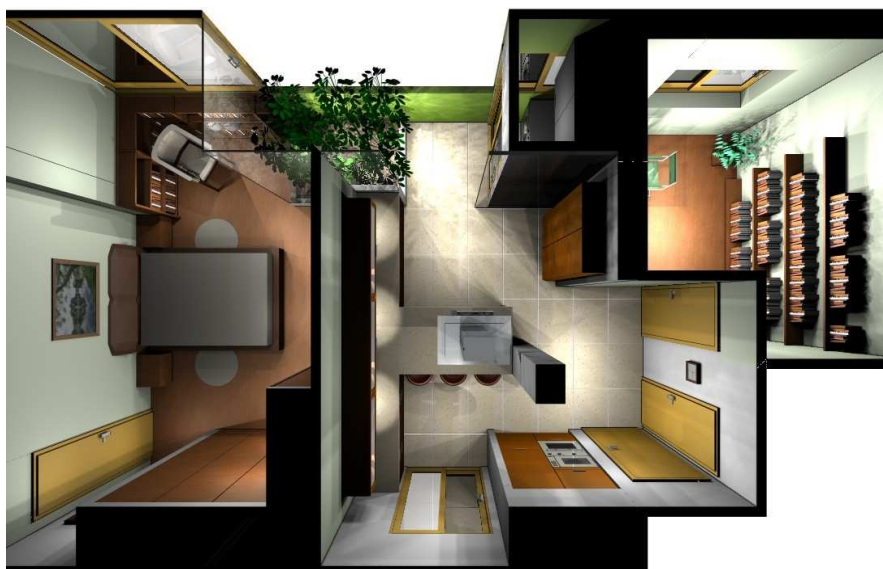


Fig.132 - Imagem 3D de topo, do quarto do casal, da cozinha e do escritório (Sheila Moura, 2007).

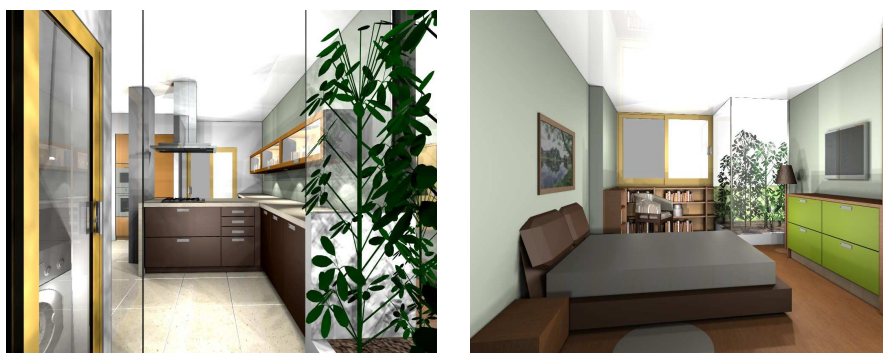


Fig.133 (esq.) - Imagem 3D da área de lavandaria e jardim, e da cozinha (Sheila Moura, 2007).

Fig.134 (dir.) - Imagem 3D do quarto do casal (Sheila Moura, 2007).

5.4.2.3. Caso 3 - Habitação na Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoeiros, nº156/158

Proprietário/s: RAR Imobiliária

Equipa projectista: Design Factory - RAR Imobiliária

Carlos Santos (Designer Senior)

Cláudio Pinheiro (Designer de Interiores)

Maria João Pinheiro (Designer de Interiores)

Raquel Machado (Designer de Interiores)

Colaboradores: (não aplicável)

Empresa/s Construtora/s: (não aplicável)

Início do Projecto: Maio 2010

Início da Obra: (não aplicável)

Conclusão da Obra: (não aplicável)

5.4.2.3.1. Localização

Esta é uma habitação que se localiza na Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoeiros, nº156/158, no conhecido Muro dos Bacalhoeiros, na margem do rio Douro, localização que oferece uma privilegiada vista para o rio e para a sua outra margem – Gaia.

Fig. 135 (esq.) - Mapa com a localização da habitação da Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoiros, nº156/158 (GeoEye & Tele Atlas, Muro dos Bacalhoiros, Porto in Google maps, 2010).

Fig. 136 (dir.) - Habitação nº156/158 na Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoiros, Porto (registo da autora).



Fig.137 - Existente - vista para o rio a partir do interior do edifício (registo da autora).



Fig.138 - Existente - sótão (registo da autora).



Fig.139 - Existente - piso 1, frente de rio (registo da autora).

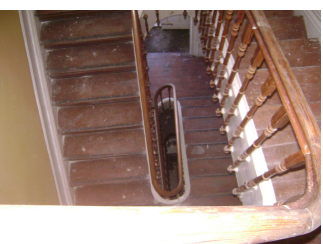


Fig.140 - Existente - escadas (registo da autora).

A sua zona envolvente, e o próprio muro, são muito visitados por turistas, pelo seu cariz histórico, o que lhe traz movimento e dinamismo. Nele termina a zona da Alfândega e começa a da Ribeira.

5.4.2.3.2. Enquadramento Histórico

Estima-se que a habitação em causa tenha sido (re)estruturada no início século XIX, tendo por base uma construção anterior. O edifício, embora muito provavelmente numa primeira fase de função habitacional, desde que é propriedade da RAR Imobiliária (anos 80) sempre teve como função a restauração. Actualmente, e desde há cerca de 5 anos, este edifício encontra-se devoluto.

5.4.2.3.3. Caracterização do edificado

O edifício de cariz histórico, com três frentes, encontra-se em estado razoável, facto para o qual contribuiu a sua utilização praticamente ininterrupta - os seus utilizadores, ao longo do tempo, foram procedendo a manutenções evitando assim a sua degradação.

Actualmente, no seu interior, está à vista, em alguns compartimentos, a pedra que compõe uma das paredes laterais estruturantes do edifício, permanecem os pavimentos de madeira como é típico nestas habitações, e perdura a localização central das escadas que permite o acesso a todos os pisos da habitação, que se encontra perpendicular à profundidade do edifício e que ocupa a toda a sua largura.

Este edifício, com uma planta de lados de considerável assimetria, revela uma frente, para o rio, de aproximadamente 6 metros, um tardo com cerca de 4 metros, e uma profundidade de sensivelmente 15 metros. Para além da forma irregular da sua planta, apresenta também diferenças a nível do pé direito – cada piso tem um pé direito distinto -, e das janelas, possuindo estas dimensões e formatos variados.

5.4.2.3.4. Caracterização dos habitantes

O habitante, neste caso, é uma personagem criada pela Design Factory, que poderia ser real, e para a qual este gabinete de Design procura desenvolver um projecto que responda às suas ambições e necessidades. Passemos então de seguida à apresentação da caracterização definida.

Afonso é um chefe de cozinha empreendedor e muito viajado, de classe média, que pretende instalar-se no Porto, a sua cidade natal, para começar uma nova vida e abrir o seu primeiro negócio independente.

Após ter terminado o seu curso de culinária em Paris, decide embarcar numa viagem de três anos na qual trabalha em vários restaurantes espalhados pelo mundo.

O chefe de cozinha, após ter “explorado” o mundo, tem a vontade de investir o seu talento e dedicação em Portugal, e acima de tudo tem como objectivo passar o seu conhecimento e fazer com que se melhorem os hábitos alimentares.

A sua avó Hilda, fonte inspiradora do seu desejo de cultivar, e de melhorar e reinterpretar a culinária tradicional portuguesa, foi um elemento fulcral para a tomada desta decisão.

Para as necessidades do proprietário o edifício em questão era o ideal, pela sua localização em plena zona histórica, com uma vista privilegiada sobre o Douro, e pela capacidade de albergar a sua habitação, a escola de culinária, e a horta para cultivar.

5.4.2.3.5. Programa

Por parte do cliente foi solicitado um projecto para o edifício que integrasse a sua habitação e uma escola de culinária, que seria o seu negócio e fonte de rendimento. As suas exigências apenas passaram pela integração destas duas funções, e como especificidades apontou apenas a existência de um único quarto, que permitisse ser habitado por uma ou duas pessoas e, a nível da escola, para além das funções e particularidades que esta implica, a existência de uma horta, para ter sempre à sua disposição, e dos alunos, legumes e especiarias frescas.

Tendo o cliente já definido as funções e necessidades, a Design Factory propôs a nível de programa funcional, tendo em conta as funções solicitadas: a existência de balneários, a fim dos alunos se poderem fardar convenientemente e confortavelmente para as aulas, de uma área de dimensões generosas para a preparação e confecção de alimentos assim como para a sua arrumação e dos instrumentos necessários à sua confecção, uma área para a degustação dos pratos confeccionados, uma garrafeira, uma horta para vegetais e ervas aromáticas, uma zona de recepção aos alunos, casas de banho para os alunos, todos estes a propósito da escola; para responder às necessidades habitacionais foi proposta a existência de um quarto de casal assim como uma casa de banho a este associada, uma zona de escritório/leitura, uma cozinha, uma sala de estar e de jantar, e uma casa de banho de serviço.

5.4.2.3.6. Interiores (projecto de)

O projecto de reabilitação para a criação da escola de culinária e da habitação, parte do conceito definido pela Design Factory: Saguão e Mezzanines.

A ideia foi acrescentar um saguão, um volume distinto, de linguagem contemporânea, que com a integração da caixa de escadas, permite desvendar os diferentes espaços do edifício, e que simultaneamente possibilita uma grande entrada de luz natural.

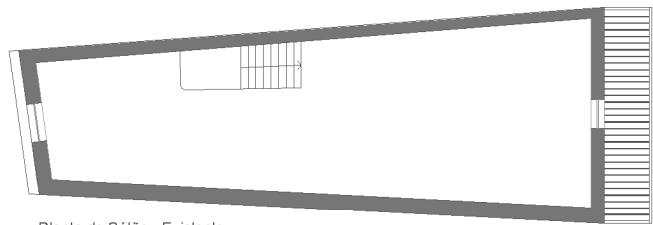
Para além do volume central, anteriormente descrito, foi também proposta a criação de duas mezzanines. Uma, na escola de culinária, que permite criar um espaço “tipo estufa”, para uma horta de apoio à cozinha, e outra, no apartamento do chefe Afonso, que lhe permitirá desfrutar de uma entrada de luz muito superior para o seu pequeno espaço de escritório e leitura, assim como a partir deste estabelecer contacto visual com a sua sala de estar. Para além das vantagens específicas já descritas, as mezzanines farão com que estes espaços ganhem um pé direito considerável, conferindo-lhes assim uma maior amplitude e luminosidade, e consequente sensação de espaço amplo e confortável.

A nível da organização espacial, foi por parte da equipa projectista proposta uma divisão em altura do edifício, em duas partes, as quais correspondem às duas diferentes funções solicitadas pelo cliente. Resultam desta divisão uma zona semi-pública e uma privada: correspondendo a cave, o piso 1, e o piso 2 à escola de culinária e portanto à zona semi-pública; e os dois últimos pisos à casa do Afonso – zona privada.

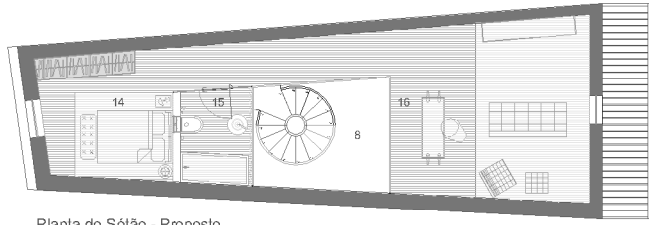
Quanto aos acessos verticais, elementos fundamentais neste tipo de edificado, possuem nesta proposta de intervenção uma forma e princípio orientador completamente distintos dos originais, o que se prende de forma bastante directa com as novas funções do edifício. Visto que o edifício possui duas funções distintas, a equipa optou por projectar dois tipos de escadas diferentes, servindo cada uma destas, diferentes funções. As escadas que servem a escola de culinária encontram-se ao comprimento do edifício e encostadas à parede de meiação, enquanto que as escadas da área habitacional são em caracol e se encontram numa posição central.

Seria de referir, na continuação do anteriormente explicitado, as formas de acesso ao interior do edifício assim como o acesso à parte privada – a habitação. O edifício possui três entradas, sendo que a principal se situa no segundo piso e à qual se acede pela parte lateral do edifício através de uma espécie de passadiço coberto, e duas outras, de serviço, no piso 0. Por questões de privacidade implícitas à habitação, no piso 2, junto às escadas e integrado num dos planos verticais constituintes do saguão, um painel de vidro impossibilita o acesso por parte dos alunos às escadas em caracol que permitem o acesso à habitação. Deste modo o saguão acaba também por funcionar como um elemento separador das duas funções distintas do edifício, e como ponto de entrada/saída da área habitacional.

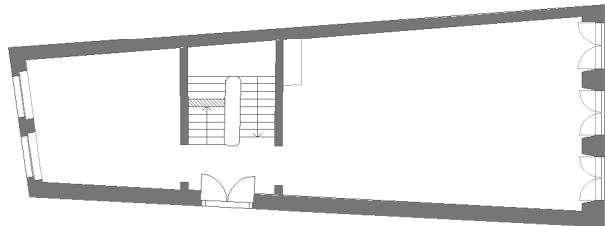
São ainda de realçar as três particulares e principais questões sustentáveis presentes neste projecto, para além da já implícita reocupação e reabilitação de edificado preexistente. A primeira, e começando pela cave, é o aproveitamento deste espaço, subterrâneo e fresco, para a integração da zona de garrafeira, evitando investimentos em equipamentos refrigeradores e os gastos energéticos da mesma. Em segundo, a horta, que traz dois tipos de vantagem, uma mais evidente que é a disponibilidade de produtos naturais e frescos, e outra, que advém do “espaço horta”, o qual funciona como uma espécie de estufa sendo uma mais-valia para o cultivo e desenvolvimento dos vegetais e ervas aromáticas, e que acaba também por funcionar como uma caixa de ar, que por sua vez contribui para uma melhor estanquicidade do edifício. E por último, o saguão criado no espaço central da habitação, e que permite uma maior entrada e difusão da luz natural, evitando gastos mais elevados de energia eléctrica.



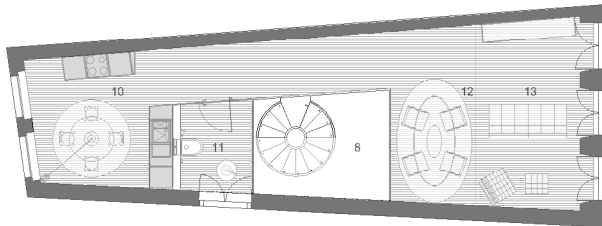
Planta do Sótão - Existente



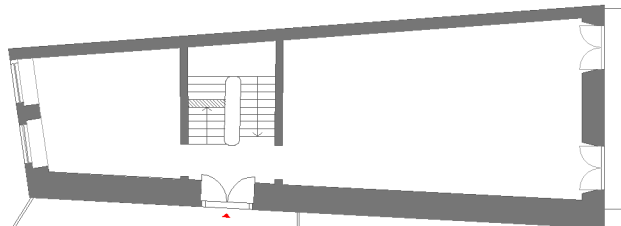
Planta do Sótão - Proposto



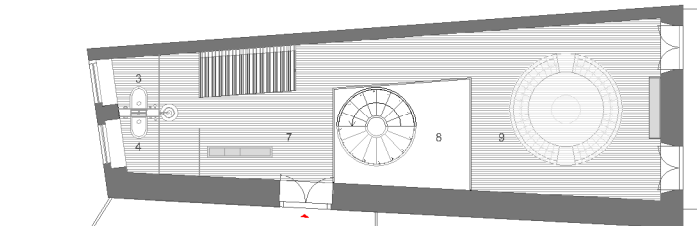
Planta do Piso 3 - Existente



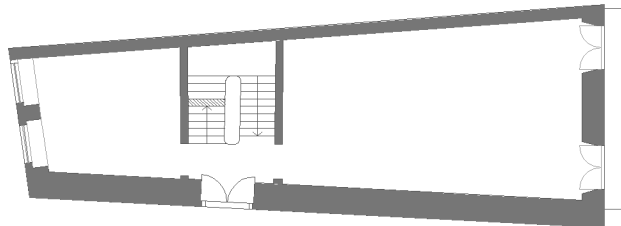
Planta do Piso 3 - Proposto



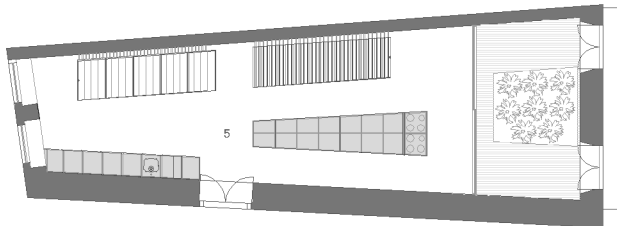
Planta do Piso 2 - Existente



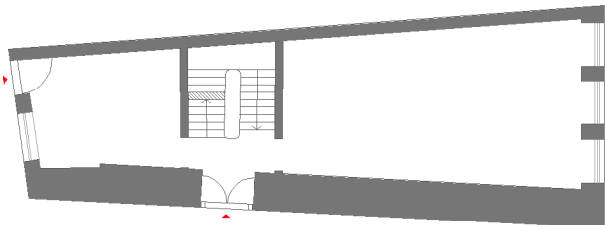
Planta do Piso 2 - Proposto



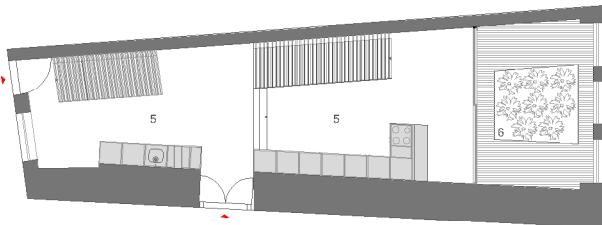
Planta do Piso 1 - Existente



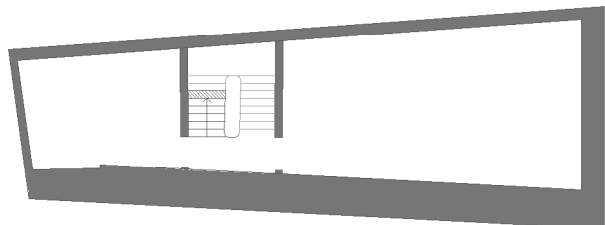
Planta do Piso 1 - Proposto



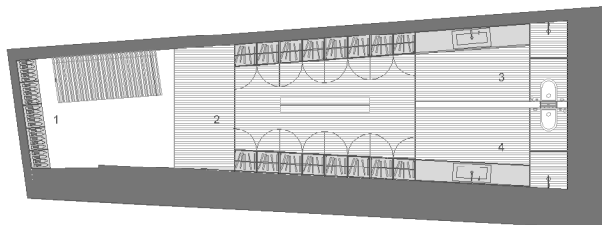
Planta do Rés-do-chão - Existente



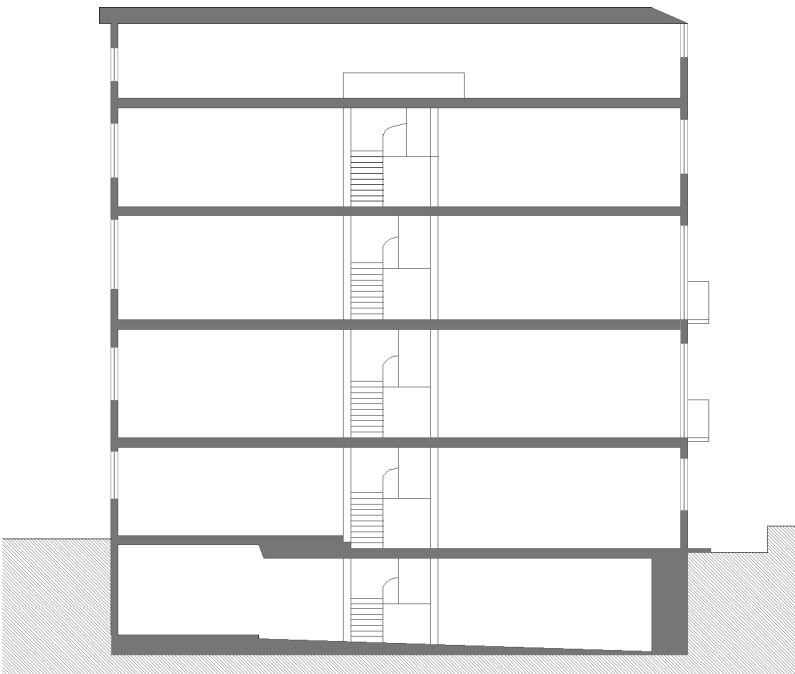
Planta do Rés-do-chão - Proposto



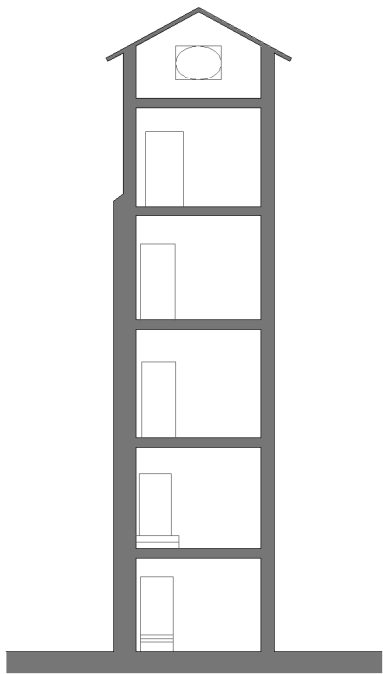
Planta da Cave - Existente



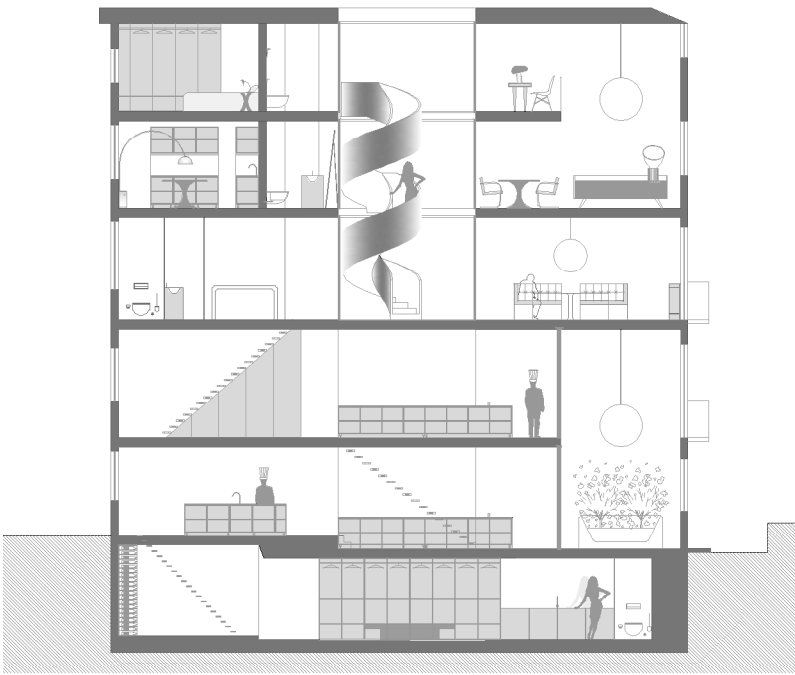
Planta da Cave - Proposto



Corte Longitudinal - Existente



Corte Transversal - Existente



Corte Longitudinal - Proposto

- Legenda:
- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| 1 - garrafeira | 9 - zona de degustação |
| 2 - balneário | 10 - cozinha da habitação |
| 3 - wc feminino | 11 - wc de serviço |
| 4 - wc masculino | 12 - sala de jantar |
| 5 - cozinha da escola | 13 - sala de estar |
| 6 - horta | 14 - quarto |
| 7 - hall/recepção | 15 - wc privado |

Habitação da Rua do Cimo do Muro dos Bacalhoeiros, nº 156/158

Projecto : Design Factory

Desenhos cedidos por: Design Factory

Legendagem e formatação: Cármen Castro, D.er de Interiores

Des. téc. do Existente - Plantas: Cave, R/C, Piso 1, Piso 2, Piso 3, Sótão; Cortes: Longitudinal, Transversal.

Des. téc. do Proposto - Plantas: Cave, R/C, Piso1, Piso 2, Piso 3, Sotão; Corte Longitudinal.

2010

Esc.: 1:200

Fig. 141 - Desenho técnico, Caso 3



Fig.142 (acima esq.) - Imagem 3D do quarto (Design Factory, 2010).

Fig.143 (acima dir.) - Imagem 3D da sala de estar e de jantar (Design Factory, 2010).

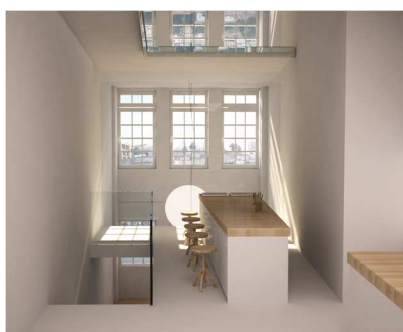


Fig.144 (esq.) - Imagem 3D da área de degustação da escola de culinária (Design Factory, 2010).

Fig.145 (dir.) - Imagem 3D da cozinha da escola de culinária - piso 1 (Design Factory, 2010).



Fig.146 - Imagem 3D da cozinha da escola de culinária - R/C (Design Factory, 2010).

Fig.147 - Vigamento em madeira no interior de um edifício habitacional do século XVIII reabilitado, na Baixa do Porto (registo da autora).



6. CONCLUSÃO

A reabilitação de edifício antigo é uma das vertentes fundamentais da intervenção do Designer de Interiores, e a qual contribui para um desenvolvimento sustentável das nossas cidades, daí ter sido o ponto de partida desta investigação, e de ser evidenciada a sua necessidade e relevância ao longo desta. Para além disso, constitui-se como uma oportunidade para este profissional pois é ainda uma área de actuação numa fase inicial de exploração e à qual está implícita um processo contínuo.

Numa época de progressiva degradação ambiental e de escassez de recursos, e em que vigora um consumismo descontrolado e um desejo insaciante pelo novo, impõem-se uma tomada de consciência e uma mudança de atitude. Aos projectistas, pelo papel que desempenham na sociedade, enquanto exemplos e influenciadores, como foi referido ao longo do trabalho, cabe o papel de alertar a sociedade para estas questões e desenvolver projectos tendo como premissa a sustentabilidade.

Integrar princípios sustentáveis no desenvolvimento projectual, por sua vez, exige do projectista contemporâneo competência projectual e técnica no que respeita a processos e técnicas de construção, a tecnologias e à incrementação de energias alternativas.

O Designer de Interiores, enquanto projectista, deve assumir esta responsabilidade que actualmente lhe é incumbida e garantir, nas suas atitudes e projectos, sustentabilidade nos seus variados domínios. Pelo conjunto de conhecimentos e técnicas que lhe são implícitos, é fundamental que o Designer assimile informação chegada de várias áreas, que adopte uma postura de carácter multidisciplinar, que seja capaz de dialogar com outros profissionais.

O papel transversal do Design permite-lhe, nos processos de identificação de problemas e criação de respostas, funcionar como ponte entre ideias e “objectos”, arte e tecnologia, cultura e economia, intervindo a nível social, económico e cultural. À actividade do Designer de Interiores está implícito, não só o exercício crítico de cariz intelectual que abrange o projectar do mais variado tipo de espaços e equipamentos, como a colaboração na gestão de programas de definição e concretização de estratégias de desenvolvimento. Daí se procurar evidenciar, no desenvolvimento da dissertação, a relevância da inclusão dos profissionais de Design de Interiores nos programas de reabilitação, colocando-os em contacto com profissionais de outras áreas do saber, durante os processos de definição, criação e implementação de uma habitação e de um habitar sustentável, como objectivo de revitalização dos núcleos históricos.

Nos núcleos históricos portugueses, para além de se verificar uma degradação do edifício, regista-se também uma desertificação populacional. Para que este processo se inverta e estas áreas, de extrema riqueza patrimonial, resistam e se revitalizem é necessário melhorar as condições do edifício habitado, para que os residentes não os abandonem por falta de condições e, por outro lado, promover a actualização dos edifícios devolutos para atrair novos habitantes. Ao atrair mais habitantes para estas áreas estas tornar-se-ão mais vividas e acabarão por se revitalizar.

Tal como inicialmente enunciado, foi focado o caso do núcleo histórico do Porto, isto a fim de se focalizar o estudo, de associá-lo a uma realidade específica. Esta área carece de uma intervenção urgente de reabilitação e de reabilitação, pois

apresenta níveis acentuados de desertificação e de edifícios devolutos, degradados, ou mesmo em ruína. Felizmente começam já a surgir iniciativas de entidades e pessoas singulares, mas que, são apenas, um pequeno troço do caminho que é necessário percorrer para que esta área se revitalize.

No entanto, e pela importância destas acções e iniciativas, estas são identificadas no corpo do trabalho, e serão de aqui referenciar. A Porto Vivo, SRU, é a principal entidade a trabalhar neste sentido: tem vindo a reunir e sintetizar informações acerca do edificado, a propor e a pôr em prática intervenções de reabilitação, não só do edificado como do espaço público, e a disponibilizar serviços de simplificação de processos burocráticos ligados à compra/venda de edifícios na zona do Centro Histórico e da Baixa do Porto procurando criar mais interesse e incentivar um maior público. As iniciativas individuais são de louvar, e por isso, a fim de se identificar algumas, e perceber o que as levou a serem tomadas, recorreu-se a um meio das Ciências Sociais, e procedeu-se a um inquérito por questionário. A partir deste, foi possível também caracterizar os indivíduos e perceber o que pretendiam de uma habitação no núcleo histórico do Porto. Este estudo poderá vir a contribuir para uma constatação da realidade vivida por estes habitantes e prever quais as mudanças necessárias para que mais indivíduos se interessem por vir a habitar nesta área.

Os indivíduos que têm vindo a procurar por um espaço habitacional nos núcleos históricos procuram, de um modo geral, por algo muito específico, são pessoas que valorizam o edificado, o núcleo histórico, que procuram por algo único, por algo personalizado. Este facto poderá ser uma mais-valia para o Designer de Interiores, pois este poderá encontrar nestas pessoas um veículo propulsor para uma actividade agora em florescimento. Poderá partir destes casos para divulgar o seu trabalho e para poder apelar para a importância e para as possibilidades e potencialidades da reabilitação.

“A convivência dialéctica entre as diversas modalidades do construir e do habitar, as do passado e as do presente é um tema de grande actualidade” (Milano, 2009, p.494). Assim sendo, e como inicialmente definido nos objectivos, o presente trabalho, investiga como o Designer de Interiores pode contribuir para que o edificado habitacional antigo passe a responder à complexidade referente aos novos modos de ser, estar, e habitar inerentes à sociedade do século XXI, sem que as preexistências sejam anuladas.

Os novos modos habitar e de encarar a habitação justificam que algumas habitações antigas, quando analisadas pelos padrões actuais, se encontrem desajustadas em dimensão, organização e conforto, no entanto é possível reabilitá-las e readaptá-las às novas demandas. O desejável será conseguir alcançar um equilíbrio entre as características preexistentes do edificado e as exigências e necessidades do habitar contemporâneo.

O Designer de Interiores, ao intervir num espaço, deve estar ciente de que entra num domínio “onde as exigências não são só físicas mas também psicológicas, sensoriais, relacionais e de interacção e comunicação com o ambiente envolvente” (Milano, 2009, p.494).

Na sua actividade projectual, o designer, deverá “assumir o passado como um recurso, e não um obstáculo à actualização das funções do habitar contemporâneo. O projecto do preexistente é um projecto de coexistências, de integrações e sobreposições... todas concorrem para a realização de um habitat denso de significado” (Milano, 2009, p.494).

Fazer uso do passado,

(...) introduzindo novos valores e actualizando as suas funções contribui para a redução do impacto ambiental, aproveita-se grande parte dos materiais vindos da preexistência, integram-se outros com características sustentáveis do ponto de vista ambiental, reduzindo também, e consequentemente, as emissões de CO2 e o gasto de energia necessário para as deslocações devidas à cada vez maior mobilidade, efeito da pulverização e “difusão” do território urbano (Milano, 2009, p.494).

Para além disso, reutilizar o tecido urbano já existente “permite a criação de um espaço do viver que se enriquece a partir da estratificação das marcas deixadas pelas vivências anteriores: o habitat torna-se o espaço de história e de memória, individual e colectiva” (Milano, 2009, p.494).

Uma intervenção que parta da cultura da construção local, das práticas ancestrais e da criação de ambientes que tenham em consideração o invólucro arquitectónico preexistente, a localização e o contexto social em que se insere é susceptível de mais facilmente possibilitar reintegrações, pois terá um carácter identitário que fará com que os habitantes se liguem e se identifiquem com o espaço.

Hoje, para que os Designers de Interiores atinjam realmente a eficácia em projectos de reabilitação, é-lhes então necessário elaborar um estudo prévio das necessidades latentes ligadas ao habitar contemporâneo, proceder à identificação dos potenciais públicos-alvo, conhecer aprofundadamente o edificado e a sua história, ter a capacidade de encarar e valorizar a história, utilizando o passado como um recurso, como uma fonte propulsora, e optar por soluções e meios ambientalmente sustentáveis, sendo que tudo isto implica uma integração em equipas multidisciplinares.

O papel deste profissional passa hoje também por contribuir para a visualização e criação de cenários alternativos, viáveis e aliantes, para que nos possamos rever neles, diversificar escolhas e caminhar em direcção à sustentabilidade.

O presente trabalho de investigação poderá contribuir para um mundo em que o Designer de Interiores é parte integrante e possibilita a mudança de mentalidade, em que as intervenções de reabilitação deixam de ser apenas recuperações de belas fachadas, de invólucros arquitectónicos, e passam também a contemplar os habitantes, os seus modos de habitar e a História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Ábalos, I. (2003). *A boa-vida. Visita guiada às casas da modernidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA.
- [1] Aguiar, J. (1999). *A Cidade do Futuro Já Existe Hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana*. Retirado em Novembro, 9, 2009 de <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/Jaguiaratic.pdf>.
- [1] Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica – Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações.
- [1] Aguiar, J. & Pinho, A. (2005). *Reabilitação em Portugal: a mentira denunciada pela verdade dos números!*. Retirado em Setembro, 4, 2010 de <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarreabilitacaoemnumeros2.pdf>.
- [1] Aguiar, J., Reis Cabrita, A. M. & Appleton, J. (2005). *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais. Volume 1*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- [1] Aires, P. & Duby, G. (1991). *História da vida privada 5. Da primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Porto: Edições Afrontamento.
- [1] Andrade Silva, N. (s.d.1). *News*. Retirado em Agosto, 26, de 2010 de <http://www.niniandradesilva.com/#/home/>.
- [1] Andrade Silva, N. (s.d.2). *Press Releases*. Retirado em Agosto, 26, de 2010 de http://www.niniandradesilva.com/#/nini_andrade_silva/.
- [1] Andrade Silva, N. (s.d.3). *Projects – Hotel – Hotel Teatro*. Retirado em Agosto, 26, 2010 de <http://niniandradesilva.com/#/projects/0/4/>.
- [1] Andrade Silva, N. (s.d.4). *Projects – Hotel – The Vine Hotel*. Retirado em Agosto, 26, 2010 de <http://niniandradesilva.com/#/projects/0/3/>.
- [1] Andrade Silva, N. (s.d.5). *Publicações*. Retirado em Agosto, 26, de 2010 de http://www.niniandradesilva.com/#/nini_andrade_silva/.
- [1] Antunes, C. (2003). *Património Edificado - a Autenticidade da Memória*. Retirado em Novembro, 9, 2009 de http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/04/patrimonio-edificado-_a-autenticidade-da-memoria.pdf.
- [1] Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos: patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- [1] Appleton, J. (2005). *Reabilitação de Edifícios “Gaioleiros”*. Amadora: Edições Orion.
- [1] Arrial, L. R. & Calloni, H. (2007). *Considerações sobre o conceito de habitação a partir da noção da complexidade: uma contribuição à educação ambiental para a sustentabilidade sócioambiental*. Retirado em Junho, 8, 2010 de <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol19/art11v19a.pdf>.
- [1] Associação Nacional de Designers (s.d.). *Porquê a AND?*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.and.org.pt/about>.

- [1] Associação Portuguesa de Designers (s.d.1). *História*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://http://apdesigners.org.pt/?page_id=98.
- [1] Associação Portuguesa de Designers (s.d.2). *Missão*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://http://apdesigners.org.pt/?page_id=96.
- [1] Associação Portuguesa de Designers (s.d.3). *O que é o Design?*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://apdesigners.org.pt/?page_id=127.
- [1] Bachelard, G. (2000). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- [1] Barata Fernandes, F. (1999). *Transformações e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações.
- [1] Bártolo, J. (2006). *O Estado do Design. Reflexões sobre teoria do design em Portugal*. Retirado em Maio, 8, 2010 de <http://www.artecapital.net/opinioes.php?ref=30>.
- [1] Bártolo, J. (2010), a partir de Cruz, C. (2010). *O Pretérito Imperfeito do Design Português*. Retirado em Setembro, 13, 2010 de <http://www.ermidabelem.com/files/253/2482.pdf>.
- [1] Bétholo, J. (2007). *O Design Social em questão: Entrevista com Joana Bétholo*. Retirado em Maio, 8, de 2010 de <http://reactor-reactor.blogspot.com/2007/09/o-design-social-em-questo-entrevista.html>.
- [1] Biosfera (2010). *Biosfera 280 Da reabilitação à regeneração urbana*. Retirado em Setembro, 12, 2010 de http://arquivo.faroldeideias.com/arquivo_farol/index.php?programa=Biosfera&id=893.
- [1] Brandão, D. Q. (2002). *Personalização do produto imobiliário: novas demandas*. Retirado em Junho, 8, 2010 de http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR19_0101.pdf.
- [1] Brandão, D. Q. & Máhlmann, L. F. (2003). *Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais*. Retirado em Abril, 4, 2010 de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3504/1905>.
- [1] Cafaro, P. (2008). *Rachel Carson's environmental ethics*. Retirado em Maio, 15, 2010 de http://www.eoearth.org/article/Rachel_Carson's_environmental_ethics.
- [1] Centro Português de Design (s.d.1). *António Sena da Silva*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.cpd.pt/681000/1/000145/index.htm>.
- [1] Centro Português de Design (s.d.2). *Daciano da Costa*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.cpd.pt/681000/1/000146/index.htm>.
- [1] Centro Português de Design (s.d.3). *FAQ's*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.cpd.pt/105000/1/index.htm>.
- [1] Centro Português de Design (s.d.4). *Sebastião Rodrigues*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.cpd.pt/68100/1/000147/index.htm>.
- [1] Centro Português de Design (s.d.5). *Visão, Missão e Objectivos*. Retirado em Julho, 28, 2010 de <http://www.cpd.pt/101000/1/index.htm>.

- [1] Coelho, A. B. (1993), a partir de Freitas, M. J., Menezes, M. & Coelho, A. B. (1996), p.6. *Contributos Sociológicos para a Análise e Definição de Qualidade Residencial*. Retirado em Junho, 8, 2010 de http://www.asp.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492abea138282_1.pdf.
- [1] Coelho, A. B. (2009). *Opúsculo 18. Entre Casa e Cidade, A Humanização do Habitar*. Retirado em Novembro, 11, 2009 de http://www.dafne.com.pt/pdf_upload/opusculo_18.pdf.
- [1] Costa, J. P. & Ripper, T. (2007). Reabilitação da Casa Irene Rolo. *Arquitectura Ibérica*, nº20, 4-9.
- [1] Cruz, M. (2006). Construir a casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar. *Sociologia*, nº16, 231-250.
- [1] Cruz, M. (2009). *Les Non-Dits de L'Espace Domestique. Valeur d'usage de l'ambiguïté pour les familles contemporaines*. Tese de Doutoramento, Ecole Nationale Supérieure D'Architecture de Marseille, Marseille.
- [1] Deganello, P. (2009). Eu e a ESAD. In Milano, M. (Coord.), *Paolo Deganello - as razões do meu projecto radical*. (pp.485-539). Matosinhos: Edição ESAD.
- [1] Delgado, A. P., Valença, P., Costa, A., Loza, R., Ferreira, L., Pereira, B., La Face, G., Martins, C., DaCosta Babb, M., Martín, A. P. & Entrecanales, R. R. (2009, Dezembro). *Gestão Urbana de uma Cidade Património Mundial*. Comunicação apresentada no Seminário da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A., na Alfândega do Porto. Porto, Portugal.
- [1] Elkington, J. (2004). *Enter the Triple Bottom Line*. Retirado em Fevereiro, 19, 2010 de <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>.
- [1] Experimenta Design (1999). *Intro*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de <http://www.experimentadesign.pt/1999/exdph.html>.
- [1] Experimenta Design (s.d.). *Sobre a Experimenta*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://www.experimentadesign.pt/experimenta/pt/05_000.html.
- [1] Fernandes, J. M. (2007). Arquitectura contemporânea em Portugal e Espanha – alguns temas. *Arquitectura Ibérica*, nº22, 4-9.
- [1] Fernandez-Alonso, R. (2006). A habitação actual não existe. *Arquitectura Ibérica*. nº16, 14-17.
- [1] Freitas, M. J., Menezes, M. & Coelho, A. B. (1996). *Contributos Sociológicos para a Análise e Definição de Qualidade Residencial*. Retirado em Junho, 8, 2010 de http://www.asp.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492abea138282_1.pdf.
- [1] Fundação Calouste Gulbenkian (2009). *Lançamento da obra 'António Sena da Silva'*. Retirado em Setembro, 16, 2010 de <http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=8&artId=2178>.
- [1] Gadanho, P. (2009). Parar de Construir ou o Regresso à Cidade. In Neves, J. M. (Ed.), *Habitar a Cidade* (pp.8-11). Cascais: True Team Design & Publishing.

- [1] Galfertti, G. G. (1997), a partir de Brandão, D. Q. & Mählmann, L. F. (2003), pp.11-12. *Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais*. Retirado em Abril, 4, 2010 de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3504/1905>.
- [1] Garcia Lamas, J. M. R. (2006). Ensaio de texto para o livro: Morfologia urbana e desenho da cidade. *Arquitectura Ibérica*, nº12, 30-35.
- [1] Gestão Participada do Gabinete para o Centro Histórico - Município de Coimbra (2010). *Empreitada "Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da Couraça dos Apóstolos – Situação em Junho de 2010*. Retirado em Setembro, 25, 2010 de <http://gch.cm-coimbra.pt/2010/07/12/empreitada-%e2%80%99crepavimentacao-e-remodelacao-de-infra-estruturas-da-couraca-dos-apostolos%e2%80%9d-situacao-em-junho-de-2010/>.
- [1] Grande, N. (2009). Reabitar o Centro Hoje: Sem Retóricas, Sem Nostalgias, Sem Desculpas. In Neves, J. M. (Ed.), *Habitar a Cidade* (pp.14-21). Cascais: True Team Design & Publishing.
- [1] Goulart, C. (2009). *Da responsabilidade social do design*. Retirado em Maio, 8, 2010 de <http://www.fibradesign.net/blog/coments.php?id=9>.
- [1] Grcic, K. (2005), a partir de Böhm, F. (2005). *KGID Konstantine Grcic Industrial Design*. Londres: Phaidon Press.
- [1] Guimarães, R. C. & Sarsfield Cabral, J. A. (1999). *Estatística*. Amadora: Editora McGraw-Hill de Portugal.
- [1] Herbert, G. (1979), a partir de Brandão, D. Q. & Mählmann Heineck, L. F. (2003), p.7. *Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais*. Retirado em Abril, 4, 2010 de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3504/1905>.
- [1] Jencks, C. (2002). *Le Corbusier e la rivoluzione continua in architettura*. Milano: Jaca Book.
- [1] Jorge, F. (2010). *República de Fachada: Calçada da Estrela 129*. Retirado em Setembro, 15, 2010 de <http://cidadaniaix.blogspot.com/2010/05/republica-de-fachada-calcada-da-estrela.html>.
- [1] Jorge, P. F. (2008). A História não são Estórias. *Arquitectura Ibérica*, nº27, 4-9.
- [1] Lameira, G. (2006). O habitante na arquitectura. *Arquitectura Ibérica*, nº16, 22-25.
- [1] Le Corbusier (s.d.), a partir de Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2010). *Arménio Losa. Cassiano Barbosa. Arquitectos "nosso Escritório". 1945-1957*. Retirado em Setembro, 4, 2010 de http://sigarra.up.pt/faup/NOTICIAS_GERAL.VER_NOTICIA?P_NR=610.
- [1] Lopes, N. V. (2006). *Reabilitação de Caixilharias em Edifícios do Século XIX e início do Século XX. Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo de Caso da Habitação Corrente Portuense*. Tese de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

- [1] Lopes Teixeira, J. J. (2004). *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Provas de Aptidão e Capacidade Científica, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- [1] Loza, R. (2005). *O Papel das SRU na revitalização das cidades portuguesas. Alguns tópicos para reflexão*. Retirado em Abril, 22, 2010 de http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php.
- [1] Magalhães, P. (2008). *Sustentabilidade além das teorias*. Retirado em Maio, 8, 2010 de <http://www.abd.org.br/site.asp?CodCanal=41&CodConteudo=392>.
- [1] Martins, J. P. (2001). *Daciano da Costa, Designer*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- [1] Martins, M. C. (s.d.1). Agency – Miguel. Retirado em Setembro, 7, 2010 de <http://www.mcmdesign.com/index.php?changelg=uk>.
- [1] Martins, M. C. (s.d.2). Projects – Bars/Restaurants/Clubs – Cavalli. Retirado em Setembro, 7, 2010 de <http://www.mcmdesign.com/index.php?changelg=uk>.
- [1] Martins, M. C. (s.d.3). Projects – Hotels – Hotel Heritage. Retirado em Setembro, 7, 2010 de <http://www.mcmdesign.com/index.php?changelg=uk>.
- [1] Matos, F. L. (2007). Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto. Volume I, II Série*, 33-54.
- [1] Mendes, M. D., Medeiros, J. & Ono, M. M. (2009). *Estilos de vida e mediação de design na construção de cenários sustentáveis*. Retirado em Maio, 5, 2010 de <http://portal.anhembib.br/sbds/anais/SBDS2009-049.pdf>.
- [1] Mendes da Silva, J. A. R. (2009). Reabilitar Edifícios em Centros Urbanos Antigos. A Razão dos Materiais. *Arquitectura Ibérica*, nº30, 6-13.
- [1] Mestre, V. & Aleixo, S. (2007). *O sucesso da reabilitação de edifícios e monumentos nacionais está intimamente dependente da requalificação da cidade tradicional*. Retirado em Novembro, 11, 2009 de http://revlae.ulusofona.pt/pdf02/tema2_6.pdf.
- [1] Mies van der Rohe, L. (1965), a partir de Lopes Teixeira, J. J. (2004), p.3. *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Provas de Aptidão e Capacidade Científica, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- [1] Milano, M. (2005). *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD.
- [1] Milano, M. (2009). Projectar com o passado. Os interiores de um edifício do século XIX no Largo dos Lóios no Porto. In Milano, M. (Coord.), *Paolo Deganello - as razões do meu projecto radical*. (pp.494-495). Matosinhos: Edição ESAD.
- [1] Monteiro da Costa, D. H. (1998). *Design e Mal-Estar*. Porto: Centro Português de Design.

- [1] Monteiro da Costa, D. H. (1997), a partir de Monteiro da Costa, D. H. (1998), pp.97-98. *Design e Mal-Estar*. Porto: Centro Português de Design.
- [1] Moreira, J. M. (2004). *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- [1] Município de Lisboa (2009). *Museu do Design e da Moda com Ante-Estrela marcada para 22 de Maio*. Retirado em Setembro, 5, 2010 de <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=42463>.
- [1] Museu do Design e da Moda (2009a). *Objectivos*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://www.mude.pt/html/depois/mude_em_novaCara.html.
- [1] Museu do Design e da Moda (2009b). *Projecto de Arquitectura*. Retirado em Agosto, 4, 2010 de http://mude.pt/html/depois/mude_viabilidade.html.
- [1] National Council for Interior Design Qualification (2004). *Definition of Interior Design*. Retirado em Abril, 27, 2010 de <http://www.ncidq.org/AboutUs/AboutInteriorDesign/DefinitionofInteriorDesign.aspx>.
- [1] Neves, J. M. (2008). *Casas Recuperadas II*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- [1] Neves, J. M. (2009). *Habitar a Cidade*. Cascais: True Team Design & Publishing.
- [1] Oliveira Ramos, L. A. (1994). *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- [1] Pacheco, E. (2006). *Aspectos de Acessibilidade e Transportes na Baixa Portuense*. Retirado em Julho, 7, 2010 de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20397/2/elsapacheco4000085531.pdf>.
- [1] Paiva, J. V., Aguiar, J. & Pinho, A. (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional 1*. Lisboa: Edição Instituto de Habitação – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- [1] Papanek, V. (1997). *Arquitectura e Design*. Lisboa: Edições 70.
- [1] Pedro, J. B. (2005). *Definição e Avaliação da Qualidade Arquitectónica Habitacional. Apresentação do Programa Habitacional e do Método de Avaliação*. Retirado em Junho, 8, 2010 de <http://www.ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Research/Pdf/Artigo%20definicao%20avaliacao%20qualidade%20arquitectonica%20habitacional.pdf>.
- [1] Pedroso, M. M. (2008). *Reabilitação de edifícios habitacionais com valor patrimonial*. Retirado em Novembro, 16, 2009 de <http://infohabitar.blogspot.com/2008/04/reabilitacao-de-edifcios-habitacionais.html>.
- [1] Porto Vivo, SRU (2005). *Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto – Master Plan (Síntese Executiva)*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- [1] Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto (2008a). *Centro Histórico do Porto Património Mundial. Plano de Gestão – Volume I*. Retirado em Abril, 22, 2010 de http://www.portovivosru.pt/pdfs/planoges_HPPM_v1.pdf.
- [1] Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto (2008b). *Centro Histórico do Porto Património Mundial. Plano de Gestão – Volume II*. Retirado em Abril, 22, 2010 de http://www.portovivosru.pt/pdfs/planoges_HPPM_v2.pdf.

- [1] Ramos, C. M. (2006). Prefácio. In Paiva, J. V., Aguiar, J. & Pinho, A. (Coords.). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. (pp.XVIII-IX). Lisboa: Edição Instituto de Habitação – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- [1] Raposo, D. (s.d.). *Design não é cosmética*. Retirado em Julho, 28, 2010 de <http://reddircom.org/textos/raposo.pdf>.
- [1] Reis Cabrita, A. M. (1995). *O Homem e a Casa. Definição individual e social da qualidade da habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- [1] Rio Fernandes, J. A. (2004). Reabilitação de Centros Históricos e Reutilização da Cidade: o caso de Porto-Gaia. In Jorge, V. O. (Coord.), *Conservar para quê?*. (pp.213-230). Porto - Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- [1] Rosso, T. (1980), a partir de Brandão, D. Q. & Mählmann, L. F. (2003). *Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais*. Retirado em Abril, 4, 2010 de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3504/1905>.
- [1] Santiago, M. (2006a). *Novos Grupos Domésticos*. Retirado em Abril, 10, 2010 de <http://novasformasdemorar.blogspot.com/>.
- [1] Santiago, M. (2006b). *Sobreposição de Actividades*. Retirado em Abril, 10, 2010 de <http://novasformasdemorar.blogspot.com/>.
- [1] Sarmiento & Cunha, P. (2000). In Grande, N. (Org.), *Porto 2001: regresso à Baixa. Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. (pp.11-12). Porto: FAUP Publicações.
- [1] Serra, A. & Salvado, M. (2009). *Espaço Doméstico: Contributos para uma leitura integrada de Habitat*. Retirado em Abril, 12, 2010 de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460eb9ed41ec2_1.pdf.
- [1] SPSS Inc. (2007). *SPSS Statistics 17.0 Brief Guide*. Chicago: SPSS Inc..
- [1] Sucena S. (s.d.). *Porto, capital europeia da cultura 2001. Os elementos de um projecto urbano. O caso da Baixa Portuense*. Retirado em Julho, 7, 2010 de https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/709/1/8-29Pages%20from%20A%20Obra%20Nasce%20n_00.pdf
- [1] Towers, G. (2005). *An Introduction to Urban Housing Design. At Home in the City*. Great Britain: Architectural Press.
- [1] Tramontano, M., Pratschke, A. & Marchetti, M. (2002). *Um toque de imaterialidade: o impacto das novas mídias no projeto do espaço doméstico*. Retirado em Junho, 14, 2010 de http://www.nomads.ups.br/site/livraria/livraria_artigos_online03.htm.
- [1] Villà, J. (s.d.). *Flexibilidade: exigência do habitat contemporâneo*. Retirado em Abril, 3, 2010 de <http://www.arquitetura.ufmg.br/mom/coloquiom/comunicacoes/villa.pdf>.
- [1] Wang, W. (s.d.). *Standard*. Retirado em Janeiro, 10, 2010 de <http://arquitectos.pt/documentos/1219762173J3kCl6jo1Xb71EM7.pdf>.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Edifício em ruínas no Centro Histórico do Porto	página [14]
Fig. 2 - Obras de Reabilitação na Rua de S. João, no Centro Histórico do Porto	página [20]
Fig. 3 - Inspeções realizadas num edifício antigo na zona da Bainharia, no Centro Histórico do Porto	página [24]
Fig. 4 - Inspeções realizadas num edifício antigo na zona da Bainharia, no Centro Histórico do Porto	página [24]
Fig. 5 - Palácio das Artes, no Porto, após obras de reabilitação	página [25]
Fig. 6 - Palácio das Artes, no Porto, após obras de reabilitação	página [25]
Fig. 7 - Operação de “fachadismo”	página [26]
Fig. 8 - Operação de “fachadismo”	página [26]
Fig. 9 - Operação de “fachadismo”	página [26]
Fig. 10 - Habitação reabilitada em Sevilha, pelos arquitectos Juan Pedro Donaire Barbero e Mariana Gómez Ramírez - exterior	página [28]
Fig. 11 - Habitação reabilitada em Sevilha, pelos arquitectos Juan Pedro Donaire Barbero e Mariana Gómez Ramírez - exterior	página [28]
Fig. 12 - Habitação reabilitada em Sevilha, pelos arquitectos Juan Pedro Donaire Barbero e Mariana Gómez Ramírez - interiores	página [28]
Fig. 13 - Zona cultural requalificada, na Baixa do Porto	página [29]
Fig. 14 - Obras de requalificação de infra-estruturas de apoio ao edificado, no Centro Histórico de Coimbra	página [29]
Fig. 15 - Avenida dos Aliados, na Baixa do Porto, após obras de reabilitação	página [29]
Fig. 16 - Praça Carlos Alberto, na Baixa do Porto, após obras de reabilitação e de melhoramento de infra-estruturas de Estacionamento	página [29]
Fig. 17 - Ponte D. Luís I, núcleo histórico do Porto - permite melhorar a acessibilidade tanto a nível pedonal, como de transporte automóvel e de metro	página [29]
Fig. 18 - Edifício habitacional no núcleo histórico do Porto	página [30]
Fig. 19 - Unidade Habitacional projectada por Le Corbusier	página [32]
Fig. 20 - Variedade de grupos domésticos	página [34]
Fig.21 - Sobreposição de actividades na habitação	página [35]
Fig. 22 - Interiores de uma habitação na Encosta do Castelo, Lisboa - projecto do arquitecto Manuel Aires Mateus, 2003/2006	página [37]

Fig. 23 - Interiores de uma habitação na Encosta do Castelo, Lisboa - projecto do arquitecto Manuel Aires Mateus, 2003/2006	página [37]
Fig. 24 - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006	página [37]
Fig. 25 - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006	página [37]
Fig. 26 - Interiores de uma habitação em Alfama, Lisboa - projecto dos arquitectos Egas José Vieira e Nuno Vidigal, 2002/2006	página [37]
Fig. 27 - Patamares de Análise e Avaliação de Qualidade Residencial	página [39]
Fig. 28 - Vista do Centro Histórico e Baixa do Porto	página [44]
Fig. 29 - Porto Mercantilista, Miragaia - fora de muralhas	página [46]
Fig. 30 - Porto Mercantilista, Miragaia - fora de muralhas	página [46]
Fig. 31 - Porto Mercantilista, Praça da Ribeira - dentro de muralhas	página [46]
Fig. 32 - Muralha Fernandina, Porto	página [47]
Fig. 33 - Projecto de alçado de conjunto de John Whitehead	página [48]
Fig. 34 - Porto iluminista, Rua de S. João - dentro de muralhas	página [48]
Fig. 35 - Porto iluminista, Rua das Flores - dentro de muralhas	página [49]
Fig. 36 - Porto iluminista, Rua de St.ª Catarina - fora de muralhas	página [49]
Fig. 37 - Projecto de casa unifamiliar com R/C sobreelevado - Porto liberal	página [52]
Fig. 38 - Exemplificação da relação entre espaço público e privado nas tipologias georgiana e portuense	página [53]
Fig. 39 - Edifício na Rua de St.ª Catarina - transformação de Habitação plurifamiliar da primeira metade do século XX	página [55]
Fig. 40 - Edifícios habitacionais abandonados no Centro Histórico do Porto	página [56]
Fig. 41 - Estado de conservação do edificado habitacional do Centro Histórico do Porto	página [57]
Fig. 42 - Estado de conservação do edificado do Centro Histórico do Porto	página [58]
Fig. 43 - Estado de conservação do edificado do Centro Histórico do Porto, por áreas	página [58]
Fig. 44 - Estado de ocupação do edificado do Centro Histórico do Porto	página [58]
Fig. 45 - Estado de ocupação do edificado do Centro Histórico do Porto, por áreas	página [58]

Fig. 46 - Registos da evolução da percentagem da população jovem (dos 0-14 anos) e da população idosa (≥ 65 anos) da cidade do Porto, de 1991 a 2001	página [59]
Fig. 47 - Registos dos índices de envelhecimento da população da cidade do Porto, por freguesias, em 1991 e 2001	página [59]
Fig. 48 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Muro dos Bacalhoeiros	página [60]
Fig. 49 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Reboleira	página [60]
Fig. 50 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores	página [60]
Fig. 51 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores	página [60]
Fig. 52 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua dos Mercadores	página [60]
Fig. 53 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - vista do Largo do Colégio	página [61]
Fig. 54 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia	página [61]
Fig. 55 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia	página [61]
Fig. 56 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia	página [61]
Fig. 57 - Edificado degradado no Centro Histórico do Porto - Rua da Bainharia	página [61]
Fig. 58 - Projecto para a Avenida dos Aliados, 1915, Barry Parker	página [62]
Fig. 59 - Níveis de conforto e condições de habitabilidade dos alojamentos, na cidade do Porto, em 2001	página [63]
Fig. 60 - Edifícios degradados e vandalizados na Baixa do Porto - Largo do Moinho de Vento	página [64]
Fig. 61 - Edificado degradado na Baixa do Porto - Rua da Fábrica	página [64]
Fig. 62 - Edificado degradado na Baixa do Porto - Rua de Sá de Noronha	página [64]
Fig. 63 - Edifício degradado na Baixa do Porto - Rua da Fábrica	página [64]
Fig. 64 - Zona de cariz comercial na Baixa do Porto - Rua de Santa Catarina	página [65]
Fig. 65 - Zona de cariz cultural e comercial na Baixa do Porto - Rua de Sá da Bandeira	página [65]

Fig. 66 - Zona de lazer e divertimento na Baixa do Porto - Praça de Parada Leitão	página [65]
Fig. 67 - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Morro da Sé	página [68]
Fig. 68 - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Morro da Sé	página [68]
Fig. 69 - Operação de reabilitação levada a cabo pela Porto Vivo, SRU - Rua das Flores	página [68]
Fig. 70 - Intervenções da Porto Vivo, SRU	página [69]
Fig. 71 - Vista do Centro Histórico do Porto a partir do Cais de Gaia	página [70]
Fig. 72 - Clarabóia de um edifício habitacional do século XIX, no Centro Histórico do Porto	página [96]
Fig. 73 - Sena da Silva	página [97]
Fig. 74 - Ponte 25 de Abril, por António Sena da Silva	página [97]
Fig. 75 - good food from PORTUGAL, por António Sena da Silva	página [97]
Fig. 76 - Daciano da Costa	página [98]
Fig. 77 - Teatro Villaret, 1964-1965, por Daciano da Costa	página [98]
Fig. 78 - Linha "Mitnova", 1975, por Daciano da Costa	página [98]
Fig. 79 - Banco Fradique, 1993 - 1995, por Daciano da Costa	página [98]
Fig. 80 - Sebastião Rodrigues	página [99]
Fig. 81 - Capa Revista Almanaque, Agosto 1960, por Sebastião Rodrigues	página [99]
Fig. 82 - Capa Revista Almanaque, Julho 1960, por Sebastião Rodrigues	página [99]
Fig. 83 - Museu do Design e da Moda, Lisboa - exterior	página [101]
Fig. 84 - Museu do Design e da Moda, Lisboa - interior	página [101]
Fig. 85 - Projecto para a fachada do Edifício BNU, Lisboa, 1998, arq. Luís Cristino da Silva	página [102]
Fig. 86 - Nini Andrade Silva	página [103]
Fig. 87 - Hotel Teatro, Porto - entrada	página [104]
Fig. 88 - Hotel Teatro, Porto - quarto	página [104]
Fig. 89 - Hotel The Vine, Madeira - escada principal	página [104]
Fig. 90 - Hotel The Vine, Madeira - hall	página [104]
Fig. 91 - Hotel The Vine, Madeira - quarto	página [104]

Fig. 92 - Miguel Câncio Martins	página [105]
Fig. 93 - Restaurante Cavalli, Montreal, 2004	página [105]
Fig. 94 - Restaurante Cavalli, Montreal, 2004	página [105]
Fig. 95 - Hotel Heritage, Lisboa, 2006 - quarto	página [105]
Fig. 96 - Hotel Heritage, Lisboa, 2006 - piscina	página [105]
Fig. 97 - Standard	página [108]
Fig. 98 - Mapa com a localização da habitação da Rua do Bonjardim, nº358/360	página [119]
Fig. 99 - Habitação nº358/360 na Rua do Bonjardim, Porto	página [119]
Fig. 100 - Preexistente - tardoz	página [120]
Fig. 101 - Preexistente - interiores	página [120]
Fig. 102 - Preexistente - clarabóia	página [120]
Fig. 103 - Preexistente - logradouro	página [120]
Fig. 104 - Desenho técnico, Caso 1	página [121]
Fig. 105 - Entrada, R/C	página [124]
Fig. 106 - Hall de entrada/corredor, R/C	página [124]
Fig. 107 - Escadas	página [124]
Fig. 108 - Clarabóia	página [124]
Fig. 109 - Atelier - área de recepção de clientes, R/C	página [124]
Fig. 110 - Atelier - área de trabalho, R/C	página [124]
Fig. 111 - Antiga passagem para o edifício adjacente convertida numa área técnica	página [124]
Fig. 112 - Sala de estar, piso 1	página [124]
Fig. 113 - Sala de estar - pormenor das vigas	página [124]
Fig. 114 - Cozinha - copa e zona de jantar	página [125]
Fig. 115 - Biblioteca - mezzanine	página [125]
Fig. 116 - Quarto, piso 2	página [125]
Fig. 117 - Quarto, piso 3	página [125]
Fig. 118 - Quarto do casal, piso 3	página [125]
Fig. 119 - Quarto de banho, piso 0	página [125]
Fig. 120 - Logradouro	página [125]
Fig. 121 - Imagem 3D do projecto para a futura garagem	página [125]

Fig. 122 - Mapa com a localização da habitação da Rua da Constituição,nº63	página [126]
Fig. 123 - Habitação nº63 na Rua da Constituição, Porto	página [126]
Fig. 124 - Preexistente - hall/corredor de entrada	página [127]
Fig. 125 - Preexistente - sala de estar e sala de jantar	página [127]
Fig. 126 - Preexistente - cozinha	página [127]
Fig. 127 - Preexistente - quarto de banho	página [127]
Fig. 128 - Desenho técnico, Caso 2	página [129]
Fig. 129 - Imagem 3D do hall/corredor de entrada	página [130]
Fig. 130 - Imagem 3D da zona de sala de estar	página [130]
Fig. 131 - Imagem 3D do escritório	página [130]
Fig. 132 - Imagem 3D de topo, do quarto do casal, da cozinha e do escritório	página [131]
Fig. 133 - Imagem 3D da área de lavandaria e jardim, e da cozinha	página [131]
Fig. 134 - Imagem 3D do quarto do casal	página [131]
Fig. 135 - Mapa com a localização da habitação da Rua do Cimo dos Bacalhoeiros, nº156/158	página [132]
Fig. 136 - Habitação nº156/158 na Rua do Cimo dos Bacalhoeiros, Porto	página [132]
Fig. 137 - Existente - vista para o rio a partir do interior do edifício	página [132]
Fig. 138 - Existente - sótão	página [132]
Fig. 139 - Existente - piso 1, frente de rio	página [132]
Fig. 140 - Existente - escadas	página [132]
Fig. 141 - Desenho técnico, Caso 3	página [135]
Fig. 142 - Imagem 3D do quarto	página [137]
Fig. 143 - Imagem 3D da sala de estar e de jantar	página [137]
Fig. 144 - Imagem 3D da área de degustação da escola de culinária	página [137]
Fig. 145 - Imagem 3D da cozinha da escola de culinária - piso 1	página [137]
Fig. 146 - Imagem 3D da cozinha da escola de culinária - R/C	página [137]
Fig. 147 - Vigamento em madeira no interior de um edifício habitacional do século XVIII reabilitado, na Baixa do Porto	página [138]

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Q1. Largura do Lote	página [77]
Tabela 2 - Q2. Número de Pisos	página [77]
Tabela 3 - Q3. Tipo de Edifício	página [78]
Tabela 4 - Q3.1. Usufruto	página [79]
Tabela 5 - Q4. Tipo de Habitação	página [79]
Tabela 6 - Q5. Propriedade da Habitação	página [80]
Tabela 7 - Q6. Número de Residentes	página [80]
Tabela 8 - Q6.1. Com Quem Habita	página [81]
Tabela 9 - Q7. Escalão Etário dos Habitantes	página [81]
Tabela 10 - Q8. Classe Social	página [82]
Tabela 11 - Q9. Habilitações Literárias dos Residentes	página [83]
Tabela 12 - Q10. Actividade Profissional dos Habitantes	página [83]
Tabela 13 - Q11. Trabalho em Casa	página [84]
Tabela 14 - Q12. Utilização da Habitação	página [85]
Tabela 15 - Q13. Habitação Anterior	página [85]
Tabela 16 - Q14. Motivos para Habitar no Centro Histórico/ Baixa do Porto	página [86]
Tabela 17 - Q15.1. Tipologia Habitacional	página [87]
Tabela 18 - Q15.2. Funções do Edifício	página [88]
Tabela 19 - Q16. Razões de Escolha da Habitação	página [88]
Tabela 20 - Q17. Estado de Conservação	página [89]
Tabela 21 - Q18. Técnicos Qualificados	página [90]
Tabela 22 - Q19. Recurso a Projectista	página [90]
Tabela 23 - Q23. Orçamento Elevado	página [91]
Tabela 24 - Q24. Orçamento Interiores	página [91]
Tabela 25 - Q25. Organização Interior	página [91]
Tabela 26 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre o Escalão Etário (Q7.) e a Procura por Logradouro (Q15.4.)	página [92]
Tabela 27 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Recurso a Projectista (Q19.)	página [93]

Tabela 28 - Resultados dos testes de dependência, de associação
e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.)
e o Recurso a Técnicos Qualificados (Q18.) ANEXO II - página [173]

Tabela 29 - Resultados dos testes de dependência, de associação
e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.)
e o Orçamento Interiores (Q24.) ANEXO II - página [173]

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Q1. Largura do Lote	página [77]
Gráfico 2 - Q2. Número de Pisos	página [77]
Gráfico 3 - Q3. Tipo de Edifício	página [78]
Gráfico 4 - Q3.1. Usufruto das Outras Funções	página [79]
Gráfico 5 - Q4. Tipo de Habitação	página [79]
Gráfico 6 - Q5. Propriedade da Habitação	página [80]
Gráfico 7 - Q6. Número de Residentes	página [80]
Gráfico 8 - Q 6.1. Com Quem Habita	página [81]
Gráfico 9 - Q7. Escalões Etários dos Habitantes	página [82]
Gráfico 10 - Q8. Classe Social dos Habitantes	página [82]
Gráfico 11 - Q9. Habilitações Literárias dos Residentes	página [83]
Gráfico 12 - Q10. Actividade Profissional dos Habitantes	página [84]
Gráfico 13 - Q11. Trabalho em Casa	página [84]
Gráfico 14 - Q12. Período de Utilização Geral da Habitação	página [85]
Gráfico 15 - Q13. Habitação Anterior	página [85]
Gráfico 16 - Q14. Motivos para Habitar no Centro Histórico/ Baixa do Porto	página [86]
Gráfico 17 - Q15.1. Tipologia Habitacional	página [87]
Gráfico 18 - Q15.2. Função do Edifício	página [88]
Gráfico 19 - Q16. Razões de Escolha da Habitação	página [89]
Gráfico 20 - Q17. Estado de Conservação da Habitação	página [89]

LISTA DE SIGLAS

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo

INE – Instituto Nacional de Estatística

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

APD – Associação Portuguesa de Designers

AND – Associação Nacional de Designers

CPD – Centro Português de Design

MUDE – Museu do Design e da Moda

ANEXOS

ANEXO I - Questionário

ANEXO II - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Recurso a Técnicos Qualificados (Q19.) e entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Orçamento Dedicado aos Interiores (Q24.)

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado no âmbito do Mestrado em Design – Núcleo de Especialização em Espaço Urbano e Interiores da Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos e visa a obtenção de informação para a realização de um estudo sobre a reabilitação da habitação no Centro Histórico e na Baixa do Porto. Agradecemos desde já a sua colaboração.

Realizado a _____ de _____ de 2010

Residência

Rua _____

Número de polícia _____ Andar _____

Freguesia

☐ Vitória ☐ Sé ☐ Sto. Ildefonso ☐ S. Nicolau ☐ Miragaia ☐ Cedofeita ☐ Bonfim

1. A largura do lote é:

a) ☐ estreita (até 4m) b) ☐ média (entre 4 e 7m) c) ☐ larga (superior a 7m)

2. Qual o número total de pisos do edifício?

a) ☐ 1 b) ☐ 2 c) ☐ 3 d) ☐ 4 e) ☐ 5 f) ☐ mais de 5

3. É um edifício:

a) ☐ apenas de habitação b) ☐ de habitação + comércio

c) ☐ de habitação + serviço d) ☐ de habitação + atelier

e) ☐ de habitação + outro. Qual? _____

Se possui alguma função para além da habitacional:

3.1 Esta é:

a) ☐ para usufruto dos habitantes b) ☐ para usufruto de outros

4. É um edifício habitacional:

a) ☐ unifamiliar b) ☐ plurifamiliar

5. É:

a) ☐ proprietário da habitação b) ☐ arrendatário da habitação c) ☐ usufrutuário da habitação

6. Qual o número de pessoas residentes na sua habitação? (fogo)

a) ☐ 1 pessoa b) ☐ 2 pessoas

c) ☐ 3 pessoas d) ☐ 4 pessoas

e) ☐ 5 pessoas f) ☐ + de 5 pessoas

Se o número de habitantes for superior a 1 pessoa:

6.1. Habita:

a) ☐ apenas com familiares

b) ☐ apenas com arrendatários

c) ☐ com familiares e arrendatários

7. Em que escalão etário se insere/m o/s habitante/s?

nº

a) ☐ 0 – 5 anos

b) ☐ 6 – 18 anos

c) ☐ 19 – 30 anos

d) ☐ 31 – 40 anos

e) ☐ 41 – 50 anos

f) ☐ 51 – 60 anos

g) ☐ + 60 anos

8. Considera que o agregado familiar/ habitantes pertence/m à:

- a) ☐ classe baixa
- b) ☐ classe média
- c) ☐ classe média alta
- d) ☐ classe alta

9. Quais as habilitações literárias do/s residente/s (>18anos)?

nº

- a) ☐ <9º ano
- b) ☐ 9º ano
- c) ☐ 12º ano
- d) ☐ ensino superior (ou sua actual frequência)

10. Qual/quais a/s área/s de actividade/s profissional/ais do/s habitante/s?

nº

- a) ☐ Artes
- b) ☐ Humanidades
- c) ☐ Saúde
- d) ☐ Ciências
- e) ☐ Desporto
- f) ☐ Economia
- g) ☐ Comércio
- h) ☐ Sem actividade profissional, desempregado
- i) ☐ Sem actividade profissional, reformado
- j) ☐ Sem actividade profissional, estudante
- k) ☐ Outra. Qual? _____

Se nenhum dos habitantes não for profissionalmente activo passe para a questão 12:

11. Algum dos residentes trabalha em casa?

- a) ☐ sim b) ☐ não

Se respondeu sim:

11.1 a) ☐ Parcialmente b) ☐ Tempo inteiro

11.2 Necessita de um espaço próprio para a realização desta actividade? a) ☐ sim b) ☐ não

12. Em média, por dia, qual o período de utilização geral da habitação?

- a) ☐ menos de 8h b) ☐ cerca de 8h c) ☐ cerca de 12h
- d) ☐ cerca de 16h e) ☐ cerca de 18h f) ☐ mais de 18h

13. Onde habitava/m anteriormente?

(nº se diferentes)

- a) ☐ Centro Histórico do Porto
- b) ☐ Baixa do Porto
- c) ☐ Concelho do Porto, fora do Centro Histórico e da Baixa do Porto
- d) ☐ Distrito do Porto, fora do concelho do Porto
- e) ☐ Fora do distrito do Porto, em Portugal
- f) ☐ Estrangeiro

14. Dos seguintes, seleccione 3 principais motivos que o levaram a querer habitar no Centro Histórico/ Baixa do Porto?

- | | |
|---|--|
| a) ☐ o facto de ser uma zona histórica | b) ☐ o facto de ser um centro cultural |
| c) ☐ responsabilidade social | d) ☐ sentido de vizinhança |
| e) ☐ herança de prédio de família | f) ☐ afectividade pelo CH/ Baixa do Porto |
| g) ☐ proximidade de comércio tradicional | h) ☐ proximidade de bons equipamentos |
| i) ☐ proximidade de serviços | j) ☐ acessibilidade/ mobilidade |

15. Que características gerais, das seguintes indicadas, procurou durante o processo de escolha da sua habitação no Centro Histórico/ Baixa do Porto a nível:

15.1 Tipologia

a) ☐ T0 b) ☐ T1 c) ☐ T2 d) ☐ T3 e) ☐ T4 f) ☐ T5 g) ☐ outra. Qual? _____

15.2 Função

a) ☐ habitacional b) ☐ habitação + comércio
c) ☐ habitação + serviço d) ☐ habitação + atelier
e) ☐ habitação + outro. Qual? _____

15.3 Qualidade arquitectónica

a) ☐ sim b) ☐ não

15.4 Existência de logradouro

a) ☐ sim b) ☐ não

15.5 Existência garagem (ou possibilidade de vir a ter)

a) ☐ sim b) ☐ não

15.6 Elevador (ou possibilidade de vir a ter)

a) ☐ sim b) ☐ não

15.7 Carácter da zona (arborizada, movimentada, ambiente local)

a) ☐ sim b) ☐ não

16. Indique 3 razões que o tenham seduzido na selecção da sua habitação em particular:

a) ☐ oportunidade	b) ☐ herança de prédio de família
c) ☐ preço	d) ☐ afectividade (pessoal)
e) ☐ estado físico do edifício	f) ☐ localização tranquila
g) ☐ localização movimentada	h) ☐ proximidade de serviços
i) ☐ proximidade de comércio tradicional	j) ☐ acessibilidade
k) ☐ proximidade do local de trabalho	l) ☐ proximidade da escola dos filhos
m) ☐ outros _____	

17. Qual o estado de conservação em que se encontrava a sua habitação?

a) ☐ muito mau estado/ ruínas (exigindo reconstrução completa ou obras de reconstrução profundas)
b) ☐ estado deficiente (não habitável; exigindo obras médias: de telhado, novas infra-estruturas, conserto de pavimento, de caixilharia, etc.)
c) ☐ estado razoável/ habitável (implicando obras ligeiras, mas não a saída dos residentes)
d) ☐ bom estado (sem necessidade de obras; pronto a habitar)
e) ☐ construção nova (o edifício não é reabilitado mas uma construção nova)

Se a sua resposta à questão 17 foi d) ou e) passe para a questão 26:

18. Recorreu a técnicos qualificados para proceder às obras de reabilitação?

a) ☐ sim b) ☐ não

Se respondeu sim:

18.1 Qual o critério que mais pesou na escolha dos técnicos?

a) ☐ reconhecimento profissional b) ☐ conhecimento pessoal
c) ☐ indicação de outrem d) ☐ preço
e) ☐ outro. Qual? _____

19. Contratou projectistas para a elaboração de um projecto de reabilitação da habitação?

a) ☐ sim b) ☐ não

Se a sua resposta à questão 19 foi b) passe para a questão 23:

19.2 Algum destes é designer de interiores?

a) ☐ sim b) ☐ não

20. Qual o critério que mais pesou na sua escolha do/s projectista/s?

- a) ☐ reconhecimento profissional b) ☐ conhecimento pessoal
c) ☐ indicação de outrem d) ☐ preço
e) ☐ outro. Qual? _____

21. Qual o tempo de elaboração/ aprovação/ execução do projecto?

- | 21.1 Elaboração | 21.2 Aprovação | 21.3 Execução |
|--|--|--|
| a) ☐ < 6meses | a) ☐ < 6meses | a) ☐ < 6meses |
| b) ☐ 6-12 meses | b) ☐ 6-12 meses | b) ☐ 6-12 meses |
| c) ☐ >12meses | c) ☐ >12meses | c) ☐ >12meses |

22. Considera que o tempo dispendido em cada um destes processos é o adequado?

- | | | |
|-----------------|---------------------------------|---------------------------------|
| 22.1 Elaboração | a) ☐ sim | b) ☐ não |
| 22.2 Aprovação | a) ☐ sim | b) ☐ não |
| 22.3 Execução | a) ☐ sim | b) ☐ não |

23. Considera que o orçamento da intervenção total foi muito elevado?

- a) ☐ sim b) ☐ não

24. Dedicou um orçamento significativo aos espaços e ambientes interiores, em proporção ao total dispendido? (acabamentos, infra-estruturas, iluminação, equipamentos...)

- a) ☐ sim b) ☐ não

25. A nível da organização interior, optou por:

- a) ☐ manter todos os compartimentos originais da casa
b) ☐ manter parte dos compartimentos originais da casa
c) ☐ alterar por completo a compartimentação

26. Considera que o trabalho do designer de interiores é relevante no projecto de habitações e nos processos de reabilitação da habitação independentemente do facto de ter recorrido ou não aos seus serviços? (que trás mais-valias? que melhora o conforto e bem-estar...)

- a) ☐ sim b) ☐ não

27. A sua habitação possui espaços flexíveis? (com dispositivos que permitam uma reorganização dos espaços)

- a) ☐ sim b) ☐ não

28. E possui compartimentos/espacos sem atribuição funcional directa mas que servem, por exemplo, de reserva para o futuro, para usos esporádicos ou zonas de apoio ao resto da casa?

- a) ☐ sim b) ☐ não

FIM

ANEXO II

Áreas de Actividade Profissional	Recurso a téc. qualificados (N=19)		Valor p (Teste Exacto de Fisher)	λ (Simétrico)	κ
	não recorreu	recorreu			
Artes					
não existe	2 (10,53%)	8 (42,11%)	1,000	0,000	0,086
existe	1 (5,26%)	8 (42,11%)			
Humanidades					
não existe	3 (15,79%)	15 (78,95%)	1,000	0,000	0,021
existe	0 (0,00%)	1 (5,26%)			
Saúde					
não existe	3 (15,79%)	12 (63,16%)	1,000	0,000	0,095
existe	0 (0,00%)	4 (21,05%)			
Ciências					
não existe	3 (15,79%)	14 (73,68%)	1,000	0,000	0,043
existe	0 (0,00%)	2 (10,53%)			
Desporto					
não existe	3 (15,79%)	16 (84,21%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Economia					
não existe	3 (15,79%)	14 (73,68%)	1,000	0,000	0,043
existe	0 (0,00%)	2 (10,53%)			
Comércio					
não existe	3 (15,79%)	14 (73,68%)	1,000	0,000	0,043
existe	0 (0,00%)	2 (10,53%)			
Desempregado					
não existe	3 (15,79%)	16 (84,21%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Reformado					
não existe	3 (15,79%)	16 (84,21%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Estudante					
não existe	2 (10,53%)	13 (68,42%)	0,530	0,000	-0,056
existe	1 (5,26%)	3 (15,79%)			
Outra					
não existe	2 (10,53%)	13 (68,42%)	0,530	0,000	-0,056
existe	1 (5,26%)	3 (15,79%)			

* Teste inválido por falta de amostras.

Tab. 28 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Recurso a Técnicos Qualificados (Q18.).

Áreas de Actividade Profissional	Orçamento Interiores (N=19)		Valor p (Teste Exacto de Fisher)	λ (Simétrico)	κ
	não dedicou	dedicou			
Artes					
não existe	7 (36,84%)	3 (15,79%)	0,370	0,176	0,257
existe	4 (21,05%)	5 (26,32%)			
Humanidades					
não existe	10 (52,63%)	8 (42,11)	1,000	0,000	-0,103
existe	1 (5,26%)	0 (0,00)			
Saúde					
não existe	8 (42,11%)	7 (36,84%)	0,603	0,000	-0,159
existe	3 (15,79%)	1 (5,26%)			
Ciências					
não existe	10 (52,63%)	7 (36,84%)	1,000	0,000	0,038
existe	1 (5,26%)	1 (5,26%)			
Desporto					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Economia					
não existe	11 (57,89%)	6 (31,58%)	0,164	0,200	0,278
existe	0 (0,00%)	2 (10,53%)			
Comércio					
não existe	9 (47,37%)	8 (42,11%)	0,485	0,000	-0,203
existe	2 (10,53%)	0 (0,00%)			
Desempregado					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Reformado					
não existe	11 (57,89%)	8 (42,11%)	*	*	*
existe	0 (0,00%)	0 (0,00%)			
Estudante					
não existe	9 (47,37%)	6 (31,58%)	1,000	0,000	0,073
existe	2 (10,53%)	2 (10,53%)			
Outra					
não existe	9 (47,37%)	6 (31,58%)	1,000	0,000	0,073
existe	2 (10,53%)	2 (10,53%)			

* Teste inválido por falta de amostras.

Tab. 29 - Resultados dos testes de dependência, de associação e de concordância entre as Áreas de Actividade Profissional (Q10.) e o Orçamento Dedicado aos Interiores (Q24.).

